UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA LUISA CAMPANHA NAKAMOTO

De volta para casa:
Um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA LUISA CAMPANHA NAKAMOTO

De volta para casa:

Um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão

VERSÃO CORRIGIDA

(Exemplar original disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica – CAPH/FFLCH)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Eva Alterman Blay

De acordo: _____

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nakamoto, Ana Luisa Campanha

De volta para casa: um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão / Ana Luisa Campanha Nakamoto; orientadora Eva Alterman Blay. – São Paulo, 2012.

194f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Migrações. 2. Gênero. 3. Retorno. 4. Trabalho. 5. Redes. I. Título.

Folha de Aprovação

Nome: NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha

Título: De volta para casa: um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Dedico este trabalho ao meu marido, Indra,
Um grande amor e um grande amigo,
Pelo apoio incondicional.*

Agradecimentos

Muitas pessoas e instituições contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho, com as quais tenho dívida de gratidão.

Agradeço a Deus, à vida, pela oportunidade de crescimento pessoal e intelectual ao longo da minha trajetória acadêmica, ainda em construção.

À Profa. Dra. Eva Alterman Blay, minha mestra, que com paciência, rigor e dedicação tem me orientado desde dezembro de 2005. Uma intelectual com uma trajetória notável e também uma pessoa maravilhosa que sensibilizou meu olhar para as questões de gênero, as migrações e a beleza de trabalhar com histórias de vida e depoimentos pessoais.

A meus pais, Eunice e Nelson, que sempre incentivaram a busca pelo conhecimento e trabalharam arduamente para que eu tivesse acesso às melhores oportunidades de formação. Muito me inspiraram com sua generosidade e espírito crítico.

Ao meu marido Indra, meu melhor amigo, pela compreensão, apoio e incentivo em todas as horas.

Às famílias Campanha e Nakamoto e seus muitos migrantes. Obrigada pela alegria e momentos compartilhados ao longo de tantos anos.

Às famílias de I Made Suradja e Clara Selfie Constandji, que me receberam como uma filha e incentivaram a conclusão desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Sedi Hirano e Prof. Dr. Oswaldo Truzzi, pelas intervenções construtivas realizadas na Banca de Qualificação – e fora dela – que contribuíram para a construção deste trabalho.

À Profa. Dra. Helena Hirata, pelas aulas, orientações e conversas pessoais em que compartilhou seu grande conhecimento sobre questões de gênero, trabalho e migrações. Obrigada pelos livros, pelas extensas recomendações bibliográficas e pelo interesse carinhoso em minha trajetória.

Ao NAU – Migrações: Álvaro, Gustavo, Karina, Samara, Thiago e Prof. Dr. José Guilherme Magnani, pela contribuição através das experiências de pesquisa e estudo que tivemos juntos, que me ajudaram imensamente. Às amigas Miwa, Eun Mi, Edy, Luzia, que também vivem ou viveram a dor e a delícia da vida acadêmica.

Às pesquisadoras do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP), pelo ambiente aberto de troca de ideias e reflexão.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Obrigada pelos comentários e incentivo constantes.

Aos professores (as) e pesquisadores (as) da área de estudos migratórios que encontrei em campo, em bibliotecas, em simpósios ou mesmo na internet.

À equipe do Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei, por abrirem suas portas para o trabalho de campo. Agradecimentos especiais à Sra. Leda Shimabukuro, sempre atenciosa e sensível às necessidades de pesquisadores, voluntários e, principalmente, das pessoas em busca de trabalho.

Ao Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), por permitirem a minha presença em suas atividades e cederem extenso material de pesquisa.

Aos membros da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão (ASEBEX) e Círculo de Ex-Bolsistas de Okinawa – URIZUN, que se disponibilizaram para entrevistas e indicaram amigos e conhecidos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Finalmente, às mulheres e homens que participaram desta pesquisa. Obrigada por compartilharem suas memórias pessoais e dar vida às páginas deste trabalho.

Resumo

NAKAMOTO, A. L. C. **De volta para casa: um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão**. 2012. 194p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A perspectiva de *gênero* trouxe significativas contribuições para os estudos migratórios, mas permanece como um recurso analítico pouco utilizado nas pesquisas sobre migração brasileira para o Japão. Nesse sentido, o presente trabalho procura analisar de que maneira essa categoria, aplicada à análise do circuito migratório em questão, permite vislumbrar as diferentes estratégias para lidar com o deslocamento – tanto em sua dimensão espacial, como social – em particular na situação de retorno ao Brasil. A observação do processo migratório a partir das relações sociais entre os sexos implica não apenas em uma opção por dar visibilidade às mulheres que fazem parte do grupo estudado, mas também em um recurso analítico que permite abordar os fluxos populacionais a partir de um leque mais amplo de questões para além da busca por melhores salários; incluindo como o engajamento nos processos migratórios está relacionado a maneiras de lidar com os papéis sociais que possuem dimensões étnicas, geracionais e de gênero. Através da análise de entrevistas e depoimentos pessoais, identificamos a solidariedade intergeracional e as atribuições relativas ao trabalho produtivo e reprodutivo como aspectos centrais na articulação de estratégias de inserção socioeconômica. O retorno ao Brasil opera nos termos da busca por restauração de situações ocupacionais, familiares e subjetivas anteriores e/ou idealizadas.

Palavras chave: migração, gênero; retorno; trabalho; redes

Abstract

NAKAMOTO, A. L. C. Back home: a study of Brazilian returnees from Japan. 2012. 194p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The *gender* perspective has brought significant contributions to migration studies, but remains as an analytical tool not widely used in researches on Brazilian migration to Japan. This research attempts to analyze how this category, applied to the analysis of this migration circuit, gives a glimpse of different strategies to cope with the displacement – both in its spatial and social dimensions – particularly in the situation of returning to Brazil. Observing migration processes from a gender perspective means to give visibility to Brazilian migrant women and, likewise, to address population flows from a wider range of issues beyond the search for better wages, including how engaging migration processes is related to social roles. Through the analysis of interviews, we conclude that solidarity ties between generations and negotiations related to the sexual division of labor within families are crucial aspects in the process of creating socioeconomic integration strategies. Returning to Brazil consists in an attempt to restore previous and/ or idealized occupational, family and subjective situations.

Key-words: migration; return; gender; labor, networks.

Lista de Siglas

ACAL	Associação Cultural e Assistencial da Liberdade
ASEBEX	Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão
CIATE	Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior
CIR	Coordinator of International Relations
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
FUVEST	Fundação Universitária para o Vestibular
IOM	International Organization for Migration
ISEC	Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural
JICA	Japanese International Cooperation Agency
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIATRE	Núcleo de Apoio ao Trabalhador no Exterior
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OVTA	Overseas Vocational Training Association
UCB	Universidade Católica de Brasília
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIP	Universidade Paulista

Lista de Tabelas

Tabela 2.1. Estrangeiros registrados no Japão por quatro nacionalidades.....	36
Tabela 2.2. Número de Domicílios com Chefe de Família Brasileiro.....	40
Tabela 2.3. Número de Pessoas em Domicílios com Chefe de Família Brasileiro.....	40
Tabela 2.4. Casamentos por nacionalidade da noiva e noivo (2006).....	41
Tabela 2.5. Taxa de natalidade por nacionalidade da mãe.....	43
Tabela 6.1. População de brasileiros e crianças e adolescentes de 0 a 14 anos registrados no Japão (1987, 1991, 2005 e 2008).....	137

Lista de Imagens e Mapas

Figura 1.1. Orientações em língua japonesa e portuguesa na cidade de Hamamatsu (2005)..	15
Figura 2.1. Estrangeiros registrados no Japão por quatro nacionalidades.....	35
Figura 2.2. População brasileira por status (entradas).....	37
Figura 2.3. População brasileira no Japão (números absolutos e porcentagem de aumento)..	38
Figura 2.4. População brasileira por idade e sexo (2007).....	39
Figura 3.1. População brasileira por idade e sexo (2007).....	56
Figura 3.2. Palestra do Projeto Desemprego Instituto Grupo Nikkei de Promoção Humana..	57
Figura 3.3. Palestra do Projeto <i>Tadaima</i> Instituto Grupo Nikkei de Promoção Humana.....	58
Figura 4.1. Cíntia e colegas na fábrica (arquivo pessoal).....	67
Figura 6.1. Konnyaku.....	146
Figura 6.2. Chawan mushi.....	146
Mapa 1. Regiões e Províncias do Japão.....	190

Sumário

Agradecimentos.....	05
Resumo.....	07
Abstract.....	08
Lista de Siglas.....	09
Lista de Tabelas.....	10
Lista de Imagens e Mapas.....	11
Introdução.....	14
Nota Metodológica.....	19
Procedimentos de Pesquisa.....	20
Capítulo I: A construção do problema de pesquisa.....	25
1.1. Migrações e gênero: uma introdução.....	25
1.2. Gênero e paradigmas teóricos nos estudos migratórios.....	28
1.2.1. Assimilação.....	29
1.2.2. Indivíduos e redes.....	32
Capítulo II: A migração brasileira para o Japão.....	34
2.1. Dados demográficos.....	34
2.1.1. Mudanças no perfil populacional.....	38
2.2. Identidades e filiação cultural.....	43
2.3. De migrantes temporários a “ <i>zainichi burajirujin</i> ”.....	45
2.4. Migração pendular e retorno.....	48
2.5. E as mulheres?.....	50
Capítulo III: Campos discursivos: o Grupo Nikkei e o atendimento a retornados.....	53
3.1. Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei.....	54
Capítulo IV: Do chão da fábrica, múltiplas possibilidades: nove histórias.....	63
4.1. Três mulheres que conheciam apenas a fábrica.....	64
4.1.1. Cíntia Nakahodo na encruzilhada.....	64
4.1.2. Ivete Uehara , onze anos de retorno.....	70
4.1.3. Mayumi Komesu , “ficando” por quinze anos.....	72
4.2. Operários e bolsistas.....	75
4.2.1. Márcia Ikeda: retomando a área de formação.....	76
4.2.2. Claudio Kuwabara: “procurando recolocação”	82
4.3. Da Universidade à fábrica, da fábrica à Universidade.....	86
4.3.1. Camila Nakada: desestruturação familiar.....	86
4.3.2. Lucas Uchima: operário e artista plástico.....	92
4.4. A sociologia e o olhar do estrangeiro.....	95
4.4.1. Sonia Kato: para entender o irmão.....	95

4.4.2. Alberto Tamashiro: para entender as relações de trabalho.....	101
--	-----

Capítulo V: Trabalho fora da fábrica.....	110
5.1. Roberto Teruya: projetista, operário e pastor.....	110
5.2. Eduardo Maeda: bacharel em Direito, tradutor, professor e cantor....	115
5.3. Elisa Yamaguchi: garçonne, <i>tantōsha</i> , tradutora e intérprete.....	120
5.4. Sayuri Akamine: telecomunicações internacionais.....	126
5.5. Irene Hamada: na fábrica e na agência de publicidade.....	131
Capítulo VI: A um passo atrás.....	137
6.1. Danilo Matsumoto: retorno após a perda.....	140
6.2. Viviane Ota: o sólido e o provisório.....	144
6.3. Daniela Higa : falando errado.....	157
6.4. Família Saito: o que cada um quer fazer.....	162
Considerações finais.....	176
Bibliografia.....	179
Glossário.....	188
ANEXO 1.....	190
ANEXO 2: Termo de consentimento.....	191
ANEXO 3: Roteiro de entrevistas.....	192
APÊNDICE: Quadro de entrevistas.....	193

Introdução

*Mas agora, eu já havia superado tudo e estava ali.
Havia cumprido tudo o que queria e a solidão só seria uma palavra no dicionário.
Não haveria mais noites sem sono ou finais de semana tristes
Olhei para o mar, para o sol, para a areia e uma lágrima de agradecimento rolou
até meus pés, e então rezei a Deus de novo”*

André Luís Doi¹

Foi em um final de tarde de outubro de 2008 que, para minha pesquisa de Iniciação Científica², entrevistei Cíntia. Esse não é seu nome verdadeiro. Descendente de japoneses de terceira geração, Cíntia foi para o Japão aos 17 anos de idade, logo após o término do Ensino Médio. Juntou-se a sua irmã mais velha em Hamamatsu, província de Shizuoka³, com a qual viveu até completar 18 anos e ser remanejada pela empreiteira para uma fábrica em outra cidade. Durante os oito anos que permaneceu no Japão, Cíntia trabalhou com disciplina, evitando conflitos com seus empregadores e colegas de trabalho. Enviou remessas para seus pais até se casar, quando passou a juntar dinheiro com o marido para projetos futuros do casal. Nos dois últimos anos antes da entrevista, Cíntia adoeceu e gastou quase todas as suas economias com exames e médicos que não conseguiram diagnosticar o que havia de errado. Sem condições de trabalhar e incapaz de arcar com as despesas médicas, ela decidiu buscar tratamento em São Paulo. Após as primeiras semanas no Brasil, tão subitamente como começaram, os sintomas desapareceram. As dores nas costas, juntas e estômago se foram. A insônia também. Cíntia estava em casa.

Situações como as de Cíntia não foram incomuns nos mais de vinte e cinco anos de migração brasileira para o Japão. O “país das cerejeiras”, até então, fora o destino de mais de 310 mil brasileiros e brasileiras⁴ que se deslocaram para o exterior em busca de melhores salários, autonomia financeira, novas experiências ou simplesmente a imersão na cultura de seus pais ou avós. O movimento migratório, iniciado nos anos 1980, teve seu auge a partir da reforma da Lei do Controle da Imigração e Refugiados do Japão em junho de 1990, que

¹ Texto enviado por André Luís Doi, na província de Nagano, para um concurso literário realizado pelo Jornal Tudo Bem em 1997 (JORNAL TUDO BEM, 1995).

² Pesquisa realizada durante o curso de Graduação em Ciências Sociais, orientada pela Profa. Dra. Eva Alterman Blay. Apoio financeiro: CNPq (2008/2009).

³ Para localização no mapa, vide Anexo 1, Mapa 1 – Regiões e Províncias do Japão.

⁴ 316 mil, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão (JAPAN, 2007).

concedeu condições privilegiadas de permanência a *nikkeis*⁵ sul-americanos em relação aos demais estrangeiros ao adotar o critério de ascendência japonesa para a entrada de trabalhadores no país. A maior parte dos brasileiros foi recrutada em fábricas de autopeças ou eletroeletrônicos, tomando a posição de migrantes internos sazonais, o que significa uma mão-de-obra flexível e geograficamente dispersa (HIGUCHI, 2006; KAWAMURA, 2003a). O crescimento populacional foi acompanhado pela proliferação de redutos brasileiros em cidades com grande concentração de migrantes⁶, tornando possível a comunicação em português, cultivo de hábitos alimentares e atividades de entretenimento tipicamente brasileiras. Em algumas cidades, as autoridades locais tomaram a iniciativa de imprimir folhetos em português com informações sobre o sistema de coleta de lixo e produziram placas bilíngues em locais públicos.

Figura 1.1. Orientações em língua japonesa e portuguesa na cidade de Hamamatsu (2005)

(Fotos de Mauricio Hashizume, IPC Digital, 23 de maio de 2005. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>)

O retorno ao Brasil foi um aspecto presente desde o início da migração. Fusco e Souchaud (2010), a partir de análises do Censo Demográfico de 2000, estabeleceram que 17% do contingente de retornados no ano da pesquisa (indivíduos nascidos no Brasil que

⁵ *Nikkei* (日系) é uma palavra de origem japonesa designada para descendentes de japoneses que vivem fora do território japonês. O caráter etnocêntrico do termo, que toma o Japão como referência, tem sido substituído por concepções inspiradas no multiculturalismo, tal como a definição estabelecida pelo *International Nikkei Research Project*, grupo ligado ao *Japanese American National Museum* nos Estados Unidos: “Persons of Japanese descent, and descendants, who have immigrated abroad and created unique communities and lifestyles within the context of the societies in which they live. Nikkei include those who have returned to Japan where they constitute separate identities from the Japanese population” (JAPANESE AMERICAN NATIONAL MUSEUM, 2012; cf. KONIGAME, 2011). Para fins de leitura, adotamos “*nikkeis*” como plural de “*nikkei*”, embora as palavras não sejam modificadas para o plural com a adição da letra “s” na língua japonesa. Sobre o padrão de grafia de palavras japonesas adotadas neste trabalho, vide Glossário.

⁶ As províncias com maior concentração de brasileiros são Aichi e Shizuoka. As principais cidades são Hamamatsu, em Shizuoka; e Toyohashi, Toyota e Nagoya, em Aichi. Para localização em mapa, vide Anexo 1, Mapa 1 – Regiões e Províncias do Japão.

declararam residência anterior no exterior) tiveram o Japão como último local de residência antes de retornar ao país. Alguns haviam completado o projeto inicial de juntar dinheiro para pagar dívidas, estudar ou abrir um pequeno negócio; outros voltaram por saudade, problemas de saúde, para cuidar de pais senis, ou por impulso. Com o retorno, surgiram dificuldades em se reinserir no mercado de trabalho, lidar com administração do negócio próprio, relacionar-se com amigos e familiares, ou mesmo sair de casa e andar nas ruas sem medo de assaltos. As facilidades burocráticas para entrar e sair do Japão permitiram que a porta para a alternativa migratória se mantivesse aberta; ou seja: caso o migrante não conseguisse se adaptar à vida no Brasil, continuar trabalhando no Japão ainda era uma opção. Uma pesquisa de Beltrão e Sugahara (2006) em 2004 apontou que 41% dos retornados de sua amostra havia ido para o Japão mais de uma vez; o que indica um alto índice de reincidência. As estatísticas de retorno existentes, por sua vez, não são precisas, na medida em que não captaram as situações de retorno esporádico e a migração de indivíduos *isseis*⁷ para o Japão.

O retorno para o Brasil foi, para Cíntia, um experimento, assim como para muitos. Não imaginava que estar no Brasil teria um impacto tão positivo em sua saúde física e emocional. Pela primeira vez em oito anos pensava seriamente em retomar os estudos. Embora o marido, ainda no Japão, não tivesse intenções de retornar ao Brasil, Cíntia questionava se teria algum futuro trabalhando “*no chão de fábrica*”. Gostaria de procurar emprego no Brasil e, caso não apreciasse a nova rotina, voltaria ao Japão.

No início de 2008, os rumores da crise econômica japonesa chegavam ao Brasil através de relatos de diminuição de salários, cortes de horas-extras e períodos relativamente mais longos de espera na transição de um emprego a outro. Cíntia, assim como outros retornados ou familiares que se beneficiavam das remessas, sentia que “*o Japão já não é mais tão bom como antes*”, e que os anos de ouro, em termos de salários, já se foram. Tivemos a oportunidade de visitar o Japão nesse período, quando escutamos relatos sobre desempregados vivendo dentro de seus carros, fechamento de cadeias produtivas inteiras e seu efeito dominó sobre fábricas de médio porte que dependiam de sua produção. Mas o posicionamento de muitos era permanecer no Japão enquanto houvesse oportunidade de empregos. O Japão já havia enfrentado períodos de recessão, então parecia natural esperar que a crise fosse passageira. As perspectivas eram otimistas à altura da metade do ano: as

⁷ Literalmente “primeira geração”, o termo é utilizado para se referir a imigrantes japoneses, ou seja, indivíduos nascidos no Japão que tem o Brasil como local de residência. Segundo o Dicionário Houaiss: “*diz-se de ou japonês que deixa o Japão para viver na América*” (HOUAISS, 2000).

comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e a eleição de Taro Aso⁸ como primeiro-ministro apontavam um futuro otimista para as relações bilaterais entre Brasil e Japão, particularmente no que se refere à presença de brasileiros vivendo em território japonês.

Entre o final de 2008 e início de 2009, o Japão finalmente foi atingido pela crise econômica que abalava os mercados financeiros dos Estados Unidos e Europa. Uma vez que o desempenho da economia japonesa está fortemente atrelado ao comércio exterior, a baixa taxa de juros encareceu os produtos japoneses no mercado internacional comprometendo as exportações já afetadas pela desaceleração da economia mundial. Os setores que mais empregavam brasileiros no país foram os mais afetados pela crise. Instabilidade no emprego, diminuição das horas-extras e remuneração, demissões em massa e o crescente número de brasileiros vivendo como *homeless* ou dependentes do seguro-desemprego, tornaram-se manchetes de noticiários tanto no Japão como no Brasil⁹. No período agudo da crise, o desemprego entre brasileiros chegou a 40%.

O retorno em massa se confirmou em dados divulgados pelo Ministério da Justiça do Japão no início de junho de 2010: 14,4% dos brasileiros registrados no Japão, ou 45 mil pessoas, estavam de volta ao Brasil. Passado um ano da crise, segundo dados da mesma agência divulgados pela BBC Brasil em julho de 2011 (TOBACE, 2011), a população brasileira no Japão diminuiu outros 13,8%. O terremoto de 11 de março de 2011 e o subsequente tsunami e crise nuclear que atingiram o Japão provocaram uma segunda onda de evasão de brasileiros. A mesma fonte informa que em outros países atingidos pela crise econômica a população brasileira também diminuía, chegando a 20%, no caso dos Estados Unidos.

Nesse contexto, este trabalho se propõe a um exercício analítico em torno da reinserção socioeconômica de brasileiras e brasileiros retornados do Japão a partir da perspectiva de serviços de atendimento a retornados e das narrativas dos próprios migrantes. Do ponto de vista metodológico, nos apoiamos na categoria *gênero* como eixo de análise, o que significa considerar que a população observada contém desigualdades intrínsecas que são

⁸ Taro Aso morou por um ano em São Paulo nos anos 1960, além de ter sido considerado um ativo defensor do fortalecimento das relações entre Brasil e Japão. Como deputado, Aso era dirigente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão e foi presidente honorário do Comitê Executivo do Ano de Intercâmbio Japão-Brasil, celebrado em 2008, para marcar o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (TREVISAN, 2008).

⁹ Algumas referências: “Japão demite ao menos 50 mil brasileiros” (Folha de São Paulo, B6, 22 de fevereiro de 2009); “Dekasseguis retornam ao País em 9 vôos no mês de abril” (Jornal Nippo-Brasil, 2B, 1º a 7 de abril de 2009).

reforçadas ou desestabilizadas ao longo do processo migratório; buscando uma compreensão das estratégias de reinserção socioeconômica a partir das dinâmicas relacionais.

O Capítulo I trata do processo de construção do objeto de pesquisa deste trabalho a partir de uma breve introdução ao campo de estudos sobre migração e gênero e revisão bibliográfica da literatura sobre migrações relevantes para esse trabalho. A partir do Capítulo II, serão abordadas a migração brasileira para o Japão e a problemática do retorno ao Brasil. O Capítulo III deve explorar a pesquisa de campo realizada no Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei. A análise das entrevistas será tema dos Capítulos IV, V e VI, agrupados de acordo com diferentes modos de inserção ocupacional no Japão, respectivamente: indivíduos que trabalharam exclusivamente em fábrica; indivíduos que exerceram outro tipo de atividade profissional; e indivíduos que acompanharam os pais em sua jornada no Japão.

Nota Metodológica

Este trabalho constitui um exercício de investigação e análise sociológica cujo objetivo é trazer elementos para a compreensão do movimento de retorno de brasileiros e brasileiras que migraram para o Japão a luz das relações sociais de gênero.

A noção de gênero adotada neste trabalho consiste no processo de construção social baseado nas diferenças sexuais de caráter transversal, ou seja, que atravessa diferentes setores da vida social. A postura teórica fundamental para a construção do tema e objeto de pesquisa implica na compreensão dos processos econômicos, sociais e culturais como *genrés* (MOROKVASIC in FALQUET et.al., 2010, p.115), ou seja, considerando as relações sociais entre os sexos como elementos organizadores dos fenômenos sociais¹⁰.

A fundamentação das relações sociais entre os sexos encontra-se na divisão sexual do trabalho. Embora as atribuições de cada sexo variem em diferentes culturas, consideramos que a separação entre *trabalhos de homens* e *trabalhos de mulheres* e a hierarquização dessa divisão baseada na premissa de que o trabalho masculino *vale mais* que o trabalho feminino são constantes nas sociedades conhecidas. Adotamos a definição de Hirata e Kergoat em que

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa formula é modulada histórica e societalmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (2008, p.266).

O modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as funções domésticas e aos homens a função de provedores sofreu transformações ao longo dos anos, entre as quais podemos citar a ascensão de mulheres a carreiras profissionais ou mesmo o trabalho doméstico/ emocional masculino. Consideramos, por sua vez, que as diferenças entre trabalho produtivo e reprodutivo “*sintetiza os polos definidores da imagem que a sociedade tem sobre a mulher, e que ela conforma sobre si mesma*” (BLAY, 1978, p.269). Sendo assim, falar sobre trajetórias de homens e mulheres em termos de papéis sociais e articulação de estratégias em contextos migratórios perpassa pela problemática da divisão sexual do trabalho e do binômio *trabalho no lar – trabalho externo*.

¹⁰ Tal orientação teórico-metodológica constitui uma opção deliberada por dar visibilidade às mulheres que fazem parte do grupo estudado, implícita no uso da palavra “brasileiras”; em outras circunstâncias dissolvida no neutro masculino “brasileiros” da língua portuguesa. Para poupar o (a) leitor (a) de repetições, não incluiremos “brasileiras” ou outros substantivos femininos em todas as referências ao longo do texto.

Consideramos ainda outras categorias de divisão do trabalho referente a hierarquias profissionais, a citar o trabalho qualificado e trabalho não qualificado. Por qualificação podem ser compreendidos diversos aspectos, entre os quais a formação escolar/ universitária, habilidades técnicas, experiência profissional, ou mesmo requisitos desligados do desempenho no trabalho, como origem familiar. A sociedade “*elege critérios e os definem como qualificação*” (DAHRENDORF, 1970¹¹ *apud* BLAY, 1978, p.76), os quais podem mudar de acordo com o tempo, espaço e categorias profissionais. Utilizamos essa distinção para tratar das diferentes formas de inserção ocupacional de brasileiras e brasileiros no Japão.

A proposta de analisar os fluxos populacionais a luz das dinâmicas relacionais implica considerar a existência de múltiplas dimensões da diferenciação social que, além do sexo, incluem etnia e geração. Adotamos o modelo de análise interseccional esboçado por Denis (2008) que consiste na inclusão simultânea de múltiplos lugares sociais focando no processo pelo qual as categorias são produzidas no dia-a-dia.

Procedimentos de Pesquisa

Dado o objetivo da pesquisa, o primeiro passo foi levantar as fontes de dados disponíveis, para então optarmos por diferentes procedimentos de obtenção e coleta de dados. De maneira preliminar, na cidade de São Paulo, foi possível constatar a concentração de atividades voltadas para o público estudado em torno do bairro da Liberdade e das associações nipo-brasileiras, sendo as mais proeminentes o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), o Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei e o Núcleo de Apoio ao Trabalhador no Exterior ligado ao Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (NIATRE/ISEC).

O CIATE foi local de intensas incursões em campo realizadas em 2008 durante a pesquisa de Iniciação Científica. Naquele período, os profissionais ligados à entidade já apontavam para a necessidade de uma linha de atendimento específica para retornados, que teve início tardio ao final de 2010. Nas visitas recentes ao escritório não encontramos indivíduos retornados, mas sim pesquisadores ou profissionais voluntários, de forma que o uso de dados obtidos a partir da observação participante será relativamente restrito. Os relatórios dos Encontros dos Colaboradores Regionais, realizados anualmente, foram considerados como principal fonte de dados.

¹¹ DAHRENDORF, Ralf. *Las clases sociales y su conflicto em la sociedade industrial*. 2ª ed. Madrid, Ed. Rialp, 1970).

O NIATRE/ISEC estava ainda em fase de consolidação durante o período das incursões em campo, de forma que as menções a esse trabalho serão limitadas. Foi feita uma visita e entrevistas com membros da entidade. O trabalho de referência do ISEC (instituição que “abrigou” o NIATRE em sua estrutura) voltado para a inserção escolar de crianças brasileiras retornadas também não foi analisado por constituir, por si só, um universo muito grande de análise para as possibilidades materiais e imateriais desta pesquisa. Fazemos menção, por sua vez, a esse trabalho notável.

Em relação ao Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei¹², procedemos com acompanhamento das atividades do escritório de atendimento (incluindo incursões realizadas em 2008, durante a pesquisa de Iniciação Científica), participação em reuniões e análise preliminar do Banco de Dados do Grupo Nikkei, composto por aproximadamente 13 mil registros de demandantes de empregos inscritos ao longo dos doze anos de atuação da entidade. Não foi possível processar o volume de dados desse Banco dentro das possibilidades de tempo e recursos humanos disponibilizados para a obtenção do título de Mestre, embora observações preliminares tenham sido incluídas. A análise completa está reservada para um trabalho posterior. Através de observação participante nos encontros e palestras do Grupo Nikkei, buscou-se colher depoimentos de retornados e observações sobre a metodologia de trabalho da entidade.

A pesquisa buscou integrar outras fontes de dados a partir da produção de entrevistas de trajetória de vida. Tal categoria de relato inspira-se na técnica de coleta de histórias de vida¹³, mas difere desta significativamente uma vez que não envolve um relato extenso e completo da vida dos entrevistados, concentrando-se no período em que se deram as experiências relevantes para o fenômeno estudado. O trabalho com entrevistas em profundidade implica em uma redução na escala de observação, partindo da premissa que o olhar sobre microprocessos pode revelar aspectos da estrutura social.

A escolha metodológica expressa ênfase na interface entre experiência individual e processos sociais. Em outras palavras, o testemunho pessoal “(...) *permite entender como as matrizes em movimento das forças sociais impactam e moldam os indivíduos, e como os*

¹² Chamaremos de Grupo Nikkei para fins de leitura.

¹³ Como bolsista de Iniciação Científica entre dezembro de 2005 e março de 2009, participei do projeto de pesquisa “O Brasil como Destino”, de autoria da Prof.^a Dr.^a Eva Alterman Blay, sobre imigrantes judeus radicados em São Paulo no início do século XX; período em que foi adquirida experiência com a metodologia de coleta e análise de histórias de vida.

indivíduos, por sua vez, respondem, agem e produzem mudança na arena social mais ampla” (BENMAYOR; SKOTNES, 1994¹⁴ apud THOMSON, 2002).

Da técnica de histórias de vida, tal como descrita por Maria Isaura Pereira de Queiroz ([1992] 2008), procuramos reproduzir a interferência reduzida do entrevistador durante o relato: após introduzir o tema da pesquisa, iniciamos as entrevistas com uma breve descrição do entrevistado por si mesmo (idade, estado civil, formação e atividade atual), seguida por uma pergunta genérica (“Como era sua vida antes de você ir para o Japão?”) que permitiria ao informante selecionar os assuntos que considera relevantes e dar continuidade a seu relato com desenvolvimento narrativo que desejasse. A estratégia, embora relativamente bem-sucedida com indivíduos comunicativos e bem articulados, não foi possível em casos em que a pessoa era mais fechada, monossilábica, ou parecia mais confortável com um questionário de perguntas do que com um relato livre. Em ambos os casos, seguimos a orientação de um roteiro de perguntas semiestruturado (Anexo 2). Emprestamos o conceito de “construção biográfica” utilizado por Arakcy Martins Rodrigues em seu estudo *“Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo”* (1978) para tratar do trabalho de articulação de um discurso sobre si mesmo: *“A construção biográfica constitui a colocação de diferentes partes de um processo lado a lado, a percepção da coerência interna que essas partes mantêm entre si, a compreensão de algum princípio lógico que fundamente essa estruturação”* (p.62).

Optamos fazer uma abordagem indireta da questão de gênero ao evitar perguntas que fizessem referência explícita às desigualdades entre sexos ou aos papéis sociais masculinos e femininos. Foram considerados dois tipos de informação: a) o gênero como tema (o dito), ou seja, situações, sentimentos e experiências descritas em que os papéis sexuais e/ou as desigualdades entre os sexos fossem narrados pelos informantes; b) o gênero como linguagem (o não dito), ou seja, aspectos concernentes à narrativa do informante que pudessem ser analisados à luz das relações sociais entre os sexos. Em entrevistas de trajetória de vida, a linguagem, mais que um instrumento de descrição, constitui meio de “construção do mundo” através da escolha de palavras (imbuídas de sentido) e categorias para significar a própria experiência. O sujeito da narrativa *“[...] esboça uma visão de mundo que lhe é própria, pois se trata do seu mundo, expresso através de suas palavras, mas este mundo é também compartilhado por outros, pois está estruturado em categorias sociais”* (GUIMARÃES, 2009

¹⁴ BENMAYOR, Rina; SKOTNES, Andor (eds.). *International Yearbook of Oral History and Life Stores*. Vol. III, Migration and Identity. Oxford: Oxford University Press, 1994.

p.104). A análise das entrevistas busca, assim, identificar o processo de construção de categorias pelos próprios entrevistados.

A proposta inicial desta pesquisa consistia em selecionar um conjunto de entrevistados a partir de três grupos separados de acordo com o tempo de retorno do Japão, para efeito comparativo: retornados há cerca de dois anos até o início da pesquisa (entre o segundo semestre de 2008 até o final de 2010, tendo como alvo indivíduos retornados a partir da crise econômica de 2008), retornados de dois a cinco anos (entre o início de 2005 até 2008, visando indivíduos em processo de estabilização), e retornados há mais de cinco anos (antes de 2005, visando indivíduos estabilizados). Os entrevistados seriam contatados a partir das reuniões do Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei, que poderiam indicar conhecidos que não buscaram serviços de orientação, como uma amostra de controle. A quantidade de entrevistas seria definida ao longo da pesquisa tendo em vista não um volume representativo, mas sim ampla variedade de elementos a serem analisados.

A estratégia original não foi eficiente pois um número reduzido de contatos para entrevistas foi realizado até o momento do encerramento das atividades do Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei no início de 2011. Os entrevistados em potencial registrados no Banco de Dados, a pedido da Coordenadora, não poderiam ser contatados para fins de pesquisa. Assim, redirecionamos a busca de informantes a partir de grupos de contatos pessoais, entre os quais a Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Japão (ASEBEX) e o Círculo de Ex-Bolsistas de Okinawa – URIZUN, que repassaram a chamada de participação para outras listas e contatos pessoais. Contatamos indivíduos através de conhecidos, familiares e amigos, além de pessoas que encontramos em eventos e palestras relacionadas à migração brasileira para o Japão. Embora mais de 40 pessoas inicialmente tenham aceitado participar da pesquisa, a grande maioria acabou por rejeitar ou adiar (indefinidamente) o encontro para a coleta do depoimento, de modo que o produto final inclui 19 entrevistas: 8 homens, 10 mulheres e 1 entrevista mista (participação conjunta de 2 mulheres e 1 homem da mesma família).

O método de seleção de entrevistas teve como efeito uma dispersão espacial dos entrevistados: 18 entrevistas se referiam a pessoas residentes na região metropolitana de São Paulo, enquanto uma pessoa residia em Londrina e outra no Japão (fez sentido entrevistá-la para considerar a trajetória de uma pessoa que decidiu não retornar ao Brasil). A distância não foi transposta para a realização da pesquisa nesses casos e optamos por experimentar o Skype, um software de comunicação via internet com disponibilidade de som e imagem. A técnica

ofereceu facilidades práticas para agendar e reagendar as entrevistas ao mesmo tempo em que possibilitou encaixá-las em horários entre compromissos que, normalmente, seriam inviáveis caso demandassem deslocamento físico. Na contramão, a qualidade de som e imagem pode ser comprometida por problemas técnicos no computador e/ ou na conexão com a internet; o que foi o caso da entrevista de Clarice Koda, a informante do Japão: queda de sinal, voz entrecortada e má definição da imagem dificultaram a percepção da linguagem corporal e das expressões sutis transmitidas pela voz. Camila Nakada, informante de Londrina, por impossibilidade ou opção, não utilizou a câmera. Mesmo sem imagem, ela contou detalhes íntimos e dolorosos de sua vida familiar que, pensamos, talvez não fossem ditos se estivéssemos frente a frente. O computador, ao intermediar o contato entre entrevistadora e entrevistada, dificulta a percepção das sutilezas da comunicação humana? A ausência do encontro físico possibilita novos canais de abertura e cumplicidade? Ainda é necessário explorar mais essa ferramenta para então refletirmos de maneira mais consistente sobre o caráter de sua aplicação.

Capítulo I

A construção do problema de pesquisa

1.1. Migrações e gênero: uma introdução

As migrações internacionais contemporâneas têm sido objeto de um conjunto crescente de trabalhos no campo das ciências sociais. A *World Economic and Social Survey* realizada pela ONU em 2004 indica que cerca de 175 milhões de pessoas vivem fora do país onde nasceram, o que corresponde a 2,9% da população mundial. Na ausência de dados estatísticos, a presença crescente de migrantes pode ser constatada na vida diária nos centros urbanos: na paisagem das cidades, ambulantes nas ruas, transeuntes, altos executivos em sedes de multinacionais, empregadas domésticas, trabalhadores do setor de serviços... Os fluxos populacionais emergem na agenda global como a face humana da mobilidade do capital no eixo de transformações econômicas, sociais, demográficas e políticas em andamento a partir da década de 1980.

A inclusão da categoria gênero nos estudos migratórios está compreendida no âmbito da crescente influência do feminismo acadêmico, que propunha a revisão dos paradigmas tradicionais de conhecimento centrados no sujeito masculino. Pesquisadoras feministas criticaram a construção da memória coletiva da migração como sendo uma história produzida por homens e, dessa forma, enviesada em relação ao *standpoint* ao desconsiderar as experiências das mulheres “por elas mesmas” e em suas especificidades (MOROKVASIC, 1984; MOZÈRE in FALQUET et.al., 2010).

É possível falar em “migrações e gênero” como campo de pesquisa a partir da década de 1990, quando gênero deixa de ser aplicado apenas como sinônimo de “mulher” para se referir às relações sociais entre os sexos. Pesquisas que abordam mulheres migrantes datam desde o final da década de 1970, e trabalhos centrados na figura da mulher-trabalhadora-migrante floresceram a partir da repercussão causada pelo artigo de Mirjana Morokvasic intitulado “*Birds of passage are also women*”, publicado na *International Migration Review* em 1984. A partir da década de 1990, pesquisadoras principalmente na França e Estados Unidos fixaram seus olhares no trabalho de *care*¹⁵ exercido por mulheres migrantes a partir de

¹⁵ O trabalho de *care* possui uma definição ampla, abrangendo um conjunto de atividades que se inserem majoritariamente na esfera da reprodução e fortemente sexuadas, que tem o uso da afetividade como valor central das ocupações. Incluem-se o cuidado físico de pessoas dependentes (enfermeira, babá), trabalhadoras do sexo, trabalho doméstico em geral (faxineira, empregada doméstica) e algumas ocupações do setor de serviços (secretária, recepcionista) (EHRENREICH & HOCHSCHILD, 2004).

suas dimensões econômicas e culturais, ou seja, do ponto de vista da reprodução do modelo de domesticidade tradicional no âmbito do mercado de trabalho internacional (QUIMINAL in HIRATA et.al, 2009; ROULLEAU-BERGER, 2010).

A valorização da presença de mulheres nos circuitos de mobilidade internacional se reflete no surgimento da expressão “feminização das migrações” no vocabulário de acadêmicos e *policy-makers*. Embora sugira erroneamente um aumento absoluto na proporção de mulheres migrantes em nível mundial¹⁶, o termo aponta mudanças nos padrões migratórios femininos ao dar visibilidade para mulheres que se deslocam de maneira autônoma, e não simplesmente acompanhando pais, maridos e filhos (MOROKVASIC, 2007; PIPER, 2005).

“Feminizar” os estudos sobre migrações, em um sentido teórico-epistemológico, implica no reconhecimento do gênero como um elemento organizador dos processos migratórios. Os trabalhos, os circuitos, as redes que ligam a sociedade de origem e destino, os conflitos culturais e políticos vivenciados, e, sobretudo a experiência subjetiva da migração, mais que diferentes para homens e mulheres, se constituem sob o viés das relações de gênero. Ser mulher ou homem migrante representa não simplesmente uma variável, mas sim um fator fundante das relações sociais que fomenta diferentes estratégias de inserção e mobilidade nos circuitos transnacionais (KOSMINSKY, 2007). Segundo Morokvasic,

Les processus migratoires, les expériences, les migrant(e)s, ainsi que les impacts sociaux et politiques des migrations, sont genrés. Le genre peut faciliter ou limiter la mobilité et l'installation, les rapports de genre qui précèdent la migration étant susceptibles d'affecter les départs, les flux et les rapports consécutifs à la migration (MOROKVASIC in FALQUET et.al, 2010, p.115).

A articulação entre condição de gênero, etnia e classe podem ser abordadas em termos de “desigualdades multissituadas” (ROULLEAU-BERGER, 2010) que podem repercutir na multiplicação e/ ou escalonamento de situações de vulnerabilidade social, dominação econômica e desfiliação política. Nessa perspectiva, a migração implica na passagem para um novo espaço social cujos sistemas de estratificação podem reforçar ou desestabilizar as estruturas sociais de poder em ação. Por um lado, o status legal precário e condições abusivas de trabalho no país de destino podem expor os indivíduos migrantes a novas formas de dominação. Paradoxalmente, o deslocamento pode criar condições de acesso a equipamentos sociais (saúde, educação, lazer), ascensão econômica, liberdade religiosa e asilo de perseguições políticas no local de origem. A migração, assim, pode representar o

¹⁶ Em 1960, as mulheres correspondiam a 47% das migrações internacionais. Em quatro décadas a proporção cresceu apenas dois pontos percentuais, chegando ao início do século XXI a 49%. Em certas redes migratórias, por sua vez, o fluxo de mulheres foi intensificado de maneira mais significativa, como é o caso da Indonésia, Filipinas e Sri Lanka (YAMANAKA & PIPER, 2004).

empoderamento (“*empowerment*”) de homens e mulheres através de novas formas de inserção familiar, econômica, política e social que desafiam normas estabelecidas através da vivência em uma sociedade com valores diversos (DeBIAGGI, 2003; FALQUET et.al., 2010; MOROKVASIC, 2007; PIPER, 2005). Segundo Yamanaka e Piper,

[...] empowerment is more likely to occur when the migration draws women from rural to urban areas, separates them from their family groups, engages them in employment outside the home in formal sector occupations, and takes place within a legal framework for an extended period. Migration can thus facilitate changes in women’s identity, values and actions if it improves their access to resources and power from which they have been systematically excluded in their native countries (2004, p.5).

Os estudos sobre migrações e gênero, de modo geral, dialogam com um conjunto de trabalhos voltados para a mundialização neoliberal a partir da teoria de sistemas mundiais. Teorias como *o push pull* (cf. RAVENSTEIN, 1980) consideravam que as migrações internas e internacionais eram causadas por desigualdades geográficas na oferta e demanda de trabalho, de forma que os fluxos eram gerados pela busca por melhores condições de vida. Sassen (2010), por sua vez, afirma que problemas macroestruturais como pobreza e superpopulação não explicam os movimentos migratórios, sendo necessária uma análise que considere como os países pobres são incorporados ao espaço transnacional pelas formas de internacionalização da produção.

A neoliberalização de economias periféricas está relacionada ao crescimento das desigualdades sociais dentro de um país e entre países, e à ineficácia do sistema de oportunidades sociais (HIRANO & ESTENSSORO, 2006). O aumento da pobreza e da exclusão social, sob uma perspectiva feminista, leva em conta que o sistema de poder econômico e social desfavorece as mulheres na medida em que o gênero intercepta outras formas de poder como classe e etnia. Segundo Yamanaka e Piper, “*In this process of reproducing inequality and injustice, gender as a concept and practice is renegotiated, reorganized and reconstructed to maintain female subordination*” (2004, p.5). Elson (in FALQUET et.al., 2010) demonstra como a exploração da mão-de-obra em contextos de desenvolvimento econômico periférico são baseadas em hierarquias entre os sexos que posicionam as mulheres como fonte de vantagens competitivas para as grandes corporações, uma vez que estão relegadas às atividades mal pagas e precárias no que concerne, particularmente, à produção de bens destinados à exportação.

O aspecto estratégico do gênero na globalização, para Sassen (in FALQUET et.al., 2010), se expressa na emergência de circuitos globais de trabalho ao topo e na base do sistema econômico. Se o processo de reestruturação produtiva e mundialização de mercados

desenvolveu uma classe de trabalhadores (as) especializados (as) nas áreas de finanças, consultoria e tecnologia; gerou concomitantemente uma reserva de mão-de-obra que atua na base da estrutura desse sistema ao cuidar da reprodução social da mão-de-obra altamente qualificada.

A externalização do trabalho doméstico nas sociedades do Norte¹⁷ configura uma nova modalidade de divisão do trabalho em que mulheres profissionais delegam as funções reprodutivas às empregadas e cuidadoras, que formam uma classe servil muitas vezes composta predominantemente por migrantes¹⁸ (HIRATA & KERGOAT, 2007; 2010). A lógica sexuada da demanda de trabalho produz percursos migratórios feminizados que reconfiguram relações étnicas e de gênero tanto nas sociedades receptoras como nas sociedades de origem. Pesquisadoras chamam a atenção para o crescimento do “*care déficit*” nos países de origem, como é o caso de mães que deixam seus próprios filhos e domicílios para se tornarem babás em outro país (EHRENREICH & HOCHSCHILD, 2004).

1.2. Gênero e paradigmas teóricos dos estudos migratórios¹⁹

O alinhamento de pesquisas no campo de migrações e gênero às pautas políticas feministas pode ser constatado na proliferação de trabalhos centrados na denúncia de situações de exploração e violência contra mulheres migrantes que tem repercutido no estabelecimento de políticas públicas e metas internacionais de erradicação de violência e garantia de direitos sociais e trabalhistas a mulheres estrangeiras em diversos países. A possibilidade de mudanças nas dinâmicas relacionais entre homens e mulheres sugerida por Morocvasic (1984), por sua vez, permaneceu pouco explorada em termos teóricos; de certa forma formatada pela questão da reprodução ou ruptura das hierarquias entre os sexos e subordinação feminina como principal problema de pesquisa. Encontraremos avanços importantes em um conjunto de trabalhos constituídos em torno de tradições teóricas distintas

¹⁷ A separação Norte-Sul, amplamente empregada na teoria de sistemas mundiais, trata-se de uma divisão a partir de critérios socioeconômicos e políticos que separa países desenvolvidos (Norte) dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (Sul). Embora não tenha fundamentação geográfica, a maioria dos países do Sul socioeconômico está localizada abaixo da linha do Equador.

¹⁸ Segundo as autoras, a externalização do trabalho doméstico, embora libere mulheres para o desenvolvimento de carreiras superiores, não representa um avanço em termos de igualdade entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo em que opera atenuando as tensões entre casais burgueses, a prática sustenta o caráter feminino e precário do trabalho reprodutivo e “*acentua clivagens objetivas entre mulheres*” (2010, p.269). A profissionalização dos serviços domésticos, ainda, está inserida em um debate sobre o reconhecimento do trabalho reprodutivo, uma vez que coloca em questão o estabelecimento de valores monetários para um trabalho relativamente “invisível”, emocional e voluntário.

¹⁹ Agradeço ao Professor Doutor Oswaldo Serra Truzzi, cujos comentários na Banca de Defesa influenciaram a reelaboração deste item no presente capítulo.

voltadas para os modos de incorporação de grupos migrantes nas sociedades receptoras cujo expoente principal é o conceito de assimilação.

1.2.1. Assimilação

A presença maciça de imigrantes nos centros urbanos constituía um problema de pesquisa para a incipiente sociologia norte-americana de orientação reformista e voltada para a disseminação de “patologias sociais” como a criminalidade, pobreza e imoralidade (COSER, 1980). Os emergentes estudos migratórios refletiam o intenso debate político acerca da constituição da sociedade americana frente à proliferação de imigrantes e seus descendentes nas cidades do país. Embora a noção de assimilação estivesse presente desde os tempos coloniais em torno da ideia de uma nação constituída por sucessivas levas migratórias, sua sistematização como um paradigma científico pode ser rastreada até a Escola de Chicago, em particular a partir das contribuições de W.I. Thomas, Robert Park e seus estudantes e colaboradores (ALBA; NEE, 2003; TRUZZI, 2012).

The Polish Peasant in Europe and America (1918), de W. I. Thomas e Florian Znaniecki, uma extensa monografia sobre a imigração polonesa para os Estados Unidos, foi um dos primeiros trabalhos voltados para a sistematização de um método de pesquisa empírico para a sociologia²⁰ (EUFRÁSIO, 1999). Os autores criticaram a tendência da literatura americana em situar a imigração nos termos da assimilação ou não assimilação individual, identificando um processo reflexivo em que elementos da sociedade de origem e destino são recombinaados em um conjunto de valores novos e específicos²¹. Sob a influência dessa obra, pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago centraram suas análises nas formas de adaptação e assimilação cultural dos grupos imigrantes a partir do prisma da desorganização–reorganização dos valores grupais²² com o estabelecimento na sociedade americana. A deterioração das instituições sociais tradicionais seria responsável pela liberação

²⁰ O método de pesquisa empregado pelos autores foi inovador ao lidar com cartas escritas pelos imigrantes como material para análise. Até então, sociólogos utilizavam bases de dados das casas de assistência social, já processados e desenvolvidos de acordo com objetivos distintos àqueles da pesquisa.

²¹ No caso dos imigrantes poloneses nos Estados Unidos, os autores se referem à formação de uma sociedade polonesa-americana que “[...] constitui um produto específico cujas matérias primas foram em parte extraídas das tradições polonesas, em parte das novas condições em que os imigrantes vivem e dos valores sociais americanos à medida que o imigrante os vê e interpreta” (THOMAS & ZNANIECKI, 1918, p. 1469).

²² Do ponto de vista teórico, é possível identificar pontos de contato entre o modo de conceber os processos de coesão grupal na obra de Émile Durkheim (2003 [1912]) e a noção, presente nessa primeira geração de estudos migratórios, de que a integração social seria mantida a partir da adesão a valores coletivos e, correlativamente, diluída à medida que essas crenças perdem sua legitimidade. As festas, práticas religiosas, uso da língua de origem, culinária e associações de patrícios podem ser categorizadas como rituais, no sentido durkheimiano, na medida em que reafirmam os valores e crenças grupais atuando como mecanismos de integração social.

de energias “latentes”, que poderia gerar comportamentos destrutivos ao mesmo tempo em que possibilitaria a emergência de um novo tipo de personalidade – o “homem marginal” – através da individualização e esclarecimento (PARK, 1948; YOUNG, 1929).

Dos sociólogos de Chicago à Gordon (1964²³ apud ALBA; NEE, 2003), o cânone assimilacionista desenvolveu diferentes ênfases e abordagens cuja análise mereceria um trabalho a parte. Segundo Truzzi (2012), é possível identificar como traço comum às diferentes concepções a ideia de assimilação como um processo linear e inevitável de diluição das culturas migrantes na sociedade receptora, podendo variar em grau e velocidade. A principal crítica a esse conceito foi sua incapacidade em lidar com a cultura como uma “(...) *construção historicamente determinada e interativamente negociada*” (TRUZZI, 2012, p.528-529), de forma que traços culturais remanescentes eram tratados como evidências de uma assimilação incompleta.

A efervescência social dos anos 1960 e a proliferação de movimentos de militância étnica no país encorajaram a substituição da metáfora do *melting pot*²⁴ como processo de americanização dos imigrantes em nome de uma perspectiva multiculturalista que atribuisse reconhecimento e visibilidade às minorias dentro da sociedade principal. A noção de *etnicidade* surgiu como um paradigma mais sofisticado ao descartar a ideia de “*um continuum entre um passado de tradições herdadas e um futuro certo de integração ao novo país*” (TRUZZI, 2008, p.63), compreendendo um processo interativo em que as construções culturais são negociadas por forças internas e externas aos grupos migrantes (BARTH, 1998; TRUZZI, 2008; 2012). O chamado pluralismo cultural ou étnico proliferou um conjunto de pesquisas voltadas para os grandes grupos migratórios (judeus, japoneses, espanhóis, entre outros) e suas estratégias de sobrevivência e cultivo de traços culturais próprios. À perspectiva pluralista estão associados diversos trabalhos que reconhecem o papel de mulheres migrantes na preservação de traços étnicos através da organização do cotidiano familiar e da vida comunitária, atribuindo-lhes muitas vezes o estatuto de “guardiãs” da cultura de origem (KOSMINSKY, 2004; SAKURAI, 1993).

Alba e Nee (1997; 2003) argumentam que os estudos pluralistas não puderam substituir plenamente o conceito de assimilação na medida em que seus dados empíricos

²³ GORDON, Milton. *Assimilation in American life: the role of race, religion, and national origins*. New York: Oxford University Press, 1964.

²⁴ “O movimento e a migração de povos, a expansão da indústria e do comércio, e sobretudo o crescimento, em tempos modernos, dessa vasto *melting pot* de raças e culturas, isto é, as cidades metropolitanas, têm afrouxado os laços locais, destruído as culturas de tribo e de folk e substituído as lealdades locais pela liberdade das cidades; a ordem sagrada do costume tribal, pela organização racional que chamamos de civilização” (PARK, 1948, p. 22).

revelavam que a etnicidade, ainda que celebrada, constitui um traço que se torna menos decisivo nas trajetórias de vidas dos grupos migrantes ao longo do tempo. Se os indivíduos da primeira geração dependiam do grupo étnico para sobreviver e estabelecer laços econômicos e matrimoniais, a segunda geração conta com oportunidades sociais fora da esfera da comunidade étnica através de carreiras educacionais e domínio do idioma *mainstream*. Os autores propõem o uso do conceito de assimilação sob novas bases, considerando a etnicidade como uma fronteira social e a assimilação como declínio – e não erradicação – da distinção étnica.

A abertura do conceito de assimilação para a ideia de mudança de peso das relações étnicas nas trajetórias dos grupos migrantes pode ser observada nos estudos sobre endogamia e exogamia. Em sua acepção clássica, a assimilação concebia casamentos fora do grupo étnico como evidência de homogeneização em relação à sociedade receptora; o que não se verifica em estudos recentes que revelam forte sentimento de afiliação étnica entre filhos e netos de casais mistos (SUE; TELLES, 2007). Verifica-se que as famílias organizam estratégias de preservação cultural distintas para homens e mulheres, e muitas vezes as desigualdades de poder dentro de um casal misto estão relacionadas ao quanto os filhos terão acesso à cultura étnica do progenitor de origem imigrante. A própria escolha de parceiros para a união conjugal se articula não somente com a manutenção da cultura, mas também ao papel da família como projeto econômico e o peso das relações étnicas para tanto. Embora tensões étnicas estejam latentes nos projetos familiares, há outros tipos de distâncias sociais referentes à classe, ocupação, religião e raça que estabelece critérios para grupos fora da comunidade étnica mais ou menos aceitáveis para uniões matrimoniais (QIAN & LICHTER, 2001; TRUZZI, 2008).

As mudanças nas dinâmicas relacionais entre homens e mulheres em contextos migratórios, assim, seria um indício de assimilação? O problema intrínseco a essa pergunta está na noção de que os papéis sexuais fazem parte de conteúdos culturais que poderiam se modificar na medida em que as fronteiras entre grupos étnicos distintos tornar-se-iam mais porosas. Embora tal cenário seja possível, as assimetrias entre os sexos são recorrentes em diferentes contextos sociais, étnicos e políticos, de forma que muitas vezes tais valores são compartilhados por culturas diferentes e as relações entre os sexos constituem uma das dimensões em que a distinção étnica não tem um peso relevante. De maneira inversa, a comunidade étnica pode sofrer mudanças internas alheias à sociedade majoritária através da ascensão de mulheres em atividades profissionais e políticas no interior do grupo; indicando que a distinção étnica pode oferecer oportunidades de empoderamento mais vantajosas que

aquelas disponíveis no *mainstream*. Nesse sentido, a complexa teia de possibilidades de reprodução ou mudanças nos padrões de gênero em processos migratórios pode ser considerada a partir do modelo de incorporação oferecido pela assimilação na medida em que as dinâmicas relacionais entre homens e mulheres constituírem o palco de resistências, rupturas e – sobretudo – negociação de valores e modos de organização familiares trazidos por grupos migrantes em relação à sociedade receptora.

1.2.2. Indivíduos e redes

Enquanto a sociologia ocupou-se da migração como um processo grupal dando ênfase aos modos de incorporação na sociedade receptora, a economia em particular adotou o paradigma teórico do imigrante como um indivíduo racional que calcula o custo-benefício do deslocamento e se orienta em busca da maximização utilitária de seus interesses (ASSIS & SASAKI, 2000). A sociologia econômica tomou tais estudos como ponto de partida para discutir os processos migratórios a partir de conceitos mobilizados no âmbito de uma teoria da ação, ou ainda, de uma teoria da relação entre estrutura-ação²⁵ que questiona o caráter individual do deslocamento.

Portes (1993, 1998b), Massey et.al. (1997²⁶ apud ASSIS & SASAKI, 2000), entre outros pesquisadores, chamaram a atenção para o fato de que mesmo quando agem isoladamente, os atores o fazem conectados a redes sociais (que podem ser entendidas como redes de relações) que unem pessoas através de laços de apoio e reciprocidade. Tais laços atuam como mecanismos de operacionalização dos fluxos migratórios e compõem estratégias coletivas de inserção social e econômica na sociedade de destino (FAZITO, 2002).

Portes (1993) propôs uma abordagem que apreende migração como um processo enraizado (*embedded*) em estruturas e redes sociais que afetam as diferentes formas de mobilidade social e espacial, sustentando os movimentos populacionais através de laços entre

²⁵ A crítica ao ator racional atomizado da teoria econômica neoclássica foi propulsora para a constituição de uma nova agenda de pesquisas acerca da intersecção entre fenômenos econômicos e sociais, que configurou o campo da nova sociologia econômica. A obra “*Economic action and social structure: the problem of embeddedness*” (1985), de Mark Granovetter, que viria a adquirir o estatuto de manifesto fundador, propõe a retomada da noção polanyiana de *embeddedness* (enraizamento) para falar da maneira como as ações econômicas são estruturadas por forças sociais. Para Granovetter, a importância do conceito reside em salientar o quanto relações sociais influenciam o comportamento dos indivíduos e das instituições, de forma que a economia não poderia ser considerada uma esfera autônoma na sociedade moderna. A tarefa da sociologia econômica seria entender o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio das redes, ou seja, da estrutura das relações sociais em que o indivíduo está imerso.

²⁶ MASSEY, Douglas et al. “Migration, ethnic mobilization and globalization: causes of migration. In: GUIBERNAU, Montserrat & REX, John (eds.), *The Ethnicity reader: nationalism, multiculturalism and migration*, UK, Polity Press, 1997, pp. 257-269.

a origem e o destino e permitindo que o sistema migratório se torne autônomo e opere para além dos motivos pelos quais teria se constituído. Através do conceito de *capital social* (PORTES, 1998a), o sociólogo considera a maneira como indivíduos mobilizam recursos dentro das redes para se deslocar, trabalhar e lidar com vulnerabilidades na sociedade receptora (como status legal precário, desconhecimento das leis e costumes, baixa escolaridade, entre outros).

A incorporação da noção de redes sociais contribuiu para apreender a migração como um processo social baseado em estruturas e esquemas culturais que incidem sob a forma como a experiência do deslocamento é percebida e vivenciada entre indivíduos de um mesmo grupo. A compreensão de que as redes sociais possuem modelos culturais subjacentes sugere que as mesmas podem atuar como mecanismos de transmissão de valores e percepções culturais, entre os quais papéis e atributos masculinos e femininos. Curran & Saguy (2001) propõem que na medida em que os indivíduos deixam de participar ou se expõem a novas redes, os valores sociais são suscetíveis a se dismantelar, dando espaço para sistemas de valores alternativos. Variações ainda são possíveis em casos em que os entendimentos compartilhados e obrigações são diversos entre os membros da rede, de forma que as expectativas culturais em relação a homens e mulheres podem atuar de maneira mais ou menos efetiva.

Capítulo II

A migração brasileira para o Japão

2.1. Dados demográficos

A inserção de mão-de-obra migrante no Japão está profundamente enraizada a um contexto de crise econômica mundial e mercado de trabalho sexualmente segregado (YAMANAKA & PIPER, 2004). Com o elevado crescimento econômico da década de 1980, o mercado de trabalho japonês enfrentava desafios para suprir a demanda por mão-de-obra para pequenas e médias indústrias, concomitante com a diminuição da população jovem, falta de interesse pelo trabalho não qualificado e dificuldades em absorver mulheres em idade produtiva para o mercado de trabalho (KAWAMURA, 2003). O país passou a ser um polo de atração para migrantes de países asiáticos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso da China, Indonésia, Taiwan, Filipinas, Irã, Bangladesh, entre outros (DOUGLASS & ROBERTS, 2000).

No Brasil, a crise econômica nos anos 1980 criou um contexto favorável para a inauguração de uma nova etapa para o país no âmbito das migrações internacionais. O movimento de saída de brasileiros para o exterior teve como principal destino os Estados Unidos (1 milhão e 240 mil). Cidades como Governador Valadares, em Minas Gerais, sofreram transformações sociais, demográficas e econômicas profundas com a saída de grande parcela de sua população para trabalhar, principalmente, em Boston (MARTES & FLEISCHER, 2003). Segundo dados do relatório “*Brasileiros no Mundo*” (2008)²⁷, do Ministério das Relações Exteriores, estima-se que em 2008 cerca de 3 milhões de brasileiros viviam no exterior²⁸ – o que correspondia a mais de 1,3% da população doméstica segundo as projeções do IBGE para o mesmo ano. O Japão constitui o terceiro maior destino dessas levas, com uma população de brasileiros estimada em 310 mil²⁹, ainda em 2008.

A perspectiva de melhor remuneração atraiu um contingente considerável de *nikkeis* brasileiros, argentinos e peruanos para o Japão em busca de trabalho. Em meados dos anos 1980 surgiram os primeiros rumores de *isseis* que viajavam para o Japão para trabalhar e

²⁷ Este documento é baseado em consultas feitas no final de 2007 a embaixadas e consulados sobre os números mínimos e máximos de brasileiros no exterior segundo dados oficiais locais, pesquisas acadêmicas, publicações da mídia, movimento consular e estimativa dos postos. Neste texto, considero os valores referentes às estimativas dos postos, os seja, as projeções feitas pelas embaixadas e consulados do Brasil com base em dados relativos à prestação de serviços consulares.

²⁸ A população de brasileiros no exterior era de 1.496.476 em 1997, e 1.964.498 em 2002 (aumento de 31%).

²⁹ Ou 316 mil, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão (JAPAN, 2007b).

enviar remessas para suas famílias no Brasil. *Nisseis*³⁰, ou descendentes de segunda geração, também buscaram oportunidades contando com vistos especiais para visitar parentes e cartas de fiadores japoneses, muitas vezes seus próprios pais que já haviam se instalado no país. O Consulado Geral do Japão em São Paulo registrou um aumento de cerca de cinco mil vistos por ano expedidos em 1987, para 8.602 em 1988, e 18.328 em 1989³¹. O aumento de mais de 366% na emissão de vistos em um período de dois anos indicava que 10% da população nipo-brasileira já estava no Japão antes do início dos anos 1990 (NINOMIYA, 1992).

A reforma da Lei do Controle da Imigração e Refugiados em junho de 1990, ao criar o estatuto de “*long-term residents*” para os descendentes de japoneses até a terceira geração e seus cônjuges, beneficiou a entrada de trabalhadores de ascendência japonesa no país. Enquanto os trabalhadores asiáticos passaram a ocupar principalmente postos em pequenas fábricas e setor de construção na Grande Tóquio, a maior parte dos brasileiros foi recrutada em fábricas de autopeças ou eletroeletrônicos em províncias de médio porte como Aichi e Shizuoka, tomando a posição de migrantes internos sazonais com alta mobilidade. A população brasileira se tornou o terceiro maior grupo de estrangeiros (14,7%) registrados no Japão, perdendo apenas para os chineses e sul-coreanos.

Figura 2.1. Estrangeiros registrados no Japão por quatro nacionalidades

(JAPAN, 2004; 2010)

³⁰ No dicionário da Língua Portuguesa, “*que ou aquele que é filho de pais japoneses nascido na América*” (HOUAISS, 2001).

³¹ O número de brasileiros registrados no Japão difere das estatísticas do Consulado: 4.159 em 1988, e 14.528 em 1989. Cabe lembrar que a discrepância pode ser atribuída ao fato de que muitos brasileiros entravam com visto de turista, ingressando no mercado de trabalho ilegalmente ou após mudança de status de permanência através de vistos especiais para parentes.

Tabela 2.1. Estrangeiros registrados no Japão por quatro nacionalidades

Ano	China	Coréia do Sul	Brasil	Filipinas	Ano	China	Coréia do Sul	Brasil	Filipinas
1988	129.269	677.140	4.159	32.185	1999	294.201	636.548	224.299	115.685
1989	137.499	681.828	14.528	38.925	2000	335.575	632.269	254.394	144.871
1990	150.339	687.940	56.429	49.092	2001	381.225	632.405	265.962	156.667
1991	171.071	693.050	119.333	61.837	2002	424.282	625.422	268.332	169.359
1992	195.334	688.144	147.803	62.218	2003	462.396	613.791	274.700	185.237
1993	210.138	682.276	154.650	73.057	2004	487.570	607.419	286.557	199.394
1994	218.585	676.793	159.619	85.968	2005	519.561	598.687	302.080	187.261
1995	222.991	666.376	176.440	74.297	2006	560.741	598.219	312.979	193.488
1996	234.264	657.159	201.795	84.509	2007	606.889	593.489	316.967	202.592
1997	252.164	645.373	233.254	93.265	2008	655.377	589.239	312.582	210.617
1998	272.230	638.828	222.217	105.308	2009	680.518	578.495	267.456	211.716

(JAPAN, 2004; 2010)

Algumas pesquisas interpretam a mudança na legislação como uma tentativa deliberada de suprir a demanda por mão-de-obra não qualificada com migrantes *nikkeis* sul-americanos, tendo em vista sua suposta adequação à cultura e disciplina de trabalho japonesa (KAWAMURA, 2003a; TSUDA, 1998). Ao contrário, Higuchi (2006) argumenta que a lei constituiu uma resposta à revisão do status da terceira geração de coreanos residentes no Japão e de *nikkeis* nascidos no nordeste da China (Manchúria) no contexto da presença militar japonesa até o final da Segunda Guerra Mundial. Os brasileiros – argumenta – sequer foram mencionados nas extensas discussões realizadas no Parlamento. De forma deliberada ou não, a legislação é central para compreender o modo de inserção dos brasileiros na sociedade japonesa³². O número de brasileiros com visto permanente aumentou de 52.581 portadores em 2004 para 94.358 em 2007, correspondendo a 30% dos brasileiros no Japão. Considerada

³² O mesmo vale para os demais grupos estrangeiros. O modo de inserção da população coreana no Japão (único grupo expressivo de estrangeiros que sofreu redução populacional no período em questão) está associado ao período de dominação colonial em que a muitos coreanos foram trazidos para o território japonês. A maior parte do grupo detém o status de residente permanente especial, seguidos por residentes permanentes e cônjuges/filhos de japoneses. No caso dos chineses, a condição de cônjuge/ filho foi predominante até o ano 2000, quando o número de estudantes universitários e, em seguida, de residentes permanentes superou as tendências anteriores. Atualmente os cônjuges não estão mais entre os três principais modos de inserção, sendo precedido pelo de “atividades designadas”. No caso dos filipinos, até 2004 tem-se um crescimento significativo de vistos de “entretenimento” (que superou o de cônjuges, predominante até 2001), sendo que a partir de 2005 os residentes permanentes passam a ocupar a primeira colocação, sendo seguidos pelos cônjuges/ filhos de japoneses e “*long-term residents*” (JAPAN, 2004, 2010).

sinônimo de estabilidade, essa modalidade de visto facilitou a vida daqueles que decidiram permanecer no país por viabilizar a celebração de contratos e acesso a crédito para adquirir imóveis e outros bens (SASAKI, 2001). Cabe lembrar que a mudança não legalizou a situação dos migrantes asiáticos *overstayers* e indocumentados.

Figura 2.2. População brasileira por status (entradas)

(JAPAN, 2004; 2010)

Do ponto de vista do status de permanência, a maior parte da população brasileira estava no Japão na condição de cônjuge ou filho (a) de nacional japonês até meados de 1997; quando o número de “*long-term residents*”, em ascensão vertiginosa, ultrapassou 115 mil pessoas em contraposição aos quase 99 mil cônjuges e filhos (as) de japoneses. O número de brasileiros com esse status continuou a crescer até 2005 (153.185 pessoas), quando passou a diminuir, sendo a queda mais abrupta concomitante à crise econômica de 2008-2009. Os indivíduos sob o status de residentes permanentes, cuja quantidade começou a crescer de maneira mais expressiva a partir de 2000, compreendiam em 2009 aproximadamente 43% da população brasileira no Japão, seguidos pelos “*long-term residents*” (38%) e cônjuges ou filhos/ filhas de nacionais japoneses (16%).

Os fluxos de entrada e saída de brasileiros no território japonês, de maneira geral, têm acompanhado as oscilações econômicas e mudanças no mercado de trabalho japonês desde o final da década de 1990, que têm atingido principalmente os setores que mais empregam brasileiros no país. A população cresceu progressivamente até 2007, com exceção 1998, com picos em 1990, 1996 e 2000; desacelerando nos anos seguintes. Esse quadro aponta, de um lado, para a redução do fluxo de novos migrantes, também verificável nos registros de entrada

do Ministério da Justiça: o número de novos migrantes cresce até 2000, cai abruptamente por dois anos, e continua a crescer até 2005, iniciando então uma trajetória decrescente. Em 2009, apenas 1.037 novos migrantes brasileiros entram no Japão, apenas 3,5% do total de entradas em 2000, o ano de maior pico.

Figura 2.3. População brasileira no Japão (números absolutos e porcentagem de aumento)

(JAPAN, 2004; 2007; 2010)

Nos últimos anos, a população brasileira no Japão tem sofrido os efeitos do fim do ciclo virtuoso da economia japonesa característico dos anos 1980. A falta de vagas nas indústrias, a concorrência com trabalhadores asiáticos (que recebem salários proporcionalmente menores³³) e o fechamento de muitas linhas de produção gerou uma crise de empregabilidade entre os trabalhadores brasileiros. Até 2008, a população continuou a crescer em números absolutos mesmo durante a recessão, ainda que em menores proporções.

2.1.1. Mudanças no perfil populacional

Ao longo de vinte e cinco anos de migração, houve mudanças significativas no perfil dos migrantes e na dinâmica interna do grupo no Japão. Do ponto de vista da composição populacional, o movimento começou predominantemente com migrantes *isseis* e *nisseis*, homens, viajando sozinhos. A partir da década de 1990 é possível constatar o aumento no

³³ Em 2006, o salário médio de um homem brasileiro era de 1.200 ienes/ hora; e de uma mulher brasileira, 900 ienes/ hora. Para trabalhadores migrantes asiáticos, o salário masculino é de 800 a 1.000 ienes/ hora; e o feminino, 500 a 600 ienes/ hora (CIATE, 2007).

número de *sanseis*³⁴, famílias que migravam juntas ou constituídas no Japão. Em 2007, há um relativo nivelamento na proporção de homens e mulheres e aumento da quantidade de crianças.

Figura 2.4. População brasileira por idade e sexo (2007)

(JAPAN, 2007b)

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Dekasseguis (BELTRÃO & SUGAHARA, 2008a) revelou uma proporção maior de mulheres casadas que desejavam viajar sozinhas entre os migrantes em potencial. Esse constituiu um dado novo, em especial porque o êxodo feminino era conceituado, para esse grupo, dentro de um quadro de migração familiar. Existe a possibilidade que, com o crescente desemprego, muitas mulheres estejam se dirigindo para ocupar vagas com demanda por mulheres fora do setor industrial relacionados aos serviços de *care* (cf. Capítulo I) como auxiliar de enfermagem em hospitais, camareiras, serviços gerais em hotéis e *caddy* em campos de golfe (YAMAMOTO, 2006).

O perfil dos domicílios de brasileiros pode ser constatado através dos dados do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar do Japão para o ano de 2005. O Censo Demográfico do Japão para o mesmo ano apontou para a existência de 1.003.150 domicílios com estrangeiros no país, dos quais 99.147 eram domicílios com chefe brasileiro. Dentre

³⁴ Literalmente “terceira geração”. No dicionário da Língua Portuguesa, “*que ou o que é neto de imigrantes japoneses nascido na América*” (HOUAISS, 2001)

esses, 95.810 (96,6%) eram de domicílios com apenas membros brasileiros e os restantes, 3.337 (3,4%), domicílios que continham membros brasileiros e japoneses. Nesse universo, 47.619 (48%) eram domicílios com família nuclear, dos quais 16.744 (35,1% das famílias ou 16,8% do total de domicílios) se referiam apenas ao casal³⁵ sem filhos. Os domicílios individuais correspondiam a 42,2%; os domicílios com famílias extensas compreendiam 8,2%; e 1,6% eram domicílios com não parentes.

Tabela 2.2. Número de Domicílios com Chefe de Família Brasileiro

	Domicílio individual	Membros - Família nuclear	Membros – Família extensa	Membros – Não-familiares	Total
2000	40.366	40.088 (15.353)*	7.146	1.042	88.642
2005	41.792	47.619 (16.744)*	8.135	1.601	99.147

* Domicílios de casal sem filhos

Tabela 2.3. Número de Pessoas em Domicílios com Chefe de Família Brasileiro

	Domicílio individual	Membros - Família nuclear	Membros – Família extensa	Membros – Não-familiares	Total
2000	40.366	115.362 (30.829)*	24.377	2.147	182.252
2005	41.792	138.144 (33.646)*	28.270	3.314	211.520

* Membros de domicílios de casal sem filhos

(JAPAN, 2007a)

Observamos crescimento significativo na quantidade de famílias nucleares tanto em número de pessoas como em domicílios, o que sugere aumento dos casamentos e/ou da migração de casais. Tanto nos domicílios de famílias nucleares com filhos como nos domicílios com membros da família extensa a média de pessoas por domicílios variou pouco entre os cinco anos, mantendo-se em torno de 3,4. O mesmo acontece com os domicílios com membros sem parentesco, que mantém a média de 2,06. Observamos assim que nesses cinco anos houve um aumento proporcional em termos de população e domicílios, mas não houve mudanças significativas no modo como a população em geral se distribui entre as categorias de domicílio trabalhadas. Seriam necessários mais dados para uma análise extensa.

O Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar no Japão (2007a) fez um levantamento sobre os casamentos entre japoneses e outras nacionalidades no país para o ano de 2006. Percebemos um equilíbrio relativo entre os sexos no que concerne ao número de casamentos

³⁵ “Casal”, nesse levantamento, se refere às uniões legais. Pessoas em relacionamentos amorosos coabitando juntas não se encaixam na categoria.

feitos no Japão, com uma pequena predominância dos homens (1.393) em relação às mulheres (1.311). A maior parte são casais formados entre brasileiros, o que indica uma prevalência da escolha do cônjuge entre conterrâneos. Há também equilíbrio na escolha por cônjuges japoneses. Quanto ao casamento com indivíduos de outras nacionalidades (não brasileira e não japonesa), observamos que os homens brasileiros casaram-se mais. Dentro desse tipo de união, ambos os sexos (31,4% das mulheres e 29,6% dos homens) se casaram principalmente com peruanos (as), e 33,6% dos homens brasileiros casam-se com mulheres asiáticas não japonesas, principalmente filipinas.

Tabela 2.4. Casamentos por nacionalidade da noiva e noivo (2006)

Nacionalidade/ noiva	Nacionalidade do noivo									
	Japão	Coréia	China	Filipinas	Tailândia	Estados Unidos	Inglaterra	Brasil	Peru	Outros países
Japão	686.270	2.335	1.084	195	54	1.474	386	292	115	2.773
Coréia	6.041	845	35	-	-	26	4	2	3	33
China	12.131	84	363	1	2	23	7	13	-	43
Filipinas	12.150	18	10	26	-	82	-	54	22	74
Tailândia	1.774	5	3	1	60	3	-	11	1	14
Estados Unidos	215	3	1	1	-	315	4	3	-	17
Inglaterra	79	-	-	-	-	3	9	-	-	6
Brasil	285	-	2	3	-	15	1	902	39	64
Peru	117	-	-	-	1	6	2	59	177	30
Outros países	3.299	30	9	3	1	52	15	57	41	422

(JAPAN, 2007a)

Em comparação com outras nacionalidades, observamos que apenas mulheres brasileiras (68,8%), americanas (56,4%) e peruanas (45,2%) casaram-se predominantemente com indivíduos da mesma nacionalidade. Mulheres filipinas se casaram com cônjuge japonês quase na mesma proporção que mulheres japonesas (respectivamente 97,7% e 98,7%), seguidas pelas chinesas (95,8%), tailandesas (94,5%) e coreanas (86,4%). Se entre esses grupos parceiros com a mesma nacionalidade são a segunda opção mais numerosa, as filipinas ainda se casaram em maior proporção com homens americanos (0,7%) e brasileiros (0,4%) do que com conterrâneos (0,2%). Entre os noivos, os brasileiros e peruanos são os únicos que se casaram mais com mulheres da mesma nacionalidade do que com mulheres japonesas. Esses dados estão profundamente enraizados na lógica sexuada dos circuitos migratórios entre o Japão e outros países do continente asiático, bem como nas transformações das relações de gênero entre homens e mulheres japonesas. Por hora, continuaremos com dados sobre a

situação matrimonial de brasileiros e brasileiras somente, sendo que a discussão mais ampla sobre a migração de mulheres no Japão será retomada na parte 2.5 deste capítulo.

O mesmo levantamento revela que dos 258.778 divórcios registrados no Japão em 2006, 18.405 (7%) envolveram cônjuges estrangeiros. No caso das brasileiras, 119 divórcios foram feitos perante as autoridades japonesas, sendo 19 (16 %) de marido brasileiro e 90 (75,6%) de marido japonês. Os homens brasileiros se divorciaram em um total de 150, sendo 12,6% dos casos de mulheres brasileiras e 65,3% (ou 98) de mulheres japonesas. A baixa taxa de divórcio entre brasileiros pode estar relacionada ao fato de muitos casais retornarem ao Brasil para ter um divórcio oficial. Os dados sugerem que as uniões entre mulheres japonesas e homens brasileiros são relativamente mais bem sucedidas que aquelas entre mulheres brasileiras e homens japoneses; o que pode ser explicado a partir de expectativas em relação aos papéis masculinos e femininos em ambas as culturas.

Do ponto de vista dos nascimentos, as estatísticas vitais do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar apontam que das 26.228 crianças nascidas de mães estrangeiras em 2006, 53,5% tinham pai japonês, 35,8% pai estrangeiro e 10,7% pai desconhecido (“filho ilegítimo”, segundo a nomenclatura adotada pela instituição). A porcentagem de pais desconhecidos com mãe japonesa é 2,1%. O número absoluto de nascimentos é maior entre chinesas (6.805, ou 25,9%), filipinas (6.250, ou 23,8%) e coreanas (4.385, ou 16,7%), as brasileiras estando em quarto lugar com 3.210 (12,2%). O número de pais japoneses é superior ao de pai da mesma nacionalidade no caso das filipinas (80% japonês e 12,1% pai desconhecido e 5,1% da mesma nacionalidade), tailandesas (são 2,4% do total, mas 78,5% dos pais são japoneses, 12,3% “ilegítimos” e 4,8% da mesma nacionalidade), coreanas (59,1% pais japoneses, 34,8% pais da mesma nacionalidade e 4,3% pai desconhecido) e chinesas (57,7% pais japoneses, 36,8% pais da mesma nacionalidade e 3,9% pai desconhecido). Observamos que estatísticas em relação à paternidade dos filhos acompanham a tendência apontada pelas de casamento. Entre brasileiras e peruanas a porcentagem de pais japoneses é 8% e 11,9% respectivamente, pais da mesma nacionalidade, 58,5% e 48%, e muitos ilegítimos: 31,2% e 30,1%. Cabe ressaltar que em casos em que os pais da criança não são casados legalmente, o nome do pai não consta no registro de nascimento, caracterizando ilegitimidade. Os dados, assim, apontam para um número significativo de mães solteiras brasileiras e peruanas no Japão; um fenômeno que merece um estudo à parte.

Do ponto de vista da idade das mães, as brasileiras possuem a maior taxa de natalidade nas faixas etárias mais jovens em comparação com japonesas e coreanas.

Tabela 2.5. Taxa de natalidade por nacionalidade da mãe

	Japonesas	Coreanas	Brasileiras
Menos de 14 anos	-	-	0,2
15 a 19 anos	1,7	0,5	10,2
20 a 24 anos	12,6	4,8	26,5
25 a 29 anos	35,2	29,1	29,2
30 a 34 anos	36,4	45,6	20,7
35 a 39 anos	12,4	16,0	10,8
40 a 44 anos	1,6	3,4	2,2
45 a 49 anos	-	0,1	0,2

(LEE³⁶, 2005 *apud* SANTOS, 2008)

Podemos inferir, tal como sugere Santos (2008), que tanto a monoparentalidade como a maternidade precoce estão associadas a questões de natureza sociocultural que envolvem o comportamento sexual das jovens brasileiras (caracterizado pela iniciação sexual mais cedo em relação a outros grupos), a valorização sociocultural do casal (e não necessariamente do casamento) e a elevação do status da mulher não qualificada através da maternidade. Do ponto de vista das políticas públicas, é possível apontar para a falha das instituições sociais em promover educação sexual entre brasileiras e brasileiros no país. A proliferação de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS sustentam o último argumento. Um episódio isolado, porém ilustrativo dessa questão, deu-se em 2008, durante uma visita ao Japão: uma mulher de 25 anos contou como o marido, um jovem da mesma idade, não sabia como o vírus HIV era transmitido³⁷.

2.2. Identidades e filiação cultural

A migração brasileira para o Japão, não raro, é tratada em termos de um “retorno étnico” à terra dos ancestrais (cf. TSUDA, 1998; 2000). Kawamura (2003) considera que a política migratória japonesa pressupõe que *nikkeis* teriam maior facilidade de integração à cultura e disciplina de trabalho japonesa; embora a prática tenha demonstrado que, pelo contrário, muitos brasileiros experimentam distanciamento em relação à sociedade japonesa (SASAKI, 1998). Tsuda (1998) é mais radical ao afirmar que a admissão de trabalhadores

³⁶ LEE, Setsuko. *Kodomo no kokusai ka no genjo to kadai*. **Kodomo no niji jōhō kenshu center kiyō**, n.3. Tóquio, p.17-28.

³⁷ Vide artigo: “Aids: uma questão preocupante no Japão”. IPC Digital (11/04/2007).

nikkeis foi uma tentativa de conciliar a necessidade de mão-de-obra estrangeira nas indústrias e as demandas da direita nacional pela manutenção da suposta “homogeneidade racial” do povo japonês³⁸.

Esses mesmos autores consideraram que conflitos entre brasileiros e japoneses moldaram a percepção sobre a própria identidade por parte desses migrantes. Kawamura (2000), em ampla análise sobre as rotinas industriais japonesas, identificou que os brasileiros em geral têm dificuldade de adaptar-se ao regime de trabalho japonês: a disciplina, hierarquia, silêncio constante, responsabilidade pela limpeza do local de trabalho e a inflexibilidade das regras e *modus operandi* do trabalho são considerados excessivamente rigorosos. Em contrapartida, muitos empregadores apontam a conduta dos brasileiros como indisciplinada e individualista.

Tsuda (1998) investigou conflitos culturais fora da fábrica, a partir de entrevistas realizadas com japoneses em cidades com alta concentração de estrangeiros. O antropólogo identificou a existência de uma complexa estrutura de preconceito étnico latente contra os brasileiros na sociedade japonesa, baseado no estigma do legado da emigração³⁹, sua posição “inferior” como trabalhador migrante não qualificado e a “perda” da cultura japonesa entre *nikkeis*.

As diferenças apontadas entre “ser brasileiro” e “ser japonês”, ainda que baseadas em estereótipos; caracterizam um “jogo” (SASAKI 1998) de demarcação de fronteiras entre os grupos a partir da polarização de seus atributos e ênfase em sua distinção⁴⁰. Através de performances no cotidiano como falar alto em público, vestir-se diferente, negar-se a aprender o japonês e organizar paradas públicas de Carnaval, *nikkeis* brasileiros não tentam reproduzir com autenticidade o modo de vida que tinham no Brasil. Antes, essas micro-resistências

³⁸ Segundo o antropólogo, as noções de poluição e pureza são fundamentais para a formação de um imaginário social acerca dos estrangeiros, ou *outsiders*, no Japão.

³⁹ Segundo o autor, existe no imaginário da cultura japonesa um estigma social relacionado à condição do emigrante japonês que deixa sua *homeland* permanentemente por necessidades econômicas em vez de permanecer e lutar contra as adversidades (o que significa um “esquecimento” de que a migração de japoneses para o Brasil tinha um caráter temporário). Os *nikkeis* estariam comprometidos não apenas em função de “*low family background*”, mas também por eles mesmos terem migrado. Esta imagem de pobreza e desespero econômico é reforçada pela percepção do Brasil como um país pobre.

⁴⁰ Esta dinâmica pode ser associada ao conceito de identidade como um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Cada grupo teria um conjunto de traços que corresponde ao seu ‘conteúdo cultural’ cujas ‘fronteiras’ se revelam no contato com outros grupos. A identidade só existe em relação à outra, numa relação dialética. O que interessa, então, é como se estabelecem diferenças (Nós e Eles) e como as fronteiras são negociadas na dinâmica com grupos distintos (BARTH, 1998).

representam a defesa de um espaço cultural autônomo e independente em relação à sociedade hegemônica⁴¹ (TSUDA, 2000).

Roth (2002) estabelece um contraponto a essas análises propondo que as relações entre *nikkeis* brasileiros e japoneses não pode ser entendida apenas do ponto de vista do choque cultural, mas sim considerando que há instituições (locais, sociais, políticas e econômicas) que incorporam e canalizam fluxos de informação, capital, bens e pessoas de modos específicos.

In Hamamatsu, the illegal but tolerated system of employment brokers has played a decisive role in mediating relations between Japanese and *nikkeijin*. This system, which has included not only brokers but also manufacturers and government agencies, has operated to segment and to differentiate *nikkeijin* and Japanese from each other. Overtime, each group has increasingly emphasized key cultural symbols in opposition to the other in a process that I call “oppositional florescence” (2002, p.140)

A oposição florescente, para o antropólogo, envolve uma estratégia de seleção de símbolos culturais em um contexto em que as pessoas se tornam mais conscientes da cultura e políticas de identidade. O autor ignora, por sua vez, que o processo de “oposição florescente” possui uma dimensão mercadológica: comerciantes lucram ao conquistar a clientela com bandeiras brasileiras e transmissões da Copa do Mundo, restaurantes estabelecem nichos oferecendo pratos e serviços “tipicamente” brasileiros... Faz sentido, assim, que o caráter dessa seleção de elementos da cultura de origem tenha pouco a ver com a familiaridade dos rituais e artefatos culturais, mas sim com certa constituição midiática de uma cultura nacional de consumo. Uma hipótese possível é que os mercados étnicos de circulação de bens culturais (GUARNIZO, 2003) se valem de símbolos comuns para construir uma linguagem ou imagem global daquilo que pode ser identificável como “brasileiro”, nos termos de uma comunicação possível entre populações brasileiras no exterior e no país de origem (ou seja, selecionam-se bens culturais para demarcar uma cultura brasileira global).

2.3. De migrantes temporários a “*zainichi burajirujin*”

Pesquisadores utilizaram categorias da sociologia econômica, particularmente a de redes sociais, para tratar do modo de operacionalização da migração e da expansão de serviços e espaços voltados para a população brasileira no Japão. Sasaki (1998) destaca a extensão e reconfiguração de “*redes sociais*” (seu termo) entre os dois países, inicialmente

⁴¹ Análises e conclusões similares estão presentes em estudos sobre comunidades brasileiras nos Estados Unidos (cf. SALES, 1999).

constituídas pelo migrante em potencial, as pequenas e médias empresas japonesas com demanda por mão-de-obra estrangeira e os agentes intermediários (empreiteiras). Com o passar dos anos, essas redes incorporaram organizações não governamentais, agências de orientação⁴², além de redes pessoais compostas por parentes e amigos nos dois lados do circuito migratório. Essa última tendência foi confirmada pela pesquisa da Associação Brasileira dos Dekasseguis (BELTRÃO & SUGAHARA, 2008a) que constatou que em mais de 50% dos casos, as notícias do Japão, oportunidades de emprego, custeio de passagem e alojamento para as primeiras semanas são disponibilizados por familiares, parentes e amigos já estabelecidos no país.

O surgimento de redutos brasileiros em diversas regiões permitiu aos mesmos se comunicarem e se expressarem de forma diferente dos costumes locais; utilizando o português, cultivando hábitos alimentares e desenvolvendo atividades de lazer “brasileiras”. Kawamura (2003b) utiliza a noção de redes para se referir ao surgimento de empresas e serviços de brasileiros para brasileiros, que oferecem produtos diversos, serviços educacionais, comunicacionais e de informação que dispensaram o uso do idioma e da etiqueta japonesa em diversas situações cotidianas. A socióloga identifica que, se no início a migração era marcada pelo nivelamento por baixo dos trabalhadores migrantes brasileiros em atividades não qualificadas⁴³, a “descoberta” de um mercado consumidor brasileiro no Japão possibilitou a diversificação dos modos de inserção econômica e criação de clivagens objetivas entre brasileiros em termos de distribuição de renda.

Si al inicio de la migración ya existía la presencia de pequeños establecimientos comerciales, principalmente para la venta de productos perecibles y algunos servicios que trajeron de Brasil, hoy la diversificación ocurre en sentido de una diversificación de actividades, (...) además de servicios artísticos, moda, información, enseñanza de lenguas y formación escolar; asistencia técnica de automóviles, informática, telefonía, transporte, documentación y abogacía. (...) tanto antiguos dekasegi como profesionales recién llegados de Brasil pasaron a ocupar funciones empresariales y profesionales en Japón, (...) constituyéndose en grupos con posición social y cultural privilegiada en relación a los demás brasileiros que viven en este país. (KAWAMURA, 2003b, p.409).

O uso da categoria “redes” por estes autores, com exceção de Fazito (2002), é difundido sem uma preocupação expressa com o quadro de referência teórico que utilizam, ora se referindo aos canais que conectam Brasil e Japão; ora a um conjunto de atores sociais

⁴² Durante o início da década de 1990, o grande número de casos de *nikkeis* aliciados por empreiteiras inescrupulosas levou à emergência de novas organizações como o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), no Brasil, bem como agências de orientação similares nos lugares de alta concentração de brasileiros, visando prevenir a exploração destes trabalhadores e melhorar as condições de sua estadia no Japão.

⁴³ Os trabalhos realizados pelos brasileiros foram caracterizados por três Ks: *kitanai* (sujo), *kitsui* (pesado) e *kiken* (perigoso) (KAWAMURA, 2003; OCADA, 2000).

“brasileiros” (organizações não governamentais, representantes junto a governos locais, sindicalistas); ora às famílias e amigos dos migrantes individuais. Entretanto, a literatura em questão parece menos preocupada com a natureza dessas redes, procurando demonstrar uma mudança na temporalidade da migração: de migrantes sazonais para *zainichi burajirujin*⁴⁴ (brasileiros residentes no Japão).

As expectativas temporais (ROBERTS, 1998) ocorrem quando são estabelecidas redes sociais entre o destino e a origem, de forma que os migrantes podem se estabelecer ou retornar. Tais expectativas repercutem nas estratégias de inserção, que envolvem investimentos a longo prazo como a aquisição de imóveis, empreendimentos comerciais ou mesmo trajetórias educacionais para os filhos. A noção de expectativas temporais permite pensar que, para além do tempo “real” da migração, haveria um tempo “imaginado” que não se refere, necessariamente, ao tempo do projeto da migração. Para Sayad (1998), esse tempo “imaginado” estaria condensado na ideia de “retorno”. O retorno, em si mesmo, não pode existir como uma possibilidade concreta, uma vez que o deslocamento se opera não apenas no espaço físico, mas também no espaço social, no “estado de coisas” que foi deixado para trás. A possibilidade de retorno ao espaço original, assim, mantém-se justificada a partir da crença que a decisão de migrar pode ser “*puramente individual e pontual, localizada num espaço e tempo manipulável racionalmente*” (FAZITO, 2005).

A percepção da presença dos brasileiros como temporária se expressa na própria estrutura social da sociedade japonesa, em que a condição de estrangeiro representa espaços limitados de atuação, comunicação e aperfeiçoamento profissional e social (KAWAMURA, 2000). As leis japonesas, baseadas em *jus sanguinis* e o padrão de inserção ocupacional como trabalhadores sazonais terceirizados impedem que indivíduos que optem pela permanência no Japão e seus filhos gozem de cidadania, direitos sociais plenos e estabilidade profissional no país⁴⁵. Do ponto de vista de estratégias individuais, o foco na maximização da capacidade de economizar se expressa no comportamento dentro e fora do trabalho: mudanças contínuas de emprego ou de cidade em busca de melhores salários, moradia em dormitórios coletivos,

⁴⁴ O uso de categorias como “*zainichi burajirujin*” e “*dekassegui*” será abordado no Capítulo III.

⁴⁵ Em comparação com migrantes em situação legal precária, por sua vez, brasileiros e brasileiras no Japão têm melhores condições de pleitear suas demandas junto às autoridades. Foi realizada em julho de 2008, a I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, pela Subsecretaria das Comunidades Brasileiras no Exterior, em que representantes da “comunidade brasileira no Japão” (termo utilizado pelo Ministério das Relações Exteriores) apresentaram demandas em relação à educação e parcerias ministeriais bilaterais ao Governo Brasileiro. Em 2010, entrou em vigor o Acordo Previdenciário entre o Brasil e o Japão, que possibilita que o tempo de serviço em um país seja considerado no cálculo da aposentadoria em outro.

horas-extras e trabalho nos feriados, alimentação e lazer de baixo-custo, e não pagamento de benefícios sociais como a Previdência e o Seguro Social⁴⁶ (NAKAMOTO, 2008).

2.4. Migração pendular e retorno

A fluidez das expectativas temporais organizou o circuito migratório de forma pendular, caracterizado pela intensa circulação ao longo do eixo Brasil-Japão. Embora os estudos sobre o tema reconheçam a circularidade como uma especificidade da migração brasileira para o Japão, não houve estudos sistemáticos sobre o que acontecia com esses indivíduos quando retornavam, ainda que esporadicamente, ao Brasil. Reconhecendo a emigração e imigração como aspectos indissociáveis de um mesmo processo (SAYAD, 1998), estudar o “lado brasileiro” da migração permite compreender de maneira mais consistente o modo de vida e as estratégias de mobilidade e inserção socioeconômica desses indivíduos.

Entrevistas realizadas entre 2008 (NAKAMOTO, 2008) e 2011 demonstram que a circularidade constitui uma combinação entre mecanismos que facilitam a entrada e a saída no país (legislação japonesa e a tecnologia de transporte e comunicações) e diversas tentativas de gerenciar processos de desfiliação social tanto no Japão como no Brasil. No Japão, a grande maioria dos brasileiros está inserida no mercado de trabalho sob o paradigma do trabalho temporário, modelo típico de contratação de estrangeiros no país. A maior flexibilidade de utilização da mão-de-obra não qualificada possibilita a exploração do trabalhador através de longas jornadas de trabalho e privação de direitos trabalhistas (KAWAMURA, 2003). Embora agências de orientação e a mídia especializada em brasileiros estejam engajadas na informação e conscientização dos direitos e deveres da população brasileira no país, o medo do desemprego ou mesmo a busca por maiores salários abre brechas para que muitos migrantes aceitem condições adversas (ou mesmo ilegais) de trabalho e abram mão de seus direitos. Em alguns casos, como afirmamos, a privação de direitos está associada a estratégias deliberadas de diminuir o custo de vida e economizar para o envio de remessas. Nas duas

⁴⁶ Cabe ressaltar que a extensão dos benefícios sociais a estrangeiros está relacionada ao reconhecimento do papel dos trabalhadores migrantes, num futuro próximo, para sustentar uma sociedade japonesa em envelhecimento, de forma a promover uma política de filiação e participação social. Na década de 1980, o governo japonês removeu as chamadas *kokiseiki joko* (cláusulas de nacionalidade) incluídas em um vasto grupo de leis de bem-estar até então acessíveis apenas aos nacionais japoneses. A mudança mais significativa foi possivelmente em 1982 com a remoção da cláusula na Lei de Pensão Nacional (que excluía inclusive coreanos residentes). Em 1986 o Seguro de Saúde passa a ser disponível aos estrangeiros e governo toma medidas para aplicar as leis em relação aos trabalhadores estrangeiros (TAKAO, 2003).

situações, mesmo com salários comparativamente maiores que no Brasil, o regime de trabalho intenso e repetitivo pode acarretar desgaste e adoecimento físico, mental e emocional.

No Brasil, as consequências profissionais e pessoais do período de ausência do país colocam em questão quais as condições de readaptação e reinserção socioeconômica desses indivíduos quando retornam. A própria ideia de “retorno” é questionável, na medida em que ele não pode existir em si mesmo como uma possibilidade concreta: o deslocamento se opera não apenas no espaço físico, mas também no espaço social ou “estado de coisas” que foi deixado para trás (SAYAD, 1998).

A mudança no “estado de coisas”, constatada na chegada ao país de origem, pode ser manifesta nos rearranjos familiares (falecimentos, divórcios, casamentos, filhos crescidos), na dinâmica do mercado de trabalho (desatualização profissional, desaparecimento de postos de trabalho) e na vida cotidiana (mudanças de moeda, sistema de transportes, ruas, índice de preços). O próprio migrante também já não é o mesmo, trazendo marcas físicas e emocionais de sua experiência no exterior. A estadia no Brasil poderia corresponder a um período de descanso do tempo de trabalho no Japão em que os indivíduos ponderam as possibilidades de viver em um lugar ou outro. O retorno não significa necessariamente uma ruptura definitiva com o ciclo migratório, sendo que a possibilidade de reincidência se coloca no horizonte de trajetórias possíveis para os brasileiros que se engajaram nesse movimento.

O caráter não definitivo do retorno se expressa nos dados de Beltrão e Sugahara (2006) referentes ao ano de 2004, em que 41% dos retornados de sua amostra havia ido para o Japão mais de uma vez. Fusco e Souchaud (2010) observaram que embora a população brasileira no Japão fosse muito menor que a dos Estados Unidos (respectivamente 225 mil e 800 mil pessoas), o contingente de retornados era semelhante (17% e 16% em relação ao total de brasileiros que declararam residência anterior no exterior), o que é contraditório com a percepção de que o retorno seria mais comum em uma população migrante maior e espacialmente mais próxima. A lei de imigração japonesa, que permite múltiplos retornos aos descendentes de japoneses, possibilita aos *nikkeis* brasileiros a realização de múltiplas viagens entre origem e destino, enquanto migrantes indocumentados que penetram em território norte-americano provavelmente não arriscariam um retorno “temporário” ao Brasil.

A circularidade em si é vista como um fator agravante das adversidades enfrentadas por essa população, podendo estar associada a novas formas de desfiliação social, como é o caso da escolarização entre os filhos de migrantes brasileiros. As constantes mudanças para diferentes cidades e/ou de um país a outro, acompanhando os pais, acarreta progressiva defasagem linguística e de aprendizado. Em vez de produzir indivíduos bilíngues, os períodos

descontínuos de escolarização e vivência em ambos os países fazem com que não dominem de fato nem o japonês, nem o português (NAKAGAWA, 2008).

A crise econômica de 2008, por sua vez, mudou o quadro relacionado à circularidade e retorno temporário a partir de transformações nas condições de emprego no Japão. O desemprego em massa de brasileiros e brasileiras pode ser considerado um resultado esperado estruturalmente dado o caráter flexível da mão-de-obra brasileira no mercado de trabalho. As mudanças relacionadas à presença de brasileiros, como a disponibilização de informações públicas em português, contratação de tradutores e tutores em escolas japonesas, não se deram no âmbito da política trabalhista, que manteve o modelo de terceirização. Embora os índices de desemprego no Japão não sejam mapeados em termos de nacionalidade, Higuchi (2011) estima que mais de 50% dos brasileiros perderam seus empregos (informação verbal⁴⁷).

As medidas do Governo japonês foram orientadas no sentido de dispensar parte da população brasileira. Muitas empresas adotaram a política de manter apenas trabalhadores proficientes na língua japonesa. Em 2009, foi liberado um pacote de ajuda governamental para trabalhadores que retornassem ao Brasil, (cerca de 3 mil dólares por pessoa e adicional de 2 mil por dependente), sob a condição de não voltassem ao Japão por um período de três anos. A medida tem sido vista com cautela, uma vez que tramita no Parlamento uma proposta de suspender o visto especial para *nikkeis*, ou mantê-lo apenas para indivíduos proficientes em língua japonesa.

Os baixos salários, desemprego e mecanismos institucionais visando a saída de brasileiros, em vigor a partir da crise de 2008, colocam obstáculos à migração recorrente e suscitaram preocupação acerca do retorno em massa de brasileiros a partir do Japão em função da provável incapacidade do mercado de trabalho em absorver este contingente. Cidades como Bastos, no interior de São Paulo, que sofreram perda populacional significativa com o movimento migratório, apresentam a possibilidade de sofrer um impacto proporcionalmente maior com a chegada de seus expatriados.

2.5. E as mulheres?

A inserção socioeconômica de migrantes no mercado de trabalho japonês está profundamente enraizada no modelo tradicional de divisão sexual do trabalho em que as mulheres devem se dedicar integralmente ao cuidado da casa, do marido e dos filhos. Do

⁴⁷ Informação fornecida por Naoto Higuchi em 2011.

ponto de vista do mercado formal, as relações entre empregador e trabalhador extrapolam os limites do trabalho, estendendo-se para a vida privada e familiar. A família nuclear é vista como parte da empresa e subordinada a seus interesses, de forma que é papel da esposa prover a infraestrutura necessária para o melhor desempenho do homem na vida produtiva (BENEDICT, 2002; KAWAMURA, 2003). Embora formalmente não existam barreiras ao trabalho feminino após o casamento e nascimento de filhos, as exigências do trabalho dentro da rígida cultura corporativa japonesa, a falta de perspectiva de carreira, e baixos salários têm contribuído para desestimular a presença de mulheres japonesas no mercado de trabalho. A conciliação entre vida profissional e maternidade é particularmente difícil, tendo em vista a falta de equipamentos coletivos e normas sociais que limitam o recurso dos serviços domésticos e de cuidado remunerados (HIRATA & KERGOAT, 2010). A carreira doméstica feminina inclui um forte engajamento em atividades comunitárias e culturais, bem como práticas de aperfeiçoamento individual como o estudo de línguas, especialização em cerimônia do chá e arranjo de flores (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Paradoxalmente, as condições adversas para a permanência das mulheres japonesas no mercado de trabalho têm funcionado como mecanismo de desinibição da demanda pela força de trabalho feminino migrante (DOUGLASS, 2006). A inserção de mão-de-obra *nikkei*, em particular, se deu em um contexto de demanda por trabalho nas pequenas e médias empresas que não pôde ser, em um primeiro momento, suprida por jovens e mulheres japoneses. Medidas como a Lei de Igualdade e Oportunidade de Empregos para Homens e Mulheres (1986) conseguiram elevar um pouco a participação feminina em trabalhos não qualificados, mas tiveram pouco sucesso em cargos gerenciais em companhias e no Governo. A dedicação das mulheres brasileiras ao trabalho se dá em condições semelhantes às dos homens, o que é agravado por problemas relativos à dupla jornada e falta de equipamentos que facilitem a conciliação ou delegação de funções domésticas.

De modo geral, as pesquisas sobre trabalho feminino migrante no Japão situam-se dentro de um quadro de interesse teórico definido em torno das profissões “femininas”, como o trabalho sexual e de entretenimento. Dados relativos ao ano 2000 indicam que, dentre os estrangeiros legais, 40 mil mulheres foram registradas como *entertainers* (84,1% do total) e 120 mil trabalhavam em fábricas (45,1%). 106 mil tinham ocupação desconhecida (que inclui o trabalho sexual), especialmente *overstayers* da Coreia, Filipinas, China e outros países asiáticos (47,3%). As brasileiras corresponderam a 44,9% das mulheres migrantes em 2005, sendo que 83,6% delas trabalhavam como operárias em indústria e apenas 0,57% em setores especializados como a saúde, educação, área jurídica, entre outros (EHRENREICH &

HOCHSCHILD, 2004; FALQUET et. al., 2010; PIPER, 2005; YAMAMOTO, 2006; YAMANAKA & PIPER, 2004). As brasileiras se inserem predominantemente no mesmo nicho profissional que homens brasileiros e asiáticos, ao contrário das mulheres asiáticas que ocupam o setor de entretenimento, como hostess em casas noturnas. Cabe lembrar que até 2008 apenas as brasileiras possuíam condições favoráveis para a permanência e trabalho registrado no país; o que explica a inserção mais significativa das asiáticas em estatísticas mais obscuras e ocupações que muitas vezes transitam entre o legal e o ilegal.

O perfil ocupacional das mulheres migrantes está relacionado às relações étnicas e de gênero que são estabelecidas com homens japonesas e homens da mesma nacionalidade, o que se reflete nos casamentos, divórcio e nascimento de filhos, conforme analisado na parte 2.1.1 deste capítulo. O enrijecimento das leis imigratórias em relação a outros países asiáticos conformou circuitos de migração feminina que tiveram como resultado o rápido crescimento de uniões formais e informais entre mulheres estrangeiras e homens locais. Pode-se inferir que em um contexto de controle migratório rígido, o casamento com locais constitui uma estratégia para mulheres e homens migrantes em busca de segurança legal e econômica no país de destino. Ainda, o êxodo rural e a opção pelo desenvolvimento da carreira profissional por parte de mulheres japonesas (que significa permanecer solteira) fez com que muitos homens, principalmente de comunidades agrícolas, buscassem serviços de *matchmaking* internacional para encontrar esposas principalmente nas Filipinas, China, Tailândia e Vietnã; inclusive com subsídios governamentais. Estudos tem chamado a atenção para a violência por parte do marido e da família estendida aos quais essas mulheres muitas vezes são submetidas (YAMANAKA & PIPER, 2004).

As desigualdades entre homens e mulheres brasileiras na fábrica se expressa também nas diferenças salariais que, tal como sugere Elson (cf. Capítulo I), funcionam como vantagens competitivas para as empreiteiras em momentos de crise. Não existem dados divulgados sobre a situação de desemprego no país entre homens e mulheres, embora Kawamura (2003) sugira que os homens são os primeiros a serem demitidos em períodos de recessão. No auge da crise econômica no início de 2009, ouvimos comentários entre retornados que a situação de trabalho no Japão “*estava boa*” para mulheres, com salários equiparados aos masculinos. O que aconteceu, na verdade, não foi um avanço rumo à igualdade nas condições de trabalho de homens e mulheres, mas sim o nivelamento por baixo através da queda dos salários masculinos.

Capítulo III

Campos discursivos: o Grupo Nikkei e o atendimento a retornados

A palavra “dekassegui” carrega diversos sentidos. O chamado “sentido original”, tal como denominado pela literatura (SASAKI, 1998), refere-se ao vocábulo japonês *dekasegi* (出稼ぎ), do verbo *dekasegu*⁴⁸, que remetia ao deslocamento sazonal de japoneses de Hokkaido, província no extremo norte do Japão, em busca de trabalho ao sul do país durante os invernos rigorosos. Ao longo dos anos, o termo foi estendido a outras práticas de trabalho temporário fora do local de origem. No Brasil, “dekassegui” tem sido amplamente utilizado para se referir à migração de brasileiros para o Japão para fins de trabalho, designando tanto o fenômeno social em questão como as pessoas que o praticam⁴⁹.

Do ponto de vista da literatura, a principal resistência ao termo remete à sua conotação pejorativa na língua japonesa. Os antropólogos Ortiz (2000) e Tsuda (1998), em abordagens distintas⁵⁰, apresentam a persistência de uma percepção negativa do trabalhador migrante no imaginário japonês, associado ao trabalho pesado e desqualificado e à suposta falta de perseverança em prosperar na terra de origem. Entre autores japoneses, “*dekassegui*” caiu em desuso em detrimento de expressões como “*nikkei burajirujin*” (brasileiros descendentes de japoneses), para se referir aos nipo-brasileiros radicados no Japão; e “*kisetsu*” ([trabalho] sazonal), para caracterizar o trabalho temporário de japoneses oriundos de províncias menos desenvolvidas em centros industriais ou setor de serviços na região de Kantō⁵¹ (MIYAUCHI, 2008). No Brasil, há controvérsias: autores como Kawamura (1998) rejeitam o termo por considerá-lo obsoleto; outros consideram que o mesmo pode ser resignificado à luz de uma compreensão contemporânea e menos prejudicial do fenômeno migratório.

Em seus diversos sentidos, o emprego de “*dekassegui*” cai na mesma armadilha conceitual ao ser transplantado do senso comum para categorizar o processo migratório⁵² desconsiderando que se trata de uma categoria elaborada pelo grupo que o vivencia. Pensar “*dekassegui*” como uma categoria nativa, logo, dispensa as controvérsias em torno do valor

⁴⁸ O ideograma 出[de] significa sair, e 稼[kasegu], ganhar dinheiro.

⁴⁹ Em 2001 o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss incorporou a palavra sob a grafia “decasségui”, significando “*que ou aquele que se fixa, mas apenas temporariamente, no Japão, para trabalhar frequentemente como mão-de-obra direta*”. Tal inclusão reflete o reconhecimento da migração brasileira para o Japão – ainda que sob uma designação específica como parte realidade brasileira.

⁵⁰ Ortiz utiliza referências na literatura e filosofia nacionalista japonesa, enquanto Tsuda realizou entrevistas acerca das opiniões de japoneses sobre a presença estrangeira em cidades com alta concentração de brasileiros.

⁵¹ A região de Kantō (関東) compreende as províncias de Tóquio, Chiba, Gunma, Ibaraki, Kanagawa, Saitama e Tochigi.

⁵² Cito também a dissertação de mestrado de Konigame (2012), que faz a mesma advertência.

descritivo da palavra para, então, nos voltarmos para seu valor relacional; ou seja, de que forma a categoria posiciona atores e processos sociais em diferentes campos discursivos.

Em um primeiro olhar, é possível constatar que “dekassegui” opera como um “nome próprio” da migração para o Japão, atribuindo-lhe especificidade em relação ao fluxo de brasileiros para outras localidades no exterior, particularmente no que se refere ao aspecto étnico característico dado pela legislação imigratória japonesa. Tal ênfase tem como efeito colateral a desconsideração de uma parcela de brasileiros que vive e trabalha no Japão e não possui ascendência japonesa⁵³. Mas a etnicidade se refere não apenas às pessoas que se tornam migrantes: é na Liberdade, bairro de referência da presença japonesa no Brasil, que surgem as primeiras agências de recrutamento; nos jornais nipo-brasileiros que são divulgados a maioria dos anúncios de empregos no Japão; e são associações nipo-brasileiras que organizam *lobby* junto ao governo e projetos de assistência e informação para migrantes futuros ou reincidentes. A “nova” migração (ou emigração) desenvolveu-se sob estruturas e redes construídas pela “velha” migração (ou imigração) que canalizaram o fluxo de pessoas, bens e informações entre Brasil e Japão. “*Dekassegui*” representa a construção de um olhar sobre a migração brasileira para o Japão em torno da ideia de retorno à terra dos ancestrais e do passado coletivo remetente à imigração japonesa para o Brasil; este último constituindo a ideia fundadora da noção de comunidade nipo-brasileira com valores e história compartilhados.

O surgimento de iniciativas no âmbito das associações nipo-brasileiras para oferecer informação, atendimento e serviços a migrantes em potencial e retornados, está atrelado ao modo como a migração e seus significados são produzidos socialmente e incorporados à identidade e símbolos de um grupo. Ao longo dos anos, em São Paulo, a repercussão da migração brasileira para o Japão sensibilizou grupos isolados, entidades, igrejas, empresas e profissionais em suas respectivas áreas, para o desenvolvimento de projetos para o público em questão. Nesse trabalho, focamos na pesquisa de campo realizada no Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei nos períodos de 2008-2009 (Iniciação Científica) e 2010-2011.

3.1. Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei

O Instituto de Promoção Humana Grupo Nikkei foi uma entidade sem fins lucrativos criada para atender desempregados na cidade de São Paulo tendo em vista os “*problemas*

⁵³ Agradeço a Gustavo Takeshy Taniguti por chamar-me a atenção para esta questão em suas sugestões para o projeto de pesquisa.

socioeconômicos na comunidade nipo-brasileira e na sociedade em geral”⁵⁴. A proposta surgiu em outubro de 1999 a partir de uma reunião entre “*trinta e quatro nikkeis, na sede do Grupo Escoteiro Caramuru*” organizada por Leda e Paulo Shimabukuro, casal de empresários da região da Liberdade, e Milton Nakabayashi, irmão de Leda e diretor comercial de sua empresa. O Grupo Nikkei de Promoção Humana, como foi chamado, constituiu um networking de mobilização de vagas de empregos principalmente para demandantes retornados do Japão. Em 2000, o Grupo passou a se reunir na sede da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL), onde passou a funcionar um escritório de atendimento diário e palestras e reuniões de orientação profissional. A partir de março de 2001, o Projeto *Tadaima* – “Bem-vindo”, em japonês – surgiu para atender especificamente “*ex-dekaseguis*” (segundo o vocabulário do Grupo); enquanto o atendimento ao público em geral continuou sob a designação de Projeto Desemprego. Em 2004, a organização foi formalizada no formato jurídico de Instituto.

O Grupo Nikkei constituiu a organização com maior acúmulo de experiência em atendimento aos migrantes retornados do Japão, cuja metodologia inspirou projetos que surgiram após 2009⁵⁵, quando o retorno se tornou mais evidente. O Grupo, assim, pode ser considerado como uma referência para estudar os casos e a maneira como o retorno foi significado através dos anos.

. Acompanhamos as atividades do Grupo Nikkei nos atendimentos individuais centralizados no escritório e nos workshops quinzenais realizados no prédio da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL), a poucos metros da Estação Liberdade da EMTU, em um local de fácil acesso por carro ou meios de transporte público. O Grupo Nikkei fazia atendimentos de segunda a sexta-feira, das nove da manhã às cinco da tarde. Um voluntário, Cleber (nome fictício), estudante de Administração no horário noturno, cuidava sozinho das atividades no escritório, que incluíam: recepção de demandantes de emprego, cadastro de vagas ou de demandantes junto ao Banco de Dados, atendimento por e-mail e telefone, encaminhamento de vagas para empresas (em caso de solicitação por parte das mesmas), entre outras atividades. O fluxo de pessoas variava de acordo com o dia, costumando ser mais intenso no início de ano (período de maior contratação comparado com

⁵⁴ Trecho copiado da descrição do Instituto em seu website: <http://grouponikkei.wordpress.com/>. Acesso em: mar. 2011.

⁵⁵ O Núcleo de Apoio ao Trabalhador no Exterior (NIATRE) foi criado a partir de um convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como uma experiência piloto de auxílio ao emprego para retornados do exterior, e não apenas do Japão. O NIATRE ocupa o mesmo escritório que o Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (ISEC) no subsolo do prédio do Bunkyo (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa) na Rua São Joaquim (Liberdade) e seus dirigentes são os mesmos, membros da cúpula da Comissão para Assuntos Relacionados ao Dekassegui da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Bunkyo).

outras épocas do ano) e após as reuniões mensais do Grupo. Os demandantes procuravam possíveis empregos em uma lista de vagas, renovada duas vezes por mês (vagas permanentes ou não preenchidas mantêm-se nas listas), e recebiam uma Carta de Recomendação do Grupo Nikkei para encaminhar junto ao currículo no contato com a empresa.

Segundo um levantamento parcial do Banco de Dados realizado em 2009, 14,9%² dos indivíduos que buscaram o Grupo Nikkei desde 1999 foram colocados no mercado de trabalho. A maioria dos demandantes são *nikkeis* (56,59%), embora os migrantes retornados constituam apenas 27% do total. O Grupo foi procurado principalmente por pessoas jovens, na faixa etária até 30 anos (54,33%), seguidos por pessoas de 31 a 40 anos (20,15%) e 41 a 50 anos (14,21%). Em relação à escolaridade, a maioria são indivíduos com Ensino Médio completo (54,82%) e Ensino Superior completo (22,63%).

Figura 3.1. Faixa etária de indivíduos cadastrados - Instituto Grupo Nikkei de Promoção Humana

Eram realizados dois workshops mensais. O primeiro, na segunda quinta-feira do mês, foi denominado Projeto Desemprego e reunia todos os demandantes de emprego que comparecerem no encontro – que na maior parte das vezes ultrapassa 100 pessoas. Às seis e meia da tarde, iniciava-se uma palestra com o empresário Marcelo Honda (nome fictício) sobre o mercado de trabalho, com dicas para conseguir um emprego: autoapresentação, preparação para entrevista, preenchimento de currículos, entre outros. Ao chegar, os participantes eram recebidos por voluntários que entregam fichas de cadastro para preenchimento, com um formulário extra para aqueles que foram trabalhar no Japão (posteriormente marcados com “D”, de “dekassegui”). Após as oito e meia da noite, o grupo se dividia: os retornados permaneciam com o voluntário Ronaldo (nome fictício), enquanto os demais demandantes se dirigiam às filas de atendimento individual em que seus currículos

eram analisados e vagas, sugeridas. O procedimento de encaminhamento para a vaga era relativamente o mesmo daqueles que buscam atendimento no escritório.

Figura 3.2. Palestra do Projeto Desemprego – Instituto Grupo Nikkei de Promoção Humana

A palestra de Ronaldo perpassava temas referentes ao trabalho no Japão, frisando as dificuldades que teriam levado as pessoas a migrarem, o sofrimento no Japão, associado ao trabalho no chão-de-fábrica, saudades do Brasil, separação familiar e sentimento de desfiliação cultural no Japão. Os presentes eram sempre convidados a participar, e em todos os encontros frequentados para fins de pesquisa as respostas se repetiam. O palestrante procurava conduzir um balanço da experiência no Japão até uma tabela de “vantagens-desvantagens”. Um dos encontros produziu o seguinte quadro:

<i>Vantagens</i>		<i>Desvantagens</i>
<i>Pontualidade</i>	<i>Foco/ Determinação</i>	<i>Idioma (quando não aprendeu)</i>
<i>Disciplina</i>	<i>Idioma</i>	<i>Defasagem geral</i>
<i>Experiência</i>	<i>Trabalho em equipe</i>	<i>Defasagem acadêmica</i>
<i>Organização</i>	<i>Humildade</i>	<i>Defasagem profissional</i>
<i>5 “S”</i>	<i>Novas habilidades</i>	<i>Desatualização</i>
<i>Respeito</i>	<i>Responsabilidade</i>	<i>Desestruturação familiar</i>
<i>Hierarquia</i>	<i>Amadurecimento</i>	<i>Desgaste físico e mental</i>
<i>Tradição</i>	<i>Conhecimento</i>	<i>Depressão</i>
<i>Força de vontade</i>	<i>Coragem</i>	<i>Buraco na carteira de trabalho</i>
<i>Priorizar objetivos</i>	<i>Excelência no atendimento</i>	<i>Timidez</i>

O palestrante esforçava-se para que a coluna de “vantagens” superasse a de “desvantagens”, sugerindo aos demandantes que é possível compensar pontos fracos na disputa por vagas no mercado de trabalho através de qualidades pessoais desenvolvidas no Japão. Procura-se valorizar a experiência de trabalho no Japão como um saber acumulado capaz de ser capitalizado em vantagens competitivas na reinserção profissional no Brasil.

A segunda reunião mensal, realizada na quarta quinta-feira do mês, é especificamente do Projeto *Tadaima*, reunindo apenas os participantes que tiveram a experiência de trabalho no Japão. A dinâmica, conduzida por Yukie (nome fictício), inclui a formação de grupos pequenos (que podem ser vários, dependendo da quantidade de pessoas) em que as pessoas são apresentadas a uma planilha de “Planejamento de Vida”. O pressuposto é de que a busca por oportunidades no Brasil pode ser aperfeiçoada na medida em que a pessoa define projetos pessoais, como a área em que pretende se inserir. Os participantes, mediados pela voluntária, conversam sobre seus projetos e sobre a experiência no Japão, sendo aconselhados e/ou consolados pelos voluntários e por vezes pelos próprios participantes, que passaram ou passam por questões semelhantes. O tema predominante em cada encontro varia de acordo com a maneira como os participantes conduzem seus depoimentos, muitas vezes tratando de questões como relações familiares ao invés da busca por emprego.

Figura 3.3. Palestra do Projeto *Tadaima* – Instituto Grupo Nikkei de Promoção Humana

As palestras do Grupo Nikkei parecem ser orientadas por uma concepção de busca por emprego baseada em técnicas de autoajuda e num modelo de racionalização da gestão da carreira em que o demandante deve definir metas e um plano de ação para alcançá-la. Assim, antes de qualquer passo, o demandante deve escolher uma “área” genérica para se inserir profissionalmente, e dentro dessa área, uma carreira. Em seguida, deve estabelecer passos para atingir a meta, que incluem: formação profissional, cursos, estágios e ascensão em uma empresa. Nas reuniões do Projeto Desemprego e do Projeto *Tadaima*, o demandante era encorajado a planejar todas as etapas do processo de busca por emprego, incluindo a roupa a utilizar na entrevista, pesquisa sobre a empresa, leitura sobre atualidades, e até mesmo a alimentação e sono do dia anterior, para maximizar a disposição e melhorar a apresentação pessoal.

A palestra sobre “Transição de Carreira” do Projeto Desemprego costuma tratar o currículo como o tema central. O palestrante compara o documento a uma “carta de amor” do demandante para a empresa. Ao perguntar quantos currículos a plateia enviou desde que começou a procurar por emprego, o palestrante apresenta uma estatística de origem não informada (e, pensamos, fictícia) de que, em média, uma pessoa deve enviar mil currículos para gerar quatro entrevistas de emprego. Dificilmente alguém da plateia teria enviado tantos! Em seguida, são sugeridas formas de divulgação: agência de emprego, mala direta, empresas de consultoria em recursos humanos, anúncios de jornais, internet e networking (redes de contato). Marcelo aponta mais algumas estratégias para o demandante se destacar, como personalizar o currículo, ser persistente (“com bom senso”, acrescenta, apesar de não estabelecer parâmetros para o que poderia ser considerada uma insistência “positiva” que não fizesse o demandante parecer “desesperado demais”), demonstrar interesse nas questões da empresa e expressar qualidades de um bom empregado também na vida pessoal (por exemplo, ser casado pode sugerir estabilidade, e praticar trabalho voluntário indica responsabilidade social).

A percepção implícita nestas palestras sobre busca por emprego não destoam daquilo que Demazière (2008) chama de “crenças institucionais” sobre o desemprego na França, em que a busca por emprego teria resultado na medida em que o desempregado se adequar determinado modelo de conduta: ser ativo, voluntário, otimista e combativo. Esse paradigma responsabiliza o demandante que não encontra emprego, considerando que a falta de atitude proativa significa falta de esforço e comodismo. Em algumas palestras do Projeto *Tadaima*, o silêncio dos participantes era questionado pelo palestrante, que projetava na participação (respondendo os comentários, assentindo energicamente às ideias apresentadas) um reflexo da

postura em relação à vida profissional. Quando alguns participantes apresentam desvantagens competitivas na busca por emprego (idade avançada, falta de experiência profissional e escolaridade), os palestrantes costumam sugerir a busca por empregos que valorizem a “experiência de vida”, por exemplo, e qualidades como confiança, seriedade e honestidade antes de um diploma.

Técnicas de autoajuda como planejamento pessoal, autoafirmação de metas e ampliação da autoestima também são utilizadas, em particular no Projeto *Tadaima*, para aconselhar migrantes retornados. Embora os discursos pareçam atender as expectativas dos demandantes, em alguns casos, é perceptível a falta de correspondência com a realidade dos retornados. Um episódio: no final de 2010, um homem de mais de 50 anos chamado Kenji (nome fictício) apareceu no workshop do Projeto *Tadaima* com roupas velhas e sujas, parecendo inquieto. Falava de forma muito desarticulada, tendo dificuldade para entender algumas perguntas que lhe eram feitas. Do pouco que compartilhou de sua história, disse que foi para o Japão depois dos 40 anos, voltou ao Brasil fazia meses e vivia de pequenos bicos. Ao me apresentar como pesquisadora da Universidade de São Paulo, ele perguntou, em seguida, se haveria um emprego para ele na Universidade. O diálogo dele com a voluntária pode ser reproduzido da seguinte forma:

Kenji: *Eu vim aqui porque preciso de um emprego...*
 Yukie: *Entendo. E o que você fazia antes do Japão?*
 Kenji: *Ah, eu... Dirigia um caminhão...*
 Yukie: *Ah, sim. E você gostava disso?*
 Kenji: *Hn?*
 Yukie: *Você se sentia realizado?*
 Kenji: *Ah, para mim era um emprego...*
 Yukie: *E em qual área você gostaria de trabalhar?*
 Kenji: *Eu quero um trabalho.*
 Yukie: *Sim, mas em que área? Humanas? Exatas?*
 Kenji: *Qualquer coisa. Só quero um trabalho. Vocês têm?*

O desencontro de mentes do diálogo acima prosseguiu por mais algum tempo, até que foram conversar em particular. Yukie, após o término da reunião, compartilhou o desenvolvimento da conversa:

“Ele é uma pessoa com um problema muito grande de autoestima. Eu peguei na mão dele e disse para ele olhar todo o dia no espelho e dizer que se ama, e mentalizar, sentir isso mesmo... É disso que ele precisa”.

Kenji foi embora sem sugestões de emprego.

Embora o objetivo aqui não seja discutir os méritos das técnicas de autoajuda propostas por Yukie, é possível identificar que o discurso faz associações entre autoestima e sucesso profissional que não corresponde com a noção do desemprego como um problema estrutural. O discurso otimista, centrado na capacidade do indivíduo de realizar seus sonhos e projetos pessoais a partir da autoafirmação, planejamento e autoconhecimento, embora não constitua uma solução coletiva para o desemprego, pode funcionar como uma ferramenta subjetiva de empoderamento na medida em que coloca ao alcance do indivíduo os requisitos necessários para a inserção profissional.

As práticas institucionais do Grupo Nikkei, por sua vez, parecem contrastar com o discurso. A coordenação da entidade, como pudemos observar durante a pesquisa de campo, utilizou seus contatos e influência pessoal junto a amigos e empresários nipo-brasileiros para que demandantes cadastrados no Grupo sejam contratados. Cabe citar um acontecimento em uma reunião do Projeto *Tadaima*, em que a Coordenadora chegou a dar o telefone pessoal de sua irmã, que trabalha em uma agência de turismo, para um retornado que tinha experiência na mesma área. A lista de vagas oferecidas evidencia a proeminência de empresas nipo-brasileiras e/ou comércio no bairro da Liberdade entre os ofertantes de emprego, o que aponta para a existência de redes locais, comunitárias e familiares que são acionadas a partir de indivíduos-chave entre coordenadores e voluntários. Ao longo dos anos, líderes de associações nipo-brasileiras, empresários, diretores de agências de recrutamento e políticos passaram pelo Grupo com maior ou menor interesse em suas atividades. Apesar do capital social de seus membros, o Grupo encerrou suas atividades no início de 2011 por falta de recursos financeiros.

O procedimento parece se inserir em uma tendência mais ampla apontada por Guimarães (2009) que aponta as redes sociais informais (pessoais) como o mecanismo mais acionado na busca por trabalho entre desempregados na Grande São Paulo, considerado mais eficiente que os meios institucionais como agências de emprego. Fora do Grupo, esse mecanismo também aparece nos modos como os retornados buscam alternativas de renda nos períodos mais imediatos ao retorno, como veremos no Capítulo IV, V e VI.

As palestras ainda faziam uso da memória coletiva da imigração japonesa no Brasil como referencial para significar a experiência de trabalho do Japão sob o prisma do trabalho árduo e do esforço de suportar o insuportável – o *ganbare*. Certas frases pareciam se repetir em todas as reuniões: “*Quem não tinha um sonho quando foi para o Japão?*”, dizia Ronaldo. “*Tem que ter muita coragem para largar tudo e ir para o Japão. Vocês são kamikazes*”. “*Nossos ancestrais viveram a mesma coisa, até passaram mais necessidade*”. Muitos dos

presentes, embora não tenham ido para o Japão por dificuldades insuperáveis no Brasil ou com sonhos e projetos definidos, parecem se identificar com a narrativa.

O fato do circuito migratório em questão ter sido delimitado a um grupo étnico relativamente restrito permite entender a maneira como a migração e seus significados são produzidos socialmente e incorporados à identidade e símbolos de um grupo. Tem-se um grupo social com um *background* migratório que remonta mais de um século e que se constituiu sobre um conjunto de narrativas sobre o ato de migrar, seja oriundo das próprias famílias, seja dos romances e discursos veiculados pelas associações nipo-brasileiras e livros de História (NEGAWA, 2001; SAKURAI, 1993). A denominação “*dekassegui*”, aqui, evidencia a existência desse conjunto de valores associados à migração e que, de forma mais ou menos intensa, incide sobre a maneira como as trajetórias desses migrantes são construídas.

Capítulo IV

Do chão da fábrica, múltiplas possibilidades: nove histórias

A heterodoxia dos dados é uma característica da pesquisa qualitativa, segundo Heloísa Martins (2004). A entrevista constitui uma técnica que ressalta essa qualidade, ainda que a pesquisadora esteja lidando com experiências semelhantes e/ou compartilhadas. O relato oral tende a produzir um volume imenso de dados que indicam como o objeto pesquisado se “diferencia dos demais” (QUEIROZ [1992] 2008, p.23), ao mesmo tempo em que é possível captar elementos análogos na forma como informantes vivenciaram, interpretam ou retêm a memória de dado acontecimento. A socióloga francesa Germaine Tillion (1973⁵⁶ *apud* QUEIROZ, [1988] 2008) demonstrou, através da análise de depoimentos de mulheres sobreviventes do campo de concentração de Ravensbrück, como indivíduos com *backgrounds* educacionais, familiares e culturais similares tendiam a “hábitos mentais” semelhantes que repercutiam no modo de interpretar e/ou traduzir certos fatos e orientavam todo o registro da memória. Logo, o relato oral, ainda que trate do universo subjetivo e pessoal de dado indivíduo, revela mecanismos cognitivos que são forjados no grupo social, sendo, portanto, objeto de estudo sociológico.

Ao buscarmos indivíduos que pudessem participar desta pesquisa, a necessidade imediata foi estabelecer quais experiências se encaixariam no perfil genérico de atividade que denominamos “migração brasileira para o Japão”. A imagem difundida do “trabalhador *dekassegui*”, tanto na mídia brasileira e japonesa como na literatura, evoca a ideia de homens e mulheres trabalhando horas a fio no chão de fábrica com o sonho de economizar o máximo de dinheiro e realizar o projeto de uma vida melhor no Brasil. O aumento substancial da presença brasileira no Japão correspondeu à diversificação dos projetos de vida, estratégias e modos de inserção ocupacional no país. Há brasileiros e brasileiras como operários em fábrica, tradutores, professores, estudantes, empresários, líderes religiosos e técnicos em diversas áreas. Do ponto de vista analítico, além de variáveis como gênero, idade e escolaridade, concluímos que o modo de inserção ocupacional no Japão poderia repercutir na forma como esses indivíduos percebem e vivenciam a experiência migratória. Assim, organizamos a análise das entrevistas coletadas em três grupos a partir do modo de inserção ocupacional no Japão: indivíduos que trabalharam exclusivamente em fábrica; indivíduos que

⁵⁶ TILLION, Germaine. *Ravensbrück*. Paris: Seuil, 1973.

exerceram outro tipo de atividade profissional; e indivíduos que acompanharam os pais em sua jornada no Japão. No presente capítulo, nos ocuparemos do primeiro grupo.

A análise de entrevistas é um trabalho artesanal, e a pesquisadora muitas vezes toma liberdade de manipular os depoimentos de tal forma que corrompe o formato original, caracterizado pela narrativa livre, escalonamento de ideias e transições entre diferentes períodos de tempo sem preocupação com a cronologia dos acontecimentos. Optamos por alterar a ordem da narrativa para os propósitos dessa análise, e mantivemos algumas transcrições originais.

4.1. Três mulheres que conheciam apenas a fábrica

4.1.1. Cíntia Nakahodo na encruzilhada

Na Introdução deste trabalho, Cíntia foi apresentada como uma mulher que se encontrava em uma encruzilhada, decidindo entre viver no Brasil ou no Japão. 2008 foi o ano em que as condições de trabalho dos brasileiros nas fábricas japonesas apontavam para a recessão econômica, mas ainda não se sabia a duração ou gravidade da crise. Retomaremos alguns aspectos de sua trajetória.

Cíntia foi ao Japão pela primeira vez no ano 2000, aos 17 anos, acompanhada da irmã Larissa, de 18 anos. Como em muitos casos, Cíntia foi a convite da irmã mais velha, Mariana, de 21 anos, que trabalhava no país desde os 15 anos de idade. O plano de Cíntia era trabalhar por três anos e juntar dinheiro o suficiente para comprar uma casa para os pais e custear a faculdade de Direito. Seus pais, um policial aposentado por invalidez e uma dona-de-casa, jamais viajaram para o exterior, a trabalho ou lazer.

Na família Nakahodo a migração funcionava como uma estratégia coletiva de ascensão econômica a médio prazo através da aquisição de imóveis e outros bens duráveis. A família tinha poucas opções de operacionalizar o projeto no Brasil, em um domicílio com seis membros, apenas um deles detentor de renda estável. Para as irmãs, ir ao Japão significava romper com o ciclo de dependência econômica dos pais e se tornarem provedoras. Verificamos que essa transição foi apressada no caso de Mariana e Cíntia, ainda menores de idade. A prática reproduz modelos de família de baixa renda em que as filhas mulheres, ou mais velhos, ingressam mais cedo no mercado de trabalho para proporcionar maiores oportunidades para os irmãos mais novos. No caso, o irmão Rodolfo, o caçula, chegou a terminar o Ensino Médio e prestar exame de ingresso em universidades, oportunidade que as

irmãs não tiveram. Rodolfo foi para o Japão após algumas tentativas de ingresso no Ensino Superior, mas destinava seu salário a atividades de lazer, como viagens. As filhas pareciam mais atadas ao censo de obrigação filial, tendo juntado forças para ajudar os pais financeiramente.

“Meu pai ficou doente e [...] não conseguia dirigir um carro manual. Então precisaria comprar um carro automático. E a gente ainda tinha dinheiro para pagar da passagem, a gente estava pagando. Então precisava de dinheiro para comprar um carro para ele. Aí a gente inventou: ‘Vamos se matar de fazer zangyō⁵⁷ e conseguir comprar esse carro’. Aí cheguei lá na fábrica e pedi zangyō. Aí o chefe falou assim para mim: ‘Olha, tem seis horas todo dia. Quer fazer’. Falei: ‘Faço’. Chegava, ficava até meia-noite na fábrica, chegava oito, acordava às cinco horas da manhã, saía às seis horas, chegava oito horas na fábrica, demorava duas horas para chegar, tinha transporte te pegava em casa e te deixava em casa. Mas como eu morava longe da fábrica eu era a primeira a ser pega e a última a descer do ônibus, que era ônibus fretado. Então eu saía seis horas da manhã em casa para chegar uma hora da manhã, duas horas. Então eu praticamente não dormia, eu trabalhava que nem uma condenada. [...] o pessoal não queria fazer eu fazia, a maioria ficava duas horas, três horas. E como eu não ia embora, eu fazia seis. São três horas a mais ainda para adiantar o serviço que estava atrasado. Só que estava sobrecarregando muito o chefe, ele estava ficando muito cansado porque tinha que ficar comigo”.

As irmãs desenvolveram uma hierarquia rígida em que a irmã mais velha, com mais experiência no Japão, estabelecia o que Cíntia e Larissa deveriam fazer. As duas irmãs mais novas não buscaram nenhum tipo de orientação fora da relação fraternal.

“Quando eu fiquei em Hamamatsu eu não tinha emprego. Eu tinha 17 anos, em Hamamatsu ninguém pegava. E como a Mariana não queria que a gente ficasse separada de jeito nenhum, em lugar diferente, então para onde eu ia a Larissa ia. Para onde eu não ia a Larissa também não ia. Aí era difícil porque a gente não podia trabalhar separado, e quem comandava ali era a Mariana. E quando a Mariana falava ‘não’ a gente não ia. Então eu fiquei muito tempo, fiquei seis meses desempregada. Com a dívida das passagens, com a dívida das coisas... [...] Porque a gente chegou, a gente não tinha noção de dinheiro... Ninguém explicou nada para a gente quanto que valia o dinheiro de lá. Então praticamente eu achava que ichi man era dez reais, era mixaria, e torrava o dinheiro, a gente não sabia o significado do dinheiro. Quando a gente descobriu o quando é difícil ganhar trezentos mil [risos]... Sabe, tudo o que a gente via a gente comprava. ‘Ah, é um real?’, então ia lá e comprava. [...] a gente ia para o supermercado e comprava tudo quanto era tranqueira. Quando a gente tinha preguiça a gente ia no konbini, o konbini era embaixo do prédio. Então a gente vivia no konbini. Então o dinheiro foi embora em um instante. Eu e a Larissa, a gente conseguiu gastar trezentos mil num mês! [...] O que a gente conseguiu guardar, ficamos seis meses desempregada. E esse tempo a Mariana foi cobrando aluguel, a comida que a gente comia, a Larissa, eu a Mariana e o

⁵⁷ Para o significado das palavras japonesas, vide Glossário.

Leandro [marido de Mariana]. Que o que a Mariana não pagava ela anotava. Aí depois que a gente conseguiu esse emprego dá o caderninho para a gente e a gente pagava para ela”.

Larissa, que não teria motivos para não trabalhar (era maior de idade), ficou inativa por seis meses porque Mariana não queria que as irmãs se separassem. Embora do ponto de vista econômico a opção repercutiu em maiores custos para o grupo, consideramos que Mariana pretendia poupá-las de experiência semelhante ao que sofreu quando foi sozinha trabalhar no país desconhecido ainda na adolescência. Assim, Mariana usou sua influência sobre as irmãs para prevenir que se dispersassem no país o máximo de tempo possível. Eventualmente, Cíntia mudou-se para outra cidade para procurar uma empreiteira que se adequasse às suas necessidades em termos de tipo de trabalho⁵⁸, mas Mariana informava as irmãs de ofertas que surgissem perto de onde morava.

Cíntia descreve o trabalho no Japão em termos do esforço pessoal em oposição a um senso de injustiça que surge como um elemento central em sua construção biográfica. Ela se considera alguém que “andava na linha”, “fazia tudo direitinho” e até deixava de exigir seus próprios direitos por ingenuidade. Um episódio marcante foi a divisão da moradia com os sogros de Mariana durante o início da estadia no país.

“Eu, a minha irmã e a cunhada da minha irmã num quarto; o sogro da minha irmã no outro; e o casal de velhinhos no outro. Só que o casal de velhinhos não fazia parte da família. [...] É difícil. Não é fácil. Tinha bastante problema de relacionamento. Porque cada um tinha suas coisas. Então tinha problema de limpeza, um não gosta que o outro faz limpeza desse jeito... Você gosta das coisas certas, a pessoa não gosta do que você faz, comida... Aí quando você não serve acha que você é ruim, que não quer dividir a comida. E tem todas essas coisas. E quando eu fui para lá eu tive um grande problema que era assim: eu dividia o apartamento, o quarto ficava eu, a Larissa e a Yuki, que é a cunhada da minha irmã, da Mariana. [...] na verdade era para ela dormir com o pai, só que quando a gente chegou a gente ficou com dó dela porque ali praticamente era o quarto dela. Ela só veio a passeio aqui e a gente embarcou junto. Então quando a gente chegou ela já estava com o quarto montado. Então a gente falou: ‘Ah, não precisa, pode dormir com a gente’. Só que essa foi a besteira. Porque aí quando a gente chegou ela achava que o quarto era dela. Eu e a Larissa tinha que dividir o quarto. Tinha um guarda-roupa só para três pessoas, então a gente teve que dividir em três, um guarda-roupa só. Era apertado, ela praticamente ocupava ali inteiro. As minhas roupas ficavam dentro da mala porque não tinha espaço, eu tinha que passara minha roupa para

⁵⁸ “Eu não gostei muito de toda vez a empreiteira ficar me colocando no arubaito. Ficava num serviço, nem assinava o contrato, ficava três meses e já me mandavam para uma outra fábrica. E eu queria um serviço fixo, não queria ser jogada de fábrica em fábrica, de arubaito. Aí resolvi sair. Encontrei outra empreiteira, consegui serviço. Eu tive que me mudar, deixei a Larissa sozinha. Eu fui morar em outra cidade. [...] mudar de emprego, mudar de apartamento, custa dinheiro porque eles cobram taxa da mudança, tem que comprar tudo de novo para poder organizar a casa. Até você receber o seu primeiro salário demorava, então não tinha como, sabe, guardar”.

dentro da mala toda vez que tinha que trocar de roupa. Televisão não podia ligar porque não era meu. Praticamente ela tinha uma estante, só colocava as coisas dela. [...] Eu não mexia em nada. Eu deixava tudo lá porque ela não gostava que eu ligava. A televisão era dela, o computador era dela, o som era dela, praticamente o quarto inteiro era dela. [...] Eu saí porque não estava gostando do apartamento. Sabe, a gente não tinha privacidade. [...] A Larissa trabalhava o dia inteiro, eu trabalhava à noite. Então os amigos dela invadiam o nosso quarto, sentavam na nossa cama, sabe, fica todo mundo naquele espaço. Então não tinha como: 'Dá licença, eu quero dormir'. A luz acesa, não tinha como. Então era incômodo. [...] Eu tinha uma amiga que morava em Hamamatsu. Eu falei: 'Não está dando certo, está ruim, está acontecendo isso, isso, isso, eu quero ir embora'. Aí a Mariana falou: 'Vem morar comigo'”.

Outro episódio refere-se à fábrica de pintura de celulares que trabalhou por volta do segundo ano, para ajudar a pagar o carro automático do pai.

Figura 4.1. Cíntia e colegas na fábrica (Arquivo pessoal)

“[...]eu trabalhava de segunda à sexta fazendo sete horas de zangyō, sábado eu fazia sete horas [...] e domingo eu trabalhava até meio-dia. Então não tinha tempo para descansar. O chefe [...] estava com muito sono, deixou passar um monte de peça ruim e no dia seguinte que a fábrica que ia montar celular descobriu, ligou para a fábrica fazendo uma reclamação: 'Olha, vocês soltaram furyō'. Aí como o chefe sabia que eu era idiota, menor de idade, ele falou: 'Foi ela'. [...] Quando eu cheguei na fábrica todo mundo comentando: 'A Cíntia levou kubi'. Eu falei: 'Como? Não fiquei sabendo!'. 'Ah, vão te chamar daqui a pouco para falar que você levou kubi'. Quando eu fui lá na reunião me mandaram embora. [...] Então na hora de chamar para conversar eu descobrir que o furyō era na parte que ele fazia o serviço, não eu. Aí eu peguei e fiquei brava. Eu falei: 'Como que o chefe pode mentir falando que eu que fiz uma coisa que eu não fiz? Um trabalho que todo dia eu faço sete horas de zangyō, faço sete horas de zangyō no sábado, e o cara faz uma sacanagem dessa? Hoje é o último dia, não volto mais'. Chegou o chefe na minha frente, o chefe ficou envergonhado na frente do buchō e ele pediu desculpas para mim, pediu para mim voltar para a fábrica e eu falei que eu não queria. E eu peguei as minhas coisas e fui embora”.

O atendimento por parte da empreiteira também foi alvo de críticas.

“Você ligava e eles não atendiam. Quando eu estava doente, você ligava e falava assim: 'Teria como me levar no hospital?'. 'Ah não, não dá'. Nunca deu assistência nenhuma. Eu entrei na fábrica. Essa foi a única vez que eu vi o tantōsha⁵⁹. Eu não vi mais. Teve uma vez que eu tive virose e fiquei em

⁵⁹ *Tantōsha*, ou encarregado, é um funcionário em empreiteiras cujas atribuições implicam no atendimento geral aos funcionários brasileiros, que inclui atuar como tradutor.

casa. Eu liguei para o tantōsha, pedi para ele me levar no hospital, não estava conseguindo nem me levantar da cama. Ninguém apareceu na minha casa para me levar. E cobrava. Porque [...] achava que eu estava faltando no serviço porque eu tinha medo de ir lá. E a empreiteira, ninguém atendia porque eu estava doente”.

O sacrifício pessoal retribuído com desdém e injustiças surge como um aspecto proeminente em sua fala. Considerando o relato biográfico como retrospectivo, um olhar sobre o passado a partir do presente, retomaremos a discussão mais adiante, quando falarmos de seu retorno.

Em seu terceiro ano no Japão, em 2003, Cíntia começou a namorar Renan, um brasileiro jovem que havia conhecido na internet através de uma amiga em comum. Após três meses de namoro, Cíntia mudou-se de Hamamatsu, em Shizuoka, para Okazaki, na província de Aichi, e morou com Renan por três meses, até que se casaram. Cíntia então tinha 20 anos. Em um encontro informal fora do contexto da entrevista, Cíntia revelou que lamentava ter se casado após seis meses de namoro, sem conhecer Renan mais profundamente e sem envolver suas respectivas famílias no processo. A partir do casamento, Cíntia deixou de ajudar os pais prioritariamente e começou a juntar dinheiro com o marido, embora não tivesse um objetivo definido para as economias. Segundo seu depoimento, pensava em comprar um imóvel no Brasil, embora o casal ainda não tivesse planos concretos de retorno.

Após três anos de casamento, em 2006, Cíntia começou a sofrer uma série de sintomas e problemas físicos que eventualmente a obrigaram a sair da fábrica. O mal estar se prolongou por dois anos, diferentes médicos faziam diferentes diagnósticos, e suas economias de cinco anos pouco a pouco eram comprometidas com remédios, baterias de exames, especialistas e corridas de táxi de casa para o hospital. Decidiu voltar ao Brasil para buscar tratamento.

“Não era a carga horária, mas era muito serviço, só serviço. Eu comecei a ficar muito estressada e de repente começou a aparecer um monte de doença diferente. Eu não consegui trabalhar, ficava de cama. No último ano então, nossa! [...] Não sabia que era psicológico. [...] eu ficava com febre, vomitava, desmaiava, dava diarreia, sentia muita dor aqui do lado. [...] Fui parar no hospital do Japão, e eu falei que estava com dor na barriga aqui do lado. Aí eles falaram: ‘Apendicite, vamos operar. Vai para casa, amanhã você volta e a gente opera’. [...] quando eu cheguei lá tinha a última consulta com o médico para a operação. A sorte é que eu tive essa última consulta, porque aí o médico falou: ‘Você não tem apendicite. Você não tem nada. Pode voltar a trabalhar’. [...] a fábrica inteira falou que eu estava com infecção. E eu achei estranho, infecção. [...] Eu passei quatro meses tomando remédio para infecção, não passava. Aí passei seis meses no total. Aí no hospital falaram que tinha dado infecção generalizada. [...] o pessoal da empresa falou: ‘Está com glóbulos brancos altos, a Cíntia está com leucemia’. A fábrica inteira falou que eu estava com leucemia, que eu ia morrer. [...] O médico japonês não sabia, toda vez ou queira me internar, ou

queria fazer uma cirurgia, ou ficava o dia inteiro no hospital e era liberada só à noite. [...] eu fiz o kokumin hoken⁶⁰. Mas mesmo assim eu tinha que ir de táxi, então eu gastava muito dinheiro no hospital. Daí voltar, ficar lá o dia inteiro, gastar com remédio, gastar com consulta, cada vez era assim, um médico diferente, então era bem mais caro. Mandavam fazer um monte de exames e não era nada... Não dava resultado nenhum. [...] Aí vim [ao Brasil] para me tratar. Aí quando cheguei aqui não tinha mais nada. Eu descobri que não era nada.

A melhora imediata quando retornou ao Brasil fez com que Cíntia concluísse que seu mal estar era de cunho psicológico. “*Era muito serviço, só serviço*”, descreve, aproximadamente dez horas por dia dentro da fábrica, em uma tarefa repetitiva, em silêncio. Cíntia disse que “passava a vida na fábrica”, em seguida corrigindo sua fala para “passar o dia”. Suas palavras (e o ato falho) implicam que a fábrica era o epicentro da vida no Japão, ao redor do qual se organizava o uso do tempo e as relações interpessoais. A ideia da passagem do tempo e dos anos gastos dentro da fábrica surgirá em outros depoimentos, e abordaremos a questão mais adiante.

De volta ao Brasil em 2007, Cíntia reencontrou-se com seus projetos originais de estudar e construir uma vida no país de origem. Ela voltou a viver com os pais e trabalhar ajudando na feira, indicada por um conhecido da família. No período da entrevista, Cíntia ainda não havia decidido se ficaria no Japão ou no Brasil. Em ambos os países havia dificuldades em potencial para ingressar no mercado de trabalho: no Brasil pela falta de formação profissional e falta de experiência em Carteira de Trabalho, e no Japão pela crise econômica, que levava à queda na produção fabril e consequentemente fechamentos de linha e corte nas horas-extras.

“A fábrica começou a cair a produção, estão mandando bastante gente embora. Então eu não sei se eu volto, se eu fico... Eu queria ficar, mas meu marido não quer voltar para cá. [...] Eu queria na verdade ficar aqui. Mas já que meu marido não quer voltar, eu vou ter que voltar para lá. Meu marido, ele tem dez anos lá no Japão. Então ele não tem vontade nenhuma de vir para cá. [...] eu fiquei oito anos no Japão. Eu queria abrir um negócio aqui. Mas como caiu a produção lá, o medo é o meu marido ficar desempregado lá. Então ele não quer investir nada aqui para depois ficar endividado. Então aí, eu também não quero voltar porque eu também não quero ficar desempregada lá. Para procurar emprego aqui no Brasil é difícil, porque a minha carteira de trabalho... Eu fui com 17 a minha Carteira de Trabalho está vazia, eu não tenho experiência nenhuma. Minha experiência é no Japão”.

⁶⁰ O *kokumin kenkō hoken*, ou seguro nacional de saúde, é a modalidade de seguro-saúde mais comum entre brasileiros no Japão. É considerado um seguro de baixo custo para os cidadãos, e consiste em uma cobertura parcial em que o Governo e fundos municipais assumem parte das despesas médicas.

Apesar de Cíntia colocar a vontade do marido como um forte indicador de que voltaria ao Japão, ela reconhece o Brasil como um país em que seria mais fácil viver sem emprego, em função do alto custo de vida no Japão. Vivendo na casa dos pais, ela não paga aluguel e improvisa pequenas fontes de renda ajudando na feira e vendendo salgadinhos congelados para conhecidos, junto com a mãe. Esse tipo de empreendimento econômico familiar funciona como um complemento à renda principal e uma extensão das atividades domésticas, já que é feito no lar, por mulheres inativas do ponto de vista do mercado de trabalho formal e os custos da produção misturam-se às despesas de subsistência da família. Cíntia não encara tais atividades como “trabalho”, mas sim como tarefas que faz “*porque não gosta de ficar parada*”, enquanto decide se, ou quando, volta para o Japão.

O sentimento de injustiça, sublinhado em diversas falas de Cíntia, pode ser interpretado sob diversos pontos de vista, dentro os quais talvez a psicanálise seja a disciplina que possa oferecer aparato teórico e metodológico mais abrangente para lidar com a questão. Do ponto de vista sociológico, poderíamos considerar que essa resposta emocional tenha origem nos diversos contextos de desigualdade que permeia sua experiência no Japão: como operária, estrangeira, menor de idade e mulher. Na maior parte das situações de injustiça que descreve, os algozes são chefes, médicos, *tantōsha*, pessoas situadas em situação privilegiada em relação à Cíntia em hierarquias de poder. Outra dimensão desse sentimento de não-retribuição pode se referir à percepção do tempo de sua juventude que passou, gasto no trabalho fabril do qual não colheu frutos quando o mesmo foi a causa de seus problemas de saúde.

4.1.2. Ivete Uehara⁶¹, onze anos de retorno

Ivete tem 38 anos, é *nissei*, solteira e sem filhos. Filha de mãe costureira, perdeu o pai ainda cedo. Ela foi para o Japão pela primeira vez em 1994, aos 21 anos, acompanhada de sua prima. Ivete não tinha um objetivo mais definido do que aproveitar que “*muita gente estava indo*”. Com sua prima, foram as primeiras de sua parentela a fazer o empreendimento de viajar para o Japão para “*ter uma vida melhor*”.

Seu depoimento retrata a trajetória comum do processo migratório pendular, tendo ido e voltado entre um país e outro por três vezes. A primeira viagem foi por intermédio de uma empreiteira, que a instalou na província de Saitama, numa fábrica de videocassetes por dois

⁶¹ Por falhas no equipamento, não foi possível obter o áudio da entrevista. Não há trechos transcritos com exceção de algumas frases registradas por anotações escritas.

anos e meio. Em 1996, Ivete voltou ao Brasil porque “estava cansada” pelo excesso de trabalho. Quase um ano depois, foi ao Japão novamente, uma vez que não conseguiu emprego no Brasil. De volta à mesma província, ela trabalhou em uma fábrica de montagem de walkman. Um ano e meio depois, em 1998, retornou ao Brasil por três meses em função de “*motivos pessoais*” que não quis revelar. Aproximadamente dois anos depois, em 2000, ela voltou ao Brasil definitivamente.

Após três viagens consecutivas para o Japão, somando um total de seis anos, Ivete decidiu que não valia à pena o “*cansaço da viagem*” (o voo de São Paulo para Tóquio, em geral, dura pouco mais de vinte e quatro horas), embora tenha tido dificuldades para se adaptar à rotina no Brasil. Ivete diz que não entendia o valor das mercadorias (se o preço era alto, baixo ou justo) ou como utilizar serviços como ônibus e metrô. Tinha medo de andar na rua sem companhia, temendo por sua segurança. Na ocasião do retorno em 2000, ela ficou três meses na inatividade até que sua prima engravidou e pediu sua ajuda para tomar conta da “*loja de um real*” que havia aberto na Casa Verde, zona norte de São Paulo, onde trabalhava até a ocasião da entrevista em 2011. Embora esteja satisfeita com o trabalho na loja, Ivete pretende fazer um curso de culinária e confeitaria para abrir uma doceria.

Durante a estadia no Japão, Ivete teve a oportunidade de conhecer Okinawa, terra dos seus avós, e visitar o irmão que trabalhava na província de Shiga. Enviou remessas regulares para os pais no Brasil (ela diz “pais”, não revela se tem um padrasto), que graças ao dinheiro adquiriam uma casa própria. Após o retorno, ela avalia que “*no Japão se trabalha demais*”, e sente-se mais à vontade com a língua e cultura do país de origem. O cansaço da viagem de avião é marcante, segundo ela o maior motivo para não querer voltar ao Japão nem mesmo a passeio. Lembra que no país, embora tivesse amigos, não tinha pessoas “*com quem contar*” de modo mais íntimo e incondicional – ao contrário do Brasil, onde tem o suporte emocional e material da prima que a empregou e de uma amiga.

É possível observar pontos de intersecção entre as trajetórias de Cíntia e Ivete a partir do trabalho no Japão direcionado para prover os pais, do cansaço causado pela vida em função do trabalho e a busca de geração de renda no Brasil através do trabalho informal no qual ingressaram através de favores de conhecidos.

Do ponto de vista da construção biográfica, a fala de Ivete era pouco articulada, com a voz baixa, respostas monossilábicas e desculpas por “*não saber falar*”. Ao contrário de Cíntia, Ivete não fez questão de contar episódios ou narrar detalhes sobre onde morava e vivia. Quando o gravador falhou, ela pareceu aliviada que seu depoimento não ficaria registrado. Consideramos que para Ivete o trabalho emocional de contar a própria história

(reviver tragédias, tristezas, angústias) provavelmente foi mais denso do que para Cíntia, embora não haja referências sobre seu temperamento fora do contexto da entrevista.

4.1.3. Mayumi Komesu⁶², “*ficando*” por quinze anos

Mayumi esteve no Japão por quinze anos, entre 1990 e 2005. Seu pai, imigrante japonês, e seu irmão, se dirigiram para o Japão em 1989, quando ela tinha 16 anos, e voltaram um ano depois para buscar sua mãe. Mayumi continuou no Brasil para concluir o Ensino Médio em uma escola pública na Casa Verde, em São Paulo. Formada no final de 1990, ela foi chamada pelo pai para ir ao Japão e conhecer a sobrinha que havia acabado de nascer; e poderia aproveitar a oportunidade para trabalhar por aproximadamente dois anos e juntar dinheiro.

“*A vida era fácil*”, diz, em função do poder de compra do salário como operária e a praticidade no Japão em termos de consumo e infraestrutura urbana. Mayumi começou a namorar, e conforme se “*acostumou*” ao dia-a-dia no Japão foi “*ficando*” ano após ano. A estadia prolongada foi atribuída à falta de planos para o futuro, que fez com que se acomodasse à vida no país por ter trabalho e fácil acesso aos bens de consumo que desejasse.

A primeira cidade em que viveu foi Toyohashi, na província de Aichi, onde fazia inspeção de qualidade em uma fábrica de chicote de automóveis. Um tempo depois, passou a trabalhar com tubulação de ar condicionado. Mayumi mudou-se para a cidade de Yamato, em Kanagawa, e com isso separou-se dos pais, com quem vivia junto até então. Passou a trabalhar na fabricação de placas de alumínio, usadas para abafar som em rodovias. Finalmente, instalou-se em Yokohama, na mesma província, onde trabalhou dez anos em uma firma de fusíveis. Mayumi não fez reclamações em relação ao trabalho e o tratamento por parte da empregadora. Em 1999, aos 26 anos, casou-se com um brasileiro, com quem coabitava há alguns anos.

Durante os quinze anos que viveu no Japão, Mayumi voltou ao Brasil três vezes, nunca com a intenção de ficar: em 1993, para tirar carta de motorista; em 1997, em uma viagem de férias; e em 2000, para apresentar o filho de um ano aos avós. Os pais e irmão de Mayumi estavam engajados em um longo processo de migração pendular, indo e vindo de um país a outro diversas vezes. Provavelmente a independência financeira e o relacionamento amoroso ofereceu a Mayumi estabilidade, de forma que não acompanhou a família nas

⁶² Por falhas no equipamento, não foi possível obter o áudio da entrevista. Não há trechos transcritos.

migrações consecutivas. Ela acompanhava algumas notícias sobre o Brasil no canal brasileiro *International Press* (IPC-TV), mas não mantinha contato com parentes ou amigos além dos pais, quando estavam no Brasil.

Mayumi caracteriza um tipo de migração que funciona como uma espécie de rito de passagem em que o (a) jovem, ao concluir o Ensino Médio, vai ao Japão para descobrir o que quer da vida, ter uma experiência em outro país e juntar dinheiro, ainda que sem motivos em especial. Diferentemente de Cíntia e Ivete, Mayumi não tinha a obrigação de contribuir financeiramente para o núcleo familiar.

Em 2005, Mayumi e o marido se separaram, segundo ela, por questões financeiras e problemas de convivência. Ela trabalhava de dia e ele de noite; e pela incompatibilidade de horários se encontravam com pouca frequência. Após o divórcio, o ex-marido retornou ao Brasil. Mayumi estava apenas com o filho no Japão, seus pais e a família do irmão encontravam-se também no Brasil. Para não criar o filho sozinha, Mayumi, voltou ao Brasil pouco tempo depois e foi viver com o filho na casa dos pais.

Apenas com o diploma do Ensino Médio e sem formação complementar, Mayumi diz ter tido dificuldades de encontrar emprego ao longo dos anos. Foi graças à indicação de uma amiga que conseguiu uma vaga como tradutora em uma firma de importação e exportação, onde trabalhou por um ano. Seu segundo emprego foi em uma prestadora de serviços para brasileiros no exterior. Mayumi passou ao longo dos seis anos que vive no Brasil por vários locais de trabalho, entre os quais um salão de cabeleireiro, um depósito de material de construção e uma “*loja de um real*”, e atualmente é berçarista e faz Pedagogia através de um curso universitário à distância. Ela diz que a opção pelo curso não é por gosto pessoal, mas sim para valorizar seu trabalho no emprego atual. Embora tenha feito um curso de manicure, pedicure e estética facial básica no Japão, pratica as técnicas como *hobby*, entre amigas e sem remuneração.

Mayumi disse ainda se sentir dividida entre um país e outro, em suas palavras, “*meio-a-meio, como se minha casa fosse aqui e lá*”. O motivo de não retornar ao Japão é o filho, que segundo ela, teria problemas se vivesse em trânsito entre um país e outro, sem saber “*onde é a casa dele*”. Assim como Ivete, Mayumi teve problemas para lidar com questões cotidianas como o poder de compra do dinheiro brasileiro, o valor das mercadorias e serviços e o sistema de transporte. O filho, segundo ela, ainda conserva lembranças do Japão e considera o Brasil um país “*feio, sujo e sem parques*”. No Brasil, Mayumi depende da ajuda financeira dos pais, pois o que ganha não é o suficiente para manter-se com o filho. Ela sente falta de sua independência financeira e da autonomia para se deslocar, pois não saber dirigir no Brasil e

não possui automóvel. Mayumi lamenta não ter economizado dinheiro e se preparado para o retorno ao Brasil. Como o salário que ganhava permitia que ela consumisse com certa indulgência, adquirindo os bens que desejasse, ela gastou tudo em função da “*falta de objetivo*”.

Cíntia, Ivete e Mayumi têm depoimentos significativamente diferentes em termos de tempo total no Japão (respectivamente oito, cinco e quinze anos) e período de retorno ao Brasil em relação à entrevista (respectivamente um, onze, e seis anos). As três, por sua vez, tiveram dificuldades em desengajar-se do projeto migratório e se estabelecerem no Brasil definitivamente. Uma hipótese inicial desta pesquisa estabelecia que o tempo de retorno ao Brasil era proporcional à estabilidade e situação ocupacional dos retornados; o que, no caso das três narrativas analisadas até então, não se confirmou. Ivete retornou ao Brasil há mais tempo que Cíntia e Mayumi, mas realiza a mesma atividade produtiva de três meses após o retorno; um emprego informal, não necessariamente precário, porém sem perspectivas de ascensão financeira e/ ou ocupacional. Mayumi, depois de seis anos no Brasil, não se sente plenamente “*em casa*”, mudou de emprego diversas vezes e busca crescimento profissional a partir do curso universitário à distância iniciado recentemente. Cíntia, um ano no Brasil, ainda estava em trânsito, sem instalar-se definitivamente, mas sem partir.

As três entrevistadas não possuíam formação universitária ou experiência profissional registrada no Brasil antes de retornar. O longo tempo de afastamento do mercado de trabalho brasileiro colocou a ajuda de parentes e amigos para o exercício de atividades de geração de renda como crucial no período mais imediato ao retorno. No caso de Mayumi, a dependência dos pais se estende também à criação do filho, que a disponibiliza para o trabalho externo, ainda que em empregos precários.

O excesso de trabalho no Japão afetou-as profundamente, representado no “*cansaço*” na fala Ivete e nos inúmeros sintomas psicossomáticos de Cíntia. Suas palavras implicam que a fábrica era o epicentro da vida no Japão, ao redor do qual se organizava o uso do tempo e as relações interpessoais. No caso de Mayumi, o excesso de trabalho não foi abordado como um problema até afetar sua relação conjugal, o que pode indicar que o peso da rotina fabril se coloca de modo mais significativo em contextos relacionais, em que se trabalha com a responsabilidade de prover outros, e não apenas a si mesma.

O trabalho no Japão, para Cíntia e Ivete, estava inserido em um contexto de solidariedade intergeracional que, segundo Rossini (2005), é um valor herdado da cultura japonesa que tem sido revalorizado pelos descendentes brasileiros no contexto de trabalho no

Japão. A melhoria das condições de vida que ambas as famílias buscavam estava representada na compra da casa própria. Cíntia deixou de contribuir prioritariamente com os pais quando se casou e, assim, constituiu uma nova família nuclear e um novo projeto de aquisição de imóvel.

Cíntia e Mayumi constituíram família no Japão, com parceiros brasileiros. No caso de Mayumi, a falta de convivência pelo excesso de trabalho no Japão levou à separação, que se efetivou no retorno do ex-cônjuge para o Brasil. Como observaremos em outros depoimentos, a separação conjugal muitas vezes ocorre pela separação radical dos corpos, com um dos cônjuges permanecendo ou indo para outro país, muitas vezes em substituição ao divórcio legal. Cíntia vivia um dilema ao confrontar-se com a falta de um projeto comum com o marido.

Com essas questões em mente, avançaremos para a análise de depoimentos de indivíduos que, assim como Cíntia, Ivete e Mayumi, também trabalharam em fábrica; mas tiveram outras experiências de retorno ao Brasil.

4.2. Operários e bolsistas

Aos descendentes de japoneses radicados no Brasil, estão disponíveis diversas modalidades de bolsa de estudo em língua japonesa e diversos campos profissionais, oferecidos por entidades *nikkeis*, governos de província e pelo Ministério da Educação, Cultura e Esportes do Japão (*Monbukagakushō*). Márcia Ikeda e Claudio Kuwabara tiveram a oportunidade de participar da modalidade de bolsa *Kenpi Ryūgaku* oferecida pela província natal de seus respectivos avós. Segundo o site do Consulado do Japão em São Paulo,

São bolsas de estudo que proporcionam aos descendentes de japoneses, a realização de pesquisas em universidades japonesas. O principal objetivo é a formação de cidadãos brasileiros que tenham condições de implantar novas raízes no desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do país e, consequentemente o fortalecimento dos laços de amizade entre os dois países.

A oportunidade de participar dessas bolsas é considerada valiosa para a constituição de um currículo enriquecido a partir da experiência no exterior, muitas vezes atraindo empregadores interessados em profissionais proficientes na língua japonesa. Márcia e Claudio, respectivamente depois e antes da experiência da bolsa, trabalharam no Japão como

operários e vivenciaram tratamentos distintos que afetaram sua percepção da experiência da migração⁶³.

4.2.1. Márcia Ikeda: retomando a área de formação

Márcia nasceu em Itapetininga, interior de São Paulo, e é a caçula de oito irmãos. *Sansei*, tinha 31 anos quando foi realizada a entrevista. É formada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) desde 2002. Márcia participou de diversos estágios curriculares na área de Psicologia Clínica, mas após se formar voltou a morar em Itapetininga e passou a dar aulas de inglês pela dificuldade de inserção profissional na área de formação. Um ano depois, em 2003, foi ao Japão pela primeira vez através da bolsa *Kenpi Ryūgaku*, com duração de dez meses. Márcia dedicou-se ao estudo da língua japonesa, uma vez que o campo de Psicologia no Japão tinha pouca compatibilidade com o que esperava em termos de área de estudo.

De volta ao Brasil e às aulas de inglês, Marcia sentia-se “*perdida*” até receber uma proposta do irmão, que trabalhava como *tantōsha* em uma empreiteira, de trabalhar no Japão e acumular dinheiro rápido até decidir o que faria com sua carreira. Márcia fez descrições vívidas dos diferentes trabalhos que fazia no Japão, e narrou sua trajetória desde a chegada ao país até o retorno ao Brasil em um só fôlego, sem interrupções. Manteremos a sua descrição.

“Fui para [a província de] Nagano. Aí eu fiquei umas duas semanas ainda sem trabalhar, e depois em comecei a trabalhar numa empresa chamada Y.D., eles faziam painéis eletrônicos para projetores da Epson. E era um trabalho horrível. Eu ficava numa salinha escura fazendo kensa desses painezinhos e tinha que ficar apertando um botãozinho, fazer uma tela brilhar assim, na minha frente, para encontrar falhas nesses painéis. Então eu ficava o dia inteiro numa sala escura olhando uma tela brilhando. Então era horrível: dava dor de cabeça, dava tontura, e como eu fui com uma passagem financiada pela empreiteira, pelo meu irmão trabalhar lá, não sei se tem alguma coisa a ver, eles ainda fizeram o preço certo da passagem, não foi como outras empreiteiras que acabam cobrando uma taxa extra. Mesmo assim eu demorei, sei lá, uns três meses para pagar a passagem. Três meses, seis meses, não lembro direito. Então o meu salário era baixo. Então eu fiquei super desmotivada. Além do custo de vida ser muito alto, porque quando eu era estudante [...] bolsista, pagava um aluguel super baixo. E trabalhando em Nagano o meu aluguel era altíssimo, morando numa quitinete, o custo de vida era muito alto também. [...] Aí depois de uns seis meses que eu fiquei lá nessa empresa, acho que foi só o tempo de eu terminar de pagar a minha passagem, falei: ‘Ai Takao, desculpa, mas não

⁶³ No Capítulo V, trataremos de indivíduos que se inseriram em postos de trabalho fora da fábrica. As bolsas de estudos não são consideradas oportunidades de trabalho, de forma que consideramos que os depoimentos em questão estariam mais adequadamente dispostos no Capítulo IV.

dá para ficar'. Takao é o meu irmão, que ele que me colocou lá. Falei: 'Ah, não dá, vou sair'. Aí eu acabei me mudando para... Aonde eu fui? Acho que foi para perto de Osaka, esqueci o nome... Shiga! Eu fui para [a província de] Shiga. Eu fui com uma amiga, e essa minha amiga tinha uma amiga que morava lá e então a gente acabou indo para lá e a gente encontrou emprego [...]. Só que a gente morava em Osaka e trabalhava em Shiga, então era muito longe. Era acho que uma hora e meia para ir e uma hora e meia para voltar. E era assim, absurdo de... Era uma linha louca. Era uma linha gigantesca, assim, várias pessoas uma do lado da outra e se você não desse a produção necessária começava a tocar uma sirene. E eu tinha que ficar colando um colantinho pequenininho num espacinho super pequeno, era super minucioso, e se você errasse tinha que ir alguém lá tirar, então era uma pressão muito forte o tempo todo. E ainda tinha, ficava tocando o raio da sireninha o tempo todo porque a gente acabava atrasando a linha. Então eu não aguentei, porque além de não ter tempo para descansar, porque a gente fazia zangyō também, então saía cedo, chegava tarde, era essa pressão louca no trabalho... Teve uma vez que eu quase tive a mão esmagada. Porque eu tinha que pegar, vinha a peça e parava aqui... Era aqueles cartuchos de impressora. Então a peça vinha aqui, a pessoa do lado parafusava... A máquina descia com o parafuso e a menina parafusava. E eu pegava, colocava aqui, grudava o shiro, o colantinho. Então teve um dia que eu estava tão assim que eu fui com a mão enquanto a coisa estava descendo a parafusadora. Então, só que tem sensor, a máquina bateu na minha mão e subiu. Mas se não tivesse sensor eu poderia ter perdido a mão. Então eu decidi sair. Aí eu fui para uma outra empresa ali na região também, que era de peça de ar condicionado. Então eu trabalhava com solda. E naquela época estava quente, aliás, quando eu entrei estava esquentando, não estava muito quente, e eu tinha que ficar tirando... Era uma mesinha redonda, assim. Então a gente tinha que ficar com uns ferrinhos na mão para colocar esses ferrinhos no kata, no molde, e deixar no jeito para a pessoa do lado soldar – aquele soldador 'tshhh', aquele grandão assim, não era aquele pequenininho. A pessoa soldava aqui do lado, daí vinha uma pessoa que fazia uma outra coisa, e pegava, tirava a peça e colocava de novo as pecinhas. Então era super corrido e ficava aquela chama assim, bem perto de mim. Às vezes a pessoa, na hora de colocar, ela parava a mesa para fazer alguma coisa e levantava a chama assim, e vinha aquela chama assim quase na sua cara. E era quente, vira e mexe eu queimava a mão, queimava o braço, queimava o tênis, porque caía... Era sujo, porque saía aquela fuligem toda da solda no ferro. E quando começou a esquentar eu comecei a passar mal, porque era muito quente. E vinha aquela chama assim, ainda. Aí eu saí de novo. Eu fiquei pouco tempo também, acho que uns três meses. Aí, aonde eu fui? Daí eu fui para Komaki⁶⁴. Fui para uma empresa chamada W.R. que fabricava peças de borracha para o Lexus, da Toyota. Meu trabalho era fazer a inspeção dessas pecinhas que vão acho que no amortecedor do carro, alguma coisa assim. Então era o dia inteiro lá sentada pegando a pecinha, e procura buraquinho, procura não-sei-o-que, mas era tranquilo. O cheiro assim incomodava um pouco, mas era bem tranquilo. Era uma empresa pequenininha, acho que tinha umas quinze pessoas. Foi assim, normal. A gente sentia um pouquinho de preconceito das japonesas que trabalhavam lá porque era uma empresa pequena, assim, não era puxado o serviço, trabalhavam algumas oba-san assim, umas senhoras de meia-idade que tem aquela cabeça assim bem conservadora, que não gostam de estrangeiro. Então tinha acho que umas cinco brasileiras, umas três oba-san

⁶⁴ Cidade na província de Aichi

japonesas e acho que umas três filipinas aonde eu trabalhava. Então a gente percebia que elas ficavam olhando, eu entendia um pouco de japonês então eu ouvia alguns comentários maldosos delas. Falavam que tinham nojo de estrangeiro, falavam que tinham nojo das comidas que a gente levava. Então assim, era chato nesse sentido. Mas até aí você não dá muita atenção, enfim. Fiquei acho que um ano e pouquinho nessa empresa. [...] Komaki era super legal, tinha bastante brasileiro, eu saía bastante assim para ir no shopping lá que tinha de brasileiro e tal. Mas eu resolvi ir para essa outra cidade, em não lembro porque mais o motivo. Para Kariya⁶⁵, uma empresa chamada M. S. que fazia também peças para a Toyota. Aí lá foi onde eu fiquei mais tempo, acho que fiquei quase três anos, dois anos e meio lá. Daí lá eu passei por linhas diferentes. A primeira linha que eu trabalhei estava começando, era... Para que era mesmo aquilo? Era uma pecinha que eu acho que ia no levantador do vidro. Uma pecinha que tinha uns fusíveis, não-sei-o-que. Então era você colocar as pecinhas e montar assim manualmente, com moldes e tal. Aí tinha uma outra linha que estava começando que era para ar condicionado, que era a pecinha que fazia o movimento do ar condicionado, que era 'a esperança' da M.S. porque só a M.S. tinha conseguido desenvolver o projeto, e eles estavam precisando de muita gente porque eles estavam em fase de automatização dessa linha. E acabei indo para essa outra linha e daí lá eu fiquei mais tempo. Fiquei operando máquina automática, fazendo kensa, coisas desse tipo. [...] Acho que fevereiro de 2008, não lembro direito, veio a crise. Já estava caindo o zangyō assim, aos poucos, aí com a crise eles acabaram cortando quase todo mundo das empreiteiras. Acho que ficou uma ou outra pessoa só. Então eu saí e eu decidi voltar para o Brasil. Só que eu tenho um furão. E o meu furão, na época, o furão precisava de licença do IBAMA e do Ministério da Agricultura para trazer. E enfim, eu não consegui tirar licença porque o Brasil não estava permitindo a entrada dos furões com o atestado veterinário que o Japão emitia, a quarentena do Japão. Aí eu liguei para a quarentena, eles falaram que podia esperar, que eles estavam se resolvendo, blábláblá... Aí eu dei entrada, tinha dado entrada no seguro-desemprego, fiquei uns três meses vivendo do seguro-desemprego. Depois desses três meses eles estenderam para mais dois, então eu recebi seguro-desemprego por cinco meses. Aí eu vi que não estava saindo essa porcaria dessa licença, e eu também não queria deixar o meu furão lá, acabei arranjando outro trabalho. Aí eu entrei numa empresa chamada H., que faz autopeças também. Além da Toyota eles fornecem para a Suzuki também, se não me engano. Eles fazem aquele trilho do banco do carro. Lá eu emagreci dez quilos em três meses, porque era super corrido, era quente, era sujo, era solda, as peças eram pesadas, a gente tinha que andar bastante de uma máquina para outra. E era assim, cota: se você não fizesse, não desse cota, problema. E era trabalho de homem, porque as peças eram muito pesadas. E eu tinha engordado muito nesse período que eu fiquei sem trabalhar, tinha engordado acho que uns cinco quilos. Mas aí nesse período eu emagreci pra burro e só que eu gostava, porque como era bastante corrido assim, então não me dava sono, apesar do frio a gente ficava se mexendo, então eu até que gostava apesar de fisicamente ser bastante puxado. Aí eu trabalhei na H. mais seis meses, e nesse meio tempo saiu a licença. O Brasil e o Japão lá, os ministérios de Agricultura chegaram a um consenso, o Brasil retirou essa necessidade. Acho que era um item que falava que os furões, que os animais tinham ficado numa região que não tem raiva, ou sob supervisão... Uma coisa assim que eu não lembro direito. Mas enfim, eles tiraram essa

⁶⁵ Cidade na província de Aichi.

exigência porque no atestado japonês não tinha, aí eu pude conseguir a licença do meu furão, daí eu voltei para o Brasil basicamente, depois de seis meses. E a minha mãe também estava doente nessa época, nesse meio tempo que eu arranjei esse emprego novo. Minha mãe já era idosa e meus irmãos falaram que ela estava com [...] diabetes e com osteoporose. E, enfim, daí eu achei realmente que era a hora de eu voltar. Daí eu voltei em março de 2010. Fiquei estudando para concurso, prestei o concurso da Caixa e do Banco do Brasil e a sobrinha do meu cunhado tinha entrado na C. através aqui da A. Aí meu cunhado falou com ela para ver se não podia me indicar para uma coisa de repente e ela conversou com uma pessoa que trabalhava aqui [na empresa A.]. Aí essa pessoa pediu que eu enviasse currículo, daí eu mandei, e daí eles me chamaram. Daí eu comecei a trabalhar aqui como consultora de recursos humanos. Bom, basicamente é isso. Eu estou aqui desde junho de 2010”.

A excelente construção da narrativa por parte de Márcia, sem hesitar ou perder o fio dos acontecimentos, reflete um bom trabalho intelectual em termos de construção biográfica. Observamos que Márcia dá ênfase às características do trabalho, destacando os aspectos insalubres, e não faz referências a amigos, moradia, ou se tinha convívio com os irmãos que estavam no país.

Em sua família, o irmão Takao e a irmã Sakiko foram os únicos que migraram para o Japão. Takao vive no país desde 1990, e chegou a tentar a vida no Brasil como professor de japonês em uma escola de línguas, mas não ganhava o suficiente para sustentar a família. Takao planeja voltar ao Brasil para que os filhos tenham convívio com a família extensa (tios, tias, primos). Sakiko, aos 49 anos, trabalha em Toyokawa, província de Aichi, em uma firma de autopeças. Não tem planos de voltar ao Brasil e tem um relacionamento estável com um homem japonês. Através da trajetória da irmã, mais do que em relação a Takao, Márcia demonstra preocupação com a passagem do tempo, ou seja, com o envelhecimento no Japão sem desenvolvimento profissional ou perspectivas de benefícios sociais quando o corpo não suportar mais o trabalho fabril.

Márcia diz que se “acomodou” quando estendeu seu plano inicial de três meses de estadia para três anos ao perceber que não iria economizar com tanta facilidade. Os três anos viraram seis na medida em que se acostumava com a rotina. Márcia afirmou que negligenciou o contato com amigos no Brasil por vergonha, pois considerava que estava estagnada do ponto de vista pessoal e profissional.

“Uma coisa que eu ficava com medo no Japão é que eu não ia ter mais amigos e minha família ia me achar uma estranha. Eu tinha Orkut⁶⁶, mas eu quase não mexia. Então assim, de vez em quando eu mexia, entrava assim no Orkut de um, no Orkut de outro, e eu via que as pessoas tinham crescido,

⁶⁶ Rede social na internet administrada pelo Google.

meus sobrinhos tinham crescido, meus amigos, sei lá, estavam trabalhando na área, meus colegas, as pessoas, e eu: ‘Nossa, eu estou no Japão aqui ainda’. E eu ficava me sentindo mal, ficava deprimida. Então assim, eu não escrevia muito para os meus amigos. Eu ligava para meus pais de vez em quando. Nossa, acho que com meus amigos foi com quem eu menos tive contato, assim, entrava muito de vez em quando. Porque eu não tinha o que falar para eles. ‘Ah, então, eu estou trabalhando ainda. Eu acordo, vou para fábrica, volto da fábrica, no fim de semana vou no depão’. Então conversar com eles acabava me deixando, apesar de eu sentir muita saudade, às vezes eu ficava mais triste, porque eu pensava: ‘Meu, eu estou aqui ainda’, sabe... Mas quando eu voltei aí eu me senti muito acolhida pela minha família. Meus sobrinhos, assim, cresceram, se tornaram jovens adultos muito, assim, bacanas. E todo fim de semana tinha reuniãozinha em casa, de jantar, assim, juntava todos não, mas alguns dos meus irmãos com sobrinhos e tal. E foi super legal, então foi uma situação completamente diferente. E com meus amigos também, aos poucos eu fui retomando contato com eles, eu me senti também super feliz também porque eu vi que apesar de eu nunca ter dado notícia assim para eles, que ainda existia aquele vínculo. Então foi super bacana. Eu não senti dificuldade em retomar os meus vínculos”.

De volta ao Brasil, após oito anos desde a conclusão do curso superior, Márcia não tinha perspectivas de se inserir profissionalmente na área de formação, e logo se dedicou a prestar concursos públicos. Através de contatos pessoais, como explicou, Márcia foi indicada a uma agência de recursos humanos voltada para empresas japonesas e, contratada, mudou-se para São Paulo junto à irmã e os dois sobrinhos. A empresa que a contratou é ligada ao Grupo Nikkei, sendo que o diretor executivo atuava como palestrante e repassava vagas para o cadastro da entidade. Márcia contou com a solidariedade dos empregadores quando a saúde da mãe piorou e precisava afastar-se do trabalho às pressas para visitar Itapetininga.

“Na verdade, no dia que eu entrei na A., no dia não, na semana que eu entrei na A., a minha mãe foi internada. E daí, depois a minha mãe saiu do hospital, depois ela voltou, então assim, ela ficou entrando e saindo do hospital várias vezes até que ela acabou ficando de cama. E na época eu fiquei sem saber se eu voltava para Itapetininga, se eu largava o emprego e ficava lá e tipo, era basicamente esperar a minha mãe morrer. Fiquei pensando: ‘Não vai acontecer isso. Não vou ficar esperando a minha mãe morrer. Ela não vai morrer agora’. E daí eu decidi ficar mesmo porque eu precisava do salário que eu ganhava aqui. Apesar de eu ter o dinheiro que eu trouxe do Japão, o dinheiro que eu ganhava aqui, o meu salário, apesar de não ser alto [...] ajudava nas despesas. E a gente tinha que pagar enfermeira, porque daí a minha mãe, depois que saiu do hospital, ela ficou acamada. Então tinha enfermeira em casa, remédio, fralda, então assim, a gente tinha que arcar com isso também. Então eu pensei: ‘Se eu sair, uma hora acabar o dinheiro, eu vou fazer o que?’. Então acabei ficando. E depois de nove meses a minha mãe acabou falecendo, foi em fevereiro desse ano. Acho que essa mudança para São Paulo, o único impacto foi isso: porque eu realmente não tive do lado da minha mãe nesse período”.

O processo de retorno ao Brasil vivenciado por Márcia reflete as dificuldades de retomar profissões qualificadas após anos de afastamento. Márcia, de fato, não tinha pretensões de atuar em sua área de formação até ser indicada a um serviço de recursos humanos pela cunhada, e de modo mais favorável, para uma empresa cujo diretor estava sensibilizado às dificuldades de inserção profissional de migrantes retornados do Japão. É importante notar como a rede de contatos pessoais atuou de forma a favorecer a reintegração de Márcia ao mercado de trabalho formal. Ela diz ter planos de eventualmente retomar a área de Psicologia Clínica através de uma especialização, mas por hora, em parte pelo sentimento de gratidão que tem em relação ao seu chefe e à acolhida profissional que lhe proveu, pretende continuar trabalhando na mesma empresa.

A partir de um balanço da experiência como bolsista e operária, Márcia considera ambas as vivências qualitativamente diferentes. Se a bolsa faz parte de um circuito intelectualizado voltado para as relações internacionais no âmbito da administração da província, o trabalho em fábrica corresponde a um circuito na base da produção; que embora internacionalizado em termos da forte presença de migrantes de outros países, se refere a lugares sociais bem definidos às margens da sociedade japonesa. Márcia, como psicóloga, percebe os efeitos desse modo de inserção social a partir do comportamento de colegas que observou na fábrica, como a obsessão com as cotas e salário, exploração, ilusões, ou mesmo mentiras compulsórias.

“[...] é muito diferente você ir como estudante e você ir como dekasegui. Assim, o tratamento é completamente diferente, você vive em círculos diferentes. E quando eu fui [...] como bolsista, sei lá, eu convivía com muitos estrangeiros que eram CIR [Coordinator of International Relations], que eram pessoas que trabalhavam, vinham de outros países com contrato da província para digamos desenvolver relações internacionais ali entre as comunidades e tal. Então tinha, sei lá, amigos que eram de vários países. Conheci alguns japoneses que eram mais interessados em culturas diferentes. E quando eu fui como dekasegui eu conheci muitos japoneses, assim, de fábrica, e os brasileiros que eram operários. Então, assim, são realidades diferentes. Até o nihongo que as pessoas usam é diferente, a forma que as pessoas te tratam é diferente. Em uma fábrica eles te tratam como se você fosse um objeto sem sentimentos, uma peça mesmo numa máquina. Os próprios brasileiros, infelizmente, não tem uma saúde mental muito boa. Assim, você percebe, quando fica muito tempo lá no Japão. [...] Era muito comum, por exemplo, não sei nem se isso é uma característica, uma consequência da pessoa ter passado muito tempo no Japão, mas enfim, de repente você tem uma cota para você fazer. Você tem que fazer esse tanto de peça. [...] Aí tem uma outra pessoa que não sei se ela se identifica tanto com aquela linha, está há tanto tempo trabalhando, que ela faz isso e mais um tantão assim. E com isso a cota aumenta, e todo mundo que trabalha naquela linha tem que se adequar à produção dessa pessoa que correu, correu, correu... E tinha muita intriguinha assim, sabe, você vê coisinhas

assim toscas, minúsculas, idiotas, virar uma fofoca gigantesca ali dentro da linha. Eu via muitas pessoas também que claramente estavam sendo exploradas. Por exemplo, eu conheci uma moça nessa fábrica de borracha que eu trabalhei, ela não sabia fazer conta. E assim, você conversando com ela você percebia que ela tinha algum tipo de atraso. E enfim, ela andava com uma aliança e ela falou que ela tinha um noivo aqui no Brasil, que ele prometeu que ele ia casar com ela quando ela conseguisse juntar dinheiro para eles comprarem uma casa. [...] Ela pediu para as meninas fazerem as contas para ela e somar quantas horas deu, porque ela não sabia fazer essas contas. E ela falava também que, tipo, ela tinha mandado sessenta mil ienes para o Brasil e o marido, esse noivo dela, falou que chegou, sei lá, duzentos reais. Então que não estava dando para juntar dinheiro para construírem logo a casa, que era para ela mandar mais. Então assim, nem adianta você falar nada porque a pessoa não vai acreditar em você. É triste. Até outras coisas também que eram muito comuns. Uma coisa que era muito comum eram pessoas assim, que no Japão, você não sabe nada da vida da pessoa no Brasil. Então tinha gente que inventava história a rodo. Então eu conheci fazendeiro que tinha não sei quantas mil cabeças de gado... ‘Ah, porque eu – sei lá – fiz engenharia, estava com um salário de não sei quantos mil no Brasil, mas porque meu noivo veio para cá eu decidi vir com ele’, não-sei-o-que... Assim, eu ouvia muitas histórias desse tipo, de pessoas que falavam que tinham isso, tinham aquilo no Brasil e que, sei lá, estavam no Japão por hobby, por certo. Então esse tipo de coisa era muito comum”.

4.2.2. Claudio Kuwabara: “procurando recolocação”

Claudio tem 30 anos, é *sansei* por parte de pai e descendente de portugueses por parte de mãe. É o segundo entre três irmãos. Assim como em muitos depoimentos, a ideia de trabalhar no Japão nasceu antes que a situação objetiva que justificou a viagem para o depoente estivesse formada. Embora tivesse ido para o Japão apenas após o término do Ensino Superior, Claudio cogitava esse projeto desde o Ensino Técnico, quando seu irmão mais velho estava lá e havia a possibilidade de não ingressar na faculdade ou conseguir um emprego atraente quando concluísse o curso.

“Eu estava fazendo cursinho também. Então eu trabalhava de dia e estudava de noite. E o meu alvo inicial era tentar entrar na Escola Politécnica aqui da USP ou uma UNESP. E eu acabei que, na hora de fazer a prova da FUVEST, eu acabei errando um pouquinho a mais do que deveria. No segundo ano de cursinho eu tentei as mesmas faculdades, mas tentei a Faculdade de Tecnologia também. [...] no segundo ano de cursinho eu passei na Faculdade de Tecnologia. Exatamente uma semana antes de fazer a prova de ingresso nessa faculdade, a empresa entrou em uma recessão e houve uma reestruturação. Então foi a primeira vez que me apareceu a ideia de: ‘Ah, tudo bem. Eu tenho as provas no final de ano agora das faculdades, mas se não der certo eu acho que vou dar um pulo no Japão’”.

A lista de aprovados da Faculdade de Tecnologia saiu enquanto Claudio já preparava a documentação para ir ao Japão, e optou por “engavetar” o projeto de viagem. Chama-nos a atenção a linguagem peculiar de Claudio, particularmente para expressar situações negativas ou fracasso: ele não fala diretamente que foi reprovado no primeiro vestibular (“*acabei errando um pouquinho a mais do que deveria*”) ou que foi demitido da empresa (“*houve uma reestruturação*”). Observaremos esses elementos em outros momentos de seu depoimento.

“Eu me formei antes de ir para o Japão. E na época eu estava fazendo estágio em uma empresa de fabricantes de bens de capital em Guarulhos e trabalhava no Departamento de Métodos e Processos. E por algumas coisas que aconteceram na empresa, especificamente no meu ano eles não efetivaram os estagiários. Parece que tiveram problemas econômicos, inclusive ao invés de ter contratação houve cortes na empresa. E os meus irmãos sempre estiveram no Japão. No caso do meu irmão mais velho, ele já estava com aproximadamente uns oito anos de Japão. Meu irmão mais novo também esteve lá. E de certa forma, eu tive curiosidade de saber como que era, como será que funcionava uma fábrica no Japão já que, de certa forma, tinha a ver com o que eu tinha estudado na faculdade. Faculdade e no curso técnico até, porque eu sempre estudei em áreas ligadas à mecânica como projeto de máquinas e foco em manutenção. [...] Após eu me formar, não digo que eu não tentei, mas eu estava tão focado em ir para o Japão para pelo menos para dizer: ‘Puxa vida, eu ainda sou solteiro, não tenho filhos, não tenho nada que me impeça, eu acho que ainda dá tempo – na minha cabeça – ainda dá tempo de fazer uma loucura’. Então eu estava decidido a ir para o Japão”.

Através da empreiteira, Claudio foi encaminhado para Maebashi, na província de Gunma. Ele narra um “*deslumbramento*” ao observar o Japão pela primeira vez, particularmente os carros modernos, a organização e a limpeza das ruas em contraposição com a “*aleatoriedade*” (sua palavra) da disposição dos espaços em São Paulo. Claudio foi encaminhado à um apartamento compartilhado com um colega de trabalho, também novato, que ingressou na mesma linha de montagem.

“Trabalhar em uma linha de montagem, eu já tinha experiência com montagem e desmontagem de equipamentos na época que eu tinha feito meu estágio da época do curso técnico. Mas trabalhando em uma linha de montagem você tem necessidade de montar uma certa quantidade de peças e o mais rápido possível, e com o máximo de qualidade possível. Não vou dizer que eu sofri muito, mas foi difícil de acompanhar o ritmo de todo mundo. [...] na linha de montagem eu operava cinco máquinas. Então duas delas eu tinha que montar uma peça, um rolamento e uma prensa para fechar uma tampa. Essa peça tinha que atender a pessoa que ficava do meu lado direito da linha. E eu tinha mais três máquinas que era para fazer o sistema de controle de qualidade: máquina para fazer o amaciamento, que o sistema de engrenagem com rosca sem pino; a outra fazia um teste de torque no eixo; e a outra, o que fazia? A outra fazia a medição de batimento do eixo. Então eu tinha duas pessoas ali que eu tinha que abastecer peça mais o

sistema de qualidade da peça. [...] Nossa... No primeiro mês até a primeira quinzena do segundo mês era muita correria, muita coisa para fazer. [...] Eu não conseguia manter a velocidade que o resto da linha já tinha, então houve um pouco de cobrança nesse sentido. ‘Manda peça nova!’, coisas do gênero. Mas é o tipo de coisa que se fala na linha, mas saindo da empresa, uma conversa, uma cerveja depois, já passa essas coisas”.

Claudio morou um ano em Maebashi, até que houve mais uma “reestruturação” e a linha em que trabalhava foi fechada em 2008. Graças à dedicação às aulas de japonês nas horas vagas, Claudio foi contratado em uma fábrica do mesmo grupo em Hanyu, na província de Saitama, onde passou a viver próximo ao irmão mais novo. O período de quatro meses seguintes foi de alta produção, e Claudio pôde acumular mais dinheiro dedicando-se a quantas horas-extras pudesse fazer. Foi o período mais “*produtivo*” de sua primeira estadia no Japão, segundo seu depoimento, quando pôde morar sozinho e aprender a cuidar de suas próprias contas e da manutenção do espaço onde vive. Seis meses depois, a linha em que trabalhava foi novamente fechada, e Claudio retornou ao Brasil.

“Aí apareceu aquela crise de 2008. E quando deu a crise e eles mandaram, dessa vez não foi apenas eu, mas praticamente todos os brasileiros que tinha na empresa tiveram seus contratos rescindidos. [...] Eu tinha o plano de permanecer por dois anos no Japão.[...] Acho que eu acabei apressando um pouco o meu retorno, eu fiquei um ano e meio”.

Claudio mantinha contato com colegas da antiga empresa, e voltou ao Brasil, em parte, estimulado pela promessa de ser novamente encaixado no quadro de funcionários. Em janeiro de 2009, por sua vez, disseram-lhe que a situação havia mudado e a empresa não estava mais contratando. Claudio começou a trabalhar como *free lancer* em detalhamento de projetos através de contatos com antigas empresas, e continuou estudando a língua japonesa.

Através das redes sociais na internet, Claudio entrou em contato com a Associação de Província do qual seu avô era descendente e ouvir falar das bolsas *Kenpi* pela primeira vez. Após contribuir com alguns eventos da entidade, foi convidado a participar do processo seletivo, e surpreendeu-se ao descobrir que seu nível de conhecimento do idioma japonês era considerado o suficiente para estudar no país. Em 2010, partiu novamente para o Japão, dessa vez como bolsista, e permaneceu até 2011, coincidentemente uma semana após o terremoto no Japão de 11 de março.

No momento da entrevista, Claudio, há menos de um ano no Brasil, estava em busca de trabalho e dedicando-se a cursos de qualificação e atividades voluntárias.

“No momento eu estou procurando recolocação no trabalho, no mercado de trabalho. Mas durante esse período em que, em termos, eu estou inativo, eu

tenho me dedicado a algumas atividades voluntárias, um pouco mais ao meu kenjikai e realizado alguns cursos para qualificação”.

Ao lidarmos com entrevistas e depoimentos pessoais, estamos sempre diante de um trabalho de construção. A própria experiência pode ser vista como um processo de elaboração, uma vez que se desdobra a partir de aparatos cognitivos dados pela cultura e formas de socialização ao qual fomos submetidos. O relato, por sua vez, é um processo mais deliberado em que fatos são selecionados, sequenciados e valorados a partir do julgamento e das intenções do narrador. A linguagem, de acordo com o vocabulário e a desenvoltura do narrador em lidar com o idioma, são ferramentas essenciais para comunicar seu ponto de vista.

Claudio soava extremamente formal e articulado, formando frases completas; ao contrário da fala comum caracterizada por repetições e redirecionamentos. O trabalho intelectual de construção biográfica parece deliberadamente mais cuidadoso, o que se expressa na escolha de palavras ao lidar com sua situação profissional, evitando expressões como “estar desempregado” ou “estar sem emprego”. Demissões e cortes nas empresas em que trabalhava apareceram várias vezes no relato através de expressões como “reestruturação” e “rescisão de contrato”. Outros depoimentos utilizam expressões como “levar *kubi*” (do japonês “*kubi ni naru*”, ou “ser demitido”), “ser mandado embora” ou “ser demitido”. Embora “reestruturação” tenha um sentido mais específico, indicando que a demissão se deu não apenas com um indivíduo e não por razões particulares, seu uso parece advir de uma visão das questões trabalhistas formada sob o ponto de vista da empresa, e não dos trabalhadores. Outra interpretação possível é considerarmos que Claudio evita elaborar sua condição em relação ao mercado de trabalho a partir de expressões de teor prejudicial como “desemprego” como uma forma de lidar com as pressões de êxito na vida produtiva, mais salientes entre o gênero masculino.

Assim como Márcia, Claudio expressou frustração ao perceber que seu conhecimento técnico em relação à produção fabril não era valorizado na sua condição de operário, ao contrário do que aconteceu quando foi recebido como bolsista no país. Claudio, por sua vez, significa as diferenças não em termos de circuitos de pessoas no topo ou na base da sociedade japonesa, mas sim de problemas comunicacionais em função da insuficiência no idioma.

“[...] vamos dizer que houve uma certa rebeldia por minha parte porque havia processos que, ao meu ver, seriam mais práticos feitos de outra forma. Só que na época o meu nihongo não estava muito fluente, então tinha uma certa dificuldade em me comunicar com os superiores. E entre os amigos, os colegas da linha, houve algumas divergências de ideias, mas analisando um

pouco mais, em pouco tempo a gente foi minimizando essas divergências. [...] É porque como dekassegui, talvez no meu caso que eu não tivesse um japonês tão apurado, então eu não conseguia manter muito contato assim com os japoneses. Geralmente os japoneses, você tinha os sekininsha, os inspetores dali, que só passava ali, olhava e ia embora. Como bolsista, eu fiquei alocado em um laboratório lá onde eu era o único estrangeiro lá. Então você consegue conversar com um pouco mais de calma com o pessoal, inclusive eles colaboram, veem até que ponto está seu japonês, e começam a falar um pouco mais pausadamente. No final, no meio da bolsa para frente, o pessoal começa a falar normalmente, como se estivesse falando com um outro japonês dali. Foi mais no sentido de contato, de amizades com os japoneses também. Inclusive no projeto que eu colaborei lá com o sensei, com os outros estudantes, eu acabei ajudando no projeto deles, eles me ajudaram um pouco a escrever meu artigo. Foi uma experiência fenomenal”.

4.3. Da Universidade à fábrica, da fábrica à Universidade

4.3.1. Camila Nakada: desestruturação familiar

Camila tem 24 anos, é solteira e natural de Sabáudia, no Paraná. Seu pai nasceu no Japão e se naturalizou brasileiro após o nascimento do segundo de seus três filhos; a mãe é polonesa. Seus pais e a irmã mais velha, então com 16 anos, foram para o Japão em 1998. Segundo seu depoimento, a família não tinha problemas financeiros na época, mas resolveram aproveitar a oportunidade para adquirir mais propriedades e investir no que já tinham. Possuíam um sacolão em Pitangueiras, onde viviam. Camila ficou hospedada por seis meses na casa de amigos da família em Maringá, até concluir a quarta série ir ao encontro de sua família em Fukui, uma cidade fria próxima ao mar da China.

“Eles já estavam estabilizados. Assim, porque quando chega, chega num apartamento da fábrica cedido pela empresa que vai trabalhar. E tem poucas coisas assim, tipo, futon, e eles levam para fazer compras, eu acho. Eu não vi, minha mãe falava pouco, assim, para mim. Mas eu sei que eles chegaram, assim, quando não tinha nada, assim, e depois eles foram adquirindo coisas. Então quando eu cheguei já tinha um lugar para eu dormir, um quarto dividido com a minha irmã”.

No Japão, seus pais e irmã eram todos contratados pela mesma empreiteira e trabalhavam na mesma firma, uma fábrica de tecidos.

“Era bem barulhento onde a minha mãe trabalhava, porque tinha várias máquinas [...] A máquina, ela pegava o fio e tecia. Então alguma máquina, ela parava se esse fio se soltasse. E aí a minha mãe tinha que colocar o fio de novo e dar sequência ao tecido. O meu pai trabalhava mais com a carga. Esse tecido, ele era organizado por rolo e ele cuidava de, como era um

trabalho mais pesado, ele tinha os carrinhos, os instrumentos que ajudavam. Mas era coisa mais pesada. Ele organizava esses tecidos no estoque ou para enviar mesmo para os lugares. A minha irmã, ela estava bem no começo desse processo. Meu pai estava no fim e minha mãe estava no meio. O começo é quando vem um rolo de linha. Ela tinha que pegar cada linha e colocar dentro das agulhas. Era muitas linhas [...] Era tipo um pente com dois metros e cada pente era uma agulha que tinha que ser colocada as linhas. Era bem minucioso e como mexia com linha ela ficava eletrostática, sabe. Se ela tocasse em alguma coisa ou em alguém ela tinha estática, ela levava choque”.

Camila foi matriculada pelo pai em uma escola pública japonesa. Naquele período não havia tradutores ou serviços específicos para crianças estrangeiras na região, mas uma professora japonesa lhe dava aulas de reforço na escola. Segundo ela, não houve qualquer tipo de recepção negativa por parte dos colegas ou professores, mas sentia-se estressada com problemas de comunicação ou quando fazia algo errado por não compreender as regras da escola.

“Eu não me sentia excluída, de forma alguma. Mas é que às vezes eu não entendia e eu ficava muito mal quando eu falhava. Por exemplo: houve uma vez que eu não entendia [...] como é que faz para repetir a refeição. Eu entendia assim: tem o horário de almoço, e periodicamente, acho que tem o mês que [...] dividia a sala em quatro equipes, [...] e esses alunos eram responsáveis no almoço do mês de preparar a sala, por exemplo, e servir os alunos. Pega a mesinha, coloca em fileira a mesinha, coloca os alimentos em cima, as panelas, e os outros alunos, eles vinham se servir. Aí por último essa equipe se servia e aí era o horário de almoço. E eu entendia que tinha equipe e a gente tinha responsabilidades. Porém eu não entendia como que eu fazia para repetir o prato. E por um tempo eu não repeti. [...] Aí eu, depois, eu falei: ‘Ah, eu acho que eu vou repetir’. Aí eu fui lá e eles falaram... Eu não estava entendendo por que eu não podia repetir. A minha professora falou assim: ‘Não, deixa ela aí’, e os outros alunos começaram a, não a discutir bravos, mas eu fiquei muito nervosa. E aí depois o meu pai foi chamado na escola e aí ele explicou para mim que tem vez, tipo, tem a equipe A, pode repetir agora, aí vai ela, aí depois a equipe B pode ir. E não estava na vez da minha equipe. Por isso que eles discutiram, mas não que eu não podia. Só que como eu fiquei muito chocada, eu acho que eu fiquei bastante envergonhada por não ter entendido, eu fiquei um tempo sem comer”.

Após dois anos de estadia no Japão, Camila começava a “*pensar em japonês*” e, mesmo sem do domínio total do idioma, podia se comunicar “*de uma forma assim leiga, parecendo índio*”. O dia letivo começava às oito horas, e após o almoço fazia atividades extracurriculares, como o clube de quebra-cabeças. À tarde, ficava aproximadamente duas horas sozinha até a chegada da família, desenhando, assistindo televisão ou brincando no parque. Suas amigas eram todas japonesas.

Foi no final de 1999 que o pai de Camila decidiu que a família voltaria ao Brasil. Segundo ela, esse retorno tinha um caráter duplo: tanto a conclusão do período pré-determinado de trabalho, como problemas de adaptação que a família sofria no país.

“Acho que ele determinou esse tempo e a gente voltou para o Brasil com o dinheiro e eles administraram. Minha irmã comprou semente de café para plantar no sítio que a gente já tinha. Eu acho que realmente ele deve ter determinado esse tempo de dois anos e meio e colocado, e depois que concluiu ele voltou. E meu pai, ele também teve problemas de adaptação na fábrica, no Japão [...] Não foi o meu pai, foi a minha mãe que falou. Meu pai, ele não conversa muito, ele não toca muito, sabe... É japonês mesmo. Ela falou que eles não aceitavam ele como japonês legítimo, assim, porque ele foi para o Brasil. Aí mais tarde eu entendi que para o japonês mais velho você tem que nascer e você tem que ficar e trabalhar e contribuir para a sua nação. [...] você não pode pensar só em si e nas coisas que você quer conquistar. Você tem que pensar no próximo, na nação. E foi por isso que ele teve problemas de adaptação. [...] A minha irmã, ela sofria um pouco porque acho que tinha uma senhora que ela xingava em japonês ela, ou fazia comentários maldosos, assim, não diretamente, mas quando não tem ninguém provavelmente ela passava e falava: ‘Ah, você é gaijin’, que é o gaijin ele é estrangeiro, mas o kanji dele é de, como se fosse uma pessoa suja, sabe, acho que era isso. [...] E a minha mãe, ela sentia muita falta da família. Ela tem cerca de nove irmãos em Maringá e sentia bastante falta do Brasil, assim. Ela adquiriu acho que problema de coração, ficou estressada e começou a tomar remédios de pressão alta e coração a partir do Japão, assim”.

A família voltou a viver na mesma casa que morava antes de ir ao Japão, em Pitangueiras. Nesses dois anos e meio uma pessoa fazia a manutenção e cuidava da segurança do imóvel, não houve problemas além do sumiço de alguns brinquedos de Camila. Na escola, Camila disse que subitamente se tornou popular após retornar de uma viagem internacional, um feito para uma habitante de cidade pequena. Ela parece desapontada com a conveniência das novas amizades, uma vez que se considerava excluída antes da viagem.

Mesmo com boas notas, Camila frequentava aulas de recuperação para trabalhar habilidades de leitura e gramática em língua portuguesa que não cursou durante a quinta e sexta série, pois estava no Japão. Embora ainda falasse português razoavelmente, ela tinha problemas para construir frases e utilizar artigos masculinos e femininos corretamente.

“[...] como eu estava começando a pensar em japonês, em vez de falar ‘a porta’, assim, começa aquele período em que [falava] ‘o porta’, assim. Porque para japonês não tem essa diferença, esses artigos [...] Aí fora isso, [...] o modo de construir as frases era o contrário, era diferente. Isso que eu tive um pouco de dificuldade”.

Sua irmã mais velha teve que fazer supletivo para recuperar os anos de estudo perdidos, e ingressou na faculdade “atrasada”, em sua concepção. A mãe ficou feliz em ter

voltado em um primeiro momento, mas estava com problemas no casamento e “*entrou em depressão*”. Por um ano a família morou em Pitangueiras até que, em 2001, se mudaram para uma casa no terreno da avó paterna em Itambé. Segundo Camila, a mudança deveu-se à tradição japonesa em que o filho mais velho deve cuidar dos pais na velhice.

“A gente voltou para Pitangueiras e ele conversou com a mãe dele, e ela pediu para ele cuidar dela. É que na cultura japonesa é certo, assim, o filho mais velho cuida da mãe. Só que antes de tudo, antes dele ter ido, quando ele casou com a minha mãe, a ba-chan, que é a mãe dele, ela passou esse direito de cuidar dela para o mais novo. [...] dos três filhos que ela teve só o mais novo fez [...] a vontade dela, que é casar com uma japonesa. O meu pai casou com a minha mãe que é polaca e a minha tia casou com uma pessoa de Curitiba, um brasileiro. Por conta disso, eles brigaram um pouco. E aí esse filho mais novo, acho que brigaram também, ele acabou abandonando a ba-chan, saiu da casa dela. Acho que é uma pessoa difícil de lidar. E aí a ba-chan foi e pediu para o filho mais velho cuidar dela morando na casa dela, na casa da frente que tinha”.

Segundo Camila, a relação com a avó era difícil, particularmente em termo de valores. Camila considera que, para a avó, o dinheiro determinava a posição de um indivíduo dentro da família, de forma que “*se você não tivesse muito dinheiro, você não podia ter opinião*”. Embora tivesse o sítio, seu pai necessitava do dinheiro da avó para fazer a manutenção dos carros e comprar um ponto de entrega, que acabou perdendo por não dar conta da demanda. A dependência financeira e emocional para com a “*ba-chan*”, segundo Camila, aos poucos deteriorou a relação do pai com os outros membros da família, particularmente com a esposa. Camila e sua mãe tinham uma visão de família mais igualitária em relação ao forte componente hierárquico da família japonesa, em que a esposa e os filhos estariam sob a autoridade do marido.

“A gente não sabe quanto que é que ela [minha avó] pagava, assim. Ele não falava nem para a minha mãe, apesar de que na igreja mesmo fala que quando casa junta tudo dentro de uma família, o casal sabe quanto que cada um ganha. [...] A minha mãe comentou esses tempos que era como se ela fosse uma empregada da família, não fosse esposa, ou como se a gente não fosse família mesmo. E esses problemas só vieram depois que a gente foi para o Japão. Antes ele era uma pessoa assim, bem... Eu não lembro, mas minha mãe, meu irmão falam que antes o meu pai era uma pessoa, assim, que ia na igreja. E na igreja sempre ensinava a valorizar a família, que ter uma boa família é como se fosse o alicerce de uma boa sociedade. Mas ele foi esquecendo isso, porque para a família da minha ba-chan se você tem dinheiro você pode fazer o que você quiser e tratar as pessoas da maneira que bem entender”.

A mãe de Camila, segundo o depoimento, era deixada de lado em relação às questões financeiras e do processo decisório na família. Ela chegou a abrir uma lanchonete em sociedade com o marido e depois uma loja de colchões, que acabou falindo.

Camila viveu na casa da avó até o segundo ano da faculdade de Desenho Industrial. Aos 18 anos, sentia-se “*pressionada*” pela dependência financeira e falta de recursos materiais para cursar a faculdade, de forma que decidiu ir para o Japão espairar e custear equipamentos.

“Eu estava com 18 e estava bem difícil a situação. Eu estava sentindo bem pressionada. Na verdade essa pressão eu já sentia dos meus irmãos, porque sempre [teve] aquela coisa de meu pai pressionava a gente para a gente ser independente, sabe, ter como se sustentar logo. E como ele fazia essa pressão no meu irmão mais velho e na minha irmã mais velha, eu já começava a ficar apavorada de ter que ter essa independência. Aí com 16 eu comecei a trabalhar numa lanchonete e fui fazer faculdade. Com 18 eu saí do meu emprego, mas eu não consegui outro. E faculdade, quem estava pagando era a minha avó. Mas era só a faculdade que ela pagava, assim, para ir e voltar ou para fazer qualquer trabalho eu tinha que pedir para a minha mãe porque eu não tinha trabalho. Então eu me senti bastante pressionada. Minha irmã tinha casado, então ela levou o computador, e para Desenho Industrial a principal ferramenta é o computador. Eu senti que eu precisava ter um computador, ter uma máquina fotográfica para poder trabalhar certinho de acordo com o que eu estudei na faculdade. Então eu fui para lá e foi bom porque espairou um pouco as ideias e menos pressão por conta disso”

Naquela época, seu irmão mais velho estava no Japão e atuava como “*pastor por excelência*”, ou seja, cuidava de alguns fiéis sem reconhecimento oficial da igreja. Ele não tinha ido com a família para o Japão em 1998, tendo optado por trabalhar junto aos pais de sua namorada em Pitangueiras. Em 2002, ele adquiriu dívidas após a falência da lan-house que havia aberto na cidade. A avó emprestou-lhe dinheiro, mas isso gerou conflitos entre os parentes de forma que o pai “*mandou ele ir para o Japão*” juntar dinheiro. No Japão, além do trabalho na fábrica, seu irmão tornou-se pastor e se especializou em atendimento de casais, além de oferecer abrigo para brasileiros desempregados que perderam a moradia cedida pela empreiteira. Os pais de Camila pagaram a dívida para aliviar a pressão por parte dos parentes, mas não confiando no bom uso do dinheiro pelo pai, seu irmão decidiu não quitá-la.

“Se ele pagasse a dívida, o meu pai ia pegar esse dinheiro e ia gastar com prostituição. [...] ele traiu a minha mãe, não era a primeira vez. Mas nesses últimos tempos ele não fazia questão de esconder. E para a minha avó isso era normal porque ela também sustentou a casa dela com um marido e era normal da cultura de homem ter outra mulher e a mãe sustentar todo mundo. Minha mãe achou um absurdo e falou que não, não é assim. [...] No Japão ele [meu irmão] trabalhou, ele tinha dinheiro para pagar o meu pai,

mas ele não pagou porque [...] ele entendeu que se ele pagasse o meu pai ia ficar com tudo, não ia dar nada para a minha mãe e ia gastar com prostituição. Pelo que eu entendi, assim. É que por eu ser a mais nova eu acho que eu sou a última a saber de tudo. Poupa muito assim, a gente. Mas sempre dá para ver que tem alguma coisa errada”.

Camila não acompanhou em primeira mão os acontecimentos da família, mas acatou a versão e a interpretação dos fatos segundo seu irmão. O papel dele de formador de opinião é muito forte, e marcou sua estadia de um ano e oito meses no Japão como um período de formação moral-religiosa que estabeleceu parâmetros para Camila lidar com as questões familiares. Seu irmão lhe orientava a ter um propósito, voltar para o Brasil, terminar a faculdade e estudar línguas, e ajudou-a a planejar sua estadia.

Em 2007, Camila trabalhou em uma empresa do ramo alimentício, no setor de processamento de ague, uma massa feita à base de queijo de soja. Trabalhava de segunda à sexta, das oito da manhã até oito da noite, e de sábado até meio-dia. Seu irmão lhe dava carona da fábrica até a igreja, fundada por brasileiros, onde participava de estudos e grupos de jovens, que se tornaram seu principal círculo de amizades no país. Em Yokkaichi, província de Mie, onde morava com o irmão, havia muitos serviços de tradução e outros recursos voltados para a estadia de brasileiros.

O trabalho de seu irmão em orientação de casais foi profundamente influenciado pelo processo de deterioração do casamento dos pais. O alvo de suas pregações e estudos, segundo Camila, era a centralidade do dinheiro no dia-a-dia de diversas famílias brasileiras no Japão em detrimento da relação conjugal.

“Ele fala assim, que a esposa vem, vem um casal. O que acontece? Os filhos ficam aqui [no Brasil] sem a liderança dos pais. E aí a mulher trabalha na parte da manhã até a noite e depois ela fica sozinha, na parte noturna, dorme normal, fica sozinha. E o marido, para ganhar mais, ele trabalha no noturno. Então a ida da família para o Japão acaba separando, acaba prejudicando os filhos e a vida íntima do casal. Aí fala que quando você vai para o Japão tem que trabalhar, tem que se disciplinar, mas não pode se esquecer da família. Aí ele orienta a pessoa nesse sentido, de que nem tudo é dinheiro, mesmo porque a nossa família sempre teve essa separação por questões financeiras. Aí ele fala: ‘Olha, se o dinheiro estiver em primeiro lugar, não case’. Ele faz as explicações dele. Ele me explicou bastante”.

No Japão, Camila soube da separação dos pais.

“Eu já tinha 21 e sem querer eu ouvi, coincidiu do estudo que ele [irmão] estava ministrando ser sobre separação. Aí eu ouvi um pouco, assim, por acidente, porque eles estavam estudando e a parede do Japão não é de concreto. Aí eu vi que sempre mesmo que você tenha 21, que é a maioridade no Japão, não importa da idade dos filhos, os filhos sempre vão sentir a

separação dos pais. [...] foi bom que ele já tinha um estudo e estava lá para apoiar. Foi justamente para a minha mãe, porque nesse momento que ela estava decidindo, eu estava no Japão junto com o meu irmão e minha irmã já era casada e estava em Maringá. Então ela estava sozinha com o meu pai. Aí ele explicou que a mãe [...] suporta essa situação por causa dos filhos. Então o amor dela é tudo depositado ali nos filhos, e acho que para o pai também. Quando os filhos casam, saem de casa, que era o que estava acontecendo, os pais, eles não veem mais sentido ali porque eles não gostam um do outro e eles gastaram todas as energias por causa dos filhos. Aí esse propósito acaba e eles acabam separando também. Aí ele me explicou isso e a gente, na medida do possível, a gente deu apoio. Meu irmão pediu para não separar, para irem à igreja. E minha mãe batalhou bastante para não separar, antes de separar”.

Camila voltou para o Brasil em 2009. Havia adquirido os equipamentos que desejava e começou a sentir os efeitos do agravamento da crise, primeiro no corte das horas-extras, cancelamento do turno da noite e finalmente na diminuição do valor dos salários. Seu irmão lhe disse para voltar ao Brasil. Camila destrancou a matrícula da faculdade e concluiu o curso. Ela e a mãe mudaram-se da casa do pai e da avó e enfrentam dificuldades financeiras por não terem recebido nenhum tipo de indenização financeira. No período da entrevista, Camila sustentava a si e sua mãe com um salário mínimo que ganhava como assistente de marketing. Com emprego e namorado, Camila não pretende ir ao Japão novamente, mas considera fazê-lo por sua mãe, que pretende estar próxima ao filho e às netas.

“[...] ela saiu do casamento, ela saiu sem nada sendo que ela trabalhou muito e a vida toda. [...] Não importa muito o que eu faça desde que eu ganhe para poder ajudar a minha mãe. Mas eu trabalho com o que eu gosto de sábado, eu dou aula para criança, de desenho”.

Observamos que enquanto Camila não se identifica com o modelo de família sustentado pelo pai e avó, ela carrega um forte senso de obrigação filial em relação à mãe, com a qual compartilha o mesmo núcleo de valores.

4.3.2. Lucas Uchima: operário e artista plástico

Lucas é filho de pais oriundos da província de Okinawa e morador da Vila Carrão, na zona leste de São Paulo. Tinha 16 anos quando seus pais foram ao Japão a trabalho, enquanto permaneceu no Brasil com um de seus irmãos. A viagem tinha como objetivo a quitação de dívidas da família e a separação conjugal de seus pais, que utilizaram a ocasião da migração para a separação de domicílios, fonte de renda e trajetórias pessoais.

“Em 2001, começaram, meus irmãos foram. Aí depois de um tempo foi a minha mãe. Foi todo mundo separado, assim. Aí desde 2001, 2002, o pessoal tinha ido para o Japão. [...] Minha mãe tomava conta de uma loja. Tinha uma loja, comércio, aqui. Daí fechou, faliu, então eles estavam com dívidas e tal, e para resolver a situação econômica da família então eles foram para o Japão. E o lado familiar também estava meio... Meu pai e minha mãe estavam meio se separando e tal, então a ida para o Japão foi meio uma separação também, que eles moraram lá separados. [...] Eu lembro que eu vivia assim esperando a volta deles, o dia que eles voltassem. Não sabia quando, mas a gente vive uma transição”.

Lucas permaneceu no Brasil sem os familiares por seis anos, e recebia remessas, segundo seu depoimento. Completou o Ensino Médio e ingressou em um curso superior de Design de Multimídia. Aos 21 anos estava insatisfeito com a faculdade e decidiu abandoná-la, mas não sabia que área deveria seguir. Sua mãe o convidou para ir ao Japão trabalhar até que decidisse o que fazer. Lucas contatou uma empreiteira em São Paulo que o encaminhou para Toyokawa, na província de Aichi. Naquele período duas de suas irmãs estavam no Japão e viviam próximas à mãe. Embora não tivessem convívio diário, reuniam-se durante os feriados. O pai morava isolado do restante da família e Lucas tinha poucas informações sobre o que ele fazia, além do fato de que trabalhou em uma peixaria por um tempo.

“Para mim foi tudo novo assim, tudo diferente. Acho que é um choque de culturas. E quando eu fui, eu não fui junto com as minhas irmãs, para onde elas estavam. Eu morei separado. Daí para mim foi bem mais impactante chegar assim, sozinho, morar sozinho e tal. Então para mim foi bem diferente. [...] Eu entendia um pouco da cultura japonesa do cotidiano, porque o japonês se comportava de certa forma, de um jeito assim. Que tem muito brasileiro que chega lá e fala muito bem dos japoneses e tal. E eu de certa forma entendia o modo de pensar japonês. Mas também entendia o lado brasileiro. Então às vezes eu ficava no meio desse impasse, nesse choque de culturas. Mas acho que sou bem mais brasileiro, no modo de ser, assim, no dia-a-dia”.

No primeiro emprego, em que ficou aproximadamente um ano, Lucas se dedicava ao estudo da língua japonesa nas horas vagas. Foi encaminhado para Hamamatsu, em Shizuoka, onde passou a trabalhar em uma empresa de injeção de borracha, um serviço pesado com turnos de dez horas, razão pela qual parou de estudar.

“[...] foram no total acho que uns quatro empregos. Mas variava muito. No último emprego que eu fiquei mais. [...] A gente fazia peças para celular, câmera digital ou câmera fotográfica grande, que era pintar a carcaça, assim. Então era um serviço mais leve, de pintura de peças. Daí eu fiquei acho que a maior parte, dois anos mais ou menos, nessa empresa. [...] Eu procurava guardar o máximo porque no começo, antes de ir para o Japão, eu pensava em fazer uma faculdade, terminar a faculdade. Então minha meta era juntar dinheiro para fazer a faculdade. Então daí eu fui juntando

desde o começo o que eu podia, e eu juntava comigo mesmo. Não mandava para o Brasil nem nada, juntava lá no Japão”.

Lucas trabalhou no Japão por três anos e meio, apesar de ter estabelecido uma meta de dois anos de trabalho no país. Assim como todos os entrevistados e entrevistadas para esta pesquisa que estenderam a estadia no Japão, ele considerou a comodidade proporcionada pelo salário como operário em fábrica o motivo para a permanência alongada.

“Eu acho que a gente vai se acomodando lá muito fácil. Porque a gente trabalha, tem o salário e vive bem. Consegue viver e guardar. Então essa comodidade vai deixando a gente mais à vontade [...] [Tem] uma certa independência que a gente consegue ter lá. E a comodidade de morar no Japão, a segurança...”.

A crise econômica já se desenhava ao final da estadia de Lucas no Japão. Com o falecimento do pai, um a um os membros da família voltaram para o Brasil.

“Minha família inteira já tinha voltado para o Brasil e também nesse meio tempo meu pai acabou falecendo no Japão. Daí minha família voltou aos poucos. Então a gente viu que já estava na hora um pouco de juntar a família e tal. E a situação da família foi mudando. [...] Não estava mais aquela crise e tal. A gente viu que conseguia voltar para o Brasil. [...] A minha mãe já tinha voltado antes de meu pai falecer. Só tinha ficado minha irmã, minhas duas irmãs e eu, no Japão. [...] Estava começando a crise lá no Japão. Daí eu cheguei, daí que piorou bastante a situação. Tanto é que essa fábrica que eu estava trabalhando antes de eu vir para o Brasil, a Y., a fábrica inteira fechou. E era uma fábrica de quarteirões e quarteirões assim. Então para mim foi bem surpreendente assim, o nível que a crise chegou. A fábrica inteira assim fechar as portas...”

Lucas sentiu-se deslocado nos primeiros dias, e confrontou-se com o fato de que não havia escolhido que carreira seguir durante sua estadia no Japão. Por quase um ano ficou “parado”, sem estudar ou trabalhar, tentando decidir o que fazer. Através do Grupo Nikkei, conseguiu um emprego temporário em uma papelaria por dois meses e posteriormente um trabalho em uma firma de contabilidade na Liberdade, onde ficou por dois anos. Lucas iniciou um curso de artes na Faculdade Panamericana, que também não gostou e abandonou. No mesmo ano prestou vestibular na Faculdade Belas Artes e foi aprovado, e começou a estudar Artes Plásticas. O curso possibilitou que Lucas redirecionasse sua carreira para Artes ao participar de montagem de exposições com professores. Quando nos conhecemos, Lucas estava com 27 anos e se preparava para ir ao Japão como estudante através da bolsa *Kenpi Ryūgakusei*, a mesma da qual Márcia e Claudio participaram, para estudar a cerâmica de Okinawa. Embora considere que a viagem para o Japão vai repercutir positivamente em sua

vida profissional, Lucas não pretende viver no país novamente por nunca ter se sentido “à vontade, como se estivesse em casa”.

Através da participação na Associação Okinawa da Vila Carrão, Lucas experimenta um senso de filiação comunitária que, descreve, não tinha entre os brasileiros de Toyokawa e Hamamatsu. O senso de pertencimento sócioespacial proporcionado pela convivência com indivíduos com *backgrounds* culturais e trajetórias de vida semelhantes constitui, nesse caso, parte do processo de adaptação na situação de retorno. Quanto aos outros membros de sua família, Lucas diz que a ajuda de parentes foi fundamental, dando destaque para o fato de sua mãe e o irmão trabalharem na empresa de um tio.

“[...] acho que o que ajuda um pouco é a presença da família, dos parentes em volta. Como a gente mora na Vila Carrão tem muito conhecido, é meio que uma colônia de Okinawa na Vila Carrão. Então a gente... Essa adaptação da volta, eu acho que é bem facilitada por isso assim. [...] [No Japão] Era uma comunidade brasileira que a gente tinha lá e só isso assim, a gente não conhece ninguém, eu pelo menos fui meio do desconhecido. Como eu morei sozinho, então para mim era todo mundo desconhecido.

Lucas considera que a estadia no Japão lhe proporcionou recursos financeiros para pagar a faculdade e experiência de vida a partir do contato com outra cultura. Em termos de autoconhecimento, por sua vez, diz que a viagem apenas prolongou o período de indecisão em relação à própria carreira, com a qual lidou a partir de algumas seções de terapia.

4.4. A sociologia e o olhar do estrangeiro

Sonia e Alberto tiveram trajetórias parecidas. Ambos decidiram ir para o Japão em um período de transição, após o término do Ensino Médio e sem expectativas de ingressar em uma faculdade ou conseguir um emprego que representasse bom salário e oportunidades. Sonia ficou aproximadamente quatro anos no Japão, intercalados em três viagens; enquanto Alberto trabalhou no país por dois anos seguidos sem reincidências. Em ambos os casos o retorno ao Brasil teve como principal motivo superar a distância em relacionamentos afetivos. E mais coincidências: os dois ingressaram em faculdades públicas nos cursos de Ciências Sociais, e encontraram na migração para o Japão tema de pesquisa para as produções científicas mais importantes durante a Graduação.

4.4.1. Sonia Kato: para entender o irmão

Para Sonia, assim como Cíntia, Mayumi e Claudio, a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior ou mercado de trabalho foi um momento crucial para a decisão de ir para o Japão. Sonia, segundo seu depoimento, vivia um momento de “*falta de perspectiva*” tanto no que se refere à indecisão em termos de carreira como à situação financeira da família que não poderia custear a vida de estudante. Seus pais passavam por dificuldades, e diante da necessidade de contribuir com a renda familiar, Sonia viu-se entre a decisão de trabalhar no Brasil com baixa expectativa salarial ou trabalhar como operária no Japão com ganhos substancialmente maiores.

“Eu terminei o terceiro colegial e aí eu fiquei sem perspectivas, nenhuma assim. Meu pai ficou desempregado, minha mãe também estava doente, meu irmão já estava no Japão, eu não tinha dinheiro para fazer cursinho e nem para fazer faculdade. Então, onde eu ia trabalhar? Ganhar quinhentos reais? Aí meu pai me deu a ideia de ir para lá e eu fui. [...] Eu não queria ir para o Japão. Eu fui porque foi uma questão, assim, a vida me levou para lá, me empurrou. Porque não tinha condições de ficar no Brasil. Tinha; eu podia escolher ficar olhando para o teto e vendo a minha família passando necessidade ou trabalhar para ganhar quinhentos reais ou ir para o Japão ganhar, sei lá, dois mil dólares, entendeu? E aí eu tive um pouco de coragem. E eu comecei a ver a situação também como uma aventura. Falei: ‘Nossa!’. Por que qual era o problema principal de eu ir para o Japão? Eu achava que o Japão era um país muito machista. Eu tinha aquela ideia da mulher andando atrás do homem, aquela coisa, sabe, do japonês que odeia brasileiro, que ia ser assim tudo preconceito e tal. E mulher ganha menos... E eu já era bem feminista, assim, para os padrões da minha família. E aí eu me recusava. Mas quando eu vi que a situação não era boa mesmo eu me convenci de que ia ser melhor e comecei a ver o lado da aventura. Então eu tinha 17 anos, então: ‘Uau, vou trabalhar, ganhar um monte de dinheiro, morar sozinha em outro país, não-sei-o-que, é bacana, então vamos se jogar’. Aí eu fui. Pensei em ficar... Mas eu fui assim tão sem perspectiva, eu não sabia nem se ia ficar um ano, se ia ficar dois anos, se ia ficar três anos; e tudo ia depender de como a coisa fosse caminhar”.

O irmão, quatro anos mais velho, já estava no Japão por dois anos quando Sonia deixou o Brasil em 2000, provavelmente tendo partido na mesma fase de transição que descrevemos. Segundo ela, “*mandá-lo*” para o Japão foi como seus pais lidaram com problemas de convivência que tinham com ele, uma pessoa de temperamento difícil. A relação complicada de Sonia com o irmão é agravada pelo machismo declarado, contra o qual nutria um espírito combativo em função de sua identificação com o feminismo.

“E no meu caso, inclusive, eu fui até escondida dele, do meu irmão, que era a única pessoa que eu tinha lá. Ele não sabia que eu ia porque quando o meu pai falou com ele no telefone, ele falou: ‘Ah, a Sonia vai para o Japão, está pensando em ir para o Japão’; ele surtou no telefone. [...] ‘Não, por que você vai deixar ela vir para cá? Porque aqui só tem vagabunda! Porque aqui não-sei-o-que! Porque as menininha aqui é tudo perdida! Ela vai ficar

igual! E blá-blá-blá! Não tem ninguém que presta!'. Sabe aquele discurso machista preconceituoso e raso? Sabe, nivela tudo por baixo. E aí meu pai: 'Não, não, tá bom, tá bom, tá bom, tchau'. E eu já estava com passagem marcada, eu falei: 'Eu vou!'. E fui. Só que aí quando eu cheguei lá, ainda fui... Engraçado, ainda fui no dia do aniversário dele, fui dia 3 de abril. Quando eu cheguei lá eu tive problemas com a empreiteira, tive problema com dinheiro, perrengues, aí eu liguei para o meu pai e falei: 'Dá o contato do Junior aí que agora vai ter que me ajudar'. E aí acho que depois de uns quinze dias... Acho que depois de um mês mais ou menos eu liguei para ele. O contato que eu tive lá foi assim".

Assim como Cíntia, Sonia era menor de idade e enfrentou problemas com a empreiteira. Cíntia descreveu que foi “*deixada de molho*” por causa da idade, o que não aconteceu com Sonia, que teve trabalho e presenciou práticas ilegais e de má-fé por parte da empreiteira. A exigência física e psicológica do trabalho fabril foi um choque para uma jovem acostumada com a vida de estudante que jamais havia tido um emprego.

“Eu acabei ficando dez meses, não consegui ficar um ano. Chorava todo dia, parecia uma maluca. Porque eu estava acostumada com pai, mãe, muito família... Mas ao mesmo tempo tinha uma sensação de autonomia e de liberdade muito grande, que eu tento encontrar isso até hoje e nem voltando para lá eu ia encontrar. Acho que só me aventurando em alguma coisa assim parecida, uma aventura parecida com aquela. [...] Tive problema com a empreiteira que prendeu meu passaporte, que quis me cobrar horrores... Não me adaptei ao trabalho, nunca tinha trabalhado, não tinha malícia nenhuma de trabalho. Não sabia o que era meia Kendall, sabe... Coisas assim que hoje eu já sei como é que é, das outras vezes que eu fui eu já levei, então eu já conhecia mais ou menos o esquema para diminuir um pouco a tensão. Então eu estava acostumada a ser estudante e de repente eu tenho que ficar doze horas, dez horas dentro de uma fábrica em pé, olhando para aquela linha, sem poder me mexer direito. O meu corpo não aguentava. Não aguentava! [...] A primeira empresa... Qual era o nome? M. Eu fazia peças para máquinas de xerox. Só que eu fiquei uma semana, não consegui me adaptar ao serviço. Eu não dava cota, ou eu era rápida demais e desleixada ou era lenta demais, então eu não entendia como fazia aquilo, eles não gostaram do meu trabalho. Aí depois me mandaram para outra, que era uma empresa pequena e você mudava um pouco de lugar. Você ia andando junto com a linha: trabalhava duas horas aqui, duas horas lá, duas horas lá, duas horas lá. Só que era um trabalho que judiava um pouco do corpo também porque você pegava três... Em cada mão você pegava três gelatinas. Sabe aquelas gelatinas energéticas que você toma, aquelas sacolinhas, aqueles saquinhos? E ele é de alumínio, lembra? Você pegava três e colocava na caixinha. E aquilo rasgava a minha mão. E eu também não estava aguentando. Aí tinha que ficar lá na kensa, eu dormia na kensa, aí amontoava um monte de gelatina... Fui mandada embora de novo. Aí resolveram me dar um chá de cadeira e me deixar quinze dias num apartamento sozinha – porque eu ficava numa quitinete – desesperada para eu pegar qualquer coisa. E aí me vieram me oferecer o frango, que eu falei: 'Eu não vou ficar cortando galinha, tomar banho de sangue de galinha! Não!'. Aí eu falei que não queria. Aí falou: 'Ah, como você não quer? Você está folgada'. Aí me deixaram mais cinco dias. Aí queriam me colocar no chicote lá, de carro. Eu falei: 'Isso vai me destruir o corpo, tudo! Eu

também não quero! Eu quero ir para o bolo!'. Eu queria ir para o tal do bolo, que estavam pegando no bolo. [...] O bolo, então, era uma empresa de bolo, fazia bolo. E tinha umas meninas lá no prédio que trabalhavam no bolo e falaram: 'Não, está entrando um monte de gente, fala que você quer ir para o bolo'. Mas só porque eu queria ir eles não queriam me colocar lá, eles queriam judiar de mim. Sei lá por que. [...] Aí tinha uma menina no prédio que estava caindo fora de lá também, estava indo para Kisarazu, e falou: 'Olha, tem um trampo lá na Sony de Kisarazu, mil e cem a hora' – que era um salário maravilhoso para mulher naquela época, que ganhava novecentos e cinquenta, novecentos, no máximo. Aí eu falei: 'Vamos'".

Quando diz que “queriam judiar de mim”, Sonia parece certa de que o tipo de trabalho que fazia era ruim e que era dever da empreiteira encaixá-la em um lugar que se sentisse bem. A empreiteira claramente discordava e a considerava exigente demais. Observamos como outros migrantes (Cíntia, por exemplo) parecem considerar suportar o trabalho pesado como um dever, ou pelo menos passaram mais tempo que Sonia no emprego indesejado antes de desistir. Consideramos que Sonia, provavelmente por influência do feminismo, sentia-se empoderada o suficiente para que não aceitasse o sofrimento como uma obrigação, exigindo serviços melhores. Na saída dessa empreiteira, Sonia teve que lidar com procedimentos ilegais como a retenção do passaporte e cobranças irregulares, além de problemas relacionais com funcionários.

“Só que eu estava com passaporte preso e com dívida com a M. Então, vamos negociar. E lá vai eu. Aí o cara olhou para mim e falou: 'Você tem 17 anos, você é menor de idade. Você está sob nossa custódia. Você não pode sair enquanto você não for maior de idade'. E a gente acreditou. Eu achei meio estranho aquilo, eu falei: 'Tá, tá bom. Não, mas eu quero sair de qualquer jeito'. 'Então faz o seguinte. A gente arruma um trampo legal para vocês. Vocês ficam?'. 'Ah, tá, a gente fica então'. 'Só que vocês vão ter que mudar de apartamento porque o sôgei não passa onde vocês moram, passa em outro lugar'. 'Tá, tudo bem'. 'Vai mudar você, a Flávia – que era essa minha amiga – e mais duas meninas, tudo bem?'. 'Tudo bem'. Aí o buchō, kakarichō, sei lá o que ele era, falou: 'Ah...'. Aí começou a tirar um sarro. Falou: 'Ah, mas não sei, acho que não vai dar muito certo vocês morarem lá'. 'Por que?'. 'Ah, porque as meninas que vão chegar são novas do Brasil e elas não estão acostumadas com muito homem dentro de casa'. E isso o tradutor falando, porque eu não entendo japonês. Você imagina um tradutor te falando essas coisas! Você assim: 'A-hã'. Aí eu falei: 'Que? Esse cara está me tirando, não é possível!'. Aí a gente deixou passar, sabe, fingiu que não ouviu. Aí a Flávia queria estar no mesmo turno que eu, porque lá eu ia ficar eu num turno e ela em outro. 'Ah, não tem como a gente ficar no mesmo turno?'. Ele falou: 'Viu, o que vocês são? Vocês são lésbicas? Quer ir embora junto, quer morar junto, quer estar no mesmo turno... Vocês são namoradas, é isso?'. E começou a rir. Aí eu falei: 'Ah meu, vai tomar naquele lugar, quem esse cara pensa que é? Eu não vou ficar, vou embora agora. Dá meu passaporte, dá minhas coisas, eu quero ir embora'. Só que eu não sabia que era contra a lei prender o passaporte. E aí eu pedi a xerox. A moça lá do escritório, super legal, deu a xerox. Tudo muito na

ingenuidade, assim, porque eu não conferi as folhas. E a folha do visto ela não tirou. Peguei aquela coisa lá que eu achava que era a xerox do meu passaporte e fui embora. E a gente fechou com a Kisarazu, com a Sony, o tantōsha veio buscar a gente, a gente fez a mudança. Na hora de entregar a documentação, cadê a folha do visto? Aí a gente explicou a situação, ele – que não é ingênuo – entendeu, falou: ‘Não, tudo bem. Vocês já estão aqui, depois a gente vê isso’. Aí conversei com meu irmão, meu irmão falou: ‘Não, você tem que ligar, tem que negociar com eles, tem que negociar com eles!’. Liguei, falei: ‘Então, eu quero negociar para vocês entregarem meu passaporte e tal’. E falou: ‘Ah, tá bom, sua dívida está em seiscentos mil’. Tipo, eu fui para lá com um dívida de duzentos. Cheguei a trabalhar, tudo, e estava com uma dívida de seiscentos? E ainda não mandavam por correio, eu teria que ir lá buscar e pagar à vista. Eu falei: ‘Tá, não tem o que fazer’. Aí reza daqui, reza dali, Reiki⁶⁷ e tudo mais. Um dia teve uma hora-extra, era oito horas da manhã, tinha acabado. Falaram: ‘Ah, mas tem mais duas horas-extras. Quer fazer?’. Eu falei: ‘Quero’. Aí montaram uma linha e quando eu estava nesse processo, eu conversando com o cara que estava do lado, expliquei a situação para ele pedindo opinião e tal. Ele falou: ‘Meu, eu tenho o telefone do presidente do Consulado brasileiro. Liga para ele que ele resolve isso em três dias para você’. Aí eu liguei, falei com o vice-presidente, na verdade, o cara ficou ‘P’ da vida quando eu contei essa história. Ele falou, pediu o nome da empreiteira, ele já conhecia essa empreiteira, tem muitos problemas. Foram lá, pegaram meu passaporte e depois me mandaram o passaporte pelo correio, eu não tive que pagar nada. Falou: ‘Olha, você só paga a sua passagem de vinda, você não precisa pagar nem a de volta’. Só isso, que deve ser em torno de cem mil ienes. Mas aí acabou que eu não paguei nada, entendeu, peguei o passaporte... Por isso que eu voltei em dez meses. E como estava muito sofrido, estava com muita saudade, e aí eu estava com dinheiro, estava trabalhando bastante. não paguei dívida nenhuma. Na hora que deu o Natal eu comprei a passagem de volta para o Brasil e vim. Essa foi minha primeira experiência”.

Com o dinheiro economizado no Japão, Sonia pagou a entrada de um carro para o pai em troca das mensalidades do cursinho pré-vestibular; mas não estava estimulada a estudar e não passou nos exames. Com problemas de convivência com o irmão, que havia voltado ao Brasil, Sonia decidiu ir ao Japão novamente.

“Eu dei a entrada no carro do meu pai e meu pai pagou o cursinho. Mas não passei, também estava em outra pegada. Aí meus pais mudaram para Botucatu. Aí eu fui para Botucatu, aí eu fui começar a fazer cursinho lá em Botucatu. Só que nesse meio tempo aí eu já arrumei uns bicos para fazer [...] Eu também não estudei direito, não passei. Aí nesse segundo ano que eu não passei aí falei: ‘Ah, acho que eu não sirvo para estudar. Vou voltar para o Japão’. Aí teve um problema de família aí no meio também, que meu irmão tinha voltado para o Brasil, a gente não se dá bem, e estava meio tensa a situação eu casa. Eu falei: ‘Bom, se ele vai ficar então eu saio’. [...] Aí voltei para o Japão pela segunda vez. Aí fui. [...] E aí depois de um ano e sete meses, um ano e oito meses mais ou menos que eu estava lá, eu decidi voltar para o Brasil para passar férias de três meses. Só que aí nessas férias

⁶⁷ Reiki é uma terapia alternativa baseada na canalização da energia universal através da imposição de mãos com o objetivo de restaurar o equilíbrio energético vital, promovendo o bem-estar.

de três meses eu acabei me apaixonando, o primeiro louco que passou na frente. Aí eu ia voltar para o Japão, minha intenção era ficar mais três anos; isso quando eu vim passar as férias: ‘Ah, vou ficar três meses aqui, volto para o Japão e fico mais três anos’. Também não sabia direito o que eu queria, para o que eu ia juntar dinheiro. Quem sabe comprar casa, sei lá. Sabe aquela coisa de Japão: você quer o dinheiro e você não sabe nem para que você quer. Mas como eu estava com esse namorado aqui eu não aguentei, fiquei três meses, quatro meses lá, e acabei voltando de vez para o Brasil”.

Apaixonar-se mudou os planos de Sonia de trabalhar três anos no Japão e juntar dinheiro. De volta ao Brasil, ela iniciou um relacionamento conturbado e gastou o dinheiro que economizou com “*cerveja, viagem, só besteira*”. A situação com o namorado fez com que decidisse fazer terapia para resolver seus conflitos internos.

“É porque eu estava louca. Eu não estava bem. Na verdade, terapia era uma coisa que eu queria fazer desde a adolescência, mas eu não tinha dinheiro. E aí naquele momento eu tinha. E eu também... E eu percebi assim pelo próprio andar da minha vida, sabe, desde... A pessoa com quem eu me envolvi, a pessoa por quem eu me apaixonei, o que eu fiz com o dinheiro que eu tinha trazido do Japão nas férias... Eu falei: ‘Eu não estou bem’. Eu vi que eu estava sem perspectiva, que eu estava completamente perdida. Eu precisava de um apoio. E meu pai e minha mãe não são pessoas boas para apoiar, sabe, para direcionar. Eles deixam a gente muito livre, assim: ‘Faça o que quiser, você que sabe da sua vida. A gente te apoia em tudo o que você quiser fazer’. Mas se for para dar uma direção assim, raras as vezes eles conseguiram intervir. E aí eu comecei a fazer terapia, fiz seis meses”.

A terapia foi o *turning point* para Sonia interromper o ciclo migratório e dedicar-se à estabilização no Brasil. No início do ano seguinte, em 2006, iniciou o curso pré-vestibular novamente e dessa vez foi aprovada no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP).

“[...] eu sempre tive o Japão como uma muleta. Se nada der certo eu volto para lá. Mas não queria voltar, tanto que aí fiz cursinho e tal, me dediquei, consegui entrar na faculdade e fiquei, estou até hoje. Mas sempre assim: se alguma coisa der errado, eu volto para o Japão. [...] É, quando eu percebi que eu estava ficando revoltada justamente porque eu não estava fazendo o que eu queria. Que foi nessa última vez que eu voltei e fiz a terapia, e eu percebi que eu não ia, assim... Eu não sei quando, mas eu coloquei na minha cabeça o desejo, sei lá, de fazer faculdade, ter uma profissão, de estudar, e o Japão me impossibilitava. [...]”.

Sonia ainda pretendia ir ao Japão, mas dessa vez como pesquisadora interessada na questão da violência entre jovens brasileiros no país. A aproximação da questão como tema de pesquisa foi desenvolvida a partir do impacto da experiência de seu irmão, um delinquente, segundo ela. Sonia casou-se e concluiu a faculdade em 2011, ano em que foi aprovada em um

programa de pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP). Aos 28 anos, considera-se enraizada no Brasil; o casamento, em especial, teve um efeito estabilizador.

“[...] Foi a minha própria experiência que me levou para isso [...]. Era eu que estava ali, e era minha família também. Era o Junior, porque ele foi delinquente lá. Não chegou a ser preso, mas ele era muito violento e tal. [...] Eu lembro muito dessa imagem do brasileiro na mídia, do estrangeiro criminoso [...] Aí eu falei: ‘Bom, se tem alguma coisa que eu vou gostar de pesquisar, que eu vou achar legal, que eu sou apaixonada, é isso’. [...] eu estava solteira eu queria ir [para o Japão] e com essa pesquisa não era tão difícil, tal, conseguir. [...] Mas aí casei, cachorro, casa... Aí você percebe que você já tem uma raiz. E para o meu marido trabalhar lá, assim, não ia ser legal, porque ele trabalha com tecnologia da informação. [...] Ele não ia conseguir ganhar lá o que ele ganha aqui. E aqui tem possibilidade de crescer e tudo, está em uma firma que ele gosta. Eu também, tipo, agora passei no mestrado, então vai ficando cada vez mais difícil, eu acho”.

4.4.2. Alberto Tamashiro: para entender as relações de trabalho

Assim como Sonia, Alberto viu-se na transição do Ensino Médio para a Universidade com dificuldades financeiras e poucas perspectivas após ser reprovado no vestibular. A morte do pai cinco anos antes sobrecarregou a mãe com os negócios da família e a tarefa de sustentar a casa. Endividada, sua mãe, Yasuko, decidiu ir ao Japão com o objetivo de estabilizar a família economicamente. Alberto menciona seu dever como filho mais velho de acompanhá-la e dividir a responsabilidade de solucionar os problemas da família.

“Nesse meio tempo minha mãe estava tocando um comércio que era da família, que era a minha mãe e o meu pai que eram donos. Só que meu pai faleceu em 96... Por aí, 95, 96, e minha mãe teve que tocar o comércio sozinha. Só que é muito difícil, porque ela começou a exercer uma série de funções que antes ficava relegado ao meu pai. Então ela teve que tirar carta, ela teve que lidar com fornecedor, uma série de coisas que era o meu pai que fazia. E também nesse período de final da década de 90, começo de 2000, esses grandes mercados, tipo Extra, Carrefour, eles foram adquirindo mais força, e o comércio de bairro perdeu muita força. Então aí, lá para 2003, minha mãe resolveu, falou: ‘Vamos ter que ir para o Japão porque não está dando. A gente está meio com dívida, tal, por causa do comércio’. Aí eu falei: ‘Bom, vamos embora’. Eu topei ir e meu irmão ficou aqui, meu irmão que é um ano mais novo. [...] Então, 2002 eu parei de trabalhar. Eu tentei vestibular na USP, mas para o curso de Filosofia, mas eu não passei. E aí eu falei: ‘Já que não passei eu vou com a minha mãe. Não vou deixar ela ir sozinha e tal’. Tem essa coisa de ser filho mais velho também, responsabilidade e tudo, aí eu resolvi ir para lá”.

Alberto e sua mãe foram para o Japão, na província de Ibaraki, sem contatos no país. A empreiteira foi contatada através de um conhecido.

“A gente tinha parente, mas não era uma rede, assim, a gente não tinha contato, entendeu? Era parente de terceiro grau. Era um parente conhecido, mas que a gente não tinha contato. Quando a gente foi, a gente foi através de um conhecido da minha mãe. Acho que ele é conhecido de um parente nosso, eu não sei, que é perto de onde a gente mora. Ele é lá no Imirim. Eu nem sei se esse senhor está vivo hoje. E acho que ele conhecia uma empreiteira, e foi através dessa empreiteira que a gente foi para o Japão”.

O primeiro emprego de mãe e filho foi em uma fábrica de impressoras. Assim como Claudio, Alberto teve dificuldades para se adaptar à velocidade do serviço: primeiro era lento demais, e depois, rápido demais. Surge como um aspecto central em sua fala o processo de “consequir dosar” o trabalho manual com a reflexão sobre as características do trabalho; particularmente no que se refere aos conflitos relacionais entre outros operários que surgem no contexto da produção. A busca por romper com a “alienação” (seu termo) do trabalho vai repercutir, posteriormente, em sua escolha pela migração brasileira para o Japão como tema de pesquisa na Graduação em Ciências Sociais.

“A gente montava uma impressora, mas acho que a gente montava só o esqueleto dela. A gente deixava ela semiacabada. Eu acho que era para uso industrial, não era para uso, assim, para você vender, era para empresa. Eram dois modelos. Eu não lembro como eu comecei na linha. Eu comecei fazendo uma parte só da peça, mas depois, acho que para reduzir o número de pessoas na linha, não sei, ou porque aumentou a produção, eles mudaram o formato da linha e eu tive que aprender o serviço da linha inteira. Então eu sozinho conseguia montar a impressora. Mas eu fiquei no começo, na cabeceira da linha, que eu dividia com uma menina. Ela já tinha experiência nesse serviço e eu tive que pegar as manhas depois. Só que é um pouco complicado, porque não ficava, assim... Fazia um ciclo no começo. Fecharam ali, ficava um círculo aqui e depois a linha continuava. Então ela começava e eu começava atrás dela. Só que ela tinha muito mais habilidade do que eu para montar a peça principal, a primeira, que depois era distribuída na linha. Então como eu era mais devagar, ela fazia, dava a volta e chegava atrás de mim. Tipo, ela acabava ficando me empurrando. Mas é complicado por que: porque eu era homem e ganhava mais por hora. E tipo, ela chegou uma vez e falou brincando, assim, tal, meio ironicamente, falou: ‘Ah, homem ganha mais, mas eu trabalho bem mais que vocês. Tal, não-se-o-que, isso não é muito certo’. Não é muito certo mesmo, para mim todo mundo tinha que ganhar igual, mas tem que ver com o cara lá... Mas aí, depois de apanhar bastante, eu peguei as manhas da peça e consegui trabalhar. Isso eu acho que despertou o interesse também em entender algumas coisas do movimento de kassegui. Ele tem uma estrutura que, nossa, para o cara que sai do Brasil, que nunca trabalhou em fábrica, não entende dessas coisas, ele chega lá, ele se encontra imerso numa estrutura social totalmente diferente. Uma estrutura social que mistura esse aspecto do trabalho, do mundo trabalhista, sabe, tipo, não era nem culpa da menina nem culpa minha, mas o modo de produção, o modo como a linha foi estruturada é muito complicado. Isso mexe com as relações sociais. É estranho, porque tipo, o trabalho aliena tanto a gente que está interferindo nas relações sociais. Não sei se é por conta disso que muita gente lá no Japão briga para caramba, você ouve muito: ‘Ah, não confia muito em

brasileiro’, e tal. Eu falei: ‘Como?’. O cara é brasileiro que nem eu e eu não posso confiar nele? Vou confiar em quem então? No japonês? Eu não sei falar a língua, não sei falar o idioma. Então, é... Eu acho complicado. Tem que entender por que é tão disputado. [...] essa menina depois saiu e eu tive que fazer o serviço sozinho. Mas eu gostava do serviço, porque era uma coisa ágil, você tinha que estar correndo. Então para mim era gostoso, eu ficava fazendo, ligava o automático e pensava em outras coisas. Mas o tempo passava muito rápido. Depois batia um cansaço, mas eu achava que era um cansaço gostoso até, sabe, porque não era uma coisa que me sugava tanto a energia, eu conseguia... Chegou uma hora que eu consegui equacionar um pouco o serviço braçal com o trabalho mental que você faz, sabe. Você consegue desligar mentalmente, isso ajuda muito. E aí às vezes eu ficava tão empolgado, tão empolgado, que fazia peça demais. E como eu era a cabeça da produção, se eu solto muita peça o pessoal da linha tem que dar conta, e por isso vai acumulando serviço. Aí o pessoal às vezes falava: ‘Vai um pouco mais devagar, não-sei-o-que’. E o cara que fazia o konpo, que colocava a peça dentro da caixa, ele falava: ‘Falta pouco para bater a cota, vai devagar’, e tal. Só que aí eles, tipo, eles ficavam bravos comigo. Mas eu comecei a perceber: ‘Pô, eu tenho que saber dosar também, porque eu não estou trabalhando sozinho’. Não posso ser egoísta, quer mostrar serviço para o cara, ou tipo ficar empolgado, soltar um monte de peças e prejudicar o trabalho dos outros”.

Após um ano de trabalho nessa linha, a produção foi transferida para a China; e Alberto e sua mãe se mudaram para Ishiki, a cidade vizinha, onde trabalharam por mais dois anos.

“[...] a minha mãe, ela trabalhava em linha também, que era corrido. Minha mãe tinha acho que 45 anos será? [...] 44 ou 43, eu acho. E ela trabalhava numa linha que era bem corrido. Mas para a idade dela ela conseguiu levar. Ela fazia o serviço corrido e tudo, e ela gostava, assim. Porque ela é que nem eu, ela fazia um serviço corrido, mas o tempo passava; você conseguia sublimar o pensamento enquanto trabalhava no automático. Quando a gente foi para esse novo serviço ela trabalhou no serviço de kensa, você ficava numa rōrā. Rōrā é um bastão de... É um bastão compridinho assim de metal que tem uma borracha preta em volta que é para fazer o papel da máquina passar. Tem o papel na máquina e a rōrā é a borrachinha que roda, o papel passa e a rōrā roda. [...] Então ela tinha que ficar parada o dia inteiro fazendo kensa naquilo, era um serviço muito monótono. [...] Minha mãe começou a gostar do serviço, ela encontrou outras pessoas também, fez outras amizades, ela conseguiu se entender com o pessoal. Nesse meio tempo a minha prima foi morar com a gente também, que ela veio do Brasil e ficou lá com a gente. Ela trabalhou junto na seção da minha mãe. A minha prima teve um pouco mais de dificuldade para se adaptar, mas depois se adaptou bem, começou a trabalhar bem lá. E eu também, o meu serviço mudou totalmente porque eu passei a tomar conta de máquina. Era uma sala, era uma sala bem grande [...]. Era uma máquina que produzia um buredo. Buredo é blade, que era [...] uma peça de impressora. [...] A gente fazia kōtai, que era três turnos. Tinha kōtai de manhã, tarde, noite, e de madrugada. A gente rodava em várias equipes. [...] Então nesse serviço eu me afastei um pouco dos meus amigos, porque meus amigos ficaram na outra cidade, e eles faziam o horário normal e folgavam de sábado e domingo, e eu não. Então foi meio complicado. Foi bom porque deu para

juntar mais okane, eu trabalhava à noite já era vinte e cinco por cento a mais no salário. Então eu comecei a ganhar 1500 à noite. E quando fazia zangyō eu ganhava 1500. Então deu para juntar, ganhar mais do que eu ganhava na outra linha. [...] Minha mãe no começo trabalhava de manhã, mas depois ela começou a trabalhar à noite. Então para ela foi um pouco um choque, mas trabalhar à noite tem seus benefícios porque não fica tanto shain na sua empresa”.

Alberto começou um relacionamento amoroso que se tornou à distância após um ano, quando sua namorada retornou ao Brasil em março de 2005. Para poder dar continuidade à relação, Alberto decidiu voltar ao Brasil. Sua mãe encorajou-o, considerando que já havia contribuído o suficiente com o projeto da família e o estimulou a fazer Ensino Superior. Até então, Alberto reservava cerca de oitenta por cento de seu salário para a mãe, que organizava o pagamento da dívida e as remessas para o Brasil. Quando determinou que voltaria ao Brasil, Alberto passou a juntar dinheiro apenas para si por cerca de oito meses. Retornado em dezembro de 2005, Alberto utilizou suas economias para custear um curso pré-vestibular em 2006. Em 2007 foi aprovado no Curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Segundo sua percepção, as primeiras semanas no Brasil foram marcadas por dificuldades em lidar com o cotidiano e um senso de desatualização em relação às mudanças em termos de padrões de consumo.

“[...] a gente vê muita coisa no IPC-TV, nos veículos [de comunicação] brasileiros, e aí, tipo: ‘Nossa, é perigoso você voltar para o Brasil, tem que tomar cuidado com a bagagem’. Parece que você vai chegar no aeroporto e todo mundo vai olhar para a sua cara e vai falar: ‘Nossa, aquele cara voltou do Japão. Ficou três anos no Japão e juntou dinheiro, e está cheio de coisas na mala, então vamos roubar ele’. Sabe, tipo, mas não é assim. Hoje eu vejo que não é assim. Mas o pessoal lá fala de uma forma que você fica muito amedrontado. Naquela época tinha saído a notícia, poucos meses antes de eu voltar, que tipo, tinham tipo roubado um dekassegui. E foram até a casa dele, roubaram, bateram na família... Então a gente fica muito amedrontado. Mas depois que passou essa fase de aeroporto, eu cheguei... Os primeiros dias foi estranho porque eu não andava na rua. Nossa, parecia que eu era um ET, eu que era um estrangeiro. Porque o modo como as pessoas se vestiam mudou, a cidade mudou completamente, muita coisa foi modernizada... O incrível é que em 2005 a frota de carro foi totalmente renovada.[...] Então o poder aquisitivo das pessoas, da população em geral, mudou. Teve uma série de transformações sociais que eu não acompanhei, entendeu? Então eu olhava assim e ficava: ‘Nossa! Esses carros todos, esse modo como as pessoas se vestem...’. Os programas também mudaram, a gíria mudou. Nossa, mudou, e eu tive que acompanhar essa gíria. [...] Muitos valores culturais mudaram [...] no sentido de, tipo, de por exemplo, de ídolos pop, do que estava acontecendo, o que era atual culturalmente falando, os programas, os artistas de música. Parece que não mas faz uma diferença. Você está situado em outro padrão cultural, chega aqui, tudo diferente, então eu me sentia meio ET. E eu tentava me parecer normal e

acho que fazia com que eu parecesse mais anormal para os outros. Teve um dia até que meu irmão pegou na minha mão para atravessar a rua”.

Do ponto de vista familiar, o retorno representou dificuldades nas relações com o irmão, que havia desenvolvido um modo de vida independente na ausência de Alberto e sua mãe.

“Foi uma mudança de vida assim, absurda, porque meu irmão ficou sozinho com minha avó. Minha avó, tipo, não tinha como cuidar dele direito, minha avó é muito tradicional então eles tiveram muito atrito. Mas meu irmão conseguiu se sobressair muito bem até, porque ele entrou no curso de História na USP também e se formou, tudo. Ele fez tudo certinho. Ele tirou a carteira dele também, de carro e moto, ele anda de moto, ele comprou uma moto. Ele ficou independente muito rápido. E ele praticamente [...] depois dos 17 anos, ele teve que se virar sozinho. Então para ele foi um choque muito grande. Inclusive ele fez terapia. Como ele batia o gênio, ele e a minha avó não se entendiam muito bem. Então teve um tempo que ele foi morar fora, depois ele voltou para casa. Foi complicado porque eu senti que ele ficou um pouco sozinho aqui, mas hoje ele superou. Ele teve que superar isso. Se foi duro para a gente que estava lá, para ele que ficou aqui também foi complicado. [...] Então, foi meio tenso no começo. Porque ele estava num ritmo de vida diferente, a minha avó também estava num ritmo de vida diferente. Ele estava muito mais autônomo. Eu também estava autônomo, só que aí tinha que resolver questões práticas de morar em casa: quem vai lavar a louça, tirar o lixo, lavar a roupa, varrer a casa... Então para você dividir bem essas tarefas foi complicado. Que até então meu irmão fazia tudo, ele estava hiper sobrecarregado: fazia compras no mercado, fazia as coisas do banco, via as coisas do aluguel... Então aos poucos a gente foi dividindo as funções, mas foi difícil porque a gente não tinha tanto entendimento assim. Até porque o núcleo familiar, ele foi um pouco pulverizado e a gente teve que restaurar ele aos poucos. Hoje está beleza, mas foi difícil. Teve uns dois anos de muita tensão aí. 2007, 2008, foi meio a guerrilha, assim. Aí depois a gente foi se acostumando, foi vendo o espaço de cada um dentro de casa, dentro das tarefas do lar, e aí beleza. [...] Minha avó foi um pouco complicado porque ela é muito tradicional. Ela tem aquele pensamento, tipo, a nora tem que cuidar, os netos tem que ficar cuidando dela e tal. Ela não está errada porque ela está bem velhinha. Mas, sei lá, fui aprendendo com o jeito dela e a gente foi entrando em harmonia”.

A “pulverização do núcleo familiar” a que Alberto se refere trata da dispersão espacial da família que redistribuiu as atribuições dos membros. Seu irmão foi deixado sozinho com a avó, e ainda na adolescência tornou-se responsável por tarefas relacionadas à infraestrutura doméstica e às pendências financeiras deixadas pelo negócio falido. Alberto afirma que sua mãe também passava por conflitos, sobrecarregada pela responsabilidade de resolver os problemas financeiros da família e pela culpa de não estar presente para o filho mais novo.

“[...] Ela não comenta, mas para ela foi muito difícil também. Porque você está no papel de mãe, tem que deixar um filho lá no Brasil e o outro está aqui. Você tem que cuidar do outro lá no Japão, no caso eu. Mas tem que

trabalhar para caramba sendo que você ganha menos, e tem que tentar juntar dinheiro para pagar dívida, juntar dinheiro para construir a sua vida e juntar dinheiro para bancar seus filhos?! Pô, não é fácil. E você é viúva né... Então você fica assim, com, não sei, ela nunca falou. Nunca vi ela chorar na minha frente, chorar, se lamentar. Ela sempre foi muito forte, mas assim, guerreira de sempre ser forte. Pelo contrário, ela me levantava. Eu ficava desanimado e ela me levantava, falava: 'Meu, não é assim, você tem que saber lutar. Deus está ajudando a gente. Pensa positivo, pensa firme, luta o quanto você puder. A gente teve a oportunidade de vir para cá. Quanta gente não queria estar no nosso lugar? É difícil, é tal, mas a vida é assim. Você vai ter que lutar para conseguir as coisas'. Então através dela tanto eu como meu irmão, acho que a gente se espelhou muito, e se espelha ainda. Tipo, porque ela fez papel de pai e mãe. Ela foi uma pessoa assim crucial na nossa vida. Mas eu nunca vi ela chorando. Desanimar todo mundo desanima, mas aí eu dava uma força para ela. [...] Eu nunca vi ela chorando, se lamentar de nada. Raramente”.

Alberto considera a busca pela participação em espaços de sociabilidade fora da fábrica essencial para os brasileiros no país, propondo uma transferência de valores em que a centralidade da experiência no país se desloque da fábrica para outros espaços sociais.

“E também lá ela [minha mãe] começou a frequentar um centro espírita. Eu acho que isso é muito importante lá no Japão. Tudo bem que você fica só trabalhando, você tem a sua diversão, mas acho que entra uma área espiritual que ela tem e os outros trabalhadores tem que é muito importante. Tanto que tem muita igreja lá no Japão que começou a crescer. A Renascer, por exemplo, está lá. Por que ela foi para lá? Por que tem tanta gente que foi para lá? Tem muitos protestantes lá no Japão, [...] o dogma é conservador, mas a igreja tem um papel social assim muito forte, muito forte. Acho que dá uma preenchida no pessoal lá. A minha mãe hoje ela trabalha no centro e eu acho que é fundamental. [...] Quando eu fui no final do ano passado visitar ela e fazer o trabalho de campo na escola brasileira, eu fui no centro. Meu, é sensacional! Eu frequento centro aqui no Brasil e frequentei um pouco o de lá. O de lá é muito diferente a dinâmica como funciona, porque lá você aluga uma salinha num kōminkan, que é um prédio para a população fazer atividades, tal, fazer festa, tanto que a formatura da escola foi feita nesse prédio. E lá o pessoal usa uma salinha, paga acho que um valor simbólico por mês, e faz as reuniões lá. Então o pessoal leva cadeira, leva água, o pessoal abre a água e energiza água para os trabalhadores levarem para a família. E lá você começa a palestrar. Mas a palestra lá dura acho que no máximo uma hora, porque a mulher chega, ela fala alguma coisa, lê uma parte do evangelho e depois dá um passe geral em todo mundo. Mas aí que é bom, que as pessoas lá se emocionam muito. A mulher começa a falar, tipo, começa a falar de Deus, começa a falar do trabalho e tal, era batata: sempre uma ou outra mulher chorava muito. Mas é chorar de cair em pranto, assim, uma coisa muito forte, muito, você fica até assim, até chocado. E aqui no Brasil, no centro, eu pelo menos não vejo muito isso. [...] Então eu acho muito importante esse tipo de trabalho, sabe. E por um lado precisa ter psicólogo nas escolas brasileiras e nas escolas japonesas, tem psicólogo atuando junto com as empreiteiras para aconselhar os trabalhadores, eu acho que esse trabalho espiritual é interessante para quem sente a necessidade, entendeu? E toda essa rede religiosa que se forma lá na comunidade, eu acho que é interessante e

merece uma pesquisa, viu? Saber o papel dos trabalhadores, a dinâmica que funciona, como começou, quem levou, sabe, é bem interessante. [...] Ela está juntando [dinheiro] para ela, ela pretende retornar para cá, espero que em breve. [...] Numa das conversas que a gente troca – a gente conversa muito por MSN e e-mail – ela falou: ‘Ah, então, eu queria voltar e tudo, mas eu estou sentindo que minha missão, eu tenho que ficar um pouco mais no Japão por conta do centro’. Quando ela falou ‘por conta do centro’ eu fiquei muito feliz, entendeu? Eu fiquei muito feliz porque ela ia ficar no Japão não porque tinha que trabalhar na fábrica, mas porque tinha que ficar no centro. Então você já desloca um pouco o foco, entendeu, não é mais o trabalho na fábrica, mas é um trabalho num centro espiritual, num centro espírita. E o papel dela lá mudou, ela não é mais uma trabalhadora de fábrica, ela é uma trabalhadora de centro. Eu fiquei muito feliz por conta disso. A perspectiva dela em relação ao Japão já mudou, sabe, e isso é importante. Não sei, acho que isso faz toda a diferença para ela”.

Alberto se considera um caso de sucesso, na medida em que pôde aplicar as economias nos estudos, formar-se e iniciar uma carreira acadêmica. Quando realizamos a entrevista, ele estava se preparando para ir ao Japão como pesquisador convidado, com planos de fazer Pós-Graduação no país.

“[...] acho que o que deu certo nessa minha experiência foi o foco. Foi eu não ter voltado para o Brasil, ter tirado carteira, voltado para o Japão, ficar nesse pinga-pinga para lá e para cá. Minha experiência no Japão foi curta, foi bem curta em comparação – mas não deixa de ser intensa – em comparação com aquele de dez, vinte anos lá. Para mim você viver dez, vinte anos no Japão, seja nove, cinco anos, já é um baita pedaço da sua vida, entendeu? Então você não pode pegar esses nove, cinco, dez, vinte anos e jogar fora simplesmente. Lógico que você tem que angariar boas experiências, mas você tem que ter um foco, você tem que ter um projeto de vida. O cara que emigra e vai ficar seja para qualquer país, ele não pode ir achando que vai lá, vai só curtir. Ele tem que, sei lá, tem que fazer uma reserva de dinheiro, você tem que estar atendo a essas coisas. Você também tem que estar focado em utilizar essa experiência para benefício próprio. Então eu acho complicado. Mas eu não culpo essas pessoas que vão para o Japão ou para outro país e fica nessa ida e volta, nesse movimento circular [...] mas, tem o seu preço. Você pode ir para lá, pode trabalhar, beleza, mas como é que você vai criar – isso é uma coisa que o pessoal aqui fala muito no campo que a gente faz – como é que vai criar raiz? Como é que você vai se estabelecer? Mas acho que não é nem você criar raiz, mas que foco você vai ter”.

* * *

Yamamoto (2008) oferece uma pista ao trabalhar as “estratégias familiares” como categoria-chave para entender a circularidade entre migrantes brasileiros no Japão. A pesquisadora considera que, ao nos indagarmos sobre quem é o “sujeito” da migração (ou “autor” da migração como estratégia), as famílias são a referência principal que orienta a

trajetória dos indivíduos específicos. No caso da estrutura familiar dos descendentes de japoneses no Brasil, os papéis dos homens e mulheres bem definidos em termos de gênero e geração surgem em alguns relatos como um referencial importante.

Pela faixa etária dos indivíduos trabalhados neste capítulo, a submissão (ou não) ao projeto familiar se expressa não em termos de relações conjugais, mas sim de solidariedade intergeracional (ROSSINI, 2005). O depoimento de Cíntia, por exemplo, demonstra como em seu caso e no de suas irmãs, o cuidado com os pais foi um elemento central na maneira como se comportavam em relação ao trabalho e ao salário que recebiam, ao contrário do irmão, que adotou um comportamento mais individualista. O importante, aqui, não é considerar se de fato os acontecimentos se desenrolaram como Cíntia compartilhou; mas na medida em que a solidariedade intergeracional surge como um tema de sua fala – e de outros – consideramos que a questão faz parte da maneira como a experiência migratória é significada. Ainda que a norma familiar seja transgredida, o fato do comportamento ser interpretado em relação ao projeto familiar sugere, mais uma vez, seu peso nas decisões.

Cíntia e Ivete representam casos típicos de filhas que sustentam o projeto dos pais até se casarem (no caso de Cíntia), e passarem a suportar o projeto do marido. O depoimento de Alberto permite constatar que o gênero e a geração (ordem de nascimento) aparecem como categorias relevantes para compreender a distribuição de papéis e atribuições no âmbito da solidariedade intrafamiliar. A figura do chōnan – filho mais velho – é a principal referência para tratar da solidariedade intergeracional na fala masculina. Outro exemplo ilustrativo refere-se ao depoimento informal⁶⁸ de Kotaro em uma reunião do Grupo Nikkei, um homem de aproximadamente 40 anos.

“Eu queria economizar para estudar, era meu sonho. [...] Voltei [para o Brasil] depois de três meses porque meu pai morreu. Eu era chōnan e não tive dúvida que minha obrigação era tomar o lugar do meu pai, e virei agricultor”.

Na trajetória de Kotaro, as responsabilidades da primogenitura são levadas ao extremo, implicando no sacrifício dos projetos pessoais; enquanto Alberto apenas adiou seus próprios planos. A família de Kotaro posteriormente envolveu-se em dívidas relacionadas às atividades agrícolas, e ele foi ao Japão sozinho trabalhar, deixando sua esposa e filhos. Retornado após oito anos, Kotaro enfrenta problemas com a esposa e filhos, que se consideravam abandonados durante a longa ausência do marido e pai. Observamos que nessa

⁶⁸ Depoimento informal é a categoria que utilizaremos para lidar com trajetórias compartilhadas fora do contexto de entrevistas, seja via comunicação informal diretamente com a pesquisadora ou nas reuniões do Grupo Nikkei.

família a natureza do conflito se refere, em parte, a duas lógicas distintas dentro do grupo familiar acerca do propósito da migração: se Kotaro considerava sua ausência como um sacrifício e ato de amor à família, sua esposa e filhos interpretaram como negligência. No caso de Alberto, sua mãe Yasuko pôde comunicar de modo eficiente o significado da ausência como sacrifício maternal, de modo que o filho que deixou adolescente, ainda que impactado pela falta da mãe, admira sua força de vontade.

Do ponto de vista da inserção ocupacional, os depoimentos apresentados parecem sustentar que as redes sociais informais constituem o mecanismo mais acionado e eficiente na busca por trabalho. Lucas, Sonia e Alberto ingressaram nos respectivos cursos superiores por seus próprios méritos; porém o fizeram porque foram liberados de contribuir com a renda familiar e puderam investir seu tempo e recursos financeiros nos estudos.

Deixaremos questões em aberto para prosseguirmos com a análise no Capítulo V.

Capítulo V

Trabalho fora da fábrica

Embora o trabalho em fábrica seja o *mainstream* ocupacional de brasileiras e brasileiros no Japão, pudemos observar que muitos indivíduos exerceram outros tipos de trabalho em função da habilidade com a língua japonesa ou formação específica. Roberto Teruya deixou uma carreira qualificada no Brasil para trabalhar como operário por vinte anos no Japão, até receber um chamado espiritual para tornar-se pastor. Eduardo Maeda abandonou a carreira jurídica pelo sonho de ser cantor no Japão, que conciliou com o trabalho em fábrica, depois como *tantōsha*, professor de língua japonesa e, no Brasil, tradutor e intérprete. Elisa Yamaguchi deixou a faculdade no Brasil, trabalhou no Japão como garçoneiro, *tantōsha* e tradutora e intérprete, carreira que continuou após retornar ao país de origem. Sayuri Akamine e Íris Hamada foram ao Japão com a perspectiva de trabalharem em fábrica, mas conseguiram emprego em seus respectivos campos de formação.

O trabalho em fábrica, ainda que deixado de lado em algum momento da trajetória desses indivíduos, constitui parte de um universo de experiências compartilhado com outros brasileiros no país. Como veremos, há casos em que o trabalho “de escritório” é parte da estrutura do sistema fabril ou do conjunto de serviços que atende à população de brasileiros no país.

5.1. Roberto Teruya: projetista, operário e pastor

Roberto, *sansei*, foi para o Japão pela primeira vez em outubro de 1988, aos 30 anos de idade, na companhia de sua esposa. No conjunto de entrevistados para esta pesquisa, ele é a pessoa que foi mais cedo, e ficou por mais tempo no Japão. A família não tinha dificuldades financeiras e tanto Roberto como sua esposa, que chamaremos de Neusa, trabalhavam em sua área de formação: Roberto como desenhista-projetista e sua esposa, que chamaremos de Neusa, como química. O casal foi atraído pela possibilidade de fazer economias e adquirir a casa própria com os altos salários do Japão.

“A nossa ida para o Japão foi com a ideia de, realmente, nós embarcamos com essa onda dos dekassegui de estar indo para poder levantar, fazer um pé-de-meia. Mas a nossa perspectiva era comprar uma casa. E graças a Deus, fomos, nos adaptamos bem. Bom, acho que talvez por sermos da cultura nós se demos bem no Japão. E a partir do momento que eu cheguei lá eu comecei a realmente gostar do Japão porque também eu sou assim

uma pessoa assim muito sistemática, e eu vi que no Japão todas as coisas funcionam. Então eu comecei a entrar naquele esquema e comecei a gostar de morar. E a intenção era de ficar mesmo”.

O casal viajou em um grupo amplo de trabalhadores brasileiros contratados pela mesma empreiteira, e todos se instalaram no mesmo apartamento em Sakuma, na província de Shizuoka. A fábrica era de montagem de chicote de carros; Roberto “*pegava pesado*” e Neusa trabalhava em uma função mais leve, adequada para mulheres, segundo seu depoimento. A carga horária era de oito a dez horas por dia, o salário “*era bom*” e havia grande proporção de brasileiros.

Nas horas vagas, o casal frequentava uma igreja cristã evangélica de japoneses e se dedicavam a estudos bíblicos, que segundo Roberto foi a principal ferramenta no aprendizado da língua japonesa.

“A gente ia pela, por exemplo, a referência que ele dava para abrir a gente sabia onde é que estava. Então o que ele estava falando a gente lia o texto e ia mais ou menos pelo texto. E a gente foi aprendendo assim o nihongo”.

Roberto seguia um código de conduta baseado nos conselhos do pai sobre a etiqueta japonesa: agir com humildade e modéstia, respeitar e ser assertivo em relação à hierarquia. Tal comportamento refletiu em boas relações com colegas e chefes japoneses, que segundo Roberto retribuía com favores e gentilezas.

“Meu pai ensinou para mim: ‘Vocês tem que procurar sempre abaixar a cabeça, falar ‘hai, hai’ [sim, sim], ‘sumimasen’ [com licença], usar essas palavras que aí vocês acabam ganhando os japoneses’. Sempre falando ‘onegaishimasu’ [por favor], todas essas coisas que é muito importante para os japoneses. [...] Você encontrava qualquer japonês você estava cumprimentando, que é diferente do Brasil. [...] Ele falava assim: ‘Vocês vão para um lugar desconhecido, distante, a cultura então é assim, assim, assim’. Sempre falando: ‘Abaixa sempre a cabeça’. [...] E realmente é verdade, foi isso mesmo. E nunca falar ‘não’. [...] Graças a Deus que nós fomos parar num interiorzão [...]. Então as pessoas são mais acessíveis, te recebem melhor. E você sabe como que é o japonês: japonês, quando você começa a amizade, a ganhar amizade ele te trata, olha, da melhor forma possível ele te trata. A minha esposa começou e tinha muita oba-san que trabalhava lá nessa fábrica. Então com a amizade [...] ganhava um monte de coisa. Ganhava verdura, legume, começou a fazer isso, sabe. E depois tem o seguinte: quando você começa a ajudar os japoneses no serviço eles te retribuem também. Então como você trabalha na linha, às vezes alguma pessoa está atrasada, você vai lá e começa a fazer o serviço dela. Então eles começam a ver isso para você. Agora, tem aqueles japoneses que eram bem rígidos, bem contra o estrangeiro. Tipo assim, eu vi falar um japonês falou: ‘O que esses brasileiros vieram fazer aqui? Não sabem falar japonês, não sabem falar a língua, o que vieram fazer aqui no Japão?’. Isso existe, talvez até em outros lugares. Mas graças a Deus a gente foi com um objetivo e pudemos trabalhar bem, se dar bem com eles”.

Em um dado momento da trajetória no Japão, o casal custeou a passagem dos pais de Roberto para conhecer a terra de origem de seus avós, Okinawa. Mesmo com mais de 70 anos, seus pais associaram-se a uma empreiteira e começaram a trabalhar em fábrica como uma forma de aproveitar o investimento da viagem. Por cinco anos viveram no Japão e juntaram economias, até retornarem ao Brasil.

Tendo em vista a permanência no Japão, o casal decidiu ter filhos. O mais velho nasceu em 1992. Roberto se diz muito satisfeito com a medicina obstétrica no Japão, que incentiva o “*parto natural*” e não uso de medicamentos. As mulheres entrevistadas para essa pesquisa que passaram pela experiência do parto no país discordam radicalmente da opinião de Roberto, como veremos adiante. O segundo filho veio dois anos depois. Neusa deixou o trabalho na fábrica para cuidar dos filhos, mas contribuía com a renda através do *nanshō*, uma modalidade de trabalho feita em casa.

“[...] muitos brasileiros, quando [os filhos] chegavam até certa idade, já pediam para alguém tomar conta para ir trabalhar. Mas nós não fizemos isso. Ela parou de trabalhar. Eu falei: ‘Eu vou sustentar porque se nós temos filhos, os filhos quem vai cuidar somos nós’. Então ela parou de trabalhar [...] Ela fazia nanshō, serviço em casa. E o dia-a-dia sempre, graças a Deus, era ela que tomava conta mais. [...] Ela fazia muitos tipos de serviço. Por exemplo [...]: tinha uma fábrica que fazia conectores, que você tinha que pôr a peça no conector e travar a peça. E para não ficar parada ela sempre se deu bem com esses nanshō”.

Após sete anos de serviço na fábrica de chicotes, a produção caiu e a família mudou-se para Anjō, na província de Aichi. Roberto começou a trabalhar em uma fábrica de autopeças pelo sistema de *ni kotai*, semelhante a Alberto (Capítulo IV). Embora não tenha se adaptado fisicamente às mudanças de turno, Roberto trabalhou nessa empresa por quatro anos, até ser convidado pelo irmão (que viera ao Japão um ano antes, em 1995) para trabalharem juntos em Yoshida, na província de Shizuoka. A fábrica em que ingressou fazia *tēpu*, usado em alças em geral (bolsas, máquinas fotográficas, etc.).

“Tinha muitas mulheres que trabalhavam lá. Então as mulheres, praticamente elas preparavam a máquina, então trabalhava muito com linhas. Então a gente tinha que abastecer a máquina, levar as caixas de linha, elas colocavam as linhas e até levava para frente da máquina. Depois disso é que chamavam a gente, que estava terminado, e a gente tirava a fita. Então é o momento que você tem que ter muita experiência. Você no mínimo, você tem que trabalhar um ano nessa fábrica para você pegar experiência e começar a lidar com o produto. Então assim, a fita, ela sai torta, você tem que arrumar, ver como é que faz”.

Roberto considerou essa a melhor fábrica em que trabalhou no país, pelo desafio intelectual oferecido pelo serviço e boas relações que estabeleceu com o diretor da empresa. Juntamente com seu irmão, adquiriu experiência na manutenção das máquinas e por isso muitas vezes trabalhava em locais diferentes, fazendo consertos em fábricas terceirizadas do mesmo grupo empresarial. Seu superior lhe dava liberdade para realizar compras de peças e administrar o próprio trabalho, o que fez com que se sentisse valorizado. A empresa tinha alta rotatividade de funcionários, e o diretor fez o possível para manter Roberto e o irmão na fábrica. Ambos foram efetivados como *shain*, ou funcionários contratados diretamente pela fábrica, de forma que adquiriram estabilidade além de direito a bônus e outros benefícios iguais aos funcionários japoneses. Roberto considerou uma regalia quando o diretor lhe deu férias pagas de um mês para que sua família viajassem para o Brasil e prestasse homenagens ao pai de Neusa, que havia falecido. A efetivação e a confiança da chefia, para ele, significava o reconhecimento de seu trabalho e atitudes positivas no país.

“Então sabe, você encontra essas coisas, mas você tem que também ser reconhecido, tem que trabalhar, tem que dar o seu lá, mostrar que você participa e quer ajudar a empresa. E era uma fábrica que você tinha chefe que não pegava no seu pé, deixava a vontade você. E ele dava confiança”.

A estabilidade profissional foi mais um passo em direção à permanência no Japão. Até então, o casal já havia realizado o projeto de adquirir a casa própria no Brasil, e direcionaram seus esforços para comprar uma casa para os pais de Roberto. Seus filhos estudavam em escolas públicas japonesas desde o início da trajetória escolar, e comunicavam-se exclusivamente em japonês.

Roberto passou a organizar reuniões com outros brasileiros em sua residência para estudos bíblicos e cultos evangélicos. Através de sua liderança espiritual nesse grupo, que passou a ser chamado Igreja de Yoshida, Roberto encontrou um “*chamado*” para realizar outro tipo de trabalho no Japão. Em Toyohashi, na província de Aichi, Roberto iniciou seu discipulado com um pastor de uma denominação evangélica de origem no Brasil (coincidentemente, a mesma de Camila Nakada e seu irmão).

“Eu já vinha sentindo Deus chamando para trabalhar na igreja para ser pastor. É isso que foi nesse tempo. Depois desse tempo que veio toda a confirmação e tal, essa empresa que eu trabalhei, eu larguei porque era para consagrar em tempo integral. Foi muito difícil a decisão, mas eu vi que era de Deus. Daí que nós fomos para Aichi-ken, para Toyohashi-shi. É justamente um local que já havia, tinha uma igreja lá, e como já havia um pastor eu seria enviado para lá para justamente estar debaixo dele, para ele poder estar me ensinando, justamente foi para aí que nós fomos. [...] então

eu revezava: eu ia uma vez por mês lá [em Yoshida] e ajudava a ir lá para tocar o louvor, ajudava o louvor lá para tocar. Tocar e comandar o grupo”.

Em outubro de 2005, Roberto e sua família voltaram ao Brasil para participar do concílio anual da igreja em que foi nomeado pastor e designado para a igreja em Toyohashi⁶⁹. No início de 2006, de volta ao Japão para o início do trabalho pastoral, Roberto foi vítima de um aneurisma. Após iniciar o tratamento no Japão, a liderança da igreja decidiu “recolhê-lo” (no vocabulário da denominação) e enviá-lo para o Brasil para sua recuperação. A princípio, Roberto ficaria afastado das funções pastorais por pouco tempo e retornaria ao Japão, mas houve complicações físicas. Pela boa resposta ao tratamento que tem sido feito no Brasil, Roberto permanece no país por tempo indeterminado. Neusa e os filhos retornaram ao Brasil para estar junto à Roberto.

“[...] foi o seguinte: veio primeiro eu e minha esposa para fazer o tratamento inicial. Depois, eu tive um problema. Eu tive um acidente e eu fraturei esse fêmur, aí tive que ficar mais tempo, aí prolongou. Só que depois chegou um tempo, tinha que decidir com a igreja se iríamos ficar ou não. Aí vimos que iríamos ficar por causa do meu tratamento que nós queríamos continuar. Então o que foi decidido? Que a minha esposa teria que voltar para o Japão, teria que desfazer a mudança toda, a casa, e trazer os meus dois filhos. E foi conversar... E os meus filhos falaram assim: ‘Não, nós vamos por causa do papai, por causa do tratamento do papai’, que eles concordaram. Não foi um tanto, assim, negativo, a vida deles”.

Segundo seu depoimento, o filho mais velho, então com 16 anos, tinha uma percepção positiva do Brasil, era uma pessoa “aberta” e adaptou-se com facilidade, aprendendo o português rapidamente. A família havia realizado visitas ao país durante a estadia no Japão, e lhe agradou significativamente o convívio com a família extensa que não tinha no país (primos, tios e outros parentes). O filho mais novo, então com quase 14 anos, tinha uma espécie de “barreira” e teve muitas dificuldades com o português. Através da igreja, seus filhos começaram a participar de um grupo de jovens e desenvolveram amizades, ocupando boa parte do tempo com atividades relativas a esse grupo. Do ponto de vista dos estudos, a adaptação foi “com certo sacrifício”, particularmente em relação à elementos da grade curricular brasileira que não cursaram no Japão, como História e Geografia do Brasil. Roberto considera que os filhos estão bem adaptados e não pretendem voltar ao Japão.

⁶⁹ A denominação evangélica em questão, que não divulgaremos para manter a identidade de Roberto anônima, realiza concílios anuais para nomear pastores e designá-los para igrejas específicas. O pastoreado envolve vínculo integral com o trabalho da igreja e é organizado em um sistema rotativo: cada pastor permanece em uma igreja por um período determinado, até ser movido para outra localidade. Ordinariamente, o tempo de permanência na mesma igreja é de sete anos.

Enquanto faz o tratamento, Roberto é convidado esporadicamente a pregar em alguns cultos. Seu vínculo como pastor é semelhante a um contrato profissional, de forma que se encontra em licença médica e recebe salários. Neusa voltou a trabalhar fora, ajudando a irmã em uma microempresa de produção de esfirras. Roberto fala de modo contraditório em relação a sua adaptação no Brasil, ora afirmando que não houve problemas para ele e a esposa, ora reconhecendo que houve mudanças culturais ao longo dos vinte anos que esteve morando fora e ambos estariam “*desatualizados*”.

Roberto não demonstra nostalgia em relação ao Japão, embora admita que tenha vontade de encontrar amigos e dar continuidade ao trabalho de orientação espiritual que iniciou no país. Mas da mesma forma que lidou com condescendência com as chefias na fábrica, Roberto aceita a hierarquia da igreja e o destino que lhe determinarem.

5.2. Eduardo Maeda: bacharel em Direito, tradutor, professor e cantor

Eduardo considera que os motivos de sua viagem para o Japão foram diferentes da “*maioria dos brasileiros*”. Formado em Direito, Eduardo trabalhava em uma firma de advocacia e considerava que o salário não supria suas necessidades. Morava separadamente dos pais e pagava suas próprias despesas. Com planos de se casar e constituir família, “*precisava de dinheiro para realizar objetivos a médio prazo*”. A aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) iria repercutir em um aumento substancial de seu salário, mas após ser reprovado pela segunda vez, “*jogou fora*” (seu termo) a área jurídica e resolveu ir ao Japão trabalhar. Seu irmão já vivia no país há sete anos e lhe disse que a situação econômica era favorável. Era o ano de 2006 e Eduardo estava prestes a completar 27 anos.

“[...]se eu ficar demorando muito com o dinheiro que eu ganhava aqui eu não ia conseguir obter sucesso, objetivo. Então eu fui para lá a convite do meu irmão, que já trabalha, já mora há uns sete anos lá no Japão, já tem uma experiência boa”.

Eduardo contatou uma empreiteira indicada por um amigo que trabalhava em uma agência de viagens. Como *nissei* com dupla nacionalidade (brasileira e japonesa), Eduardo imaginava que não teria dificuldades culturais ou linguísticas.

“[...] tanto o meu pai quanto a minha mãe falam japonês, mas a minha mãe, a gente tem um costume de só falar em japonês, então eu achei que não tivesse, não fosse ter nenhuma dificuldade lá. Porém, realmente é meio

complicado. Os valores, a cultura do Japão foi mudando com o passar do tempo, porque a própria linguagem, o próprio idioma se voltou mais americanizado, sabe. A gente não tem aquele costume assim de falar, tipo... Assim, por exemplo, 'benjo' e 'toire'⁷⁰, um exemplo pequeno. Outro exemplo é, dependendo da região, o, digamos assim, sotaque é diferente, a forma de se falar, até de se portar é diferente. Então realmente foi uma ocasião meio estranha, e dependendo da região as pessoas são mais frias. Então no começo eu estava sozinho lá e eu senti um pouco de dificuldade cultural, no caso. Mas eu consegui suprir isso”.

Eduardo tinha um motivo de viagem paralelo que envolvia não apenas o trabalho em fábrica, mas a realização de um projeto de carreira musical.

“Eu também, assim, tinha um sonho assim de adolescente que era ir para o Japão e ser cantor, na verdade. Isso é uma outra novidade. Na realidade, assim, o principio mesmo de eu estar indo no Japão, o que me deu o empurrão mesmo de estar indo é que eu conheci uns cantores japoneses e nós... A gente se conheceu aqui no Brasil, eles fizeram uma turnê aqui e cantaram em evento. E eu tinha uma banda na ocasião. Nós tocamos, abrimos o show deles... [...] Aí nós fizemos amizade, eles fizeram uma proposta. Como a banda toda não poderia ir e também já tinha a pretensão de ir para lá, então foi um empurrãozinho e eles me acomodaram no começo lá e tal, lá em Tóquio inclusive”.

Apesar da cronologia confusa, entendemos que Eduardo seguiu primeiramente para Tóquio a fim de tentar a carreira musical e ficou hospedado com um músico conhecido no bairro de Shinjuku. Eduardo diz que chegou a gravar uma música, mas a produção ficou parada e o áudio não chegou a ser masterizado. Com o tempo e o alto custo de vida na capital, Eduardo optou por mudar-se para outra cidade em busca de trabalho.

Seu primeiro emprego foi em uma fábrica de circuitos eletrônicos em Nagoya, na província de Aichi. Sua habilidade com o idioma o destacou em relação a outros brasileiros, e Eduardo foi convidado a trabalhar no escritório da empreiteira, como *tantōsha*.

“É uma vida bastante desgastante porque você não tem hora, não é que nem uma linha de produção [que] você tem hora para entrar e hora para sair. Assim, a gente tem que estar vinte e quatro horas atento porque está lidando com pessoas. Então ora você tinha que levar a pessoa para o hospital, para o médico, ora acontecia algum acidente e você tem que ir na delegacia, você que fazer a ocorrência junto com a pessoa que são pessoas que a gente, como é que eu diria, a gente segura para não fazer nenhum tipo de besteira. A gente acaba virando babá de brasileiros lá. Mesmo porque como não sabe falar o idioma, então tem muita dificuldade para ter algum tipo de atendimento”.

⁷⁰ “*Benjō*”, literalmente “latrina”, é como a maioria dos imigrantes japoneses se referia/ refere a “banheiro”. A língua japonesa contemporânea utiliza o termo “*toire*”, derivado do inglês “*toilet*”

Eduardo continuava o trabalho como cantor, tocando em bares e participando de shows locais. Em 2007, juntamente com um músico brasileiro conhecido, participou de um concurso amador na televisão que o tornou muito conhecido.

“Aí a partir daí eu fui intermediando a parte, quer dizer, do trabalho como dekassegui e um sonho que eu tive de ser cantor. Então, quer dizer, fui mudando assim. Aí nesse meio tempo foi mudando o foco da minha ida para o Japão. [...] Eu queria ficar para poder ver até onde eu iria conseguir lançar essa ideia minha de ser cantor como um brasileiro que estava no Japão. Mas aí, assim, como eu vi que estava muito devagar, eu mudei, eu inverti, eu inverti na verdade o polo, eu cantava música japonesa para os japoneses. [...] Eu ouvi uma pessoa que inclusive trabalhou comigo, ele falou: ‘Olha, a gente quer ouvir um cara que canta música brasileira, matar saudades do Brasil. E os próprios japoneses gostam de música popular brasileira. Por que você não canta?’. Aí realmente eu fiz o teste, procurei um grupo que tocasse bossa nova, japoneses, aí eu comecei a entrar na influência da bossa nova. Aí eu comecei a fazer dinheiro, ajudar nos custos, nas despesas do dia-a-dia. Porque já naquela época financeiramente eu já estava tendo um pouco de problema tipo, bolso e tal, para mandar dinheiro”.

A noiva de Eduardo, que chamaremos de Beatriz, administrava as remessas para que adquirissem os bens necessários para o início da vida a dois. Beatriz havia estabelecido o prazo de um ano e meio para o noivo retornar ao Brasil, e houve conflitos quando o tempo estipulado chegou e Eduardo ainda queria trabalhar, juntar dinheiro e alavancar a carreira de cantor no Japão. À revelia de sua família, Beatriz foi para o Japão juntar-se a Eduardo e eles se casaram em 2008.

“[...] ela acabou indo para o Japão. Largou tudo aqui: ela tinha um trabalho fixo, ela tinha um trabalho que ela poderia se manter aqui, mas não aguentou a acabou indo para o Japão. Isso fez eu respirar melhor e continuar mais alguns anos lá. E ela começou a trabalhar lá também”.

No final do ano, a queda na produção onde trabalhava estimulou Eduardo a mudar-se para Suzuka, na província de Mie, onde passou a trabalhar na agência pública de empregos por indicação de um amigo. Nos fins de semana Eduardo dava aulas de japonês, segundo ele, como uma forma de ajudar os conterrâneos em dificuldade em meio à crise econômica.

“[...] os brasileiros lá sente muita dificuldade, acaba também sentindo muito, assim, muita solidão, não sabe o que fazer, a cabeça fica muito quente, então a gente acaba se apoiando em outras pessoas. E eu assim tenho muita vontade de ajudar o próximo, eu tenho aquela coisa de empreendedorismo, de querer fazer algo diferente, algo que possa prestar. Então eu comecei a dar aulas de nihongo, de língua japonesa para os brasileiros. Para poder ajudar essa jornada deles lá no Japão, que tem

muita gente que já está lá há mais de dez anos e não fala nada assim de japonês. Então comecei a dar aula”.

Eduardo e Beatriz começaram a ter problemas conjugais. Ele os explica a partir da centralidade do trabalho e de dificuldades financeiras (cf. 4.1.3., Capítulo IV):

“Todo o casal que vai para o Japão por um objetivo... Por exemplo, você está namorando vai, digamos. Aí você resolve ir embora para o Japão e leva a pessoa que você gosta junto com você. Você chega lá, a sua vida é tão corrida no dia-a-dia, que você não tem tempo de dar atenção. É lógico, é uma coisa que as pessoas falam: tempo, é você que tem que arrumar, você que tem que se adequar. Mas o problema é que a gente não se organizou para isso, porque tanto ela quanto eu trabalhávamos e muitas vezes os horários não batiam por eu trabalhar à noite, ela de dia, ou vice-versa, ou eu trabalhar em período integral até a noite e fim de semana também. Então, quer dizer, isso levou a ter muito estresse, muita briga, o relacionamento esfriou, então aconteceu da gente tomar uma decisão de se separar. Muitas vezes aconteceu isso lá no Japão, e muitas vezes ela tentou voltar, falou: ‘Ah, então vou embora, não tenho porque ficar aqui’. Porque afinal de contas ela foi lá por minha causa. Na verdade ela não tinha necessidade de ir para o Japão, ela trabalhava numa empresa boa aqui, mas ela quis pelo relacionamento, pelo sentimento que ela tinha por mim ela acabou indo para lá. Mas assim, eu me sentia bastante culpado por eu ter tirado essa vantagem que ela tinha, essa regalia que ela tinha aqui. E afastei ela da família dela, muita gente da família criticou por isso, porque eu saí daqui noivo dela, então ela não queria perder e como... Assim, eu tinha um plano de voltar em pouco tempo para o Brasil, só que não deu certo. Aí ela acabou indo para lá porque eu falei: ‘Olha, ou a gente se separa...’. Porque não é fácil também um relacionamento à distância. Não é fácil. [...] Eu não sei no caso dela se fosse o inverso. Eu como homem acredito que eu não ia aguentar por muito tempo ficar sozinho. Isso é fato. Você se deixa levar por muitas oportunidades lá em questão de relacionamento amoroso, e a tentação acaba sendo maior. Mas na ocasião, eu ainda segurei firme e tal, até que ela foi atrás e falou: ‘Então tá, a gente vai casar e vamos levar um relacionamento de casal como marido e mulher’. Aí nesse meio tempo foi tendo um desgaste muito grande no relacionamento”.

Beatriz já havia trabalhado no Japão antes de conhecer Eduardo, segundo ele, mas não suportou ficar longe da família e voltou após um ano de trabalho. Dessa vez, além da falta dos familiares, Beatriz sentia o impacto da crise ao ser preterida no processo de contratação por não dominar o idioma japonês. Eduardo mantinha a família com o salário do emprego e das apresentações musicais.

“[...] ela não conseguiu dominar a língua japonesa. Então na ocasião da crise só ficava, só conseguia se manter lá quem tivesse o idioma japonês. [...] A gente tentou em vários lugares, em várias empreiteiras, para tentar colocar ela em alguma fábrica para ela poder segurar um pouco enquanto a gente... Porque aonde eu estava ainda eu não estava assim precisando, não sentia essa necessidade de voltar para o Brasil. Mas o problema é que eu estava com família, né? Então sozinho, manter uma casa, é difícil. [...] E ela

também já estava muito desesperada por causa da economia, com a crise, e ela estava com saudade já. Na verdade no Japão ela não aguenta muito tempo. E era a segunda vez que ela estava indo no Japão. [...] Então, quer dizer, ela estava sentindo muita falta da família aqui, então isso também ajudou também eu decidir voltar de vez aqui. [...]ela caiu assim numa depressão muito forte lá, por isso que a gente acabou voltando: para não ter que desamparar, para não ter aquele sentimento assim de desamparar ela, que ela queria voltar para ficar perto da família e eu, assim, dependendo da situação que eu me encontrasse aqui no Brasil, depois que eu voltasse, eu estava pensando: ‘Vou retornar para o Japão’. Deixar a família aqui, voltar com ela aqui, ela ia continuar com a vida dela junto com a família dela e eu ia voltar para o Japão”.

O período em que Eduardo decidira voltar coincidiu com uma piora na saúde do pai em função de problemas cardíacos. Como “*filho mais velho*”, Eduardo disse que deveria voltar, especialmente para ajudar a mãe que era muito dependente de seu pai para lidar com questões do cotidiano. No final de 2010, retornou ao Brasil.

Eduardo iniciou a busca por emprego no Grupo Nikkei, mas na época, ainda mês de janeiro, não havia vagas de seu interesse. Segundo seu depoimento, a relação com a entidade é de longa data, sendo que seu primeiro estágio em Advocacia foi obtido através de um dos conselheiros do Grupo. Eduardo tinha relações de amizade com parentes dos conselheiros e diretoria da entidade, e chegou a trabalhar como voluntário para “*retribuir*”. De volta ao Brasil, acionado contatos do Grupo Nikkei, Eduardo lançou seu currículo para diversas agências de recursos humanos especializadas em empresas japonesas, e em menos de um mês foi contratado como tradutor temporário em uma multinacional. Após três meses foi efetivado, e passou a trabalhar na área de comércio exterior. Segundo seu depoimento, Beatriz teve dificuldades de voltar ao mercado de trabalho.

Embora a migração para o Japão inicialmente tenha sido justificada a partir do projeto de casamento, a fala de Eduardo sugere que seus sonhos pessoais tomaram a dianteira. Consideramos que parte dos conflitos do casal se refere não apenas ao tempo de dedicação de Eduardo ao trabalho e ao desemprego de Beatriz, mas também ao conflito implícito relacionado ao sacrifício que a migração significou para ela em termos de perda de convívio com a família ampliada e queda do status ocupacional.

Eduardo e Beatriz tiveram uma filha, mas a relação continuou a se deteriorar e acabaram se separando. No período imediato ao retorno, Eduardo tinha a pretensão de voltar ao Japão, e sabia que não haveria condições de manter o casamento à distância. Um ano após o retorno, por sua vez, considera-se bem estabilizado e que não há necessidade de voltar.

5.3. Elisa Yamaguchi: garçonne, *tantōsha*, tradutora e intérprete

Assim como Eduardo, Elisa Yamaguchi é *nissei* com dupla nacionalidade e é proficiente na língua japonesa desde a infância. Elisa foi para o Japão a trabalho⁷¹ pela primeira vez em 1996, aos 20 anos, durante as férias da faculdade. Antes de viajar Elisa era funcionária do Banco América do Sul, deixou o emprego e não havia conseguido outro trabalho. Sua tia materna era dona de uma agência de viagens, e assim organizou-se para trabalhar temporariamente no Japão por três meses. Seu objetivo era juntar o equivalente a seis meses de salário no Brasil e ocupar-se, pois “*estava sem fazer nada*”.

Elisa foi trabalhar como garçonne em um restaurante de um hotel de termas na província de Nagano, e foi acompanhada pela mãe. Ela já era aposentada e estava decidida a “*não deixar a filha única ir sozinha para o Japão*”, e trabalhou na parte de arrumação de quartos. Elisa acabou ficando três anos no país, segundo ela, por “*falta de foco*”. Ela começou a namorar outro funcionário do hotel, um homem japonês, e pretendia continuar no país em função desse relacionamento. Em 1999, quando sua mãe retornou ao Brasil, Elisa e o namorado decidiram morar juntos. Mudaram-se para a província de Shizuoka. Ela começou a trabalhar como *tantōsha* em uma empreiteira porque, segundo seu depoimento, tinha necessidade de falar em português e estar perto de pessoas da mesma nacionalidade. Ela descreveu o trabalho como “*o serviço mais ingrato que eu já experimentei em toda a minha vida*”.

“[...] não tinha horário para as pessoas ligarem. Dava uma dor de barriga eu tinha que ir lá socorrer a pessoa. Mesmo para assuntos, assim, de escola dos filhos dos funcionários, eu tinha que ajudar. Era uma fábrica... Eles trabalhavam numa fábrica de sukimi, que na realidade é um sashimi mais fino. E a demanda de serviço era intensa, então tinha época que a gente fazia o pessoal trabalhar um mês direto sem folga. Nisso eles não tinham tempo para fazer mercado, não tinham tempo para nada. E quem ia fazer o mercado era eu, para os funcionários. Então eu levava a listinha e fazia o mercado para todo mundo. Então era um... Não era só tantōsha, era meio que um faz tudo para eles, e isso era realmente cansativo”.

Em menos de um ano Elisa e o namorado se separaram em função de diferenças culturais. Ela ainda participou de uma bolsa de treinamento técnico de três meses em Chiba oferecida pela Japan International Cooperation Agency (JICA) e Overseas Vocational Training Association (OVTA), mas retornou ao Brasil em 2001.

⁷¹ Passou as férias no país em 1991, aos 15 anos de idade. Ficou um mês.

“Não tinha, digamos, nada mais que me prendesse lá. Assim, eu planejava casar com ele. Mas... O motivo das nossas brigas era justamente o Brasil e o Japão, a diferença de costumes, a diferença de lidar com as coisas, era muito diferente, então não dava certo. Os conflitos, assim, foram muitos”.

Elisa começou a trabalhar no Consulado do Japão em São Paulo, mas considerava o trabalho estafante e muito rigoroso em termos de cultura de trabalho. Assim, mudou para uma empresa não ligada a japoneses, uma consultoria de informática em que trabalhou como *ombudsman*.

“[...] era um serviço muito sacal. E assim, como toda empresa japonesa, era muito rígida, a empresa era muito rígida, cobrava de você uma postura assim, sabe, tipo, mais rigorosa. E eu já estava até aqui com empresa japonesa, então aí eu acabei saindo [...] E logo depois eu entrei para essa empresa de consultoria em informática que não tinha nada a ver com japonês. Então foi rápido, foi bem rápido”.

Após três anos, em 2004, “*deu a louca*” e voltou para o Japão para atuar como tradutora e intérprete.

“Acho que foi saudade do próprio Japão, do cheiro que você sente quando você entra numa loja de conveniência, da comida, da organização, da segurança. É, acho que foi isso. E também porque não tinha nada que me prendesse aqui. Já estava acho que uns quatro anos sem namorar, estava me sentindo a pior encalhada do mundo [risos]. Eu preciso mudar de ares! Aí eu fui”.

Após seis meses numa empreiteira como *tantōsha*, Elisa resolveu trabalhar como tradutora e intérprete *free lancer*. Cadastrou-se na Polícia e Promotoria das províncias em Nagoya e Gifu, bem como no Escritório de Imigração e em uma clínica de obstetrícia, inclusive onde teve seu filho. Através de seu trabalho, Elisa formou uma percepção negativa dos brasileiros, considerando-os excessivamente dependentes das empreiteiras e Governo. Eduardo, que também trabalhou como *tantōsha*, tinha a mesma opinião.

“Eu achava assim que eles esperavam demais tanto das empreiteiras quanto do governo, seja lá de quem fosse. Assim, ninguém os obrigou a ir para o Japão e ainda assim eles achavam que, assim, pelo menos pelo que eu via, não era dever deles estudar o japonês, tentar se comunicar, tentar correr atrás. Eles impunham essas atividades para terceiros. Então isso eu achava errado. Mesmo quando eu comecei a trabalhar na Polícia, na Promotoria, a imagem que eu tinha piorou [...] eram muitos jovens que iam presos, jovens que foram crianças para o Japão, os pais que eram ausentes porque tinham que trabalhar o dia inteiro... E eu via assim, que a educação lá não era de qualidade, assim, tanto dentro de casa quanto nas escolas brasileiros. Então o lance das crianças sofrerem bullying nas escolas japonesas atrapalhava, porque aí o pai não sabia o que fazer com a criança. Ou deixava em casa sozinha ou tentava pagar uma escola brasileira que era um preço

exorbitante. Então se você tinha mais de um filho, o pai ou a mãe não conseguiam pagar. E eles deixavam a educação na mão das escolas. Então isso foi criando jovens que assim, não tinham um mínimo de formação, de educação, de respeito. A imagem que eu tinha dos brasileiros lá realmente não era muito boa [risos]. E foi piorando ao longo dos anos. Acho que faltava ter mais responsabilidade”.

O trabalho com a Polícia foi, para ela, o melhor serviço que fez no Japão. Além de traduzir, Elisa tinha liberdade para conduzir interrogatórios e “cavocar” a versão dos brasileiros envolvidos em crimes.

“[...] quando eu era pequena minha mãe tinha que sair para trabalhar e eu ficava com a minha avó. Minha avó alugava as fitas de vídeo cassete de suspense, de drama policial. Eu sempre assisti aquilo e sempre gostei. Então quando eu consegui ingressar como tradutora e intérprete da Polícia era como se assim eu tivesse realizado um sonho. [...] Tem uma certa adrenalina em você conseguir fazer com que a pessoa fale a verdade. A emoção que você sente quando a pessoa resolve falar a verdade, o semblante dela muda... Aquela sensação, assim, não tem preço. Era um serviço assim, que eu aprendia uma coisa nova cada vez que eu ia, tanto em termos, assim... Tanto na tradução em si quanto em técnica de investigação. Aprendi a ter uma certa compaixão pelas pessoas que haviam cometido os crimes. Lógico que havia uns lá que faziam por sacanagem mesmo. Outros era por algum distúrbio psicológico, sabe, durante a jornada que eles ficaram no Japão. Era um serviço muito interessante. [os crimes mais praticados eram] Roubo de carro, usuários de drogas, que lá no Japão é preso, é diferente daqui. [...] Eu lidei com dois assassinatos. Um que o cara matou o amigo dele com vinte e tantas facadas, e o outro que um grupo de brasileiros matou um traficante brasileiro. Esse foi mais recente, foi em 2008, eu acho. [...] Inclusive um dos integrantes do grupo tinha por acaso trabalhado na mesma fábrica que o meu marido e conhecia o meu marido. Então por essas e outras é que eu mantinha uma grande distância dos brasileiros. Era legal, era bem legal, nossa! Eu gostaria de ter trabalhado mais com isso. [...] tinha alguns brasileiros que, assim, me viam como uma traidora, digamos assim. Mas aí eu tentava deixar claro para eles que sem mim, ou sem um tradutor, eles não teriam como falar, como expressar o que eles sentiam e tudo mais”.

Seu marido era contra esse tipo de trabalho, particularmente a partir de um episódio em que um suspeito perdeu o controle e atacou os policiais quando Elisa estava nas primeiras semanas de gravidez. Elisa, por sua vez, além da emoção, encarava o trabalho como uma contribuição à comunidade brasileira no país, já que os poucos infratores repercutiam na imagem de todos os brasileiros da região.

No Japão, Elisa chegou a participar de um centro espírita kardecista, mas deixou de frequentar. Pelo trabalho na Polícia, Elisa considerou que seria um sinal de bom-senso não se relacionar com muitos brasileiros, pois poderia ter problemas se lidasse com pessoas conhecidas em inquéritos policiais. Seu círculo de amizades consistia em alguns policiais

japoneses e pouquíssimos amigos brasileiros que havia conhecido no início de sua trajetória no Japão. Em suas palavras, os amigos verdadeiros cabem em uma mão.

Elisa casou-se com um amigo da adolescência que reencontrou no Japão, e tiveram um filho. Seu marido trabalhava como operário em fábrica. Tomaram iniciativas para se estabelecerem no país permanentemente.

“Tínhamos [plano de ficar no Japão]. Uma loucura completa. A gente chegou a ver apartamento para comprar, para financiar. Isso foi antes da crise, que até então o mundo era maravilhoso, a gente ganhava dinheiro e tudo mais. Para mim, depois da crise não mudou tanto, só que eu engravidei. A gente já tinha casado, eu engravidei e aí eu parei de trabalhar. Na época da crise em 2008 foi uma pressão tão grande para ele, porque assim, todos os brasileiros da linha dele foram dispensados. Só ele ficou. Então os japoneses viravam para ele: ‘Por que você não volta para o seu país também? Você está tirando o lugar de um outro japonês’. Então até o momento da crise o meu marido era, digamos assim, bem tratado, porque ele era um dos líderes de lá. A partir da crise foi horrível para ele, psicologicamente falando, com aquela pressão psicológica. Mas ele aguentou firme e sobreviveu à crise nessa fábrica”.

A partir da crise econômica, o casal enfrentou dificuldades financeiras. Embora não tenha repercutido no trabalho de Elisa, a redução das horas na fábrica em que o marido trabalhava refletiu em uma queda significativa em seu salário. Com o nascimento do filho, tiveram que utilizar a poupança para cobrir despesas básicas.

“A crise foi no final de 2008, meu filho nasceu em maio de 2009. Então foi uma época bem difícil. A gente pagava setenta mil no apartamento que a gente morava. Aí veio a crise, a gente ficou meio receoso, pegou um apartamento do seguro-desemprego, que dava para dar entrada mesmo não estando desempregado. Mas depois de algumas baratas que saíram pelo ar condicionado enquanto eu estava dando de mamar para o meu filho. A gente ligou para a imobiliária onde a gente tinha alugado o apartamento anteriormente, o valor do aluguel tinha abaixado por causa da crise, e acabamos voltando para lá, no mesmo apartamento onde a gente morava. E nessa ida e vinda, lógico que você paga luva, para isso, paga isso, e foi o preço que a gente pagou para poder não ter barata saindo pelo ar condicionado”.

Elisa descreve o nascimento do filho como o início de seu processo de desligamento com o Japão. Ela narra com desgosto o processo de dar à luz, particularmente pela falta de sensibilidade do médico em lidar com a dor no parto. Ela teve problemas emocionais que, também, não pôde tratar a partir dos recursos terapêuticos disponíveis no país.

“[...] eu tive depressão pós-parto. E foi uma depressão que não foi curada, digamos assim. Eu cheguei a ir num psiquiatra lá. Aí o psiquiatra... Porque eu não estava assim, a minha inquietação não era normal, então eu estava começando a ficar agressiva de tão irritada que eu estava. E o psiquiatra

virou para mim e falou assim: ‘Você já bateu no seu filho ou no seu marido?’. ‘Não’. ‘Então o dia que acontecer isso você volta aqui que eu te medico’. Aí eu falei para o meu marido: ‘Olha, se você realmente gosta da gente, você volta com a gente para o Brasil porque eu não aguento mais ficar aqui’. Então, tipo assim, o meu problema nunca foi a língua, sempre me virei bem lá. Só que essa parte médica, digamos assim, também deixou a desejar. Mesmo quando eu tive o meu filho, eu estava com dor, eles se recusaram a dar remédio para mim porque eles falaram que era assim mesmo e eu tinha que passar por dor para conseguir dar valor ao meu filho. Eu paguei cem mil ienes a mais para me darem anestesia e a anestesia não pegou. Não me devolveram o dinheiro tampouco. Então mesmo no pós-parto não quiseram me dar remédio. Então para mim, assim, a época em que eu não... Até o período que eu não tinha filhos foi tudo bem. A partir do momento que eu tive filho lá, assim, as experiências que eu tive foram muito ruins. Então aí por isso que eu não quis mais ficar lá. Tentei colocar o meu filho na creche também, para ver se eu conseguia voltar a trabalhar, só que nisso a depressão assim atrapalhou bastante. Então eu colocava ele na creche, eu me sentia culpada por estar colocando. Mas aí eu trazia ele de volta, eu não aguentava, assim, cuidar dele sozinha. Aí chegou a hora que eu falei: ‘Ah não, não dá mais para ficar aqui, eu quero ir embora para o Brasil. Pelo menos aqui tem família, tem todo mundo para poder ajudar, posso conseguir um tratamento médico melhor’. E aí a gente resolveu voltar. [...] No Japão, assim, por mais que você tenha a nacionalidade japonesa, por mais que você leia, fale e escreva, você nunca vai ser considerado uma japonesa. Sabe... E com filho, assim, eu sentia isso na escolinha dele, por exemplo. Nunca me trataram mal, mas eu era estrangeira. E eu não queria que o meu filho sentisse isso, passasse por isso. Além do que eu queria voltar para o Brasil mesmo. Então aqui eu consegui ajuda da minha família, estou fazendo tratamento tanto psiquiátrico como psicoterapia. Me sinto mais leve aqui, sem aquela pressão de: ‘Aí, será que estou causando transtorno? Aí – sabe – sumimasen [com licença], coisa e tal’. Isso já não tem aqui. Então eu me sinto mais aliviada”.

Seu marido fazia bicos como fotógrafo no Japão, e no Brasil alavancou a atividade como sua profissão. Elisa ainda trabalha como tradutora *free lancer*, acompanhando japoneses em visitas temporárias ao país ou traduzindo documentos. É um trabalho flexível, que ela pode realizar revezando entre as responsabilidades domésticas, o cuidado do filho e sua contribuição nos negócios do marido.

“[...] depois que ele voltou, ele conseguiu se colocar, se infiltrar no mercado de trabalho muito rápido. [...] tem uma gama de empresas para as quais ele presta serviços. Então hoje assim, eu tanto faço os serviços de tradução quanto ajudo, assim, cuidando da parte administrativa e financeira para ele. Aí até o final do ano que vem a gente quer tentar abrir um estúdio. Então as coisas estão andando. Meu filho também em janeiro já começa a ir para a escolinha, que aliás é um absurdo. Essas coisas são ruins aqui no Brasil, é tudo muito caro, o serviço é uma droga, você tem que pegar uma fila e não sabe se vai ser atendido. Mas assim, é bem mais fácil viver aqui, eu acho”.

Elisa retomou o contato com amigos no Brasil principalmente pela internet. Encontraram-se “*uma ou duas vezes*”, mas com o filho de dois anos e meio Elisa diz que não pode sair com frequência.

“Embora eu não trabalhasse em fábrica, o que faz a pessoa ficar mais quieta o dia inteiro sem conversar com as pessoas, eu voltei para cá e tive a sensação de estar travada. Eu não conseguia conversar com as pessoas. A impressão que dá é que assim, as coisas andaram aqui e você parou naquele dia que você embarcou para o Japão. Então para conseguir retomar assim tanto a fala quanto as outras coisas eu senti uma certa dificuldade sim. Meu marido sentiu mais ainda, porque ele ficava o dia inteiro calado trabalhando como operário em fábrica. Então ele chegou aqui ele não conseguia conversar”.

Elisa considera encerrada a trajetória no Japão. Assim como Mayumi (Capítulo IV), a outra mãe que conhecemos a partir das entrevistas, ela justifica o retorno nos termos da busca por estabilidade para o filho.

“Hoje eu acho assim, tudo é em função do meu filho. Então eu não quero transformá-lo em uma criança assim que fica sem pátria, indo e vindo, não sabe onde... Quero que ele tenha, assim, estabilidade. Quero que ele se sinta seguro em um local fixo, sabe. Esses dias o meu marido, ele estava meio deprê assim e virou para mim e falou: ‘Ah, eu estou com saudade do Japão’. Nossa, nesse dia, menina, me deu uma dor de cabeça tão violenta! [risos]. Eu falei: ‘Ai meu Deus, esse homem vai querer voltar para o Japão!’. E eu falando para ele: ‘Olha, você lembra quando aconteceu isso e aquilo’, assim, enumerando as coisas ruins. Que quando a gente volta para cá a gente tende a lembrar das coisas boas e esquece da... Sei lá, da humilhação que passou em alguma ou outra ocasião. Aí eu consegui dissuadi-lo em um dia [risos]. Mas eu não pretendo. [...] Sinto saudade assim: às vezes eu chego a sentir esse cheiro da loja de conveniência. Sinto saudade da comida de lá. Mas aí quando eu sinto vontade aí eu procuro algum restaurante japonês e já sacio a minha saudade para não ficar pensando besteira. Sinto saudade da organização, da segurança, assim, de você sair à noite e ir para uma loja de conveniência, ou ir para uma maquininha de refrigerante sem medo de ser assaltado, só com medo dos bichos que de vez em quando apareciam. Mas voltar para lá e morar lá... Acho que não. [...] Por mais que, assim, o meu emprego fosse... Não fosse em fábrica, que a jornada de trabalho em fábrica é mais pesada e tudo... Era diferente, eu não sei bem explicar por que. Mas quando a gente está trabalhando aqui, chega no final de semana você vai no shopping, toma sorvete e se dá por satisfeita. E lá não. Lá não tinha a mesma sensação de... Sei lá, a mesma sensação de prazer. Não sei se era pela correria de lá, pelo sistema que é diferente, pela sensação que eu citei de sentir assim tensa com o negócio de estar causando transtorno para alguém ou não, sabe, então era diferente. Eu acho que aqui, embora o custo de vida muitas vezes seja até mais alto do que no Japão, você chega no final de semana, ou mesmo à noite, e vai numa cafeteria, come um doce e dorme feliz. Tem a família... Por mais que você não encontre com os seus amigos tem os seus amigos aqui, você sabe que eles estão aqui, se você precisar você liga. Essa segurança que o Brasil

proporciona, [...] que a terra natal proporciona é sem igual, eu acho. Isso aumenta muito a qualidade de vida da gente, eu acho”.

Do ponto de vista da construção biográfica, a fala de Elisa traz diversos elementos relativos ao cotidiano no país relacionados a uma posição de *observação* dos ambientes e acontecimentos que não surgem nas falas de Eduardo, Roberto, e outros homens. Falaremos sobre isso mais adiante.

5.4. Sayuri Akamine: telecomunicações internacionais

Sayuri tem 37 anos, é solteira e trabalha como assistente comercial em uma multinacional japonesa. Aos 20 anos, Sayuri foi para o Japão pela primeira vez através de uma bolsa de estudos oferecida pela cidade-natal de seu pai na província de Okinawa. Naquela época, em 1994, ela se preparava para o vestibular e trabalhava como auxiliar de escritório. Em dez meses, com uma carga de estudos intensa, Sayuri formou-se como técnica em informática e já tinha moradia e proposta de trabalho para permanecer em Okinawa, mas retornou ao Brasil a pedido do *sonjinkai* (associação da cidade) para não prejudicar a continuidade das bolsas⁷².

Sayuri retornou em dezembro de 1995, e em janeiro já tinha uma proposta de trabalho. Juntou-se a um projeto de informatização dos serviços públicos e, por um período de dois anos e meio a três anos, deu aula de informática para servidores públicos. Os membros do grupo formaram uma empresa visando licitações públicas, mas passaram a dar aula em empresas por aproximadamente dois anos e meio.

Sayuri cursou dois anos da faculdade de Engenharia, mas desistiu e começou a fazer Direito, com a intenção de sair da área de informática. No terceiro ano da faculdade, trancou a matrícula para fazer um curso de inglês nos Estados Unidos, estimulada pela exigência do idioma na bibliografia básica do curso. Foi para Los Angeles em 2001, uma semana antes do atentado ao World Trade Center em 11 de setembro. Após três meses de curso básico, Sayuri tinha dificuldades financeiras em função do alto custo da moradia. Não havia perspectivas de conseguir trabalho temporário, uma vez que estrangeiros no país eram vistos com desconfiança em meio a temores de novos ataques terroristas. Sayuri não queria voltar ao Brasil, pois não havia cumprido o objetivo de aprender inglês, então foi convidada a trabalhar no Japão pela mãe e a irmã. Seu plano inicial seria economizar de seis meses a um ano, e então completar os estudos nos Estados Unidos.

⁷² As bolsas na modalidade *shichoson* são oferecidas apenas na província de Okinawa.

Sua irmã havia ido ao Japão aos 18 anos para acompanhar o noivo, que decidira trabalhar no país. Sua mãe a considerava muito jovem para fazer a viagem sozinha, e por isso juntou-se a ela. Observamos que o comportamento da mãe de Sayuri assemelha-se à mãe de Elisa, que tinha receio de deixar a filha jovem sozinha em um país desconhecido. Sayuri morou com elas até que retornassem ao Brasil, que aconteceu dois anos depois: sua mãe retornou para ajudar o marido nos negócios, e a irmã, após o rompimento do noivado.

Por um mês e meio, Sayuri esteve sem trabalho, segundo ela porque desconhecia o esquema de empreiteiras que a maioria dos brasileiros utilizava no país. Ela procurava emprego através de agências de emprego japonesas, beneficiando-se de sua dupla nacionalidade. Uma das agências, percebendo sua formação técnica em Okinawa, propôs que ela trabalhasse em escritório. Após dois meses no país, foi indicada por uma amiga da mãe a trabalhar numa empresa de telecomunicações internacionais, no setor de atendimento em português.

“Quando chegou no segundo mês sem emprego eu já estava começando a ficar desesperada. Por mais que eu tivesse morando com a minha mãe, tudo, mas pô, é ruim ficar dependendo deles. Como eu não sabia andar no Japão nem nada, para procurar serviço também era ruim. Eu estava na dependência da minha mãe para ajudar. Até que conversando com uma amiga da minha mãe, ela tinha uma conhecida que trabalhava na B.. E ela falou: ‘Ah, manda o seu currículo’. E foi quando eu mandei. Aí eu consegui serviço mais ou menos na área. Quer dizer, na área que eu já tinha me formado que era computação”.

Sayuri trabalhou um ano e meio como atendente até ser promovida para a área de suporte de sistemas e de controle de qualidade. Nessa função, ela passou a lidar com indivíduos de diversas nacionalidades, utilizando o inglês e o japonês para a comunicação. A demanda pelo idioma fez com que contratasse um professor nativo, com o qual estudava de duas a três vezes por semana, por três anos. Quanto ao japonês, estudou de três a quatro anos a linguagem honorífica e etiqueta para lidar com clientes, incluindo *“como atender telefone, como receber o visitante, o que tem que fazer, como tem que sentar”*. Através da convivência com indivíduos de diversas nacionalidades, Sayuri disse que ampliou sua visão de mundo e tolerância em relação a pessoas de culturas diferentes.

Sayuri interpreta sua experiência no Japão nos termos de “aprendizados”: os idiomas, a convivência com culturas diferentes e a experiência de viver sozinha. A independência e conforto material que tinha no Japão, por sua vez, tinham como contraponto a falta de amigos e pessoas próximas. Ela disse que jamais conseguiu desenvolver um relacionamento duradouro no Japão.

“[...] eu vou ser bem sincera: eu tive o que eu sempre quis na minha vida, o que eu não conseguia ter no aqui Brasil porque os meus pais não deixavam [...]. Eu tive a minha liberdade, tudo o que eu sempre quis, morar sozinha, mas eu paguei um preço caro, que a parte sentimental para mim... Amizade não é que nem aqui no Brasil. Acho que você já deve ter escutado bastante que lá no Japão é difícil você encontrar amigos. Amigos, que você fala assim: olha, qualquer ajuda que você precisar você sabe que você pode contar com aquela pessoa. Lá é aquele, como um precisa do outro, lá tem bastante aquela amizade de interesses. Então assim, hoje eu estou precisando de você. Então eu converso com você, eu te ajudo e você me ajuda. Amanhã se eu mudar e não precisar mais de você, então eu não falo mais com você. Lá tem bastante disso. Então, é assim, amizade que a gente chama temporária, casual. Eu tive sorte porque eu ainda consegui encontrar bons amigos lá. Tanto que até hoje a gente mantém contato e os que voltaram a gente ainda se encontra. Eu dei sorte. Mas no geral, se você for ver e perguntar para várias pessoas, a maioria acho que vai te responder isso: não tem muitos amigos, se tem é só da família mesmo. A parte sentimental assim evitei, como trabalha muito... Eu achava que no Japão trabalhava bastante, mas estou vendo que aqui trabalha mais, mas tudo bem. A minha parte sentimental continua igual! Está zero! [...] E tudo o que eu passei no Japão teve o seu lado bom, teve o seu lado assim, ruim também. Ruim é assim, é que acho que mexeu bastante com a parte sentimental, porque você fica muito sozinha. Por mais que tenha amigos, tem parentes e tal, você nunca se sente assim completa. Você está sempre sozinha. Eu cheguei já a namorar lá com um japonês, morar, mas completamente diferente. Não dá. É que eu acho que eu sou mais brasileira do que japonesa, por isso que não deu certo. Então essa parte, eu acho que foi mais a parte sentimental mesmo e psicológica, que mexe bastante”.

Embora nunca tenha decidido formalmente viver no Japão, Sayuri foi “ficando” por nove anos. Com o adoecimento da mãe, ela viajava para o Brasil constantemente, e com isso acumulou dívidas e desgaste emocional. Após o falecimento, ela ainda continuou no Japão para pagar as dívidas e lidar sozinha com as questões emocionais.

“[...] Na verdade, a minha intenção sempre foi a mesma coisa: ficar só mais um ano, dois anos, só para juntar dinheiro. Porque depois que elas [mãe e irmã] foram embora, como eu já estava aprendendo inglês porque eu fui meio que obrigada, aí eu vi que eu estava desenvolvendo bem, então aí a minha intenção mudou, não era mais ajuntar dinheiro para terminar o curso nos Estados Unidos. Aí era juntar dinheiro para comprar alguma coisa aqui no Brasil. Ou montar alguma coisa ou comprar alguma coisa, essa era a intenção. Só que nesse meio tempo minha mãe acabou pegando câncer e teve que começar a fazer um monte de tratamento. O plano de saúde não cobria tudo, aí a gente tentou um tratamento alternativo que era muito caro. Aí nessa brincadeira todo o dinheiro que eu ia juntando era para comprar essas coisas. Fora as passagens de tanto eu ficar indo e vindo para o Brasil. Porque a minha irmã estava tomando conta da minha mãe e tinha coisas que ela não conseguia fazer. Aí quando a minha mãe estava muito mal, não tinha jeito, todas as vezes que minha mãe teve recaída eu tive que vir correndo às pressas. E todas as vezes que eu vinha correndo às pressas, o que acontece? Você não pesquisa passagem e você compra a primeira que tem, e acaba pagando mais caro. E nessa brincadeira eu não conseguia

juntar dinheiro nenhum lá no Japão. Praticamente até o último ano que eu fiquei, eu fiquei para pagar as coisas da minha mãe mesmo. Que na verdade eu acabei fazendo um empréstimo, coisa que eu não sabia, e hoje, assim, se eu voltasse para o Japão acho que eu nunca mais faria isso. Eu peguei um empréstimo, que a primeira vez que eu voltei quando a minha mãe estava ruim, dois amigos emprestaram dinheiro. E eu fui devolvendo assim, aos poucos, conforme dava. Na segunda vez que a minha mãe teve recaída eles me ofereceram, só que eu fiquei com vergonha de pegar de novo. Um eu tinha terminado de pagar e o outro ainda faltava. [...] Eu não achei justo. Aí o que eu fiz? Resolvi pegar dinheiro emprestado no cartão de crédito. Foi a pior besteira que eu fiz na minha vida. Foi por isso que eu fiquei enrolando essa minha dívida e demorei para ir embora por causa disso, porque eu não conseguia juntar grana para pagar. [...] depois que a minha mãe faleceu, os meus irmãos já começaram a me encher o saco. Porque eu fiquei ruim também. Porque quando eu estava no Brasil, na missa da minha mãe e tal, eu vi que eu não estava bem porque todo mundo olhava para a minha cara e falava: ‘Nossa, você está parecida com a sua mãe, está parecida com a sua mãe’. [...] eu não estava bem, porque praticamente eu passei pouco tempo. Quem passou tempo antes da minha mãe falecer foi a minha irmã. Eu praticamente passei um mês, dois meses com ela só. Então na minha cabeça, sentimentalmente, eu estava traumatizada. Sabe com peso na consciência? [...] eu fiquei o maior tempo no Japão, podia ter aproveitado, voltado antes para o Brasil, aproveitado mais tempo. Milhões de coisas. Eu acabei ficando com problema de deprê [depressão]. Aí como na época meu pai também estava meio ruim, eu fiquei assim: ‘Eu não vou aguentar as pontas se eu ficar no Brasil’. Aí eu resolvi ficar mais um tempo no Japão também, mais por causa da deprê também. Fora a dívida que eu tinha feito, mas por causa da deprê também. Assim, como eu morava sozinha eu podia chorar, espernear, fazer o que desse na telha”.

Sayuri tentou atendimento psicoterápico no Japão para lidar com a tristeza da morte da mãe. Assim como Elisa, ela não teve boa experiência com o profissional de saúde mental.

“Para não falar que eu não fui [na terapia], eu fui uma vez. Só que a terapia de lá é bem diferente daqui. A firma, o pessoal do RH me levou na verdade numa clínica psiquiátrica! Gente, aí você vê aquele bando de gente assim meio doidinha, porque realmente assim, já era. Aí você fala: ‘Pô, eu estou querendo fazer uma consulta com um psicólogo’. Aí eu falei assim: ‘Vou tentar’. Fui acho que umas duas vezes. Aí eu comecei a me sentir mal naquele ambiente, aí eu falei: ‘Ah, não vou mais voltar não. Quer saber de alguma coisa? Se eu tiver que morrer eu vou morrer aqui mesmo, se eu tiver que melhorar eu vou melhorar’. Mas eu acho que eu fui umas duas vezes. E o médico... Foi daí que eu comecei a pegar acho que meio raiva de médico japonês. [...] eu fiz um ano de terapia aqui no Brasil na época do vestibular porque era muita pressão, então eu já sabia mais ou menos como que era, o que o psicólogo tratava, porque ele fica conversando com você e tenta aliviar as suas coisas. Diferente lá no Japão. No Japão eles mandavam sentar, você sentava, perguntava o que você tinha, se você tinha alguma dor. Aí você fala: ‘Às vezes eu sinto dor de cabeça por causa disso, disso, disso... Porque eu não durmo direito’. Aí ele só te passava um monte de remédio, mandava eu voltar, sei lá, daqui a uma ou duas semanas, dependendo do seu estado. Aí eu olhei e falei assim: ‘Meu, o cara só está me entupindo de remédio, não pergunta nada com nada...’. [...] Aí eu não gostei, aí eu acabei desistindo. Mas, nossa... No Japão a gente conhece gente que assim, muita

gente ficou muito ruim. E quem consegue se manter no Japão é porque ou tem parentes, ou tem amigos, amigos de verdade mesmo. Agora pessoal que está sozinho, sozinho, todo mundo cai em deprê. Eu não conheço uma pessoa que não tenha nem que seja um pouquinho, ter ficado na deprê. Depressão é coisa que parece que é bem normal lá no Japão”.

O retorno ao Brasil surgiu em um contexto de reunião familiar após a morte da mãe. Observamos situações parecidas envolvendo adoecimento e/ ou falecimento de membros da família nuclear no caso de Márcia e Lucas (cf. Capítulo IV) e Eduardo. Sayuri carregava muita culpa por não estar mais presente no período da doença de sua mãe, e diz que só é capaz de falar sobre o assunto sem desabar emocionalmente há pouco mais de um ano. Observamos que ainda que Sayuri tenha custeado todo o tratamento e cuidado da mãe, ela carregava um senso de ausência em relação ao adoecimento. Embora o sofrimento, aqui, não possa ser compreendido apenas nos termos do dever filial e de questões de gênero, sugerimos que a atribuição do trabalho emocional e de cuidado às mulheres tem relação com o impacto subjetivo da doença e morte da mãe, uma vez que Sayuri atuou predominantemente como provedora (em termos ideais, uma atribuição masculina). Márcia (cf. Capítulo IV) também arcou com as despesas médicas da mãe doente, e embora não tenha descrito o processo com o mesmo teor de culpa de Sayuri, observamos que ela também localiza a presença no dia-a-dia dos cuidados da mãe como uma referência importante, que pode ser resumida nessa fala: *“Acho que essa mudança para São Paulo, o único impacto foi isso: porque eu realmente não tive do lado da minha mãe nesse período”.*

Em seu depoimento, Sayuri não menciona dificuldades em lidar com questões do cotidiano. Para ela, o principal dilema foi estabelecer novos projetos ou continuar os antigos.

“Os primeiros dias, primeiro que eu estava com aquela sensação: ‘O que eu estou fazendo aqui?’. Ou tipo: ‘O que eu vou fazer?’. Todo mundo me perguntava assim: ‘O que você vai fazer?’. A única coisa que eu tinha certeza que eu tinha que fazer logo que eu voltei era fazer aquele check-up geral que, como você fica trabalhando direto no Japão, você não tem tempo. Ir no ginecologista, no médico, dentista, tudo o que você não consegue fazer no Japão, isso daí eu estava fazendo. [...] Mas todo mundo perguntava: ‘Você vai fazer facul?’. Eu não sabia. ‘Mas que curso?’. Porque eu tinha dois cursos parados aqui, tinha o curso de Engenharia que eu também tranquei, e o de Direito. ‘Qual que você vai fazer?’. Eu falei: ‘Não sei’. E eu fiquei um bom tempo martelando. Tanto que assim, deu uma recaída de deprê no começo, aí depois voltei, fiquei normal. Assim, o que me ajudou bastante foi assim, como eu comecei a andar com o pessoal do Urizun⁷³, o pessoal faz muito serviço voluntário. Corre para lá, corre para cá. Isso também me ajudou bastante. Isso me ajudou bastante a fixar um pouco mais

⁷³ Círculo de ex-bolsistas de Okinawa.

aqui. [...] Aí fora isso, aos poucos ir reencontrando os amigos, de ter encontrado serviço, isso também me ajudou.

Em dois meses Sayuri conseguiu um emprego em uma multinacional japonesa graças à sua habilidade com o japonês e inglês, e pela experiência em uma empresa de telecomunicações. Após um ano no Brasil, pretende terminar as duas faculdades.

“[...] eu acho que o tempo que eu passei no Japão, acho que já passou. O que tinha que aprender lá eu aprendi, o que eu tinha que sofrer lá acho que eu sofri. Eu queria na verdade virar dekasegui, mas em outro lugar. Então assim... A princípio, se eu não casar e tiver filho, daqui... Um plano para daqui a cinco anos, a minha intenção é morar ou nos Estados Unidos novamente ou ir para a Europa, para trabalhar. Mas exatamente nessa área, de telecom, que é a única coisa que eu aprendi lá no Japão e que eu vi que eu realmente gostava e que, assim, eu acho que como eu estava na área de informática, mas eu acho que estava na área de informática na área errada. Por isso que eu não estava gostando e acabei desistindo. Aí quando eu entrei nessa telecom aí eu vi que eu gostava desse tipo de serviço, porque é o que me estimulou bastante é porque você tem que conversar com bastante estrangeiro. Isso me estimulou demais. E como eu gosto muito de aprender culturas diferentes, então quando eu voltei para o Brasil, a única coisa que eu tinha fixo na minha mente é que eu queria trabalhar de preferência numa telecom. [...] a minha intenção era assim: trabalhar num lugar que tem escritório em vários lugares para poder fazer shuchō, trabalhar fora pela empresa. Aí quando eu entrei aqui eu descobri que não dava para fazer isso aqui, porque cada escritório era praticamente meio independente”.

5.5. Irene Hamada: na fábrica e na agência de publicidade

Irene foi para o Japão por um desejo de novas experiências no exterior. Aos 27 anos, ela estava bem profissionalmente, segundo seu depoimento: trabalhava em sua área de formação e era independente financeiramente. Para Irene, a experiência no exterior sempre foi uma meta, tendo inclusive morado seis meses na Inglaterra após o término do curso de Publicidade. Trabalhou um ano e meio em uma agência de publicidade até decidir ir ao Japão em outubro de 2007.

“[...] uma vez que você sai do Brasil, você viaja, conhece outras culturas assim... Eu tomei gosto pela coisa. Eu queria viajar, morar um tempo fora, porque eu comecei isso muito tarde. Porque tem várias pessoas que começam isso com 20 anos, e eu comecei com 25, 26 anos. Comecei meio tarde. Não tenho outra experiência no exterior. Aí eu falei: ‘Ah, não vou para a Europa de novo porque eu já fui para lá e lá precisa ficar pagando...’. Meu negócio também, eu sou meia pão dura. Ficar pagando curso de inglês para poder ficar lá... E o Japão era uma das possibilidades que por ser descendente dava para ir lá, trabalhar, e não ter problema de

ficar pagando curso de língua e tal. [...] eu estava até pensando em prestar alguma bolsa. Só que como eu queria sair antes do prazo da bolsa, eu falei: 'Ah, desencana da bolsa, eu vou ser de kassegui mesmo'.

Irene foi apenas com a passagem de ida, sem contatar empreiteira e sem emprego definido. Indicada por uma amiga foi trabalhar em Ogaki, na província de Gifu.

“Na fábrica era uma coisa tão idiota, eu pensei que ia ficar retardada trabalhando lá. Era uma empresa que fazia peças de computador, tipo chip, assim, e era kensa, só verificar. A mesma coisa durante oito, doze horas, durante cinco dias por semana. Então era meio complicado. Eu falei: 'Gente, eu vou ficar burra nesse lugar'. [...] Era só pôr numa máquina, tinha uns chips com pino, e puxar o pino para ver a força que arranca o pino, uma coisa assim, só isso. É ridículo. E ganha bem viu, comparando com alguns empregos. Eu falei: 'Gente, é um trabalho idiota e paga bem'. [...] E eu fazia zangyō, tudo, quando dava. Daí foi o período que me empenhei a estudar o nihongo nos finais de semana e aproveitava para passear pelo Japão todo”.

A partir da crise econômica em 2008, Irene passou a procurar emprego em sua área de formação, em publicidade. Através de publicações, ela contatava agências e por conta própria enviava currículos.

“Aí começou a crise no final de 2008, eu saí da fábrica, aí nesse período eu falei: 'Ah, eu queria ficar mais no Japão ainda'. Então eu comecei a disparar meu currículo na área de publicidade, design e propaganda para serviços lá no Japão. Aí uma pessoa me respondeu, falou: 'Vem aqui, vai ter um evento. Vem aqui me conhecer e tal, para a gente saber seu perfil. Leva portfolio e tudo'. [...] aí eu fui lá para Toyohashi, que eu já sabia como ia, era fácil. Eu fui lá fazer entrevista, o cara gostou, aí nisso ele fez os testes e tudo e eu fui morar em Gunma, onde ficava a base deles lá, a empresa deles”.

Mesmo fazendo um trabalho qualificado, o salário de Irene era proporcionalmente menor que o de fábrica, de forma que ela tentou serviços temporários em linha de produção para incrementar sua renda. Irene foi a única entrevistada que, para além da intensidade do trabalho fabril, admitiu pouca identificação com o ambiente sujo e não intelectualizado.

“Quando eu estava em Gunma, o serviço da editora lá onde eu trabalhava começou a ficar fraco, o cara falou: 'Agora que não tem tanto serviço você pode arrumar uns arubaito aí para fazer'. Aí os que aparecia era dessas fábricas, várias fábricas, e tipo, eu não durei mais de uma semana em cada uma. Eu fiz um arubaito numa fábrica de automóveis que era para ver a coisa de maçaneta de carro, uma coisa assim. O pessoal que trabalhava lá, que eu visitei, eles faziam com uma velocidade, eu falei: 'Gente, o que é isso?!'. Meu, eu não nasci para fazer esse tipo de trabalho não, de montar essas peças eletrônicas, o dia inteiro trabalhando nessa velocidade. [...] fiquei só uma semana lá e saí. Aí tinha o outro que era pior ainda, que era para... Uma fábrica fuleira de peça para alguma coisa, só que era serviço

pesado. Eu só tinha que pegar pecinha e colocar na máquina, mas as pecinhas era tipo, meio quilo, quase um pesinho para fazer musculação, era para colocar na máquina. Só que era sujo, era sei lá, tinha muito óleo, era quente, sei lá, parecia fábrica de fundo de quintal. Nossa! Eu também falei: ‘Meu, eu também não vou ficar aqui não. Eu não fiz faculdade para ficar nessa fábrica fuleira’. Aí eu larguei tudo e fui fazer free[lance] com um outro cara lá de design mesmo, no ar condicionado, numa salinha com computador. Aí eu fico pensando: para essas pessoas que não tem tantas opções se sujeitar a esse tipo de serviço é complicado. Tem que dar valor, tipo, eu respeito essas pessoas. Não é fácil esse... ficar carregando quarenta quilos todo dia para ganhar tal, valor x, todo o dia fazendo essa coisa por anos, eu falei: ‘Nossa, é guerreiro mesmo. São guerreiros’. Então tem ‘n’ mil serviços que você pode fazer lá, então depende do objetivo de cada um. [...] A maioria não tem faculdade, tipo, a maioria com quem eu trabalhei lá. [...] O restante, todos, só tinha segundo grau. [...] Tanto que às vezes para conversar com as pessoas, eu ficava meio assim fora porque não era um papo... Seu lá, não querendo ser preconceituosa, mas era um papo totalmente diferente. Então eu tentava me enturmar com pessoas que gostavam de passear, gostavam de assistir filme, fazer coisa de hobby, do que questão assim profissional ou coisas de tecnologia ou da área. Porque o nível de conversa meio que muda. Então eu me divertia falando besteira dessas coisas, porque para passar tempo num lugar que você faz a mesma coisa todos os dias, cinco vezes por semana, era meio complicado. Eu falava: ‘Meu, não dá, eu vou pirar se ficar perto desse povo que não sabe falar nada’”.

Irene estudou japonês por um curso oferecido pela prefeitura e foi aprovada no nível pré-intermediário em um exame de proficiência em língua japonesa. Ela mantinha um blog em que escrevia sobre a vida no Japão: a comida, as viagens, e situações do dia-a-dia.

“[...] tem alguns novos, mas a maioria deles, enquanto eu estava no Japão, também estava todo mundo fora, então eu comunicava mais por e-mail, pelo Messenger, pelo Skype. Como a crise apertou para todo mundo que estava fora, a gente se encontrou aqui no Brasil de novo”.

Em seu relato, Irene dá bastante ênfase aos aspectos curiosos que observou no Japão em termos de consumo, mencionando novelas, alimentação, lojas. Conforme afirmamos na parte 5.3, sobre Elisa, esse tipo de construção biográfica caracteriza-se pela colocação na narradora mais como *observadora* do que *atuante*, ainda que esteja se referindo ao próprio comportamento.

“[...] uma das coisas que eu mais estranhava, por eu não comer frutos do mar, essas coisas, eu comprava mais comida no supermercado e fazia em casa mesmo. Porque eu também não como coisa agri-doce nem picante, eu sou meio enjoadinha. Então tinha muitas coisas que o pessoal pedia quando a gente fazia zangyō lá na empresa, aí eles pediam comida. E eu era a mais fresquinha de todas. A gente pedia umas coisas que eram mais engordativas, caras, do que comer as coisas baratas que eu não gosto. Comida assim, eu até fiz uns posts e tirava fotos dos pratos que eu fazia mesmo e mandava lá

para a galera [por e-mail]. Eu falei: ‘Meu, já que eu não como essas coisinhas assim...’. [...] Eu assistia qualquer filme lá eu chorava, chorava sozinha. Mas eu tive vários momentos sozinha lá. Tinha lugares que eu ia, eu chorava porque lembrava tal pessoa e tal. Mas não completamente deprê assim, de sei lá... Eu não tenho esse lado... Tem várias pessoas que entram mesmo em depressão. Eu não tenho, Graças a Deus eu não tenho esse lado [...] Isso, isso. Até hoje, qualquer coisa que eu vejo, filme, eu choro fácil. Você assistiu o Ichi rittoru no namida [Um litro de lágrimas]. Uma novela, uma série que esteve lá no Japão... [...] eu baixei pela internet lá e eu assisti. Menina, realmente eu chorei tissues e tissues com esse negócio. Cada história triste que o Japão conta... Ou essas novelas coreanas, ou filmes coreanos, filme japonês... Qualquer coisa que eu assistia, nossa, eu chorava. É porque é mais por eu estar longe da família, tudo, sei lá, eu estava mais suscetível a esse tipo de coisa. Realmente mais sensível”.

Com o agravamento da crise econômica, Irene retornou ao Brasil. Assim como Sayuri, ela não teve dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e a experiência no Japão atuou como um diferencial. Ambas não utilizaram as redes informais, mas sim agências de emprego comuns para buscar emprego. Ela ainda busca retomar o senso de autonomia e independência que tinha quando morava sozinha no Japão, e está se organizando para realizar o projeto de mudar-se para uma residência própria.

“Aí eu voltei ano passado em março, abril. Aí desde então, tipo, chegando aqui no Brasil, como eu já tinha trabalhado na área lá no Japão, não foi tão difícil para mim para procurar outro emprego, que eu coloquei currículo no C. e tudo, dois meses depois já estava empregada nessa empresa que eu estou agora. [...] aqui eu basicamente, a minha vida aqui é mais feliz que a minha vida lá no Japão. Essa coisa dos amigos, de não ter familiares por lá, é um tratamento meio diferente. É o que eu achei. Tem gente que se dá bem por lá, e era, sei lá... Ainda mais com o frio. Porque o frio interfere bastante no meu dia-a-dia. Tanto que o período que eu fui para a Europa também, eu decidi voltar antes do inverno porque essa coisa do frio, de ficar mais tempo em casa, em lugar fechado, então era pouco tempo com as pessoas, essa coisa de ser mais sociável, então atrapalha um pouquinho. Uma coisa que eu não gostava lá do Japão era essa questão do frio”.

* * *

Podemos observar que nos cinco casos analisados, os nichos ocupacionais em que os entrevistados se inseriram, com exceção de Irene, estavam relacionados direta ou indiretamente ao trabalho fabril. Eduardo e Elisa, como *tantōsha*, estavam no próprio organismo de intermediação da mão-de-obra brasileira. A empresa de telecomunicações em que Sayuri trabalhava foi constituída a partir da presença de estrangeiros no país, e sua primeira função – atendimento em português – existia a partir da demanda gerada por brasileiros. O trabalho de Roberto como orientador espiritual também constitui parte do conjunto de serviços oferecidos aos conterrâneos no país.

Do ponto de vista do status ocupacional, não houve mudanças significativas no caso de Elisa, Sayuri e Irene. As três trabalharam no Japão com funções parecidas àquelas que exerciam no Brasil, e na situação de retorno puderam se beneficiar da experiência adquirida. O mesmo aconteceu no caso de Eduardo, apesar dele ter abandonado a área de formação. Roberto experimentou uma expressiva queda no status ocupacional (de desenhista projetista a operário por vinte anos) que parece não ter tido efeito em sua trajetória, uma vez que sua nova ocupação opera a partir de outra lógica, que não apenas implica em maior status no âmbito da comunidade religiosa, mas representa uma carreira moral mais elevada, dedicada aos assuntos espirituais.

Quando observamos o caso das esposas de Roberto e Eduardo, por sua vez, constatamos que a queda no status ocupacional se opera no contexto do projeto migratório dos maridos. O depoimento de Roberto não traz elementos para analisarmos quais os efeitos da migração na vida de Neusa, sua esposa, mas é possível estabelecer uma linha de acontecimentos que apontam para a perda de seu espaço profissional: Neusa deixa o trabalho como química, torna-se operária em fábricas japonesas, para de trabalhar em função da maternidade, retoma atividades de renda junto com o trabalho doméstico através do *nanshō*, e passa a ajudar a irmã em um microempreendimento quando retorna ao Brasil. Roberto não diz como Neusa participou (ou não) de sua decisão de tornar-se pastor. No caso de Beatriz, esposa de Eduardo, o mesmo ocorre quando ela deixa o emprego estável e bem remunerado para juntar-se ao noivo. Observamos que embora Eduardo tenha contextualizado sua viagem para o Japão como parte do projeto da constituição de uma nova família (o que implica em recursos financeiros para adquirir um imóvel, por exemplo), ele admite que a extensão da permanência no país foi em função de seu sonho pessoal de tornar-se cantor.

Do ponto de vista do retorno ao Brasil, observamos que a proficiência em língua japonesa e o exercício de funções qualificadas no Japão representaram vantagens em termos de inserção profissional, de forma que esses indivíduos não acionaram redes de solidariedade para o ingresso no mercado de trabalho. Os vínculos no Brasil tiveram mais o teor de suporte subjetivo e emocional do que material.

As construções biográficas neste capítulo permite-nos observar um aspecto característico da fala feminina, segundo Sakurai, em seu estudo sobre as histórias de vida de imigrantes japoneses no Brasil:

A tônica das histórias de vida recontadas pelos autores [homens] é da responsabilidade concretizada através do trabalho. Diferente das mulheres, os homens retratam a vida fora de casa. quase nenhuma menção é feita sobre as dificuldades de adaptação à nova alimentação e ao vestuário. A construção da casa é

descrita como uma das tarefas, mas não se menciona como era morar dentro dela. A ênfase nas memórias está na trajetória do trabalho [...]” (1993, p.33).

Observamos, de fato, que os homens dão ênfase ao mundo do trabalho, embora não necessariamente apenas nos termos de sua *atuação*. Alberto (cf. Capítulo IV), por exemplo, narra o cotidiano da fábrica de modo *observador*, descrevendo processos e refletindo sobre o impacto do trabalho fabril na subjetividade dos trabalhadores.

Capítulo VI

A um passo atrás

“*Eu ainda estou meio travada. Estou sempre a um passo atrás de quem está no Brasil*”, disse Viviane Ota sobre sua vida no país quase cinco anos após o seu retorno. Viviane tinha trinta e um anos quando foi entrevistada para esta pesquisa. Foi para o Japão pela primeira vez em 1991, aos dez anos de idade, acompanhando seus pais. Viviane cresceu, estudou, trabalhou, casou-se e teve filhos no Japão ao longo de dezessete anos, até retornar ao Brasil com a família que constituiu em 2007. A trajetória de Viviane comporta uma série de elementos que nos permite refletir sobre a situação de jovens adultos que, tendo migrado para o Japão com seus pais durante a infância, encontram dificuldades em reconstituir os vínculos no país de origem.

Levar os filhos para o Japão foi uma prática comum especialmente a partir da reforma da Lei de Controle de Imigração de 1990, que incentivou o crescimento da migração brasileira para o país possibilitando a inclusão de famílias.

Tabela 6.1. População de brasileiros e crianças e adolescentes de 0 a 14 anos registrados no Japão (1987, 1991, 2005 e 2008)

	1987	1991	2005	2008
População Brasileira	2.135	56.429	286.557	312.979
População 0-14 anos	249 (11,6%)	2.682 (4,7%)	43.025 (15%)	49.446 (15,7%)

Fonte: Japan International Association (2008 *apud* TONGU, 2010)

Observa-se que, em cerca de vinte anos, houve um aumento de aproximadamente 14.560% da população brasileira e 19.158% da população de crianças e adolescentes de zero a catorze anos registrados no Japão. Se considerarmos a faixa etária de quinze a dezenove anos, os números são ainda maiores: em 2008, a população brasileira de zero a dezenove anos chegava a 6.786 pessoas, ou 21,3% do total. Com o aumento das crianças e adolescentes, o acesso à educação escolar entre filhos de trabalhadores brasileiros tornou-se pauta de políticas públicas e ações sociais tanto no Japão como no Brasil. Embora o processo educacional desse público não seja o alvo do presente estudo, gostaríamos de dedicar um momento a esta questão para compreendermos em que contexto se inserem as entrevistas que serão aqui analisadas.

No Japão, existem dois tipos de escola em que as crianças e adolescentes brasileiros podem ser matriculados: as escolas públicas japonesas, cujas vantagens seriam a gratuidade e o tempo que os estudantes passam nas unidades de ensino⁷⁴; e as escolas brasileiras, entre as quais existem instituições homologadas pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) e outras que atuam sem nenhum tipo de reconhecimento oficial. Estudiosos como Nakagawa (2008) destacam que a adaptação ao idioma e à rotina escolar é o principal desafio enfrentado pelas crianças brasileiras nas escolas japonesas. Quanto mais velha a criança, maior o contraste com os outros alunos e a dificuldade em acompanhar as aulas. A partir de 1992, o Ministério da Educação e Ciências do Japão (*Monbukagakushō*) instituiu a designação de um professor responsável por salas internacionais em escolas com mais de dez alunos estrangeiros, embora as prefeituras tenham autonomia para definir a carga horária e o modo de funcionamento das aulas de reforço. Segundo a psicóloga, estudantes isolados deixam de se beneficiar das salas internacionais; que em muitos casos tem carga horária insuficiente para preparar o aluno para as classes regulares. Os problemas com o idioma muitas vezes estão associados aos *bullying*⁷⁵, diferenças culturais e dificuldade nos relacionamentos interpessoais com colegas e professores, que se tornam justificativas para muitas crianças e adolescentes abandonarem a escola.

As escolas brasileiras surgem como alternativa aos pais cujos filhos não se adaptaram à escola japonesa, que pretendiam voltar ao Brasil ou temiam o abismo comunicacional com os filhos caso os mesmos perdessem o uso da língua portuguesa. No final de 2006, segundo Tongu (2010), havia noventa e cinco escolas brasileiras no Japão, das quais trinta e seis eram homologadas pelo Ministério da Educação no Brasil. Modalidades de ensino à distância foram introduzidas em 1996, com cursos de Ensino Fundamental e Médio. Universidades particulares como a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Católica de Brasília (UCB) também disponibilizaram cursos à distância de Graduação e Pós-Graduação para brasileiros no Japão. Mas a distância geográfica, os preços exorbitantes e, em alguns casos, a

⁷⁴ A carga horária das escolas japonesas é de oito horas por dia, constituindo locais que os pais podem deixar os filhos enquanto trabalham. Babás e empregadas domésticas são incomuns no Japão; de forma que, além da assistência da família, não há opções para o cuidado das crianças fora o horário da escola.

⁷⁵ Também chamado de assédio escolar, trata-se da prática repetitiva de atos de violência física ou psicológica por parte de um estudante ou grupo de estudantes sob outro. A literatura utiliza o termo japonês *ijime* para caracterizar os maus tratos sofridos por crianças e adolescentes brasileiras nas escolas japonesas. Embora a prática de *ijime* não seja exclusivamente direcionada a estudantes estrangeiros, as diferenças culturais, linguísticas e estéticas em alguns casos tornam-se pretextos para as agressões e discriminação. Consideramos que o uso de “*ijime*” sugere os maus tratos como uma realidade exclusiva das escolas japonesas, sendo que o mesmo acontece com muitos estudantes estrangeiros no Brasil (para o caso de bolivianos nas escolas públicas brasileiras, ver MAGALHÃES, 2010). Como veremos mais adiante neste capítulo, as pessoas entrevistadas para esta pesquisa admitiram ter sido motivo de chacota em situações de retorno ao Brasil por não dominarem o português e se comportarem de modo diferente.

má qualidade da educação oferecida pelas escolas brasileiras, tornam a opção pouco atraente para muitas famílias.

O Governo japonês não produziu, até o momento, dados precisos sobre o acesso à educação escolar entre brasileiros no país⁷⁶, embora estimativas tenham sido divulgadas pela grande imprensa e autoridades. Segundo uma reportagem da *Folha de São Paulo* de outubro de 2007 (TÓFOLI, 2007 *apud* TONGU, 2010), cerca de 15.000 crianças e adolescentes brasileiras, ou 25% do total, não frequentava nenhum tipo de escola no ano correspondente. Três anos antes, em 2004, o Diretor da Divisão de Política de Empregos para Estrangeiros no Japão, Makoto Ogawa, compartilhou no Encontro de Colaboradores Regionais do CIATE informações da *Gaikokujin Shūjū Toshi Kaigi* (外国人集住都市会議 [Assembleia das Cidades com Concentração de Estrangeiros]); segundo as quais a proporção de crianças e adolescentes brasileiros fora da escola variava de 20 a 40% entre as províncias japonesas⁷⁷ (CIATE, 2005, p.10).

A presença de crianças brasileiras em escolas japonesas abriu possibilidade para novas formas de socialização, tanto de jovens estudantes como de pais de alunos, tendo como referência a comunidade-escola. Segundo Kawamura, o processo educativo japonês se estabelece em uma “perspectiva de integração entre *uchi* (moradia) e *gakkō* (escola) visando à educação da criança e do adolescente enquanto futuro trabalhador e cidadão”⁷⁸ (2003, p.193).

[...] a grade curricular para a educação integral da criança e do adolescente compreende uma ênfase na formação científica e em língua nacional, ao lado de uma formação ética condizente com a visão nacionalista do cidadão [...]. Tanto no conteúdo como na metodologia estão embutidos a valorização da disciplina, do empenho, da cooperação em equipe; a flexibilização; o respeito à hierarquia; o sistema de *seniority*; a higiene; dentre outros aspectos, cada qual com um ritual específico (p.200-201)

O documentário “Permanência”, de Hélio Ishii, mostra as diferentes “carreiras” percorridas por jovens brasileiros no Japão: trabalhadores de fábricas e/ou estudantes de escolas e universidades, com sentimentos distintos em relação à sociedade japonesa e a questão de “ser brasileiro (a)”. Crianças e jovens, muitas vezes, passam a maior parte de sua vida no Japão, perdem a capacidade de se comunicar em português e identificam-se com os

⁷⁶ Segundo relatório da missão do MEC ao país em 2007, o sistema de coleta de dados japonês não identifica a nacionalidade dos estudantes, o que dificulta maiores informações sobre a situação de estudantes brasileiros nas escolas japonesas. Sobre as crianças e adolescentes fora do sistema escolar, “[...] os dados numéricos apresentados são inconsistentes e [...] as mudanças entre Províncias não são notificadas, acarretando em registro duplo do estrangeiro” (BRASIL, 2007).

⁷⁷ A província com a maior proporção de crianças e adolescentes fora da escola correspondia a 57%, e a com menor proporção, 10%. A média entre todas as províncias era de 26%.

⁷⁸ As grafias das palavras Japonesas *uchi* (家) e *gakkō* (学校) foram alteradas do original para seguir as regras do Sistema Hepburn, adotado neste trabalho.

valores e atitudes japoneses; mas se deparam com a condição de “brasileiro” no cotidiano da escola e no mercado de trabalho. O que acontece quando retornam ao Brasil?

Neste capítulo, pretendemos analisar as trajetórias de Danilo Matsumoto, Viviane Ota, Daniela Higa e de Amélia, Kenji e Vanessa Saito. Danilo foi quem passou menos tempo no Japão, cursando da primeira à sexta série em uma escola pública japonesa. Viviane e Daniela migraram com os pais antes dos dez anos de idade, concluíram o Ensino Médio e ingressaram no mercado de trabalho no Japão, retornando ao Brasil como adultas após dezesseis anos longe do país de origem. Amélia e o marido Shigeru Saito levaram os filhos Vanessa e Kenji para o Japão com o objetivo de prover-lhes formação escolar no exterior, e voltaram ao Brasil após aproximadamente quinze anos. Em cada caso, os pais influenciaram o uso da língua japonesa (e portuguesa) e a possibilidade de retorno ao Brasil de maneira diversa, e os sentimentos dos filhos em relação à terra natal mudaram conforme formavam vínculos e adquiriam novos valores e comportamentos na escola japonesa.

6.1. Danilo Matsumoto: retorno após a perda

Danilo foi para o Japão em 1993, aos 5 anos de idade. Seu pai havia trabalhado por três anos no país até retornar ao Brasil para buscar a família, então Danilo e sua mãe. Muito jovem, Danilo não se lembra das condições de vida da família, apenas que vivia com os avós e recebia cartas do pai durante sua ausência.

“Ele tinha planos, parece que desde novo ele tinha planos de ir para lá trabalhar, juntar certa quantia de dinheiro e depois da gente voltar para cá e poder ficar tranquilo. Porque parece que na época também estava um pouco difícil, acho que era mais ou menos década de 80. Ele também foi para lá novo, com vinte e poucos anos. Então ele foi para lá com a intenção de trabalhar e juntar um dinheiro. Como já tinha um filho... Então para poder juntar um dinheiro para poder ficar mais tranquilo aqui, ter uma vida mais estável”.

O projeto de ida para o Japão surgiu a partir da figura do pai, que buscava estabilidade financeira e capital de giro para abrir um negócio próprio. Nos dois primeiros anos, Danilo e sua mãe ficaram em casa enquanto seu pai trabalhava na fábrica através de um contrato com uma empreiteira.

“[...] ele trabalhava numa fábrica de papel higiênico. Não sei exatamente o que ele fazia lá, mas era coisa de [...] fabricar aqueles rolos... Ele falava que até era um trabalho meio perigoso, porque se cortava com os papéis, tal. [...] Cortes nas mãos porque ele manuseava as máquinas com os rolos e eram aquelas máquinas grandes que vinha aqueles rolos. E era muito

rápido, parece, ele tinha que dividir e tal. E isso um trabalho que não para, porque você fica lá durante dez horas, vamos dizer assim, só fazendo a mesma coisa. Ele ficava muito cansado, ele contava para mim que era um trabalho muito cansativo. E não ganhava tanto assim como esperava”.

Seu pai mudou muitas vezes de emprego, embora Danilo não tenha retido detalhes sobre o tipo de trabalho e as empresas onde se instalou. Sua mãe começou a trabalhar na mesma fábrica que o marido quando Danilo ingressou na escola, aos sete anos de idade. A escola em Fuji⁷⁹, onde estudava, tinha reforço nas aulas de *kokugo* (língua japonesa, literalmente “língua nacional”) com professoras brasileiras. Danilo disse ter se enturmado rapidamente com os colegas japoneses da escola e era estimulado a utilizar o idioma japonês em casa, pelos pais, para aprender mais rápido. Ele expressa muita admiração pelo sistema escolar japonês, particularmente a disciplina, a limpeza e a integração da escola com o bairro. Com o tempo, Danilo esqueceu-se do português.

“[...] a mudança para mim foi assim, uma coisa nova. Porque sair de um país para outro que você não conhece, mesmo que você seja pequeno, com cinco anos... Porque eu estava frequentando escolinha, creche aqui, e eu tive que mudar totalmente minha rotina. Entrei numa escola lá de japonês. [...] na verdade, eu gostava muito da escola porque a educação é totalmente diferente da daqui. Mesmo sendo escola pública [...] eu começava lá às oito e só saía da escola às três. E eu tinha uma rotina que era assim, cinco aulas, mas durante o intervalo do almoço você terminava o almoço e tinha o sōji que todo mundo tinha que fazer a limpeza na sala e tal. Então isso já ajuda na educação da criança, desde cedo ela sabe que tem que limpar suas próprias coisas. A escola era bem limpinha porque era limpa pelos alunos mesmo. Não tinha aquele negócio de pichação nas mesas, nas salas, era uma coisa muito mais organizada. [...] Como eles [meus pais] trabalhavam mais ou menos até às cinco, cinco e meia, aí eu ficava sozinho, então isso gera uma responsabilidade a mais também. Porque você na primeira série voltar para casa e ficar sozinho são coisas que não acontecem normalmente, por exemplo, aqui no Brasil. [...] Aí é uma coisa que, por exemplo, aqui no Brasil também não acontece, que o pessoal tem medo. Só que lá é muito mais tranquilo. [...] num raio de dois quilômetros da escola, tinha meio que um toque de recolher; que após as cinco horas batia um sino [...] que nenhuma criança da escola podia ficar na rua. E todas as crianças do bairro eram matriculadas na escola, então você não via criança na rua após as cinco. Depois que tocava esse sino era hora de você ir embora para casa porque pela idade, essas coisas, tinha que ficar todo mundo em casa. Isso era uma coisa que eu achava legal também”.

Em 1996, passados três anos de estadia da família no Japão, a mãe de Danilo engravidou e voltou ao Brasil para dar à luz a uma menina. Com o aumento da família, a renda do casal ficava comprometida com as despesas mensais. Pela dificuldade de realizar o projeto inicial de fazer economias, a família adiou indefinidamente o retorno ao Brasil.

⁷⁹ Província de Shizuoka.

“[...] a gente acabou ficando meio que preso lá no Japão. Não que a gente não pudesse voltar, mas a gente não queria voltar sem nada, como se fosse um tempo perdido, vamos dizer assim. [...] a gente acabou criando uma vida lá, porque eu desde pequeno fiquei lá, a minha irmã também”.

Danilo e a família mantinham contato com os parentes através de cartas, fotos e fitas trocadas com os avós, embora confesse que não pensava profundamente sobre a possibilidade de retorno. Seus pais começaram a ter problemas conjugais e chegaram a viver separados, e Danilo começou a acompanhar a mãe em visitas ao Brasil. Sua irmã retornou ao país com um ou dois anos de idade e passou a ser criada pela avó. Danilo veio duas vezes: uma entre seis e sete anos, e outra aos dez, a mais longa, em que chegou a ficar cinco meses. Segundo ele, sua mãe estava sondando a possibilidade de permanecer do Brasil ao mesmo tempo em que observava como ele se adaptava. A custódia dos filhos estava em processo de decisão, mas segundo Danilo, provavelmente ele voltaria para o Brasil com sua mãe.

Assim que concluiu o *shōgaku* (ensino elementar, da primeira à sexta série), a mãe de Danilo faleceu em um trágico acidente de carro que culminou no retorno quase imediato ao Brasil.

“[...] a gente só voltou de lá porque aconteceu um acidente lá com a minha mãe que infelizmente acabou falecendo. [...] Ela estava dirigindo na madrugada, que a gente frequentava igreja lá no Japão. Aí estava tendo uma [...] vigília que acontece nas igrejas evangélicas e tal. E ela voltando da vigília ela acabou... Um caminhão passou no farol vermelho e pegou ela em cheio. Aí aconteceu essa fatalidade e na verdade foi meio que instantâneo. Ela já faleceu lá na hora mesmo. Aí por essa fatalidade que a gente voltou para cá. Porque talvez se não fosse isso a gente estaria lá até hoje, não sei como que seria, mas... É como eu disse para você, a gente não tinha planos de voltar para cá tão cedo. [...] a gente só resolveu as questões burocráticas, porque ela tinha seguro, essas coisas também que demoram um pouco, e logo após a gente já voltou”.

Danilo teve um retorno difícil. Tinha 12 anos de idade, falava apenas no idioma japonês, vestia-se e agia de forma diferente dos garotos do bairro onde foi morar. Seu pai instalou-se na casa da irmã e Danilo ficou na casa da avó materna, onde passava muito tempo com os primos e amigos da rua, de forma que “foi lembrando” a língua materna. Na escola pública, Danilo teve dificuldades em disciplinas com conteúdos que não cursou no Japão, como história do Brasil. Ele dá pouca ênfase ao processo de adaptação à língua portuguesa, que considera ter superado rapidamente sem a necessidade de suporte específico. Tanto na rua como na escola a linguagem corporal contida (considerado tipicamente japonês) e os erros de português eram motivo de chacota, embora Danilo não demonstre ressentimentos e assegure que tais comentários funcionaram como estímulo para falar fluentemente mais rápido e adotar

trejeitos comuns aos jovens brasileiros de sua idade. Sua percepção sobre a escola se expressa de maneira mais frequente em comparações com a educação escolar no Japão, que considera superior em termos de estrutura, organização, disciplina e ênfase no coletivo.

Voltar para o Japão não foi, para ele, uma opção, mesmo no período mais crítico de sua adaptação. A experiência traumática do falecimento da mãe, provavelmente, gerou a disposição necessária para romper os vínculos com o país em que viveu por seis anos.

“Talvez acabou ficando um trauma também para mim, por conta da minha mãe e tal. Eu não tinha esse pensamento de voltar não. Só agora depois de ter criado a minha família que eu tenho esse pensamento de voltar, mas somente para passear mesmo”.

Danilo começou a trabalhar aos 14 anos, ajudando em um mercado local. Segundo sua fala, o trabalho precoce foi motivado pelo relacionamento com o pai, marcado por desentendimentos e anseio por independência. Ainda na adolescência, Danilo trabalhou em uma loja de som de carros e ajudou seu avô em um box no Mercado Municipal de São Paulo.

“Depois que eu perdi a minha mãe, depois que eu voltei para cá, eu acabei amadurecendo antes da hora. Então eu mudei muito assim, a minha cabeça, e eu via que eu precisava de um emprego para poder me virar. Tanto é que assim, eu saí de casa com dezessete anos. Fui morar sozinho com dezessete anos. Então eu fui obrigado a me virar. Porque aconteceu certas coisas comigo e com meu pai também que a gente acabou brigando e por esse motivo eu fiquei meio que independente. Então eu desde cedo eu já fui sempre me virando, que eu não gostava muito de depender dele. [...] Ele me sustentava ainda porque a gente morava junto. Mas eu, por exemplo, se eu quisesse as minhas coisas eu precisava trabalhar para ter”.

Após o retorno ao Brasil, seu pai jamais teve a situação profissional estável. Com o dinheiro que havia economizado no Japão, segundo Danilo, ele fez várias tentativas falhas de abrir um negócio próprio, embora recentemente tenha ingressado em uma “*sociedade que está dando certo*”.

Aproximadamente em 2006, concomitantemente à conclusão do Ensino Médio, Danilo teve uma filha e passou a coabitar com a mãe da criança. No mesmo período, começou a trabalhar como assistente administrativo em uma escola de idiomas e atividades culturais voltadas para japoneses em residência temporária no Brasil. O serviço, em que está até hoje, permite a Danilo utilizar o idioma japonês diariamente. Ele diz nunca ter considerado que a língua japonesa poderia ser utilizada para arrumar um bom emprego no Brasil, e lamenta ter negligenciado suas habilidades desde que retornou na adolescência.

A trajetória de Danilo se caracteriza por um duplo processo de aculturação, primeiro no Japão e depois no Brasil, possibilitado pela escola e convivência com jovens da mesma idade. Se Nakagawa (2008) fala sobre a dificuldade das escolas japonesas em aceitarem crianças com *backgrounds* culturais distintos, é importante observar como no caso de Danilo os padrões de comportamento que ele adquiriu no Japão foram rejeitados por colegas brasileiros quando ele retornou ao país. A fala de Danilo sugere que “tornar-se brasileiro” se refere, para ele, à adoção de um conjunto de gostos (como o futebol), temperamento (ser “*conversador*”, sociável e “*bagunceiro*”) e modos (falar alto, dizer o que pensa), imagem comum em outros depoimentos, como veremos adiante.

A migração provocou mudanças significativas na estrutura familiar, mesmo antes do falecimento da mãe, quando os pais estavam em processo de separação. Nesse contexto transnacional, a separação do casal é seguida, não raro, por uma separação espacial radical, com um cônjuge permanecendo/ indo para país de imigração e outro indo/ permanecendo no país de origem. Muitas vezes o distanciamento dos corpos ocorre sem que a separação legal seja efetivada. Tal situação inviabiliza o convívio compartilhado com os filhos. Embora Danilo não tenha conhecimento da natureza dos problemas conjugais de seus pais, consideramos que mudanças ocorridas no processo migratório estiveram em ação, entre as quais podemos citar: a) o ingresso da esposa no trabalho produtivo; b) excesso de trabalho em detrimento da convivência mútua; c) frustração de uma ou ambas as partes pela natureza do trabalho e/ ou situação financeira da família; e d) diferenças irreconciliáveis em relação ao projeto migratório (voltar para o Brasil ou permanecer no Japão).

6.2. Viviane Ota: o sólido e o provisório

Viviane já foi apresentada no início deste capítulo. Pai *nissei* e mãe pernambucana, Viviane tinha dez anos de idade quando foi com os pais e três irmãos para o Japão em 1991. No Brasil, o pai era funileiro, dono de uma oficina de funilaria e pintura, e a mãe era dona-de-casa. Residiam na zona leste de São Paulo, na região de Aricanduva. A família havia adquirido um terreno na Praia Grande, onde pretendia construir uma casa, e decidiram para o Japão levantar verbas para esse empreendimento.

“Na verdade eles não pensaram muito. Foi assim: ‘Vamos!’. Dentro de acho que uma ou duas semanas eles já fizeram a documentação toda, que na época era muito fácil – não tinha a burocracia que tem hoje – e fomos para lá. Uma vizinha nossa, que eu conheço ela desde os quatro anos de idade, a família dela foi junto com a nossa. Daí fomos todos para o Japão para se

aventurar, na verdade. Porque eu era pequena, meus pais que resolveram. Eu não pude nem falar: ‘Não, não quero ir’”.

Segundo Viviane, ir para o Japão foi um projeto com duração prevista de três anos, aproximadamente. Em famílias como a de Danilo (na primeira migração de seu pai) e outras que serão analisadas adiante, os pais optaram pela ida de apenas um cônjuge para o Japão, enquanto o (a) parceiro (a) remanescente permanece no Brasil com a família e administra as remessas. Foi um movimento ousado: ir para o Japão sem o idioma, com quatro filhos pequenos, a mais velha com dez anos de idade. Como observamos em outros depoimentos, a estadia no Japão com envio de remessas (para manter pessoas no Brasil ou para projetos econômicos como pagamento de dívidas ou aquisição de bens) envolve uma ou mais pessoas, geralmente da família nuclear ou extensa, que cuidam da administração do dinheiro e posses daqueles que partiram. No caso da família de Viviane, a tia materna, irmã de sua mãe, foi a procuradora da família no país.

A família Ota instalou-se na cidade de Fujikawa, na província de Shizuoka. Viviane descreve os primeiros anos como um período de grandes dificuldades, sendo a casa o primeiro choque em relação ao que esperavam da estadia no Japão:

“Foi um baque. Na verdade foi um susto. O que falaram aqui no Brasil antes da gente ir é que a gente ia ir, ficar numa casa confortável, mostraram fotos, tudo. Chegou lá, nós fomos para o interior, bem interior, e a casa que nós moramos durante quase quinze anos era uma casa bem daquelas antigas que mostra em filme mesmo, sabe. Que abre a porta corre para o lado, ela é feita toda de madeira, o acabamento dela é de madeira, toda de tatame, o banheiro não tinha descarga... Era igual esses banheiros artificiais que eles colocam em praia, era esse tipo de banheiro. Horrível!”

Viviane relata o dia-a-dia na escola de maneira vívida, descrevendo situações de conflito cultural em relação às regras da escola e da alimentação. Conforme firmamos anteriormente, a comida é um tema presente, particularmente, no relato das mulheres, que costumam tocar no assunto de modo espontâneo – no caso dos homens, falam quando são abordados diretamente sobre o assunto⁸⁰.

“Nos primeiros anos foi muito difícil, porque eu e meu irmão mesmo, nós fomos parar numa escola japonesa, onde que ninguém falava português. Aconteceu, tipo, não tem aquele filme ‘Velozes e furiosos’? Quando o menino entra na sala de aula, o professor já vai chamando a atenção dele porque estava com o sapato que estava na rua. Aconteceu a mesma coisa comigo. Entrou na escola você tem que trocar de sapato, tem o sapato próprio da escola. No começo até que os japoneses que nos acolheram lá, eles foram bem atenciosos, eles ajudaram bastante a gente, assim. Mas era

⁸⁰ As características das falas dos homens e mulheres serão abordadas mais adiante.

engraçado porque ia comprar uma coisa não sabia falar o que era, não sabia distinguir a diferença das coisas, um leite, aí fazia gesto de boi, ‘Mu, mu’ [risos]. Era bem engraçado.

[...] Eu e o depois de mim, que ele tinha seis anos na época que ele foi, a gente sofria na hora da merenda por causa que a gente não estava acostumado. Era arroz, missoshiru, peixe frito, peixe cozido, lula, polvo, esses frutos do mar assim que vinha também na merenda. Meu irmão, coitado... E tinha que comer tudo para poder sair da sala de aula e ir para fora para o pátio para brincar. Às vezes ele comia, vomitava tudo o que ele tinha comido. [...] Então, nossa, foi bem triste. Ele até hoje não gosta de

Figura 6.1. Konnyaku

Fonte:<<http://hot-tai.com>>

Figura 6.2. Chawan mushi

Fonte:<<http://www.kyounoryouri.jp>>

ter que comer lula, polvo... Tem um negócio que é tipo uma gelatina chamado konnyaku. É cinza assim... Nossa, ele não podia ver aquilo! E era shiitake, que é cogumelo... Nossa, foi bem complicado, porque a alimentação lá no Japão, você vê uma coisa assim, você deduz que é uma coisa, você vai comer, não tem nada a ver. Tem uma comida lá chamada chawan mushi, que ele parece um pudim. Só que você vai comer o gosto é de ovo, porque é um ovo cozido que eles fazem com camarão, essas coisas. E você come uma coisa achando que é doce e é salgada é... [risos]. Ao contrário, você vai comer um peixe achando: ‘Nossa, que gostoso’, e é doce. Que o açúcar lá eles usam como tempero, tudo eles colocam açúcar e sal, a dosagem deles é assim. E shoyū. Então para mim, que minha mãe era brasileira – é brasileira, quer dizer – a comida em casa foi sempre feijão, arroz, essas coisas assim... Tanto que no começo ela fazia feijão usando o azuki de lá. Fazia salgado! Mas até que saia um feijão meio japonês, meio brasileiro [risos]. Porque foi depois de quanto tempo? Acho que depois de uns três, quatro anos que a gente estava lá que começou a surgir esses produtos brasileiros, lojinha. A gente morava afastado. Em Hamamatsu [...] tinha mais brasileiro para lá, tinha mais coisas, produtos, tudo. Agora aonde a gente morava mesmo era só a gente. Todo mundo olhava para a gente como se a gente fosse assim uns ETs!”.

Viviane aponta o idioma e a aparência distinta em relação aos japoneses como elementos que dificultaram sua adaptação na escola.

“No começo era meio complicado porque eu não entendia nada do que eles falavam. E por eu não parecer muito com japonês tinha até uma discriminação assim, comigo. Mas como eu conseguia lidar mais ou menos com a situação, [...] eu aprendi a falar até que rápido o japonês, acho que com oito meses eu já estava falando. Tanto porque eu tinha que aprender a me defender. Porque criança, criança mesmo não sabe por que é diferente. [...] Na verdade era para eu entrar na quinta série, eu entrei na terceira porque eu não sabia falar nada, para ver se eu acompanhava. Mas as crianças judiavam porque como eu não tinha crescido junto com eles, eles sempre me excluíam. Porque não estavam acostumados. [...] Na escola para mim foi bem puxado, é uma parte assim que se eu pudesse eu apagava, porque foi bem complicado. [...] no terceiro bimestre da quarta série eu passei para a sexta [...] quando eu já tirava as mesmas notas que eles, que

já estava competindo. Porque lá é uma competição, é o tempo inteiro assim. Aí depois que eu fui para a sexta série mudou um pouco, porque daí os alunos já eram da mesma idade. Mas eu sofri bastante na escola”.

A aparência será uma questão que vai acompanhá-la até a vida adulta. Em particular, ela narrou um episódio em que, no trem, foi abordada por um senhor que a confundiu com uma mulher filipina e, deduzindo que Viviane trabalhava numa casa noturna como acompanhante⁸¹, perguntou quanto cobrava pelos seus serviços. Sua indignação em relação ao episódio (que, segundo ela, repetiu-se algumas vezes) indica que a percepção dos homens japoneses sobre sua sexualidade pode ter influenciado o modo como ela enxergava seu lugar na sociedade japonesa, particularmente como uma *outra* inferior. Viviane demonstra que, de fato, nunca se sentiu como parte da sociedade japonesa em função de sua inserção tardia na escola. Seus irmãos, ao contrário, por terem se estabelecido no Japão e iniciado a trajetória escolar mais cedo, teriam tido uma experiência diferente da sua.

“Eu misturava bastante [o português e o japonês]. Só que é engraçado, é o que falam: você sabe qual é o lado que está pensando mais é quando você sonha. Então eu sempre puxei mais para o lado brasileiro, eu sempre sonhei que estava falando em português, aí se eu sonhava que eu estava falando com japonês eu falava em japonês, mas é diferente. Agora meus irmãos mesmo, eles falavam: ‘Toda vez que a gente sonha, a gente sempre sonha falando em japonês’. Então eu acho que eu fui a única. Que também eu estudei aqui no Brasil antes de ir, passei para a quinta série e fui embora. Eles não, eles estudaram desde o pré-zeinho lá. Então a diferença entre eu e eles é essa. Eles realmente, eles são igual os meus avós que vieram para o Brasil: eles vieram para o Brasil pequenos e cresceram aqui. Tanto o meu pai, por exemplo, ele nasceu aqui. Mesmo que o pai e a mãe fossem japoneses ele virou um brasileiro. Meus irmãos é o contrário: eles podem até ter nascido aqui, mas como eles foram criados lá eles pensam como japonês, eles agem, se vestem como eles, é bem diferente. A diferença era dentro de casa, entre eu e eles já havia diferença. O tipo de gosto, o jeito de se comportar também. Acho que a criança é educada até os sete, oito, nove anos ela já tem a sua personalidade definida. E eu já fui com dez anos, ia fazer onze na época que eu fui. Então eu já tinha a minha personalidade toda definida, meu jeito de ser. Eles não, como eles foram pequenos então o modo de vista deles era bem diferente. Tanto que eles não sofreram nenhuma discriminação na escola, não passaram por dificuldade”.

Em outras palavras, Viviane considera que, ao contrário dos irmãos, a maior parte de seu processo de socialização se deu no Brasil, o que fez com que se tornasse mais “brasileira” que seus irmãos. Sua irmã Elaine é o principal contraponto com a sua trajetória:

“Minha irmã já como é Elaine, chamavam de ‘Eraine’. Mas se você for escrever o nome direitinho ficava ‘Erai’, aí todo mundo tirava sarro: ‘Ela é

⁸¹ Esse tipo de trabalho é comum entre mulheres filipinas no Japão. Viviane é jovem, com pele morena, cabelos pretos lisos e longos, de forma que pode ser confundida com uma mulher do Sudeste Asiático.

inteligente né, porque ‘erai’ né⁸². Tanto que ela acabou mudando para colocar o “i” no final, para chamar ‘Eraini’. Só que quando ela veio para o Brasil ela não sabia falar o nome dela. Ai perguntavam para ela: ‘Qual é que é seu nome?’. ‘Meu nome é Eraini’. Ai todo mundo tirava sarro. Tiravam sarro lá e tiravam sarro aqui, tadinha da minha irmã! [...] Eu fui a única que puxei um pouco para o lado brasileiro assim, que namorei com brasileiro, casei, e tudo. Meus irmãos, todos eles namoram sempre com japonês. Tanto que minha irmã, perguntam para ela se ela é de Okinawa, que ela tema a pele mais moreninha. Ninguém fala que ela é brasileira. Tanto que todo mundo elogia ela, que ela fala assim o japonês tão fluente e tão correto que passa a perna em qualquer japonês

Entrevistadora: Você também fala bem?

Falo.

Entrevistadora: Você fala keigo⁸³?

Falo só que não tão fluente quanto ela, que ela foi bem pequenininha para lá. A diferença é essa, a diferença é grande. Por mais que eu fale às vezes tenho o sotaque e tudo, de estrangeiro. Ela não. Como ela foi com três anos de idade para lá, então ela desde o prézinho ela estudou. Então é uma diferença muito grande”.

Embora a identificação de Elaine com a sociedade japonesa possa não ter sido tão espontânea e imediata como Viviane considera, sua fala demonstra como ela estabelece a idade de inserção na escola japonesa como responsável pelas diferentes gradações de “niponicidade” dos membros de sua família. Neste sentido, sua fala está em concordância com a premissa que estabelecemos no início deste texto acerca do papel ativo da escola na aquisição de valores e costumes japoneses, que visa à homogeneização cultural. Segundo Nakagawa (2008), esta característica compreende um processo de exclusão institucional que desencoraja a percepção e aceitação das diferenças, de forma que “a criança estrangeira, para ser aceita, seja obrigada a se tornar uma ‘japonesinha perfeita’” (NAKAGAWA, 2008; CIATE, 2005).

O pai de Viviane trabalhava doze horas por dia de domingo a domingo, e a mãe, das sete da manhã às seis horas da tarde. A carga de trabalho intensa fez com que Viviane assumisse algumas responsabilidades parentais para com os irmãos e a casa, como buscá-los da creche após término do dia letivo, participar de reunião de pais na escola e atuar como tradutora e intérprete da família.

“[...] como nós éramos em quatro, na verdade sempre quando tinha alguma reunião e tudo eu que fazia o papel da mãe. Por causa que eu desde pequena eu tive que fazer o papel da secretária de lar, vamos se dizer.

⁸² A palavra japonesa “erai” (偉い) significa “notável”, “admirável”.

⁸³ *Keigo* é a designação genérica para a linguagem polida no Japão, que envolve diversas expressões, verbos e formas de tratamento honoríficas que demonstram diversos níveis de respeito, enfatizam distâncias sociais e modéstia por parte do interlocutor. Tal linguagem é mandatória em determinadas situações sociais e seu uso correto é considerado tarefa complexa mesmo entre japoneses nativos. O *keigo* é muito usado por profissionais de diversas áreas que lidam com clientes, desde atendentes de lojas até executivos de alto escalão.

Porque eu tinha que ir em reunião dos meus irmãos, conta, boleto, essas coisas que vinham. Banco mesmo eu tinha que estar sempre acompanhando eles para estar explicando o que estavam falando, como tradutora mesmo. Porque meu pai, apesar de ele ser nissei, a minha avó ser japonesa e meu avô também ser japonês, ele não usava o japonês. Ela [avó] falava em japonês e ele [pai] respondia tudo em português. Então para ele, ele entendia tudo o que falavam, só que ele não sabia responder. Tanto que chegou no fim minha mãe aprendeu a escrever o japonês, fala, e às vezes ele se confunde um pouco, até hoje”.

Aos poucos o japonês tornou-se a língua comum entre os irmãos, enquanto os pais ainda falavam exclusivamente em português. O contato com o Brasil era feito exclusivamente pelos pais, em parte para consultar a situação das remessas enviadas para a irmã da mãe de Viviane. Em 1995, passados três anos de estadia e cumprido o prazo que haviam estabelecido de tempo de trabalho no Japão, a família fez a primeira tentativa de retorno ao Brasil. Viviane e o pai continuavam no Japão enquanto sua mãe e os três irmãos, ainda crianças, partiram para cuidar dos preparativos do retorno da família.

“Só que daí teve o baque que a minha mãe veio para o Brasil e ela descobriu que a irmã dela tinha roubado tudo o que eles tinham aqui no Brasil. Eles perderam tudo. [...] Na verdade ela [mãe] estava vindo para ficar. Porque a gente ia para Recife. Eu não sei direito, mas parece que meu pai tinha combinado com ela [irmã da mãe], que ela era procuradora deles. Eles mandavam todo o mês dinheiro para ela ir comprando as coisas para eles aqui. Ela sempre mostrava: ‘Não, eu comprei isso, comprei aquilo’. Casa, apartamento, terreno. Só que chegou no fim quando minha mãe veio para o Brasil, ela nem buscar minha mãe no aeroporto ela não foi. Nem abriu a porta do apartamento para minha mãe subir. E deu uma confusão danada. [...] chegou no fim a minha mãe ficou com medo, porque meus irmãos eram pequenos na época. Meu irmão mais novo tinha o que? Seis anos. [...] como ela estava cursando Advocacia ela fez as coisas bem feitas. [...] Ela colocou tudo em nome de terceiros. Então não tinha como comprovar. A gente só tinha como comprovar que tinha mandado dinheiro para ela, porque tinha todos os recibos, todas as coisas do banco que a gente mandava pelo banco japonês mesmo. Mas chegou no fim a minha mãe acabou não correndo mais atrás disso daí, porque de longe, lá do Japão, para correr para cá também é difícil, e advogado também a gente não pode confiar em todos. É bem complicado”.

A perda das economias e os vínculos familiares desfeitos alteraram os planos dos pais de Viviane.

“Meu pai entrou em depressão, depois não conseguiu mais trabalhar direito. Porque ele já foi para o Japão pensando em ficar só três anos lá, por causa da idade dele. Que ele já estava com 48, 49. A idade estava bem avançada já. Então ele falou assim: ‘Eu vou trabalhar até uns 55, no máximo, aí a gente volta’. Só que aconteceu tudo isso, chegou no fim a minha mãe voltou para o Japão com os meus irmãos e ele ficou desconsolado. Depois disso daí ele nunca mais foi o mesmo, não conseguiu

mais trabalhar direito. Porque acho que a motivação dele acabou. A única coisa que sobrou aqui no Brasil foi um terreno que eles tinham na Praia Grande, que depois acho que de cinco anos eles resolveram. Então o meu pai veio, como ele não trabalhava mais, ele veio para o Brasil e ficou eu, a minha mãe e os meus irmãos aqui trabalhando e mandava dinheiro para ele ir construindo. [...] Na verdade o meu pai era o único que queria voltar para o Brasil. [...] A minha mãe mesmo, por ela, ela não voltava nunca mais. Porque o trauma foi tão grande... Você imagina, a sua irmã te roubar tudo o que você tem. Você se mata para você dar alguma coisa, para tentar ajudar ela, e ela te apunhalar pelas costas. Para ela foi um baque. Para ela, ela perdeu a família inteira. E aí depois que meus irmãos voltaram para lá, que eles eram pequenos, e continuaram a escola, tudo, e se formaram, em hipótese nenhuma eles pensam em vir para o Brasil. No máximo para passear”.

Segundo Viviane, a mãe assumiu os custos da casa após o retorno da família ao Japão, quando o pai parou de trabalhar. Viviane começou a ajudar aos dezesseis anos, quando ingressou no Ensino Médio; e o mesmo fez o irmão quando atingiu a mesma idade. Trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma rotina incomum entre jovens japoneses da mesma idade, embora constatemos a mesma necessidade entre outros entrevistados, como veremos adiante. Elaine, sua irmã, conseguiu emprego em uma loja de departamentos (em japonês, “*depāto*”) após o término do Ensino Médio, o que foi considerado uma proeza para uma não-japonesa em função das exigências linguísticas e estéticas deste tipo de ambiente de trabalho⁸⁴. Viviane, por sua vez, foi trabalhar em fábricas com outros brasileiros sem proficiência em língua japonesa ou diploma escolar japonês.

“Trabalhei em uma fábrica de componentes eletrônicos. Montagem de telefone, todo esse tipo, desde a montagem até a programação. [...] Por saber ler, escrever, falar, às vezes até era tradutora de brasileiros que não sabiam falar japonês na fábrica mesmo. Mas eu trabalhei com tudo. Na verdade como eu trabalhei seis anos nessa fábrica de componentes eletrônicos, que no começo era bipe [...] e depois que veio a era telefone celular. Aí desde o começo a gente montava, a gente programava. Eu mexi também na parte de solda. Então eu rodei a fábrica inteira, na verdade. Depois trabalhei como secretária, trabalhei em lojinha brasileira [...] Aí fui trabalhar numa empresa que mexia com maquináriocomputadorizado, trabalhei com inspeção de qualidade. [...] Eu não tinha nem tempo [de fazer faculdade], na verdade. Porque eu tinha que ajudar. Aí depois que eu casei também”.

O cotidiano na fábrica aproximou-a do convívio com outros brasileiros, desenvolvendo espaços para uso do português, convívio social, atividades de lazer e, inclusive, relacionamentos amorosos com pessoas da mesma nacionalidade. Os irmãos, de

⁸⁴ No Japão, estrangeiros dificilmente lidam com empregos que envolvem visibilidade e relacionamento direto com o cliente. A linguagem honorífica, linguagem corporal e a aparência de atendentes, caixas e recepcionistas contém padrões que são atendidos quase exclusivamente por japoneses nativos.

maneira inversa, seriam mais afeitos a relacionamentos afetivos ou de amizade exclusivamente com japoneses, embora Viviane não tenha deixado claro se tinham contato com brasileiros no ambiente de trabalho. Pelo conhecimento avançado do idioma japonês, Viviane ajudava colegas brasileiras em situações sociais que envolviam interação com japoneses, como em hospitais, prefeitura ou delegacias.

Viviane engravidou aos 18 anos, quando ainda estava terminando o Ensino Médio, segundo seu depoimento. Conheceu o pai da criança a partir do círculo de convívio com brasileiros que formou a partir do trabalho na fábrica. Casou-se, em parte, para poder dar o nome do pai à criança. A proporção de nascidos vivos entre mães na faixa etária de quinze a dezenove anos, conforme analisamos no Capítulo 2, é muito alta entre brasileiras no Japão (10,2%); embora a proporção esteja abaixo da média brasileira (22,4% segundo dados do Ministério da Saúde de 2011).

Casada, Viviane foi morar em Fujinomiya, cidade vizinha, e por dois anos ficou em casa cuidando do filho. O marido, assim como seus pais, também tinha dificuldades com o idioma, de forma que ela repetiu a tarefa de “secretária do lar” mesmo após o casamento.

“Parei de trabalhar, fiquei dois anos em casa cuidando dele [filho]. Aí depois voltei a trabalhar de novo. Aí eu levava ele para a creche de manhã, ele entrava às sete e saía às cinco, cinco e meia. Como a firma que eu trabalhava era perto eu já pegava ele e ia para casa. Eu só fui tirar carteira de habilitação quando eu estava com vinte e três anos. Mas daí eu tirei na autoescola japonesa mesmo. Tanto que eu tenho habilitação lá e aqui não”.

O convívio com o marido tornou-se difícil por incompatibilidades, segundo ela, que incluíam “muita briga, ciúmes e problemas do dia-a-dia”. Viviane não compartilhou detalhes sobre os desentendimentos, caracterizando-os como desencontros de temperamentos. Eventualmente resolveram se separar, e o então ex-marido retornou ao Brasil. Viviane conta que, quando o filho tinha cinco anos, o ex-marido convidou-o para uma viagem ao Brasil com o objetivo de conhecer seus pais e fez uso da oportunidade para iniciar um processo judicial pela guarda da criança. Viviane já havia viajado para o Brasil em 1998, para conhecer a família do então namorado (futuro ex-marido); ocasião da qual guardou más lembranças: não gostou das diferenças no ritmo de vida e sentia falta do conforto e comodidade que tinha no Japão. Segundo seu relato, retornar ao Brasil lhe era uma ideia demasiadamente desagradável, de forma que não estava disposta a voltar ao país de origem pelo processo de custódia do filho. Logo, abriu mão da guarda da criança em favor do ex-marido.

Assumir que a repulsa em relação ao retorno ao Brasil foi um sentimento mais forte que manter a guarda do filho, parece contrastante com valores socioculturais, presentes no

Brasil e também no Japão, como por exemplo a ideia de que o dever maternal supera os desejos individuais da mulher. Ironicamente, Viviane retornou ao Brasil no ano seguinte em função do novo casamento que constituiu, fato que não deve ser lido de maneira superficial, como uma preferência pelo novo relacionamento em detrimento do primeiro filho. Quando perguntamos sobre a relação com o filho mais velho após ter retornado definitivamente ao Brasil, Viviane expressa certo pesar pelo distanciamento em função da falta de convivência. Ele não conserva lembranças de seu tempo com ela no Japão, segundo sua percepção. Esporadicamente eles se encontram em sua casa ou no apartamento do ex-marido, que segundo ela, como seu próprio pai, *“era uma pessoa boa fora, mas um bicho dentro de casa”*. Não se arrepende do divórcio. Embora tenha *“perdido o filho”*, em suas palavras, ela considera que ele vive em melhores condições materiais do que se estivesse sob sua guarda: estuda em uma escola particular de alto padrão, mora em um apartamento no Alto de Pinheiros (bairro nobre de São Paulo) e, como a única criança na família do ex-marido, é muito querido pelos avós e tios. Logo, o sacrifício materno, seria justamente ter deixado seu direito de conviver com o filho para que ele tivesse uma vida material melhor? A entrevista e a análise não podem responder essa pergunta. Mas o dever para com os filhos é um valor que ela evoca para justificar suas ações desde então.

Conforme mencionamos, Viviane iniciou um novo relacionamento, engravidou novamente e casou-se, entre 2005 e 2006, por volta da mesma época do processo judicial pela custódia do primeiro filho. Um ano depois o segundo marido, que chamaremos de Fábio, retornou ao Brasil também em um contexto de separação com Viviane. Em abril de 2007, Viviane se desfez dos pertences que tinha no Japão e retornou ao Brasil com o segundo filho para reconciliar-se com o marido. Seu plano consistia em ficar no máximo um ano no país e retornar ao Japão⁸⁵. Entre o final de 2007 e início de 2008 ela engravidou do terceiro filho.

Embora não gostasse do Brasil, segundo suas palavras, Viviane teria decidido pela vida no país de origem a partir da terceira gravidez tendo em vista a constituição de uma trajetória mais estável para o futuro da família. Se há dois anos o conforto, a comodidade e a autossuficiência que tinha no Japão pesavam mais em sua decisão, o discurso mudou:

“Ir no Japão, ficar trocando figurinha e passar aperto, a gente fica aqui [no Brasil]. [...] Fico por meus filhos. [...] Tudo o que conquistar aqui é sólido;

⁸⁵ No Japão é comum se desfazerem das coisas antes de voltar ao Brasil, especialmente se não há prazo determinado para a viagem. O imóvel, móveis e eletrodomésticos, em geral, são disponibilizado pela empreiteira; e mesmo em casos que os objetos são dos moradores, os custos de manter o local são maiores do que adquirir novos ou guarda-los com conhecidos.

tudo o que conquistar lá [no Japão] é provisório. Lá a gente sempre vai ser estrangeiro”.

A fala de Viviane indica que sua experiência no Japão, embora tivesse produzido autonomia, conforto e “*despojamento*” (sua palavra), não gerou sentimento de pertencimento em relação ao país. O mesmo sentimento aparece em outras entrevistas de jovens retornados que serão trabalhadas mais adiante. Viviane contrasta o conforto material do Japão com uma espécie de vazio moral, caracterizado pela vida em função do trabalho. Ela conta sobre a percepção que tem dos casamentos japoneses, que muitas vezes são apenas para ter filhos e sem relações sexuais; engata em escândalos sobre menores de classe média que fazem programas para adquirir roupas e acessórios de grifes; fala da alta taxa de suicídios entre adolescentes e, finalmente, termina com o caso do pai de sua amiga que teria posto fim à própria vida após ser diagnosticado com câncer (não queria ser um peso para seus familiares). “*É vazio viver sem religião, não acreditar em nada, viver para o trabalho*”, diz. Viviane parece buscar argumentos para justificar por que abriu mão do conforto material que tinha no Japão; uma inversão da “lógica material temporária” que levou sua família à migração para uma “lógica imaterial permanente” (emocional, espiritual) que a trouxe de volta ao país de origem em nome de seus filhos. No Brasil, Viviane parece muito confrontada com a escassez material da família, em particular com o baixo poder de compra dos ganhos do marido comparado com o salário que recebia no Japão. As tribulações, por sua vez, teriam fortalecido os laços com o marido e os dois filhos menores.

A trajetória de Viviane no Brasil é de grande mobilidade. Após a chegada do Japão, juntou-se ao marido em São José dos Campos por um ano, quando engravidou. Seu pai havia retornado ao Brasil no ano 2000, para construir a casa no terreno que possuíam na Praia Grande, no litoral de São Paulo (único bem que teria restado após a tomada do patrimônio pela tia). Viviane e Fábio foram viver com seu pai, com quem se desentenderam. O casal então se mudou para Goiânia, para uma chácara pertencente aos tios de Fábio. Viviane disse que não gostava do local por ser isolado, “*com muito mato*” onde se sentia muito sozinha. Fábio havia prometido a seus pais, no Japão, que visitaria o tio paterno no estado do Maranhão, e assim o fizeram quando Viviane estava no terceiro mês da gravidez. Moraram por um mês na parte rural e afastada de uma cidade pequena. Viviane disse que não se adaptou ao clima, e foram aconselhados a tentarem a vida no Pará, pois haveria empregos abundantes na Companhia Vale do Rio Doce. Os dois se instalaram na cidade de Paranaúpebas, na casa de um primo de Fábio. Ela descreve a casa como um lugar “*para um*

homem solteiro”, pequeno, com apenas a cozinha e um cômodo para dormir. Ficaram apenas duas semanas até desistirem pela falta de emprego e desconforto, e se mudaram para outra cidade, ainda no Pará. Estava então do sexto para o sétimo mês de gravidez. Viviane descreve a nova cidade como um local em que “*o prédio maior é a igreja de quatro andares e o point era uma lojinha, que fechava às seis horas*”. Com o parto iminente, Viviane viu nos telejornais a notícia da morte de vinte bebês na maior maternidade do estado⁸⁶, além do caso de uma mulher grávida que, por uma curetagem mal feita, havia morrido de infecção. O casal, assim, optou por voltar para a chácara em Goiânia onde o terceiro filho, enfim, nasceu, “*com cinquenta e quatro centímetros, quatro quilos e meio*”. O casal enfrentava muitas dificuldades financeiras pelo deslocamento constante e falta de trabalho. O bebê vestiu o enxoval do irmão, que estava encaixotado no Japão e foi enviado pela sogra após o nascimento. O pai do marido mandava dinheiro esporadicamente para que se mantivessem.

Quando o filho mais novo fez cinco meses, a mãe de Viviane voltou para o Brasil. Viviane se dirigiu novamente para a Praia Grande, provavelmente para encontrá-la e ter ajuda com o filho recém-nascido, enquanto o marido permaneceu em Goiânia a trabalho. Quando se juntou a ela na Praia Grande, novamente o casal teve problemas com o pai de Viviane. Ela descreve o relacionamento com o pai como conturbado, mas as brigas parecem se intensificar quando o marido está presente, embora os motivos não estejam claros. Com os desentendimentos, se mudaram para outra casa. Fábio trabalhava como eletricitista num condomínio tipo CDHU, mas Viviane, segundo seu relato, sofria por não poder ver a mãe diariamente em função dos desentendimentos. “*Eles sempre arranjavam mil e um empecilhos*”, descreveu a relação. Decidiram, enfim, ir para São Paulo na companhia de um primo de Viviane, por novas oportunidades de trabalho.

No primeiro ano em São Paulo, a casa que moravam, na periferia da zona leste da cidade, tinha apenas a cozinha e mais um cômodo. Mudaram-se para a região do Jardim Colorado, ainda na zona leste, em uma casa de fundos; também um local afastado do centro. No período, o marido de Viviane, após ter trabalhado como eletricitista e pintor, estava empregado em um hotel na Liberdade, trabalhando à noite e fazendo uso do idioma japonês. Segundo Viviane, ele viveu dezesseis anos no Japão, parte deles como estudante em uma escola pública japonesa. A família mudou-se para uma casa no bairro de Sapopemba, onde realizamos a entrevista. A casa era pequena e precisava de reparos. Mesmo sendo alugada, era

⁸⁶ “Chega a 20 o número de bebês mortos em hospital no Pará”. Portal G1, 28/06/08. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL617405-5598,00-CHEGA+A+O_NUMERO+DE_BEBES+MORTOS+EM+HOSPITAL+NO+PARA.html> Acessado em junho de 2012.

visível que o proprietário não terminou o acabamento, e havia pequenas vigas de madeira acumuladas em um corredor. As cortinas foram improvisadas com lençóis e tábuas de madeira dividiam cômodos, como portas. Na cozinha simples e pouco equipada, de maneira contrastante, havia uma moderna *suihanki* japonesa (panela de arroz elétrica).

Em março de 2011, Viviane visitou o Grupo Nikkei, onde a conheci. Naquela noite, Viviane compartilhou sobre a dificuldade que sentia em não trabalhar fora e passar o dia em casa com os filhos. Sentia-se “estagnada”.

“Eu realmente estou perdida. Eu nunca fui uma pessoa de ficar trancada dentro de casa. Mas estou trancada há quatro anos, não vejo ninguém, não falo com ninguém [...] É a mesma coisa que estar presa numa cadeia: acordava, arrumava a casa e dormia, não conhecia ninguém na rua”.

Viviane não utilizou expressões fortes como “cadeia” na entrevista, embora o sentimento de estar perdida tenha sido mencionado muitas vezes. Mais que o trabalho profissional, Viviane ressalta a limitação em sua capacidade de ir e vir.

“Eu trabalhava, viajava, dirigia, e cheguei aqui não conseguia nem sair de casa, andar de ônibus”.

A falta de confiança em transitar pela cidade se expressa em um episódio em que, indo para Itatiba visitar a amiga de infância que a acompanhara para o Japão, chegou a ter dor de barriga de tanta ansiedade e medo de se perder. No dia-a-dia, mesmo após dois anos em São Paulo, costuma sair de casa apenas para ir ao mercado. O marido trabalha aproximadamente doze horas por dia em um estacionamento para sustentar a família – mais horas do que trabalhava no Japão – de forma que Viviane passa a maior parte do tempo sozinha e não tem família ou amigos para visitar ou para ajudá-la. O primo que vivia em São Paulo mudou-se para Moji das Cruzes; e os pais, que estavam na Praia Grande, foram novamente para o Japão em 2010.

“Por isso que eu e ele [marido], a gente está meio perdido aqui no Brasil. Vai fazer cinco anos que a gente está aqui no Brasil, agora é que eu estou começando a me adaptar com a situação. A gente não tem nenhuma família aqui. Família assim, distante tem: tio, tia... Mas como eu fui criada lá, meu crescimento foi lá, então eu não tenho aproximação assim, uma intimidade assim para ir na casa, aquela coisa de tio, tia mesmo, de família. Minha família mesmo está lá no Japão, toda”.

A perda dos vínculos com a família e parentes do Brasil é um tema recorrente em outras entrevistas e será abordado mais adiante. Na fala de Viviane, esses laços são fundamentais para que ela tenha uma rede de suporte no Brasil. Embora mencione

diretamente a necessidade de ter pessoas de confiança com quem deixar os filhos de seis e três anos; tal rede poderia contribuir como fonte de informação sobre os recursos dos quais poderia dispor, dentro e fora do serviço público, para facilitar atividades do dia-a-dia e realizar seus projetos pessoais no Brasil. No caso da educação pública, por exemplo, Viviane demonstrou certa desconfiança em relação à qualidade do ensino na escola do segundo filho, pois considerava que o mesmo deveria estar sendo alfabetizado a partir dos cinco anos de idade. Viviane acaba dependendo apenas de seu julgamento, tendo poucas referências sobre o currículo da escola para cada série e poucas pessoas com quem comparar e trocar experiências. A existência de uma rede de pessoas próximas, com parentesco ou não, implica não apenas na possibilidade de apoio material, mas também na troca de informações e experiências.

A trajetória de Viviane demonstra que a escola japonesa não necessariamente abre caminhos para a inserção de brasileiros em modalidades de trabalho fora da fábrica e do regime de contratação temporária no Japão, como veremos também em outras entrevistas. De volta ao Brasil, ela vê-se diante das dificuldades de constituir um modo de vida sem laços: sem pessoas próximas e de confiança para visitar e ser visitada, para pedir ajuda com a criação dos filhos e lidar com questões do cotidiano. Seu sentimento de “estagnação” ainda pode ser interpretado à luz das questões de gênero, no que se refere à divisão do trabalho dentro da família (na qual o marido ficou responsável pelo trabalho produtivo e geração de renda e a esposa pelo cuidado da casa e dos filhos) e a necessidade de realização pessoal da mulher fora da esfera familiar. No Grupo Nikkei, após ter compartilhado acerca de sua vontade de trabalhar, foi aconselhada pelas voluntárias da entidade a ter paciência, pois haveria uma fase na criação dos filhos que a presença cotidiana da mãe é necessária e poderia implicar em sacrifício “temporário” da vida profissional.

A partir de um olhar retrospecto da vida no Japão, Viviane parece se arrepender de não ter se preparado para o “*retorno inevitável*” ao Brasil, a ponto de subestimar os ganhos imponderáveis em termos de experiência pessoal e contato com uma cultura diferente, e mesmo o idioma japonês.

“O [idioma] japonês não está ajudando em nada. [...] No Japão ganhei experiência. Mas de que adianta só experiência? [...] Se pudesse aconselhar [alguém que está indo para o Japão], estude, faça seus cursos e não se iluda em ir para outro país achando que é melhor”.

6.3. Daniela Higa⁸⁷: falando errado

Assim como Viviane, Daniela também retornou ao Brasil após viver aproximadamente dezesseis anos no Japão. A família, por sua vez, não viajou junto desde o início. Como na família de Danilo, seu pai havia trabalhado no Japão por três anos desde 1989, após ter perdido emprego pela falência da empresa em que trabalhava. Daniela não tem lembranças desse período, apenas uma noção de que conversava esporadicamente com o pai pelo telefone, e o relato da mãe de que ele mandava remessas para a família. Sua mãe era dona de casa e obtinha renda extra ajudando familiares na feira.

Em 1992, seu pai voltou ao Brasil, mas perdeu todas as economias de modo desconhecido, provavelmente em um furto. Assim, foi decidido que a família toda iria para o Japão e lá permaneceriam por três anos, economizando o máximo possível para recuperar o valor perdido. Daniela tinha 6 anos de idade na época, e sua irmã, Carina, 9 anos. A família instalou-se na província de Shiga.

Os pais foram trabalhar em uma fábrica de autopeças enquanto Daniela e a irmã foram para a escola japonesa.

“Eu não lembro de nada. Só que eu lembro o primeiro dia que a gente foi para a escola do Japão. Lembro que eu chorei bastante, que não tinha ninguém para traduzir. Eu não falava nada de japonês, não tinha nenhum brasileiro também. Aí como na época era mezurashii [raro] né, brasileiro, aí todo mundo vem... Atsumatte kuru [juntavam-se]. Acho que foi por causa disso que eu comecei a pegar amizade fácil, rápido. Comecei a aprender japonês rápido também, foi muito rápido. Mas eu esqueci o português também. Acho que em um ano já não falava mais nada. [...] Eu gostava muito da escola. A escola acabava três horas mas a gente não ia direto para a casa, a gente ficava brincando na escola. Porque não adianta ir embora para casa e não tem ninguém, então eu ficava com a minha amiga”.

Diferentemente de Viviane, Daniela, assim como Danilo, disse não ter problemas em relação à escola japonesa uma vez que a barreira do idioma foi superada. Os colegas de escola teriam reagido com curiosidade, e não desprezo, em relação à diferença de nacionalidade. As diferenças estéticas, por sua vez, eram menos significativas, já que Daniela herdou os traços de ambos os pais com ascendência japonesa.

A carga horária de trabalho dos pais era intensa. Por permanecerem a maior parte do tempo na escola, aos poucos deixaram de utilizar a língua portuguesa e passaram a se identificar com os valores, comportamentos e atitudes promovidos pela escola. O

⁸⁷ Durante a entrevista, realizada em uma cafeteria, a irmã de Daniela, Carina, veio para encontrar-se com ela, e acabou participando em alguns momentos.

distanciamento com a cultura brasileira refletiu-se no relacionamento com os pais, especialmente no caso de Daniela, que necessitava da presença da irmã para intermediar a comunicação com os mesmos.

“[...] os meus pais trabalhavam [...] saíam às sete horas de casa e voltavam acho que onze horas, dez e meia, bem tarde. Esse horário a gente estava dormindo. Então mais ou menos a gente não se via muito, só no sábado e domingo. [...] Minha mãe fazia a comida de manhã. Aí a gente chegava da escola, só esquentar, esquentar a comida. Para falar para meus pais tem que ter a minha irmã que eu falava tudo errado. Eu não falava nada”.

Segundo Daniela, permanecer no Japão por mais tempo que o planejado não foi uma decisão formal, mas sim algo que “aconteceu”. Ela conta que a imagem que tinha do Brasil era de um lugar “*abunai*” [perigoso], opinião formada especialmente por notícias que via na televisão. Os pais, segundo ela, apesar de desejarem voltar ao Brasil, tinham medo da readaptação e de não conseguir trabalho no país.

“Daniela: [Meus pais] Tinha medo também. Depois de voltar aqui não ter nada para fazer, ficar parado...”

Carina: Que é assim, quem vai para lá acaba acostumando. [...] Tem gente que vai lá para ficar só... Sei lá, ficar três anos. Mas é complicado, começa a gostar, acaba ficando. Você quer ficar três anos e acaba ficando dez anos, onze anos. É bom lá.

Daniela: Aí depois fica com medo de voltar, para readaptar. [...] a gente ia ficar só um ano ou dois anos. Só que como a gente esqueceu o português, tudo, acabamos ficando, ficando, ficando e... [...] Todo ano, a minha mãe: ‘Esse ano a gente vai embora’. Aí passa um ano: ‘Esse ano a gente vai embora’. Aí passa outro ano... Esse kurikaeshi [repetição], sabe...”

Voltar para o Brasil era um plano que não foi abandonado completamente, mas até então não havia sido operacionalizado de maneira concreta. Após aproximadamente nove anos de estadia no Japão, em 2001, a família veio ao Brasil por um mês para visitar a avó doente; e Daniela, então com quinze anos, teve uma percepção negativa de seu país de origem. Para ela, as provocações e piadas sobre seu modo de falar português “*enrolado*” foram marcantes, ao contrário do que Danilo tentou transparecer em seu depoimento.

“Nossa, eu não gostei nada. Eu não sei, assim, todo o dia estava chorando porque aí eu não conseguia falar nada, só japonês. Eu queria ir embora logo, tudo diferente, Brasil, Japão... [...] Bagunça! Rua diferente, não dá nem para andar de bicicleta! [...] Sujo. Mas nossa, que país! Não conseguia nem falar com meus primos. Eles tiravam sarro de mim porque eu falava tudo enrolado. Aí não gostei”.

Assim como Viviane, Daniela e a irmã também tiveram necessidade de começar a trabalhar enquanto ainda concluíam o Ensino Médio. Nesse caso, também, juntar dinheiro para um projeto de retorno da família ao Brasil foi prioridade em relação a prosseguir os estudos no Japão.

“Na verdade eu queria fazer faculdade lá no Japão. Só que meus pais queriam... A gente não tinha casa aqui no Brasil, então tinha que juntar o dinheiro. [...] Aí se fizesse faculdade ia demorar mais, ia ficar o resto da vida no Japão. Aí não, tem que juntar dinheiro, aí resolvi trabalhar”.

Daniela teve dificuldades em encontrar um emprego compatível com o tipo de trabalho de uma jovem japonesa com a mesma formação. O ingresso no mercado de trabalho trouxe a percepção de que era considerada estrangeira no Japão e dificilmente competiria em condições de igualdade com outros japoneses.

“Porque no Japão a gente nunca é nihonjin. A gente tem sobrenome japonês, mas é tratado como gaijin. Então era difícil subir de cargo. Sempre era gaijin, gaijin atsukai [tratado como estrangeiro]. Aí mesmo procurando arubaito tem uns lugares que nem aceitaram, assim, por causa que eu não tenho nome de japonês, sabe. Eles nem me deixaram fazer entrevista. Aí eu fiquei: ‘Nossa, que estranho’. Aí eu acho que eu fiquei com vontade de voltar para cá, conhecer o Brasil”.

Ela e a irmã começaram a trabalhar na mesma fábrica que os pais, apesar da formação em escola japonesa, indicando que, assim como no caso de Viviane, a inserção no mercado de trabalho ainda segue o mesmo padrão de trabalhadores brasileiros sem o idioma japonês.

“Eu trabalhava só sábado e domingo, seis horas. [...] Depois quando eu fiz sotsugyō comecei a trabalhar [na mesma fábrica que meus pais]. Três anos, até 2008. [Eu fazia] Checagem de peça. Kensa. [...] Aí tinha bastante brasileiros, só que eu não falava português. Mas tinha uma menina que falava só português comigo, mesmo sabendo que eu não conseguia responder. Eu consegui perder a vergonha, falava do jeito que eu sabia, tudo errado. Aí acostumei com ela, comecei a falar português com outras pessoas também, e aí comecei a falar um pouco. Aí comecei a interessar no Brasil, voltar”.

O trabalho na fábrica trouxe outros brasileiros para seu grupo de convívio, o que estimulou o uso do português e encorajou-a a retornar ao país. Por volta de 2007, família começou a sentir os sinais da crise econômica no trabalho na fábrica com a diminuição das horas-extras e notícias de cortes de funcionários. Os pais estavam com idade avançada, acima de sessenta anos, cansados após trabalhar quinze anos na mesma empresa. Alguns parentes tinham ido até o Japão a trabalho ao longo dos anos, mas todos já haviam voltado ao Brasil.

Em janeiro de 2008, Daniela e sua mãe retornaram em caráter permanente para construir a casa para a qual tinham economizado.

Daniela tinha dificuldades com tarefas cotidianas como circular pela cidade, fazer compras, entender o valor da moeda, e por isso tornou-se muito dependente da mãe. Seu certificado de conclusão do Ensino Médio não foi aceito no país, de forma que teve que refazer a última série aos vinte e três anos. Além da diferença de idade com os outros alunos, Daniela sentiu-se defasada ao lidar com a língua portuguesa fora da linguagem do cotidiano, particularmente a escrita, leitura e universo vocabular mais avançado.

“[Minha primeira preocupação foi] Acostumar. Porque no Japão a gente consegue se virar tudo. Só que aqui no Brasil não conseguia se virar nada, não conseguia nem pegar ônibus, sair de casa sozinha, ir no mercado sozinha, perguntar alguma coisa... Não podia fazer nada, nada mesmo. Qualquer coisa tinha que ir junto com a minha mãe. [...] Eu acho que eu já estava preparada para voltar para cá. Acho que estava preparada. Eu sabia que eu ia sofrer, que ia ser uma coisa difícil, então eu já vim meio preparada. [...] Um mês queria me acostumar. [...] Eu peguei o meu shōmeisho, aqui no Brasil não servia. [...] Porque no Japão a gente dá para escolher se quer física ou química, um dos dois. História ou geografia, um dos dois. Só que aqui no Brasil tem que fazer todos os quatro, aí estava faltando duas matérias. Aí tinha que refazer. [...] Foi horrível! Nossa, eu chorava quase todo o dia! Horrível! Eu passava mal mesmo porque eu não consigo ler direito, assim, escrever direito. Conversar também normal... Nossa, foi muito ruim. Muito ruim! Se pudesse escolher eu queria fugir, eu não queria... [...] Foi na marra. Nossa, foi muito ruim. Muito ruim. Que é ruim [por]que a gente consegue conversar normal, só que quando a professora começa a explicar eu não conseguia entender nada”.

Seu primeiro emprego no Brasil foi no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em uma companhia aérea em que utilizava apenas o idioma japonês. A carga horária era leve, de forma que decidiu tentar um curso superior em Administração, mas não conseguiu acompanhar o nível da língua portuguesa das aulas. Com o fechamento do escritório da companhia aérea, Daniela e a irmã foram trabalhar juntas como auxiliares administrativas em uma empresa japonesa no Itaim Bibi, em São Paulo. Tendo o idioma japonês como única habilidade diferencial, Daniela tinha dificuldades em ler e escrever e-mails em português para a empresa e era constantemente supervisionada pela chefe em tarefas que exigiam compreensão e capacidade de composição de textos. Acabou sendo demitida – provavelmente por esse motivo – e conseguiu outro emprego novamente em uma empresa japonesa, na região da Avenida Paulista.

Quando realizamos a entrevista, embora Daniela tenha demonstrado boa comunicação em português, recorria constantemente a palavras japonesas (como ficou demonstrado em citações anteriores) para expressar melhor suas ideias.

“Daniela: Ah, é difícil. Até hoje é muito difícil. É que eu sou mais fechada que a minha irmã. Minha irmã já acostumou bem mais rápido do que eu. Mas é difícil.

Carina: A gente sente muita falta . A gente não tem amigos, assim...

Daniela: Porque em português é difícil de comunicar. Se fosse em japonês para mim é muito mais fácil.

Entrevistadora Você pensa em que língua?

Daniela: Antes era só japonês. Agora está misturado. É até estranho, que a gente falava só em japonês. Agora estamos falando mais português. Mas é difícil, até hoje é difícil.

[...] Entrevistadora: E você sente dificuldade em lidar com colegas brasileiros na empresa?

Daniela: Muito, muito. Eu prefiro pessoa nikkeijin. [...] Porque eu não sei falar, assim, que nem esse pessoal comunica. É diferente o jeito que eles falam, eu acho legal, só que eu não consigo falar, não consigo acompanhar conversa também. Eu só fico ouvindo, eu não consigo continuar a conversa”.

Diferentemente de Viviane, Daniela teve a língua japonesa como base para sua inserção no mercado de trabalho brasileiro e tem sido bem sucedida apesar das dificuldades com o português. A diferença fundamental está na divisão do trabalho dentro da família, na qual Daniela e a irmã sustentam a casa enquanto a mãe cuida da infraestrutura doméstica. O trabalho profissional lhe dá oportunidades de relacionar-se com brasileiros, japoneses, exercitar o uso da língua e circular pela cidade; o que não acontece na rotina exclusivamente doméstica de Viviane. A fluência em língua japonesa falada e escrita compreende um nicho de mercado específico com alta demanda que Daniela pôde acessar através de agências de emprego especializadas em empresas japonesas. Embora no Japão tal habilidade não tenha representado vantagem competitiva em relação a outros brasileiros, no Brasil lhe permitiu ingresso no mercado de trabalho e ascensão ocupacional em relação ao trabalho como operária em fábrica.

Daniela percebeu ainda diferenças na cultura educacional nos dois países, no sentido da orientação para o Ensino Superior. No Brasil, a boa remuneração está condicionada à bagagem educacional do candidato ao emprego, de forma que Daniela sente a necessidade de orientar-se para o Ensino Superior.

“Eu queria [fazer faculdade]. Eu queria, mas falta de coragem. Eu já tenho o meu trauma, sei lá. É muito difícil de acompanhar [...] É que a cultura é diferente aqui no Brasil, eles tem bastante faculdades. No Japão não vê

muito, assim. Vê, mas não tanto como no Brasil. Então no Japão a gente não tinha muito objetivo, assim, que nem o brasileiro, que já no colegial: ‘Quero fazer isso, quero fazer tal’. No Japão não é muito assim que nem no Brasil, porque mesmo que não tivesse faculdade tem shigoto lá, tem emprego. Mas aqui no Brasil não, tem que ter faculdade para conseguir alguma coisa boa. Então todo mundo sabe o que você quer fazer, administrativo, tá-tá-tá, não-sei-o-que-lá. Só que a gente não sabe o que a gente quer fazer. A gente está perdida aqui no Brasil. Estamos três anos aqui, mas se alguém perguntar: ‘O que você quer fazer?’, eu não sei responder”.

Ao falar sobre os pais, Daniela aponta que as diferenças em termos do poder de compra do salário e possibilidades de consumo faz com que os pais sintam falta do Japão. No seu caso, por sua vez, a nostalgia se refere menos às questões materiais e mais à falta das “amizades verdadeiras” que teria constituído no Japão.

“Eles falam que querem [voltar para o Japão]. Dá saudade. Minha mãe tem saudade de trabalhar lá, para ganhar bastante dinheiro, para gastar. Porque no Japão está mais fácil para comprar coisa, não precisa pensar duas vezes. Aqui não, a gente tem que pensar no que a gente tem que comprar, fazer gaman [aguentar] porque não é tudo que a gente pode comprar. Essas coisas que ela pensa. [...] Eu tento não pensar em voltar no Japão. Porque se pensar, nossa... Sinto saudade. [...] Faz quase quatro anos, mas até hoje [mantenho contato] Facebook... [...] Skype também... Mando carta também. Carta de mão, assim”.

No Brasil, a dificuldade de comunicação e a falta de convivência seriam responsáveis por relações distantes com colegas de trabalho e parentes. Daniela sente-se pouco confortável em situações sociais com brasileiros; particularmente reuniões de família em que parece não se encaixar entre primos que cresceram juntos enquanto ela vivia no Japão. Ela admira a união entre os parentes paternos, mas não se sente parte dela. Assim, sua principal dificuldade de reinserção no Brasil seria o estabelecimento de uma “carreira afetiva”, ou seja, vínculos de amizade, confiança, e intimidade.

“Carina: Acho que é o Brasil [é minha terra]. Mas o baú, o tesouro, é o Japão. O baú de tesouro foi o Japão.

Daniela: Ah, eu não sei. Eu não sei. Que eu consigo me divertir mais é o Japão. A amizade no Japão, nossa, é muito bom. Sinto muita falta das minhas amizades, nossa... Toda a semana saía, agora não saio mais... Nossa, fico mais em casa. Mudou muito, mudou muito”.

6.4. Família Saito: o que cada um quer fazer

Amélia, Kenji e Vanessa Saito cederam entrevista a partir do contato que estabelecemos no Grupo Nikkei. Naquela época, um pesquisador vindo do Japão desejava

colher depoimentos de migrantes retornados. Os irmãos Kenji e Vanessa foram seus principais interlocutores graças à habilidade de se comunicarem em língua japonesa; enquanto Amélia pretendia ficar calada, apenas acompanhando-os e cuidando das duas netas. Acabamos conversando, ora com contribuições de Vanessa e Kenji, ora com interrupções de demandas das netas.

A trajetória da família no Japão começou em 1995. Amélia é não-*nikkei* e não tinha vínculos com o Japão. Formada como técnica de laboratório, trabalhou no Hospital das Clínicas com sua irmã por muitos anos até mudar-se para São Sebastião, litoral norte de São Paulo, para assumir um restaurante que pertencia ao irmão do marido. O marido, que chamaremos de Shigeru, *nissei*, era técnico de informática e vindo de uma família extremamente tradicional, segundo Amélia, motivo pelo qual sentiu grande choque cultural com o casamento. O pai de Shigeru era professor de língua japonesa e ensinou os quatro filhos a falar, ler e escrever fluentemente. Shigeru, seus pais e irmãos comunicavam-se exclusivamente em japonês em casa; o português era a língua externa, da rua e da escola.

A mãe e os irmãos de Shigeru viviam no Japão quando ele fez uma viagem de lazer por cerca de um mês e ficou fascinado ao observar a organização da educação escolar no país.

“Amélia: Porque ele foi para passear, ficou um mês, aí se encantou. Ele ficou em Tóquio né, aí se encantou com aquele negócio das criancinhas indo para a escola, bonitinho, indo sozinho, não sei o que lá. ‘Ah, a educação, e aquilo, aquilo outro’. Aí a minha mãe era professora de português e francês, e ela sempre queria, o sonho dela era que a gente estudasse na França, e a gente nunca teve a oportunidade de ir. Aí eu falei: ‘Bom, eu nunca fui para a França, mas eu vou realizar o sonho da minha mãe’. Fui para o Japão para eles estudarem japonês. Porque ele falava que a educação, a cultura, era tudo diferente, muito isso, muito aquilo, aí nós conversamos e resolvemos ir para eles estudarem lá”.

Amélia não revelou sua idade, mas Vanessa tinha nove e Kenji oito anos quando a família decidiu se mudar para o Japão. Os motivos são pouco ortodoxos em relação a maioria dos outros brasileiros, que opta por melhores salários.

“[...] quando nós fomos para lá nós sabíamos que estávamos indo para eles estudarem, que a gente não ia voltar coisa de cinco [anos]... [...] Eu queria que eles fizessem faculdade aqui no Brasil, não queria que eles fizessem lá. Falei: ‘Eles vão estudar o primário, estudar o ginásio, o kōkō [Ensino Médio]. E trabalha um pouco, junta um pouco de dinheiro’, meu pensamento foi esse [...]. Mas infelizmente não deu nada disso. Eles continuaram os estudos, fizeram, ele fez a faculdade. Ela não quis fazer porque ela quis fazer aqui no Brasil”.

Um parente de Sigueru trabalhava em uma agência com conexões no Japão, e conseguiu para ele um emprego como técnico em uma empresa de comunicações. A família foi viver na província de Osaka, primeiramente em Kishiwada, na casa do cunhado, até adquirirem um apartamento em Tadaoka. Uma vez que a família pretendia ficar no Japão até os filhos terminarem o Ensino Médio – ou seja, um período de aproximadamente dez anos – optaram pelo trabalho fora do sistema de empreiteiras. O apartamento em que foram morar foi negociado diretamente com o proprietário.

Amélia providenciou para que os filhos estudassem a língua japonesa em casa antes de ingressarem na escola. Segundo ela, Kenji e Vanessa aprenderam o idioma com uma rapidez prodigiosa, e, assim como Danilo, Viviane e Daniela, aos poucos deixaram de se comunicar em português. Não falar em português, muitas vezes, significava não falar com a mãe.

Inicialmente, Amélia trabalhava em fábrica em regime parcial (chamado “*pāto*”), das nove da manhã às quatro horas da tarde; emprego que conseguiu através da agência pública de empregos, e não por empreiteira. Os filhos estudavam até as três, de forma que ela estava presente para acompanhar suas atividades em casa. Após alguns anos, Amélia passou a trabalhar na área de estética, que tinha maior exigência em termos de horário e assiduidade.

“Amélia: Quando eu cheguei fiquei na fábrica, fui trabalhar em fábrica. Mas como eles eram muito pequenos eu tinha que estar acompanhando na escola, reunião de pais, undōkai [gincana esportiva], essas coisas, e na fábrica é muito rígido. Fábrica é rígido, você não pode faltar. Você falta uma, duas vezes, já é mandado embora. Daí eu fui para a área da estética. Eu fiz o curso lá, fiz o meu curso lá e passei a trabalhar na área de estética, de massagem. [...] eu trabalhava de doze a catorze horas. Sábado, domingo e feriado eu trabalhava catorze horas”.

Durante os catorze anos de estadia no Japão, Amélia retornou ao Brasil apenas uma vez, para buscar o filho mais velho, de outro casamento, para passar férias no Japão. O mesmo viveu com ela em São Sebastião até os dezoito anos, quando pela própria vontade passou a morar com a irmã de Amélia em São Paulo. Para assegurá-lo financeiramente, Amélia e Shigeru arrendaram o restaurante que possuíam em São Sebastião; e o perderam três anos depois por uma alegação de “*abandono*” (mesmo, segundo ela, tendo declarado os depósitos do arrendamento). Depois disso, mandava dinheiro esporadicamente, quando o filho precisava, ou em ocasiões como Natal e aniversários. Mesmo tendo retornado uma vez em catorze anos, Amélia mantinha contato com os parentes através de telefonemas constantes, posteriormente substituídos pela internet.

No início da estadia no Japão, a família convivia com muitos brasileiros no condomínio onde residiam. Uma fábrica de cobertores atraiu muitos conterrâneos, o que

repercutiu, inclusive, no número de crianças, que acarretou na contratação de uma funcionária bilíngue na escola local dois anos após a chegada da família Saito. Kenji e Vanessa, por sua vez, já não necessitavam dos serviços da professora de apoio. A mesma também oferecia suporte para as comunicações da escola com os pais, mas Amélia optou que os filhos atuassem como intérpretes e intermediassem as visitas dos professores em sua residência.

“Amélia: A minha preocupação era pelo fato de eu não saber, não entender, não ler, escrever japonês, a minha preocupação era se eles estavam realmente aprendendo ou se estavam me enganando. [...] os professores iam em casa e falavam que eles eram estudiosos e eles eram mais japoneses do que os próprios japoneses. Eles estudavam mais do que os japoneses. Então eu fui me acalmando mais. Porque estudar em casa eles não estudavam não, muito não”.

Com o fechamento da fábrica, o número de brasileiros caiu, mas alguns vizinhos permaneceram. O contato, por sua vez, era limitado pelas diferenças de horário, de forma que Amélia *“tinha mais amizade com os japoneses”*, segundo sua fala. A qualidade dessas amizades fica em questão uma vez que ela não se comunicava bem no idioma.

“Amélia: No prédio em que eu morava [...] só tinha um apartamento que era de japonês. O resto era tudo de brasileiro. [...] Quando nós chegamos, que tinha bastante brasileiro [...] Mas depois que ficou fraco, ficou pouquíssimos brasileiros, então o que eu sentia falta justamente era esse contato no final de semana, as reuniões, as conversas, bate-papo... [...] É família e amigos, era o que eu sentia mais falta, o que fazia mais falta para a gente era isso. E com o tempo também você vai vendo também que o japonês, ele vive para trabalhar. [...] A gente, para poder manter o nível, a altura do japonês, a gente tinha que trabalhar bastante para manter o padrão. Porque lá é tudo muito caro. Lá a tecnologia é muito boa, você tem acesso a tudo. Tudo, tudo, tudo, tudo! O que você quiser você tem lá, desde que você esteja trabalhando. Então você está sempre querendo mais, mais, mais, mais, e você vai se afundando, se afundando, se afundando. Porque você mete a cara no serviço, entendeu, e você não tem mais tempo para nada. Aí você termina perdendo o filho, você perde esposo, perde família, perde tudo porque você vive para trabalhar. [...] Porque brasileiro é assim, trabalha muito. E o meu horário, assim, como eu entrava onze horas do dia, da manhã, e saía uma e meia da manhã, então quando eu saía para trabalhar o pessoal tinha todo saído porque entrava oito horas, sete horas, faz zangyō [hora extra]. E quando eu voltava, eles já tinham voltado também, já estava todo mundo dormindo. Então a gente quase que se cruzava. Às vezes a minha vizinha do lado, ficava dois, três meses sem falar com ela, sem ver ela”.

Amélia relembra constantemente para os filhos a provisoriidade da estadia no Japão. Chegou a proibir o uso da língua japonesa dentro de casa, para prevenir que esquecessem o português. A comida surge como uma dimensão importante da manutenção da cultura brasileira no seio da família.

“Amélia: A gente comia carne direto [...] [Comíamos] Comida normal que a gente come aqui. E a carne de lá vem da Austrália, a carne de lá é muito gostosa! E o frango? Então nem se fala. O frango vem daqui.

Viviane: A gente fazia um grupinho [na escola] e come junto. Ela [amiga] adorava a comida que eu levava. O tempero, o feijão, ela adorava. Eu falava: ‘Nunca vi uma japonesa comer tanto feijão como você come’, porque ela vivia comendo o meu feijão. [...] A carne então... A gordinha chegava em casa, a carne acaba.

Amélia: Nossa, japonês ia lá para casa para comer carne. Era churrasco todo o fim de semana. [...] Feijoada? Nossa Senhora! [...] Caruru... Você conhece caruru? É uma comida baiana. Eles adoravam. Assim, palmito... A única coisa que eles não gostaram foi beterraba. Suco! Suco brasileiro que a gente comprava, comprava para dar de presente. Suco, queijo, doce, essas coisas”.

Amélia demonstrava preocupação quanto aos vínculos que os filhos estabeleciam no Japão. Vanessa iniciou um relacionamento amoroso aos dezesseis anos com um homem japonês mais velho, e uma das preocupações de sua mãe é que eles se tornassem um casal estável e, com isso, Vanessa não retornasse ao Brasil.

“Amélia: [O pai da minha neta] Era o nosso vizinho. Crianção, duas crianças. Ele é bem mais velho que ela [...] E a primeira vez que a vi eu também estava junto, na época, ele estava com um vizinho nosso, o T., brasileiro. [...] Eu lembro. [...] nós estávamos descendo, eu e minha filha, e ele subindo, porque nós morávamos no quarto andar, o menino nosso amigo morava no terceiro. Ele estava junto desse nosso vizinho. [...] Na hora que ele viu ela, [...] ele chegou a fazer assim, como se fosse para trás [...] Não sei o que passou na cabeça dele, até me chamou a atenção, eu achei estranho. Aí depois o telefone já tocou: era o nosso vizinho que morava em baixo pedindo para ela descer que ele queria conhecer ela. Eu falei: ‘Não’. Ela ainda era de menor na época. Eu falei: ‘Não, não vai descer não’. [...] Aí depois ele foi lá falar comigo, o brasileiro falou: ‘Ó, ele falou que vai casar com ela. Vai casar com ela’. E não deu? Tanto é que eu até fui contra o namoro no começo, eles namoravam escondido. [...] Ele tinha carro na época, e ela não chegava, passava do horário, saía, eu pegava o carro, ia ficar correndo, pracinha, procurando, essa loucura. E terminaram casando mesmo. Mas no começo eu fui contra, eu não queria não. Porque eu já pensava justamente da gente vir embora. Falei: ‘Procura não se envolver’. Pedia para ele [Kenji]: ‘Não se envolve com ninguém. A gente vai embora, como é que vai fazer? Eu não quero deixar ninguém aqui, eu vim com todo mundo, eu só volto com todo mundo. Eles não vão querer ir. Eles também tem mãe...’. Aquela conversa toda. E deu no que deu”.

A gravidez de Vanessa pode ser compreendida no mesmo âmbito de questões sobre a sexualidade de jovens brasileiras no Japão que introduzimos no depoimento de Viviane. Vanessa também se casou com o pai de sua filha, mas acabou se divorciando por motivos que desconhecemos. É possível que assim como nos depoimentos de Elisa e Shizuka (Capítulo V), as diferenças culturais em relação ao parceiro japonês, ou mesmo a possibilidade de

separar-se dos pais e irmão no eventual retorno ao Brasil, tenham influenciado as dificuldades de convivência.

Em 2008, Shigeru retornou ao Brasil por complicações de saúde e Vanessa veio com a filha para acompanhá-lo. Segundo Amélia, as crises acarretadas pela diabetes foram fruto de negligência por parte dos médicos no Japão que consideravam o tratamento desnecessário. Kenji estava no último ano da faculdade e ficou no país para concluir o curso. Amélia permaneceu para ajudar na infraestrutura do filho. Após o término da faculdade, Kenji quis continuar no Japão e Amélia voltou sozinha para o Brasil. Shigeru já estava frequentando o Grupo Nikkei e introduziu Amélia às palestras. Dois meses depois, ela aconselhou Kenji a retornar ao Brasil para trabalhar e pagar as dívidas da faculdade, e assim ele o fez.

Vanessa e Kenji têm projetos diferentes em relação à estadia no Brasil. Vanessa sempre se considerou a mais “brasileira” entre os dois, chegando a desejar que não tivesse traços orientais predominantes em seu rosto. Embora, segundo sua fala, estranhasse o comportamento extrovertido de outros brasileiros no seu tempo de estudante, a partir de certa fase de sua vida passou a considerar seu temperamento mais compatível com brasileiros do que japoneses.

“Vanessa: [...] nunca sofri nenhum ijime, nada. Sempre me dei bem com os meus colegas. Mas às vezes eu acho que aqui [no Brasil] eu ia me dar bem melhor, se dar melhor. Eu e meu irmão, a gente é bem diferente. Eu sou mais alegre, gosto de conversar, falar... Ela já é um pouco mais fechado, gosta mais de falar de assuntos mais sérios. Somos muito diferentes. Então para ele, assim, no Japão é melhor porque eles são mais acostumados com isso, essas coisas. [...] Eu queria ter o rosto dele, assim. Eu não queria ter o olho muito puxado não, é que eu puxei mais o lado do meu pai, o olho mais puxado. E pela bagunça, mais o lado da minha mãe”.

No Japão, Vanessa havia trabalhado como intérprete durante o tempo de estudante, ajudando brasileiros conhecidos em hospitais ou na prefeitura. Após a conclusão do Ensino Médio, fazia vendas externas para empresas de celulares, além de trabalhar em restaurantes, comércio, “*negócio que mexia com público*”. Jamais trabalhou em fábrica, ao contrário de Viviane e Daniela. Ao retornar ao Brasil, segundo seu depoimento, a maior dificuldade estava na ausência de vínculos familiares, ou seja, relações próximas com membros da família extensa materna. Seu primeiro emprego foi em uma companhia de energia elétrica, onde pôde exercitar o uso do português através da convivência exclusiva com brasileiros. No período da entrevista, ela estava trabalhando em um hotel no bairro da Liberdade, fazendo uso diário do idioma japonês. Seus planos compreendiam fazer um curso de mecânica de dois anos no Japão (a filha ficaria aos cuidados da avó) e abrir a própria oficina no Brasil.

“Vanessa: Foi com o tempo que eu acostumei aqui. Foi com o tempo. Porque os primeiros três meses eu só chorava querendo voltar. É ruim né, você não conhece ninguém, a família da minha mãe era já distante. A gente nunca teve assim uma família: primo, prima, tias, então foi muito difícil conversar com ela. Hoje que a mãe está aqui tem mais, a gente se comunica mais. [...] Assim, toda a família do meu pai que eu gosto mais está no Japão [...] Aí eu só chorava querendo ir embora, porque a mamãe não estava aqui também, ela estava lá. Aí depois que eu comecei a trabalhar, acostumar, ver o jeito assim brasileiro, eu preferi ficar por aqui. É melhor do que o Japão, eu acho. [...] Acho que o povo é bem mais diferente de lá. O pessoal é mais aberto, são mais alegres. Lá é tudo fechado, tudo certinho. Assim, particularmente, eu vou falar: são falsos, porque ele está dando um sorriso para você aqui e falando mal atrás [risos]. Japonês é assim. Mas brasileiro não: quando não gosta, eles falam que não gosta. Eu percebi isso, aí eu fiquei por aqui. Vou voltar para fazer o curso porque eu acho que a tecnologia de lá, que eu quero fazer, é mais avançado. [...] Então vou fazer dois anos lá, trabalhar nessa área também dois anos, e voltar para cá e abrir a minha própria oficina. É o que eu quero fazer. Eu prefiro aqui, eu gostei. É diferente, não tem a liberdade que você tem lá, de sair à noite, voltar a hora que você quer. Lá eu saía à noite, voltava de madrugada sozinha, saía de carro. Aqui não tem essa liberdade, tem que ficar mais atento por causa da violência e tudo. Nessa parte dá saudade. Tirando isso eu prefiro ficar por aqui mesmo”.

Kenji, ao contrário de sua irmã, parece identificar-se com o Japão e é apaixonado pela língua japonesa. Em uma conversa informal, após a entrevista, ele disse ser fascinado com as sutilezas do idioma, em particular com a suavidade com o qual é possível se expressar e tratar assuntos difíceis com leveza e sensibilidade. Ele afirmou sentir-se desconfortável com o português, particularmente por não ter universo vocabular e capacidade de formulação de frases para conversas mais intelectualizadas, em nível acadêmico. Se Vanessa parece estar à vontade com a fala comum “tipicamente brasileira” (suas palavras), Kenji dá mais valor à formação universitária e estabelece expectativas educacionais elevadas para si.

“Kenji: [...] acho que foi no colegial, foi a primeira vez que a mãe falou da família da mãe, que era do presidente da Petrobrás, que a maioria era médico, advogado e tal, não-sei-o-que-lá. Aí eu falei também: ‘Pô, então quando eu voltar para o Brasil, que for encontrar com a família da mãe, e eu não tiver feito nada aqui no Japão, eu vou falar o que?’”

O “capital humano” (escolaridade mais elevada, no sentido aplicado na pesquisa de ABADA & TENKORANG, 2009) da família materna influenciou a carreira educacional de Kenji, atuando como estímulo para cursar o Ensino Superior. Retomaremos o assunto mais adiante.

Amélia compartilhou sobre o processo de retorno de Kenji ao Brasil. Segundo ela, ambos os filhos queriam permanecer no Japão. Kenji estava prestes a concluir a faculdade e

Vanessa, logo, ficou encarregada de acompanhar e cuidar do pai. Amélia continuou no Japão para prover a infraestrutura financeira do filho, que estudava em dedicação exclusiva. Quando seu pai e a irmã vieram para o Brasil, Kenji começou a estudar o português concomitantemente ao último ano da faculdade; segundo Amélia, a partir da internet e de um material antigo que havia levado consigo para o país. Amélia posteriormente o convenceu a voltar para o país de origem.

“Amélia: Eles até o último momento eles não queriam [voltar para o Brasil]. Tanto é que ele, ele não veio comigo, ele ficou. A menina veio com o pai, acompanhando o pai porque o pai estava doente e teria que cuidar do pai. Eu teria que ficar para ele terminar a faculdade dele. Mas quando eu vim em outubro ele não veio comigo, ele ficou, ele queria ficar. [...] Ele voltou porque eu falei para ele que aqui ele tem que pagar a faculdade dele, que ficou com essa dívida da faculdade. Eu e o pai sustentamos esses quatro anos o dia-a-dia, agora a faculdade em si a dívida é dele, ele é quem vai pagar. Então eu falei para ele que aqui ele teria condições de arrumar serviço para ganhar oito ou dez mil porque nas reuniões do Nikkei aquele Ronaldo fala. Aí eu falei com o Ronaldo e ele: ‘Não, pode trazer que eu arrumo’, não-sei-o-que, não-sei-o-que-lá. Aí acho que ganhando esse dinheiro aqui ele vai pagar mais rápido a dívida dele. Aí ele voltou”.

A promessa de um salário muito alto para Kenji parece-nos um tanto equivocada. Conforme a pesquisa de campo realizada no Grupo Nikkei, a possibilidade de ganhos em torno de oito a dez mil reais, um dos temas da palestra do voluntário Ronaldo (nome fictício), consistia em uma ilustração para demonstrar que o Brasil é um país em que, em determinados nichos ocupacionais, é possível ter um salário tão ou mais alto que os ganhos no Japão. Não sabemos se o fato de Amélia ter atraído Kenji com esse discurso foi uma falha de interpretação ou um artifício para trazer o filho para junto do restante da família, ou ambos. Kenji conseguiu emprego em uma associação de língua japonesa (cujo salário não chega a oito mil reais) e Amélia parece frustrada com sua opção, ou pela expectativa salarial que havia estabelecido para o filho, ou por recear que o emprego incentive seu projeto atual de voltar ao Japão.

“[...] O sonho dele é ser escritor. Ele fez Psicologia, mas ele não quer seguir na área, ele quer ser escritor de literatura japonesa. Aí eu falo assim para ele: não precisa ser exatamente no Japão. A única coisa que eu peço para ele é que o Japão é tão longe, é tão difícil, apesar de estar tudo aí, tem internet... ‘Ah mãe, hoje tem internet’. Tem tudo, mas não é a mesma coisa você estar ali presente, de você ver. Eu vou ver você na internet se você está doente de cama precisando de alguma coisa? Vai para um lugar mais acessível que você pode pegar um avião e em cinco, seis horas, você possa estar lá. Não precisa ser vinte e quatro horas”.

Prevenir a dispersão da família foi uma preocupação de Amélia desde o tempo de estadia no Japão, conforme verificamos anteriormente. Sobre o local onde a família deve ficar, por sua vez, Amélia tem sentimentos dúbios. Sua fala inicia-se no passado e salta para o futuro, como se ela estivesse avaliando, à luz do presente, as opções que fez no passado.

“Amélia: Ah, pensava [em voltar para o Brasil]! Pensava, eu não via a hora de voltar, fiz mil planos, e agora que eu estou aqui fico só pensando lá. Eu falo assim: ‘Nossa, o ser humano é incrível!’. Eu falo: ‘Nós nunca estamos satisfeitos com aquilo que temos’. [...] Eu estava lá, só vivia pensando aqui, não via a hora de ir embora. Agora estou aqui e quero voltar?! Não é, sabe, coisa de gente irracional! [...] eu não gostava muito [dos doces do Japão] porque eles não são tão doces. Eu gosto de doce, doce mesmo. [...] aí quando eu cheguei aqui estou achando os doces, doce demais. Não quero mais também”.

A alimentação parece ser uma metáfora da contradição de seus sentimentos em relação aos dois países, de desejar estar no lugar que não está ao seu alcance. Ao mesmo tempo, indica também que embora tivesse saudades do Brasil, o país para onde voltou não é mais o mesmo do qual se lembra ou idealizava. Amélia acredita que houve uma “deterioração moral” no Brasil, comparando com o período em que deixou o país.

“Amélia: [...] a minha filha fala: ‘Ah, a senhora enganou a gente?’. Porque eu, quando nós saímos daqui, nós tínhamos outra imagem do Brasil. O Brasil era outra coisa, não é o Brasil que é hoje. [...] Para mim mudou para pior. [...] Em tudo. Estava me chamando a atenção essa liberdade. Para mim o brasileiro, ele não sabe mais o que é liberdade, entendeu, e o que é libertinagem. Está confundindo as coisas. [...] Eu não acho legal, e eu não me considero careta não. [...] o que eu mais estranhei, assim, que foi um choque logo de cara, é a educação do pessoal e a sujeira da cidade, para mim. Não é por nada não, eu sou brasileira, não vou estar ofendendo você porque eu sou brasileira também, mais do que você! Muito mais do que você! [Referência à entrevistadora ter ascendência japonesa] [...] Mas que nós somos mal-educados... Que nós somos um pouquinho mal-educados, vamos respeitar. E a sujeira né... A sujeira também é muito grande”.

Amélia orgulha-se de ter cultivado o uso da língua portuguesa com os filhos, e considera que isso foi um diferencial no retorno de ambos, particularmente do ponto de vista do mercado de trabalho. Kenji é o único que considera suas habilidades insuficientes. Amélia ainda questiona se a migração “foi um bom negócio”, provavelmente por especular como teria sido a trajetória da família se tivessem optado por educar os filhos no Brasil.

“Amélia: Até o momento, por enquanto eles estão se saindo muito bem. Ela [Vanessa] não fica desempregada justamente pelo fato dela falar o português, porque todo mundo fala que o pessoal vai para lá na idade deles e não fala mais português. Tanto que a minha netinha, ela é japonesa, a filha dela. E ela já esqueceu completamente o nihongo [língua japonesa],

não tem nem dois anos que está aqui. E por que? Porque ela não fala. Eu falo ainda um pouco com ela, tento falar, pedi para o meu filho também falar para ela, porque ela já esqueceu totalmente, totalmente. O pai entra na internet para falar, ela não consegue mais falar mais com o pai dela. [...] Lá nas reuniões do Nikkei fala que o pessoal que volta não fala nada de português, nada, nada. E eles, pelo fato de eu não ter... Porque eu proibi terminantemente, eu falei: 'Aqui dentro de casa ninguém fala mais japonês. Japonês vocês aprendem na escola, tem bastante colega, vocês tem tempo de falar japonês. Então aqui em casa vocês vão falar português'. Eles chegaram a ter aula de português particular, contratei um professor que dava aula de português, eles fizeram... Essa menina, a Vanessa, ela fez pouco. O Kenjinho, ele fez mais. [...] Eu não aprendi o japonês suficiente, mas eu não deixei em compensação eles esquecerem também o português, e estão falando bem. Que todo mundo elogia muito eles. Em todos os lugares que eles vão, qualquer lugar que eles estão, eles são muito elogiados. A escrita ainda que é um pouquinho assim né. Ela lá, ela falava muito errado, ele também, mas ela, como já faz dois anos que ela está aqui, ela está falando muito bem. Até na escrita".

Incerta sobre seu futuro profissional e quais caminhos os filhos pretendem seguir, Amélia mantém a possibilidade de voltar ao Japão aberta ao mesmo tempo em que sonda a viabilidade de trabalhar como esteticista autônoma ou abrir uma rotisserie.

"Amélia: [...] É aquele negócio: quando eu cheguei, agora eu estou mais assentadinha. Você fica naquela: eu vim com meu reentry de três anos. [...] Como meu esposo não estava lá no Japão eu não tinha direito a visto, mas o shachō [diretor da empresa] tirou para mim, porque ele falou: 'Durante seis meses, se você voltar num período de seis meses você tem emprego. Eu vou esperar você, você pode ir, descansar', porque no fim eu estava trabalhando bastante, abria e fechava sozinha a loja. Ai ele falou: 'Não, você realmente está precisando. Então você vai, você pode ficar uns seis meses. Se você voltar dentro de seis meses tem emprego, continua com a gente'. [...] Estou no prazo ainda. [...] eu tenho um período de três anos se quiser. [...] para falar a verdade eu não me organizei ainda. Eu estou frequentando o Nikkei. É que na verdade eu pretendo trabalhar sozinha. Eu já estive dando uma olhada, uma pesquisada, o pessoal trabalha com muito aparelho. [...]E lá nós não trabalhamos com aparelho, só com as mãos mesmo. [...]Mas aqui eles usam muito aparelho e eu estou achando o preço é muito caro, eles cobram caro demais. É um absurdo. [...] Eu estou esperando ver o que eles [meus filhos] vão fazer, resolver, para me estabilizar, porque eu não pretendo ficar aqui em São Paulo. [...] São Paulo é uma região muito grande, mas eu acho assim, que para mim, para minha área, entendeu, seria mais interessante começar numa cidade pequena. Numa cidade pequena, numa casa, ter uma casa onde eu possa abrir um negócio na frente, fazer um tipo de clínica mesmo. Que para isso, eu estive me informando, eu tenho que fazer, prestar um curso aqui no SENAC para ter a licença daqui. É o que estão me informando. Outros falam, eu não fui muito atrás ainda, mas outros falam que como eu tenho o diploma de lá, outros falam que se eu traduzir... Porque como eu vim muito corrido eu não registrei lá no Consulado em Nagoya, o meu [diploma]. [...] Eu pretendo ficar de porta em porta para mais tarde abrir alguma coisa para mim, me estabelecer. [...] o pessoal fala que eu cozinho muito bem, eu já tive, conheço a área. É uma

coisa que eu acredito: uma coisa que você não perde dinheiro é realmente comida [...]”.

No período da entrevista Amélia estava há aproximadamente seis meses no Brasil e, como Viviane, expressava um sentimento de “estagnação”.

“Amélia: [...] eu só estou olhando. Eu tenho muita vontade de trabalhar, mas ao mesmo tempo eu estou um pouco cansada. Ao mesmo tempo que eu quero trabalhar, que eu não gosto de ficar parada, eu também me sinto um pouco cansada também. Mas aí é assim, como se fosse um conflito. Eu não quero ficar em casa porque serviço de casa enche o saco. Você acabou de fazer, o menino chega e todo mundo acaba com o serviço que você ficou o dia inteiro fazendo, acaba num segundo, num piscar de olhos. E eu sempre fui de trabalhar fora. Nunca fui de ficar lavando, cozinhando, passando. Eu sempre fui mulher de botar dinheiro dentro de casa, trabalhar na rua. Tanto é que eles sempre foram criados com empregada, com babá, sempre trabalhei”.

Se por um lado a rotina em torno da infraestrutura doméstica e cuidado da neta lhe trazem pouco senso de satisfação pessoal, Amélia não tomou iniciativas concretas para retomar a vida produtiva ou mesmo as relações de amizade. Ela disse ter “*depressão*” e não ter vontade de passear, embora possa estar se referindo tanto a um diagnóstico clínico quanto a um sentimento de tristeza e apatia em relação a nova vida no Brasil. As idas ao Grupo Nikkei têm mais o sentido de buscar espaços de socialização com pessoas que tiveram a mesma experiência do que uma tentativa de encontrar alternativas profissionais para si.

“Amélia: Por incrível que pareça, [...] eu ainda não retornei minhas amizades. [...] Só a minha irmã e uma sobrinha que fica fazendo propaganda. A minha irmã: ‘Ah, a Amélia voltou’. [...] [Vou para o Grupo Nikkei] para ter contato assim, assim mais brasileiro, ver [...] mais ou menos a cabeça do pessoal, para ver como é que é. [...] Estou procurando emprego, mas não estou assim desesperada, naquela fissura não. [...] acho que já fui numas três. Três reuniões. [...] eu vou lá ouvir as palestras, encontrar o povo. Aí eu pego as listas para ver se tem alguma coisa interessante. [...] Eu não deixei currículo não”.

No momento, a família Saito vive no apartamento do irmão de Shigeru que, casado com uma mulher japonesa, vive no Japão e aluga o imóvel. O local carece de mobília e reforma, especialmente porque não é grande o suficiente para o casal, os dois filhos e a neta. Amélia deseja ter uma casa própria, mas a possibilidade de dispersão da família, particularmente o retorno de Kenji e Vanessa para o Japão, dificulta a concretização de um projeto de moradia para todos. Ela parece oscilar entre a expectativa de que “*cada um tome seu rumo*” com o desejo de que fiquem juntos e mantenham vínculos familiares próximos.

“Vanessa: [...] falei assim: ‘É, agora ela fica falando que não tem casa, que não tem isso, que não tem aquilo. Ela não juntou dinheiro lá, deu para a gente estudar e agora está reclamando que não tem casa’.

Amélia: Não!

Vanessa: Não! [tom de deboche]

Amélia: Não, não é bem por aí. Não é porque eu dei estudo para vocês que hoje eu não tenho casa, não tenho isso, não tenho aquilo. Não é bem por aí né. Não é assim também. [...] Nós nunca tivemos essa preocupação de guardar dinheiro para chegar aqui e comprar casa. Porque eu achava assim, está todo mundo grande, cada um vai tomar seu rumo. Então não tinha. Agora que deve dar ajuda se for para ficar junto, eu falo. Ou todo mundo vai trabalhar para construir, para comprar uma coisa grande. Que lá no Japão tem isso, pega um terreno, constrói, mora a família inteira no terreno. E eu falo assim, para a gente se unir. Eu falo assim que a união faz a força. Agora, se fica um querendo ir para um canto o outro para o outro aí não dá, aí perde o elo se é família. Mas como ele já quer uma coisa, ela já está querendo ir para o Japão ficar dois anos para ver o negócio dela. Ele já quer ser escritor, quer voltar para o Japão”.

A perda do “elo” familiar, para Amélia, é constatada na relação com os parentes que ficaram no Brasil. Embora tenha feito o esforço de manter contato com os irmãos, o falecimento de membros e a vinda de uma nova geração faz com que sinta o distanciamento dos vínculos. O temor acerca da ida dos filhos para o Japão expressa o temor que o mesmo aconteça em sua família nuclear.

“Amélia: Nós temos contatos, morávamos tudo perto. Aí até quando nós fomos para São Sebastião também, chegava fim de ano, feriado, todo mundo descia. [...] Agora depois dessa do Japão, eu sempre que ligava. Aqui, meus irmãos ligava aqui, ‘Ah, é muito complicado, não-sei-o-que, a linha cai’. Eu que sempre ligava para manter contato. Tem aquele negócio assim: ‘Foi para lá, esqueceu, deixou’. Aniversário, fim de ano, Dia das Mães [eu entrava em contato]... Agora esse tempo todo que eu fiquei lá, assim, a minha irmã se foi, o meu pai se foi, tio, teve muita gente. Voltei agora e não ficou quase nada. Essas coisas que a gente... Perde sobrinho que cresce, formatura, sobrinha que casa, que se forma, que nasce... [...] Porque na verdade é a convivência, o dia-a-dia você faz o elo, faz aquele negócio. E você termina perdendo tudo isso. E depois que você volta, para você resgatar tudo isso é um pouco difícil. É assim: ‘Ah, eu voltei... Fiquei não-sei-quantos anos lá, eu voltei, eu sou sua tia’. Não é assim. Tem sobrinho que eu não conheço. Tem um monte de gente nova na família que nem me conhece também, não sabe quem eu sou. Então é complicado. É isso que eu falo para ela [Vanessa]: ‘Você está indo, você vai, você vai para estudar e volta. Ou então pegue sua filha e leve com você. Que esse negócio de criar assim, não sei não’”.

* * *

Podemos observar que, para indivíduos que migraram para o Japão com seus pais ainda na infância, retornar para o Brasil significa, muitas vezes, se deslocar para um país para

o qual não possui mais vínculos afetivos, linguísticos ou identitários. O uso da língua japonesa como idioma predominante, a adoção de valores e comportamentos introduzidos pela escola japonesa e a falta de convívio com pais imersos em uma rotina intensa de trabalho muitas vezes cria abismos culturais entre pais e filhos. Mesmo na vida adulta, muitos se veem em situação de conflito ao desejarem caminhos distintos ao projeto de retorno dos pais.

Em muitos casos, é no mercado de trabalho que esses jovens descobrem-se não tão diferentes dos brasileiros trabalhadores de fábrica que migram adultos para o país. Viviane e Daniela, após passarem pelas etapas de um sistema educacional altamente competitivo, viram-se relegadas aos nichos profissionais ocupados por estrangeiros. Vanessa pôde trabalhar no setor de serviços, embora seja importante ressaltar que foi casada com um homem japonês. A dimensão étnica, por sua vez, é insuficiente para explicar as condições de vida desses jovens e suas famílias no Japão, uma vez que parte de suas desvantagens competitivas referem-se à necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho e contribuir na renda familiar. Kenji pôde cursar o Ensino Superior não apenas por méritos pessoais, mas também porque seus pais lhe proveram sustento – e puderam fazê-lo porque não estavam economizando para o eventual retorno ao Brasil. Assim, é possível afirmar que as ocupações às quais migrantes brasileiros tem acesso no Japão, com exceção de Sayuri e Irene (cf. Capítulo V), não possuem forte vínculo com níveis educacionais mais altos ou qualificação profissional. Clarice Koda, uma entrevistada para essa pesquisa que vive no Japão, sintetiza essa característica do trabalho que planifica os indivíduos:

“Uma coisa assim que eu sempre paro para pensar, que eu parei para pensar, é que no setor de alimentos junta bastante pessoas.[...] na minha linha onde eu trabalhei trabalhava dez à quinze pessoas juntas. Dez a quinze pessoas, de idade de 18 a 65 anos. [...] Então a idade é diferente, escolaridade diferente, temperamento diferente, sabe. Então eu achei uma coisa bem interessante você trabalhar com um único objetivo: fazendo pão. Só que é estranho você ver assim, uma mulher de 65 anos, ela está lá fazendo a mesma coisa que uma menina de 18 faz, e ganhando a mesma coisa. Então isso começa a criar atrito entre as pessoas. As pessoas começam a se cobrar: ‘Você tem que fazer isso’, ‘Deixa de fazer aquilo’. E todo o dia, todo o dia você encontra com a pessoa. Você fica mais tempo na fábrica, que são doze horas na fábrica, do que em casa, e você tem que conviver com essa rixa”.

Verificamos ainda experiências compartilhadas por nossos depoentes como o trabalho precoce e a gravidez da adolescência. Observa-se que no retorno ao Brasil, enquanto Viviane e seu marido experimentaram alta mobilidade espacial e dificuldades de encontrar emprego, o mesmo não ocorreu com Daniela, Vanessa e Kenji, que ingressaram no mercado de trabalho

mesmo sem dominar a língua portuguesa. Assim como constatamos em entrevistas no capítulo anterior, se por um lado o afastamento do país por um longo período repercute de maneira negativa nas trajetórias ocupacionais de muitos retornados, o domínio da língua japonesa abre portas para determinados nichos no mercado de trabalho. A organização de agências de emprego especializadas e entidades de apoio a retornados facilitam para que essas pessoas encontrem tais postos de trabalho.

Do ponto de vista da narrativa, é possível observar como as mulheres tendem a enfatizar temas como a alimentação e a manutenção ou perda de vínculos familiares e de amizade. Danilo e Kenji centraram sua fala nas dificuldades linguísticas. Consideramos, aqui, que se os homens costumam tratar de o retorno ao Brasil em termos de sua “capacidade de fazer” (suas habilidades ou méritos pessoais), as mulheres reconhecem um conjunto de elementos que oferece suporte para o processo de inserção no país como a infraestrutura doméstica, uma rede de familiares ou amigos de confiança ou mesmo a sentimento de pertencimento ao lugar onde vive.

Com os dados que possuímos, não é possível afirmar que a condição de gênero necessariamente confere desvantagem a homens ou mulheres no processo de inserção no país. Mas constatamos que o processo de inserção no Brasil envolve a constituição de uma infraestrutura que é provida, em todos os casos, por mulheres. No caso de Danilo, viveu separadamente de seu pai após o retorno ao Brasil, cada qual ingressando em um domicílio estável: seu pai com a irmã, sua tia; e Danilo com os avós. Viviane assumiu o cuidado da casa e dos filhos, embora seu desejo seja voltar à vida produtiva. A mãe de Daniela e Carina assumiu a infraestrutura doméstica liberando as filhas para o trabalho (o pai parece “invisível”, já que não contribui nem com trabalho doméstico nem trabalho produtivo). Amélia cuida do apartamento e da neta, enquanto Kenji e Vanessa trabalham fora.

Assim, se compreendermos a inserção socioeconômica como o estabelecimento de um domicílio, não apenas o ingresso no mercado de trabalho, podemos visualizar que a divisão do trabalho dentro da família acompanha posições dadas pela condição de gênero e posição dentro da estrutura familiar.

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a um exercício analítico em torno do movimento de retorno de brasileiras e brasileiros do Japão a partir de suas narrativas e depoimentos pessoais. A coleta de entrevistas em profundidade, conforme afirmamos na Nota Metodológica, produz um volume imenso de dados que não podem ser esgotados em um único trabalho.

As narrativas demonstram que a migração brasileira para o Japão e a situação de retorno são *genrés* (MOROKVASIC in FALQUET et.al., 2010, p.115), ou seja, fenômenos enviesados do ponto de vista das relações sociais entre os sexos. Observamos que as diferenças entre mulheres e homens opera no nível da linguagem, em que as mulheres não apenas demonstram ênfase nos aspectos da vida cotidiana, como se colocam mais frequentemente na posição de *observadoras*, ou como podemos chamar, *sujeitos observantes*. Os homens privilegiam aspectos relacionados ao ambiente de trabalho e às suas diferentes formas de *atuação*.

Em relação à subjetividade, o trabalho pesado, repetitivo e de longa duração criou hábitos mais silenciosos e desestimulou o exercício de faculdades intelectuais (Elisa e Irene, Capítulo V). Alberto (Capítulo IV) e Roberto (Capítulo V) mencionam como, dentro da fábrica, buscaram estímulos mentais em meio ao esforço repetitivo, e atribuíram maior valor às funções que representavam algum tipo de desafio intelectual. A cultura do trabalho no Japão, conforme analisada por Kawamura (2003a), exige silêncio e poucas improvisações durante o serviço; o que, consideramos, compromete a capacidade de comunicação ao longo dos anos. Na situação de retorno ao Brasil, a necessidade de ter iniciativa e partir em busca de emprego coloca muitos diante dessa dificuldade de comunicação adquirida. Este aspecto merece ser analisado mais profundamente em outra ocasião. Por ora, sugerimos que se trata também de uma questão perpassada pelas relações sociais de gênero, na medida em que as expectativas sociais, particularmente em relação aos homens, colocam barreiras nas comunicações interpessoais que podem potencializar ou trazer dificuldades de superação deste problema.

Quando organizado como estratégia familiar, o processo migratório articula-se a partir de estruturas em que os papéis sociais são definidos em termos de gênero e geração. Observamos que muitos núcleos familiares seguem um modelo característico das famílias de imigrantes japoneses marcado pela submissão da mulher ao marido e dos filhos aos pais, com atribuições definidas de acordo com a ordem de nascimento. As mulheres, de modo geral, não

tratam da solidariedade intergeracional a partir de uma linguagem que evidencie diretamente a condição feminina; enquanto os homens mencionam a primogenitura como uma referência importante para determinar seu lugar na família. Esse modelo, por sua vez, não atua como uma prescrição rígida: os indivíduos aderem às normas de modo fluido, em diferentes contextos relacionais e situacionais.

A imigração implica na entrada em um espaço social em que vigoram normas e expectativas sociais em relação a homens e mulheres que impacta na maneira como os indivíduos organizam o trabalho produtivo e reprodutivo nas unidades familiares. Os modelos tradicionais de divisão sexual do trabalho em ambos os países compartilham a atribuição das funções domésticas às mulheres e do trabalho produtivo aos homens. No Japão, por sua vez, a conciliação entre maternidade e carreira profissional é limitada pela falta de estímulo ao trabalho em tempo integral tanto em termos de valores socioculturais como de políticas públicas (HIRATA; KERGOAT, 2010).

As migrantes brasileiras convivem com esse modelo ao mesmo tempo em que exercem o trabalho fabril com a mesma carga horária e intensidade que aos homens. Na prática, as mães que não deixam o trabalho integral para ficar em casa ou trabalhar em tempo parcial, encontram dificuldades em acompanhar a trajetória dos filhos, que passam a maior parte do tempo na escola e/ ou sozinhos em casa (Camila, Capítulo IV; Danilo e Daniela, Capítulo VI). Mesmo em casos em que as mulheres estão mais presentes nas atividades cotidianas dos filhos, as dificuldades com o idioma e desconhecimento das convenções sociais japonesas dificultam a participação nas atividades sociais dos filhos ou mesmo o exercício de suas responsabilidades junto à escola, banco, hospitais (Amélia Saito, Capítulo VI). Observamos que muitas mães e pais delegam tarefas domésticas e parentais às filhas (no feminino) mais velhas em idade escolar, que cuidam dos irmãos mais novos, participam das reuniões na escola no lugar da mãe e são responsáveis por tarefas cotidianas que implicam no uso da língua japonesa (Viviane e Carina, Capítulo VI).

O Brasil representa um ambiente mais favorável à delegação do trabalho doméstico e de cuidados. No caso das migrantes retornadas, a manutenção de vínculos com o Brasil é essencial para a disponibilização de uma rede informal de solidariedade (formada pela família, parentes, vizinhos e amigos) que pode contribuir para as práticas de conciliação. O longo período de afastamento, por sua vez, pode ter como consequência a perda dos vínculos e, logo, da eficácia das redes.

As mulheres que foram ao Japão sozinhas, fora de um contexto de migração familiar, foram relativamente mais bem sucedidas que aquelas que migraram com marido e filhos ou constituíram família no Japão.

Para além da conciliação entre trabalho profissional e maternidade, as redes de solidariedade tem um papel amplo, que inclui a busca por emprego ou atividades remuneradas informais. O longo período de afastamento do país e a queda do status ocupacional, embora representem desvantagens competitivas no mercado de trabalho, podem ser compensados a partir do mecanismo de atuação das redes, que contornam processos seletivos e operam em termos de reciprocidade e confiança. Observamos, a partir do caso do Grupo Nikkei, como as redes podem operar também no âmbito institucional.

Ainda que a migração represente a desestabilização de hierarquias geracionais e de gênero prescritas, o retorno ao Brasil significa uma ruptura com a situação profissional e social conquistada que, paradoxalmente, é contextualizada nos termos da restauração de um equilíbrio profissional, matrimonial, familiar ou subjetivo, anterior e/ ou idealizado.

Bibliografia

ABADA, Teresa; TENKORANG, Eric. Pursuit of University education among the children of immigrants in Canada: the roles of parental human capital and social capital. **Journal of Youth Studies**, v.12, n.2, p.185-207, abr. 2009.

ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American mainstream: assimilation and contemporary immigration**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

_____. Rethinking assimilation theory for a new era of immigration. **International Migration Review**, v.31, n.4, p. 826-874, winter 2007.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. **República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.215-287 (História da vida privada no Brasil, 3).

ASSIS, Glaucia de Oliveira. De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.199-230.

_____. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**. v.3, n.15, p.645-772, set./dez. 2007.

ASSIS, Glaucia de Oliveira.; SASAKI, Elisa Massae. Teoria das migrações internacionais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS–ABEP, 2000, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: set. 2010.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P Philippe; STREIFF-FENERD, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Bart**. São Paulo: UNESP, 1998, p.187-227.

BELTRÃO, Kaizo Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. **Levantar subsídios no Japão para uma vida melhor no Brasil**: nikkeys que afirmam ter a intenção de ir para o Japão trabalhar (questionário A). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2009a (Textos para discussão, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n.26).

BELTRÃO, Kaizo Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. **O ciclo e a tangente**: dekassegus brasileiros no Japão (questionário B). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2009b (Textos para discussão, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n.27).

BELTRÃO, Kaizo Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Permanentemente temporário: dekassegus brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.23, n.1, p.61-85, jan./jun. 2006.

BELTRÃO, Kaizo Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. **Reintegração?** Trabalhadores que retornaram ao Brasil após trabalharem no Japão (questionário C). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2009c (Textos para discussão, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n.28).

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

BLAY, Eva Alterman. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.21, n.2, p.235-258, 2009.

_____. **Trabalho domesticado**: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório 2005-2007**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no Mundo**. Brasília, DF, 2008.

CALLON, Michel. Introduction: the embeddedness of economic markets in economies. In: _____. **The Laws of the Markets**. Oxford: Balckwell Publishers, 1998, p.1-57.

CHAIB, Sabah. Rapports sociaux de sexe au sein des familles immigrées: l'exemple des retours dans les pays d'origine et leur impact sur les trajectoires scolaires. **Cahiers du CEDREF** [Online], n.8-9, 2000, p. 217-239. Disponível em: <<http://cedref.revues.org/201>>. Acesso em: Acesso em: jan. 2012.

CIATE. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2004**. São Paulo: CIATE, 2005.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2005**. São Paulo: CIATE, 2006.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2006**. São Paulo: CIATE, 2007.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2007**. São Paulo: CIATE, 2008.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2008**. São Paulo: CIATE, 2009.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2009**. São Paulo: CIATE, 2010.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE – 2010**. São Paulo: CIATE, 2011.

COSER, Lewis A. Tendências Americanas. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (Org.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COSTA, Albertina de Oliveira et.al (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CURRAN, Sara R.; SAGUY, Abigail. Migration and cultural change: a role for gender and social networks? **Journal of International Women's Studies**, v.2, n.3, p.54–77, jun. 2001.

DeBIAGGI, Sylvia Dantas. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.175-197.

DEMAZIÈRE, Didier. Ser desempregado para os sociólogos. **Política & Sociedade**, v.7, n.13, p.109-182, out. 2008.

DENIS, Ann. Intersectional Analysis: a contribution of feminism to sociology. **International Sociology**. v.23, n.5, p.677-694, set. 2008.

DOUGLASS, Mike; ROBERTS, Glenda S. "Japan in a global age of migration". In: DOUGLASS, M.; ROBERTS, G.S. *Japan and the global migration: foreign workers and the advent of a multicultural society*. London/ New York: Routledge, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa** [1912]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Ed.). **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Metropolitan Books, 2004.

ELSON, Diane. Commerce international, égalité des sexes et avantage compétitif. In : FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation**: genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p.57-70.

EUFRÁSIO, Mário. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation**: genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris, Presses de Sciences Po, 2010.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS–ABEP, 2002, Ouro Preto-MG. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

_____. Dois aspectos fundamentais do "retorno": símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade". In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

FERREIRA, Ricardo Hirata. **Migrações internacionais: Brasil ou Japão – o movimento de inserção do dekasegui no espaço geográfico pelo consumo**. 2007. 177f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. **Confins** [Online], n.9, jul. 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6469>>. Acesso em: jun. 2012.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, n.91, p.481-510, nov.1985.

GREEN, Nancy. Time and study of assimilation. **Rethinking History**. v.10, n.2, p.239-258, jun.2006.

GUARNIZO, Luis Eduardo. The economics of transnational living. **International Migration Review**, v. 37, n.3, p.666-699, 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **À procura de trabalho**: instituições do mercado e rede. São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte, Argvumentvum, 2009.

_____. **Desemprego, uma construção social**: São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte, Argvumentvum, 2009.

HIGUCHI, Naoto. Brazilian migration to Japan: trends, modalities and impact. In: EXPERT GROUP MEETING ON INTERNATIONAL MIGRATION AND DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2005, Mexico City. **Proceedings...**: Mexico

City: Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, 2006. Disponível em: < http://www.un.org/esa/population/meetings/IttMigLAC/P11_Higuchi.pdf>. Acesso em: mar. 2010.

HIRANO, Sedi; ESTENSSORO, Luis. Padrões de desenvolvimento e de oportunidade social na América Latina e no Leste Asiático. **Cadernos PROLAM/USP**, v.2, p.105-146, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira et.al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.263-278.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: jun. 2012.

JAPAN. Ministry of Health, Labour and Wellfare. **Specified report of vital statistics FY 2007**. Tóquio, 2007a.

JAPAN. Ministry of Justice. **Tōroku gaikokujin tōkei no gaiyō**, Tóquio, 2004.

JAPAN. Ministry of Justice. **Tōroku gaikokujin tōkei no gaiyō**, Tóquio, 2007b.

JAPAN. Ministry of Justice. **Tōroku gaikokujin tōkei no gaiyō**, Tóquio, 2010.

JORNAL TUDO BEM. **Dekassegui – os exilados econômicos**. A realização de um sonho. Concurso literário do Jornal Tudo Bem. Tóquio: Sai Media, 1995.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros?**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003a.

KAWAMURA, Lili. Redes sociales y culturales de migrantes brasileños en la ruta Brasil-Japón: movimiento y permanencia. In: YAMADA, Mutsuo (Org.). **Emigración latinoamericana: comparación interregional entre América del Norte, Europa y Japón**. Osaka: Japan Center for Area Studies, 2003b (JCAS Symposium Series, 19)

KONIGAME, Maria Juliana. **O local e o global na comunidade nipo-brasileira: um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo**. 2011. 200f. Dissertação (Mestrando em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KOSMINSKI, Ethel. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.15, p.773-804, set./dez.2007,

LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica. 1960-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. Transnational perspectives on migration: conceptualizing simultaneity. **International Migration Review**, v.145, n.38, p.595-629, fall 2004.

LOCKWOOD, David. **Solidarity and Schism**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

LOPES JÚNIOR, Edimilson. Aportes para uma sociologia dos deslocamentos e das culturas móveis. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS–ABEP, 2002, Ouro Preto-MG. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Lopes_texto.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Org.). **Pesquisa em ciências sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008.

MAGALHÃES, Giovanna. Mode. **Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. 2010. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MOROKVASIK, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, v.18, n.4, p.886-905, 1984.

_____. Le genre est au coeur des migrations. FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail**. Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p. 105-119.

_____. Migration, gender, empowerment. In: LENZ, Ilse; ULRICH, Charlotte; FERSCH, Barbara (Org.). **Gender orders unbound: globalization, restructuring and reciprocity**. Opladen, Germany; Farmington Hills, MI: Barbara Budrich Publishers, 2007, p.69-97.

MOZÈRE, Liane. La mondialization comme arène de «trouvailles accumulées» ? Des domestiques philippines à Paris. In: FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail**. Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p. 151-164.

NAKAGAWA, Kyoko. Impactos psicoculturais na vida escolar dos estudantes migrantes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES E IDENTIDADES: CONFLITOS E NOVOS HORIZONTES, 2008. São Paulo.

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. The nipo-brazilian community and the *dekasegi* phenomenon. In: ISA/RC21 TOKYO CONFERENCE: LANDSCAPES OF GLOBAL URBANISM: POWER, MARGINALITY AND CREATIVITY, 2008, Tóquio.

NEGAWA, Sachio. Um comerciante japonês: história de vida no bairro oriental de São Paulo. **Revista de Estudos Japoneses**, n.21, p.101-114, 2001.

NINOMIYA, Masato (Org.). **Dekassegui: palestras e exposições do simpósio sobre o fenômeno chamado de kassegui**. São Paulo: Estação Liberdade, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, v.20, n. 57, p.183-196, 2006.

OLIVEIRA, Ricardo Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ONU. **World Economic and Social Survey**. New York, 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/analysis/wess/>>. Acesso em: ago. 2009.

PARK, Robert. **A Migração Humana e o Homem Marginal** [1948]. Organização, tradução e adaptação: Mário A. Eufrásio (edição apostilada).

PARREÑAS, Rhacel Salazar. The care crisis in Philippines: children and transnational families in the new global economy. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Ed.). **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Metropolitan Books, 2004, p.39-54.

PIPER, Nicola. **Gender and migration**: a paper prepared for the Policy Analysis and Research Programme of the Global Commission on International Migration. Cingapura: Global Commission on International Migration, 2005. Disponível em: <http://migrantcare.hug-ge.ch/_library/pdf/femmes_TP10.pdf>. Acesso em: ago.2010.

PISCITELLI, Adriana. “Entre a praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (org). *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia. Embeddness and immigration: notes on the social determinants of economic action. **American Journal of Sociology**, n.98, p.1320-1350, 1993.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review Sociology**.n.25, p.1-24, 1998a.

PORTES, Alejandro (Org.). **The economic sociology of immigration**: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1998b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais [1983]. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Org.). **Pesquisa em ciências sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, 2008, p.79-98.

_____. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões [1992]. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Org.). **Pesquisa em ciências sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, 2008, p.15-34.

_____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” [1988]. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Org.). **Pesquisa em ciências sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, 2008, p.35-78.

QUIMINAL, Catherine. Migrações. In: HIRATA, Helena et. al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAVENSTEIN, Ernst. As leis da migração. In MOURA, Helio Augusto (Coord.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, BNB, 1980, p.19-88.

ROBERTS, Bryan R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, Alejandro (Ed.). **The economic sociology of immigration**: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1998, p.42-86.

RODRIGUES, Arakcy Martins. **Operário, operária**: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

ROSSINI, Rosa Ester. A memória congelada do imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual. **São Paulo em Perspectiva**, v.3, n.19, p.34-43, jul./set.2005.

ROTH, Joshua H. **Brokered homeland**: Japanese Brazilian migrants in Japan. New York: Cornell University Press, 2002

ROULLEAU-BERGER, Laurence. **Migrer au féminin**. Paris : PUF, 2010.

- SAITO, Hiroshi. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.
- SAKURAI, C. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993.
- SALES, Teresa. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: REIS, Rosana; SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- SANTOS, Yumi Garcia dos. Les familles étrangères au Japon : une étude comparative sous le prisme du genre. **Cahiers du Brésil Contemporain** n.71-72, p. 257-281, 2008.
- SASAKI, Elisa Massae. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos Nepo**, n. 39. Campinas, 2001
- _____. **O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento de kassegui**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. São Paulo: Artmed, 2010.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SIMELL, G. O estrangeiro [1908]. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.
- SOARES, Weber. A emigração valadarensense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In MARTES, Ana. Cristina; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- SUE, Christina; TELLES, Edward. Assimilation and gender in naming. **American Journal of Sociology**, v.112, n. 5, p.1383-1415, mar. 2007.
- SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, v.16, n.2, p.7-34, nov. 2004.
- TAKAO, Yasuo. Foreigners' rights in Japan: beneficiaries to participants". **Asian Survey**, v.43, n.3, p.527-552, mai./jun. 2003.
- THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America** [1918]. Organização, tradução e adaptação: Mário A. Eufrásio (edição apostilada).
- THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v.22, n.44, p.341-364, 2002.
- TILLY, Charles. Trust networks in transnational migration. **Sociological Forum**, v.22, n.1, p.3-25, mar. 2007.
- TONGU, Erica Ayaco Sacata. **Migrações, processo educacional e os de kassegui: um estudo da rede de relações em torno da criança nikkei na escola brasileira no Japão**. 2010. 230f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, v.55, n.2, p.517-553, 2012.
- _____. Sociabilidades e valores: um olhar sobre a família árabe muçulmana em São Paulo. **Dados**, v.51, n.1, p.37-74, 2008.
- TSUDA, Takeyuki. Acting Brazilian in Japan: ethnic resistance among return migrants. **Ethnology**, v.39, n.1, p.55-71, winter 2000.

_____. The stigma of ethnic difference: the structure of prejudice and “discrimination” toward Japan's new immigrant minority. **Journal of Japanese Studies**, v. 24, n.2, p.317-359, summer 1998.

YAMAMOTO, Lúcia. Desqualificação profissional: nikkeis brasileiras no Japão. **Revista do Departamento de Geografia**, n.18, p.16-27, 2006.

YAMAMOTO, Lúcia. Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas. **REMHU**, ano XVI, n.30, 2008.

YAMANAKA, Keiko; PIPER, Nicola. **Feminized migration in East and Southeast Asia: policies, actions and empowerment**. Unpublished Background Paper, Geneva: UNRISD, 2004.

YOUNG, Pauline. **A comunidade moloscana russa de Los Angeles** [1929]. Organização, tradução e adaptação: Mário A. Eufrásio (edição apostilada).

ZELIZER, Viviana. The social meaning of money. **American Journal of Sociology**, n.95, p.342-737, 1989.

Artigos em jornais e revistas

AIDS: uma questão preocupante no Japão. **IPC Digital**, São Paulo, 11 abr.2007. Disponível em: <<http://www.ipcdigital.com/br/Vida-no-Japao/Saude-e-bem-estar/Sintomas/Aids-uma-questao-preocupante-no-Japao>>. Acesso em: ago. 2010.

DEKASSEGUIS retornam ao País em 9 vôos no mês de abril. **Jornal Nippo-Brasil**, São Paulo, 1-7 abr. 2009, 2B.

JAPÃO demite ao menos 50 mil brasileiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 fev. 2009, B6.

TOBACE, Ewerthon. Crise econômica, terremoto, tsunami e crise nuclear apressam volta de decasseguis ao Brasil. **BBC BRASIL**. Tóquio, 12 jun. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110712_volta_decassegui_brasil_et.shtml>. Acesso em: dez. 2011.

TREVISAN, Claudia. Taro Aso, premiê eleito do Japão, tem forte vínculo com o Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,taro-aso-premie-eleito-do-japao-tem-forte-vinculo-com-brasil,246339,0.htm>>. Acesso em: dez. 2010.

UEHARA, Alexandre. O retorno dos dekassegus. **Descubra Nikkey**, 8 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2009/4/8/dekassegus/>>. Acesso em: ago. 2009.

YUMI, Cinthia. O difícil recomeço dos ex-dekassegus. **Jornal Nippo-Brasil**, 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/dekassegui/497.shtml>>. Acesso em: ago. 2009.

YUMI, Cinthia. O retorno definitivo de dekassegus aumenta desemprego no interior. **Jornal Nippo-Brasil**, 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/dekassegui/511.shtml>>. Acesso em ago. 2009.

Material audiovisual

HASHIZUNE, Maurício. [**Não pode atravessar**] 23/05/2005. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: jun. 2012.

HASHIZUNE, Maurício. [**Orientações em Hamamatsu**] 23/05/2005. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: jun. 2012.

ISHII, Helio. Cartas. (DVD). São Paulo, Núcleo Virgulino, 1994.

ISHII, Helio. Permanência. Kono kuni ni todomatte. (DVD). São Paulo, Núcleo Virgulino, 2006.

Websites

CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO AO TRABALHADOR NO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.ciate.org.br>>. Acesso em: 2010, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acessado em: 2010, 2011, 2012.

CONSULADO GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO. <<http://www.sp.br.emb-japan.go.jp>>. Acesso em: 2010.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Disponível em: <<http://www.iom.int/>>. Acesso em: 2010, 2011.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA GRUPO NIKKEI. Disponível em: <<http://www.gruponikkei.net>>. Acesso em: 2010, 2011.

JAPAN. Ministry of Health, Labour and Welfare. Disponível em: <<http://www.mhlw.go.jp>>. Acesso em: 2010, 2011, 2012.

JAPAN. Ministry of Justice. Disponível em: <<http://www.moj.go.jp>>. Acesso em: 2010, 2011, 2012.

JAPANESE AMERICAN NATIONAL MUSEUM. International Nikkei Research Project. Disponível em: <<http://www.janm.org/projects/inrp/index.htm>>. Acesso em: jun. 2012

LOST IN JAPAN (Blog). Disponível em: <<http://lostinjapan.portalnippon.com/>>. Acesso em mar.2011.

REVISTA GAMBARE. Disponível em: <<http://www.gambare.jp>>. Acesso em: 2010, 2011.

SEBRAE. Projeto Dekassegui Empreendedor. Disponível em: <<http://www.sebrae.org.br/dekassegui>>. Acessado em: 2010.

Glossário

A grafia das palavras japonesas neste trabalho seguem as normas do Sistema Hepburn de transcrição fonética de palavras japonesas em letras romanas.

A

abunai = perigoso

arubaito = serviço temporário, trabalho extra, bico

B

benjo = latrina

bentō = lanche, refeição

buchō = chefe de departamento

C

chōnan = primogênito

chūgakkō = escola de ensino fundamental II

D

dekasegi = trabalho temporário em local distante de casa

depāto = loja de departamentos

F

furyō = defeito

futon = colchão tradicional japonês

G

gaijin = estrangeiro, alienígena

I

ichi man = dez mil

ijime = maltrato, judiariam tormento

issei = primeira geração de imigrantes

K

kakarichō = sub-chefe

kanji = ideograma de origem chinesa

kata = molde

ken = província

kenjikai = associação de província

kensa = inspeção

kiken = perigo

kitanai = sujo

kitsui = pesado

kokumin hoken = Seguro Nacional de Saúde

kōminkan = centro comunitário

konbini = loja de conveniência

konpo = componente

kōtai = turno

kubi = demissão

N

nihongo = língua japonesa

nihonjin = japonês (pessoa)

nikkei = descendência japonesa.

nikkeijin = pessoa com descendência japonesa

nissei = segunda geração

O

oba-san = senhora (coloquial)

okane = dinheiro

P

pāto = trabalho parcial (do inglês *part-time job*)

R

rōrā = bastão (do inglês *roller*)

S

sansei = terceira geração

sekininsha = responsável

sensei = professor

shain = funcionário

shi = cidade

shichoson = municipalidades

shigoto = trabalho

shiro = colante

shōgaku = ensino fundamental I

shōmeisho = diploma

sōgei = ato de buscar e levar o visitante

sōji = limpeza

sonjinkai = associação da vila

sotsugyō = formatura, graduação

T

tantōsha = encarregado

tēpu = fita (do inglês *tape*)

Z

zangyō = hora-extra

Anexo 1

Mapas 1: Regiões e províncias do Japão

Anexo 2: Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG/ CPF/ _____, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa “De volta para casa: inserção socioeconômica de brasileiras e brasileiros retornados do Japão”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas da Universidade de São Paulo. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pela pesquisadora Ana Luisa Campanha Nakamoto sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, e a possibilidade de publicação dos resultados, incluindo meu depoimento e demais informações relacionadas à minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento até a conclusão da pesquisa, e que meu nome, dados pessoais e nomes de empresas e pessoas que citar serão mantidos em sigilo.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Nome e Assinatura da pesquisadora: _____

Observações complementares

Anexo 3: Roteiro de entrevista

Data: ____/____/____

Local: _____

Como foi estabelecido o contato com o entrevistador/a: _____

1. Sexo () Feminino () Masculino
2. Idade
3. Estado Civil
4. Tem filhos? Quantos?
5. Ascendência (japonesa, outro)? Qual geração?
6. Formação (inclui-se incompleta). Outros cursos que considera relevante.
7. Profissão (antes de ir ao Japão, atual)
8. Quando você ouviu falar pela primeira vez de pessoas indo para o Japão trabalhar? O que você pensava sobre isso?
9. Por que você foi para o Japão? Como foi o processo de decisão? Quem contribuiu ou discordou?
10. Como você foi para o Japão? (empreiteira, agência de turismo, parente/amigo). Alguém foi com você?
11. Alguém que você conhecia já estava no Japão? Essa pessoa o ajudou de alguma forma?
12. Você deixou dependentes no Brasil? (pais, cônjuge, filhos, netos)
13. Quanto tempo ficou no Japão? Neste período, retornou quantas vezes?
14. Como era a comunicação com seus entes no Brasil? Que tipo de assuntos eram tratados?
15. Como foi o primeiro trabalho no Japão? E os seguintes?
16. Você fez amigos no Japão? O que você fazia fora do trabalho?
17. Quantas horas você costumava trabalhar?
18. Como era o dormitório? Tinha colegas de quarto? Como era a relação com a vizinhança?
19. Como era sua relação com os colegas de trabalho e supervisores?
20. Havia muitos problemas na fábrica?
21. Como foram os períodos de retorno ao Brasil?
22. Qual foi o motivo do último retorno ao Brasil?
23. Você pretende ficar no Brasil ou no Japão? Por quê?
24. Você procurou trabalho desde que chegou ao Brasil? Como?
25. Você trabalha agora? Em que? Tem dependentes?
26. Você contatou algum serviço de orientação? Se sim, ajudaram? Como?
27. Quem te apoia aqui no Brasil? Quem te apoiava no Japão?
28. O que você espera do seu futuro? Você tem projetos?

Apêndice: Quatro de entrevistados

Alberto Tamashiro	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Ibaraki, Ibaraki → Ishiki, Ibaraki] → BRASIL [São Paulo, SP]
Camila Nakada	BRASIL [Saubaudia, PR → Pitangueiras, PR → Maringá, PR] → JAPÃO [Fukui, Fukui] → BRASIL [Pitangueiras, PR → Itambé, PR] → JAPÃO [Yokkaichi, Mie] → BRASIL [São Paulo, SP]
Cíntia Nakahodo	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Hamamatsu, Shizuoka → Osaka → Hamamatsu, Shizuoka → Okazaki, Aichi] → BRASIL [São Paulo, SP]
Claudio Kuwabara	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Maebashi, Gunma → Hanyu, Saitama] → BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Miyazaki] → BRASIL [São Paulo, SP]
Danilo Matsumoto	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Fuji, Shizuoka] → BRASIL [São Paulo, SP]
Eduardo Maeda	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Tóquio, Tóquio → Nagoya, Aichi → Suzuka, Mie] → BRASIL [São Paulo, SP]
Elisa Yamaguchi	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Nagano → Shizuoka → Chiba] → BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Não identificado] → BRASIL [São Paulo, SP]
Família Saito	BRASIL [São Paulo, SP → São Sebastião, SP] → JAPÃO [Kishiwada, Osaka → Tadaoka, Osaka] → BRASIL [São Paulo, SP]
Ivete Uehara	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Saitama] → BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Saitama] → BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Não identificado] → BRASIL [São Paulo, SP]
Irene Hamada	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Ogaki, Gifu → Gunma → Kanagawa] → BRASIL [São Paulo, SP]
Lucas Uchima	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Toyokawa, Aichi → Hamamatsu, Shizuoka] → BRASIL [São Paulo, SP]
Márcia Ikeda	BRASIL [Itapetininga, SP] → JAPÃO [Gifu] → BRASIL [Itapetininga, SP] → JAPÃO [Nagano → Shiga → Kisarazu, Aichi → Komaki, Aichi → Kariya, Aichi] → BRASIL [Itapetininga, SP → São Paulo, SP]
Mayumi Komesu	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Toyohashi, Aichi → Yamato, Kanagawa → Yokohama, Kanagawa] → BRASIL [São Paulo, SP]
Roberto Teruya	BRASIL [Santo André, SP] → JAPÃO [Sakuma, Shizuoka → Anjō, Aichi → Yoshida, Shizuoka → Toyohashi, Aichi] → BRASIL [Santo André, SP]
Sayuri Akamine	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Okinawa] → BRASIL [São Paulo, SP] → ESTADOS UNIDOS [Los Angeles, Califórnia] → JAPÃO [Tóquio, Tóquio] → BRASIL [São Paulo, SP]

Sonia Kato	BRASIL [São Caetano do Sul, SP] → JAPÃO [Não identificado → Kisarazu, Aichi] → BRASIL [São Caetano do Sul, SP → Botucatu, SP] → JAPÃO [Saitama] → BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Não identificado] → BRASIL [São Paulo, SP]
Viviane Ota	BRASIL [São Paulo, SP] → JAPÃO [Fujikawa, Shizuoka → Fujinomiya, Shizuoka] → BRASIL [São José dos Campos, SP → Praia Grande, SP → Goiânia, GO → Maranhão → Paranaupebas, PA → Praia Grande, SP → São Paulo, SP]